



Companheiras de Luta ou "Coordenadoras de Painelas"?

*As relações de gênero
nos assentamentos rurais*

Maria das Graças Rua

Miriam Abramovay



**Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”?
As relações de gênero nos assentamentos rurais**

As autoras são responsáveis pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos nesta publicação e pelas opiniões aqui expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização. As designações empregadas e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião que seja, por parte da UNESCO, no que diz respeito ao status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou no que diz respeito à delimitação de suas fronteiras ou de seus limites.

**Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”?
As relações de gênero nos assentamentos rurais**

**Maria das Graças Rua
Miriam Abramovay**



Edição UNESCO Brasil 2000

Edições Unesco

Conselho Editorial

Jorge Werthein
Maria Dulce Almeida Borges
Célio da Cunha

**Comitê para a Área de Ciências Sociais e
Desenvolvimento Social**

Julio Jacobo Waiselfisz
Carlos Alberto Vieira
Maria das Graças Rua
Stelio Dias

Assistente Editorial: Larissa Vieira Leite

Capa: Cristiane Dias
Ilustração: Edson Fogaça

Rua, Maria das Graças; Abramovay, Miriam
Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? As relações
de gênero nos assentamentos rurais / Maria das Graças Rua e Miriam
Abramovay – Brasília : UNESCO, 2000.

348p.

ISBN 85-87853-21-x

1. Mulheres – Condição Social - Brasil 2. Mulheres – Comunidades
Rurais – Brasil 3. Feminismo – Brasil I. Rua, Maria das Graças II. UNESCO
III. Título

CDD 305.4



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil
SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.
70070-914 - Brasília - DF - Brasil
Tel.: (55 61) 321-3525
Fax: (55 61) 322-4261
E-mail: UHBRZ@unesco.org

Para Diva e Léa, nossas mães queridas,
que foram nos ensinando na vida a ser mulheres.

Graça e Miriam

“As mulheres foram capazes de inventar maravilhosos bordados, de costurar por detrás dos terraços como se nada melhor que as suas tardes coubesse no infinito que aparecia entre as grades. As mulheres ataram os seus desejos aos pianos e os acariciaram durante os dias e as longas noites. As mulheres cultivaram jardins, brincaram de moda e de casamento, se enamoraram do mar e de suas proibições, e se desencantaram da imensa praia, cuidaram dos doentes, inventaram panos e cataplasmas, pariram muitos filhos, mas sobretudo cozinham.

Se pudéssemos juntar toda a criatividade e a energia que as mulheres colocaram na cozinha para empregá-la, por exemplo, em conquistar o espaço, há muito tempo poderíamos passar um final de semana em Marte. Mas que imprecisa e que penosa teria sido a vida se tirássemos o tempo que as mulheres passaram na cozinha.

As mulheres cozinham tanto que não sei o que veio primeiro, se o instinto feminino ou o culinário. O que sei é que a combinação de ambos pode ser fatal.”

Angeles Mastretta (tradução livre), *Puerto Libre*

SUMÁRIO

Agradecimento	11
Prefácio	13
Apresentação	25
Introdução	27
Capítulo 1 - Os Assentamentos Rurais: Formação, Características e Contexto Socioeconômico	39
Anexo I	69
Capítulo 2 - Educação, Gênero e Mudança Social	70
Capítulo 3 - Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva	96
Anexo II	147
Capítulo 4 - O Trabalho Feminino nos Assentamentos Rurais	151
Capítulo 5 - Cadastro e Titulação da Terra, Avaliações do Presente e Expectativas de Futuro	188
Anexo III	222
Capítulo 6 - Percepções de Gênero, Cidadania e Empoderamento ...	226
Anexo IV	254
Capítulo 7 - Gênero, Participação e Poder nos Assentamentos Rurais	255
Considerações Finais	280
Apêndice Metodológico	288
Anexo V	293
Lista de Siglas e Abreviações	315
Lista de Tabelas	318
Lista de Gráficos	326
Lista de Quadros	330
Bibliografia	331

AGRADECIMENTOS

A tarefa de agradecer pela ajuda e apoio recebidos é, sempre, uma oportunidade de grande alegria, que se mescla ao receio de sermos incapazes de fazer jus a todos os que foram tão solidários e colocaram neste trabalho uma parte do seu tempo, do seu conhecimento, do seu trabalho, enfim, das suas vidas. Ainda que correndo esse risco, não podemos deixar de mencionar algumas pessoas e instituições. Esperamos que aqueles que, por nosso lapso, não estiverem especificamente mencionados a seguir, nos concedam mais uma gota da sua infindável generosidade e aceitem que a omissão não foi deliberada, nem significa ingratidão.

A Jorge Werthein, representante da UNESCO no Brasil, que acredita que as pesquisas podem ser um instrumento importante na elaboração de políticas públicas.

Às instituições que tornaram possível a realização do trabalho, UNESCO, Ministério do Desenvolvimento Agrário, UNICEF, a Coordenação Nacional DST/AIDS do Ministério da Saúde e a UNAIDS.

Ao INCRA, que nos facilitou infra-estrutura nos Estados e, especialmente, a Francisco Orlando Costa Muniz, Maria Alice Alves e Paulo César de Oliveira.

Ao MST, que nos acompanhou desde os primeiros passos do projeto, com apoio concreto e confiança. Particular gratidão merecem suas lideranças nacionais. E, especialmente, a Cláudio Rodrigo Lopes e Salette Carollo que foram colaboradores incansáveis.

À CONTAG, por seu apoio. Ao MLT, igualmente, os nossos agradecimentos.

Aos técnicos do ITESP; às direções estaduais do MLT e do MST na Bahia; à FETAGRI, ao MST e ao INCRA no Ceará; ao MST no Mato Grosso; ao MST/CCA e ao INCRA no Paraná e ao MST/Coceargs no Rio Grande do Sul; ao CIPAT e à SOF, por todas as suas contribuições. E, especialmente, a Maria Izabel Grein, Cessuana Paese e Silma Magalhães, a Álvaro Delatorre, Nina, Itelvina Masioli.

A todos os consultores que participaram do trabalho, Hildete Pereira de Melo, Bastiaan Reydon, Rebecca Serravalle, Acácia Batista Dias, Lillian Marinho, Suzy Clea de Lima, Adriana Paula de Oliveira, Antônio João Castrillon Fernández, Cimone Rozendo de Souza, Angela Damasceno Ferreira, Nalu Faria, Miriam Nobre, Renata Menasche, Emma Siliprandi e Rossicleide da Silva.

A Ricardo Abramovay, Mary Castro, Marília Pastuk, Célio da Cunha e Pilar Campaña, que deram preciosas sugestões ao trabalho. Também somos gratas a Sílvia Ribeiro Todorov e Elisabete Ferreira pela revisão crítica do texto final.

A Carlos Alberto dos Santos Vieira, Coordenador de Projetos Especiais da UNESCO, pela sua disposição em solucionar os infindáveis problemas da pesquisa de campo e por todo o apoio que nos prestou.

Aos nossos assistentes de pesquisa, que colaboraram em todas as etapas do trabalho, inclusive na reflexão teórica sobre as questões da pesquisa – Eugênio Braga, Natália Fontoura e André Saraiva.

A Vera Vasconcelos pelo apoio administrativo em todos os momentos necessários.

Aos que, em momentos diversos, colaboraram conosco como assistentes – Rogério Giugliano, Cláudio Leopoldino, Soraya Martins e Cláudia Martinelli.

À Albertina Costa, pela disposição em compartilhar conosco o material bibliográfico.

A todos os pesquisadores de campo nos Estados, sem os quais esta pesquisa não teria sido possível.

E, fundamentalmente, a todas as assentadas e assentados que nos abriram não somente a possibilidade de entrevistá-los como também nos deram o prazer de, durante um ano, conviver com o seu cotidiano, hospedando-nos em suas casas e mostrando de forma aberta e sincera as várias dimensões de sua existência.

A todos, muito obrigadas.

As autoras

PREFÁCIO

*Por Mary Castro**

Tive o prazer de ser apresentada por este cuidadoso e inovador trabalho de pesquisa de Abramovay e Rua a cotidianos e falas de mulheres e homens em diversos tipos de assentamentos rurais, em distintos estados do Brasil; construído por pesquisa em que trabalhadores e trabalhadoras rurais assentados participaram da coleta de informações, por instrumentos de apreensão do quantitativo e por administração de entrevistas, compartilhando portanto as autoras saberes.

A UNESCO, com a promoção da pesquisa, contribui para um saber que junta micro e macro referências, enquadrando gênero, ou relações sociais entre homens e mulheres e o imaginário social sobre essas relações e sobre as mulheres em unidades rurais, que vêm se organizando por processos de conquistas e negociações de coletividades de base – assentamentos rurais, muitos deles vinculados a movimentos sociais, como dos sem terra. Tal saber também se destaca pela participação dos pesquisados (homens e mulheres em assentamentos) no próprio processo de pesquisa, quando grupos focais, entrevistas e questionários são acionados com os assentados/as, que assim ‘re-vistam’ suas histórias. Analisam-se, nos capítulos iniciais, processos de reforma agrária e maquinaria pública acionada em tentativas de administrar tais processos, e se registram condições de vida e trabalho, ao tempo em que se discute o estado de equipamentos públicos, práticas e imaginário sobre gênero e lugares de gênero nas instâncias de poder organizacional dos assentamentos.

Nesta pesquisa todos são sujeitos, já que assentados e assentadas discutem seus valores e práticas e eles e elas registram esse conhecimento, mas sem os viéses de um espontaneísmo populista, tão próprio das chamadas ‘pesquisas-ação’, já que os instrumentos de coleta, a um certo nível, foram modelados pelas autoras, considerando a literatura especializada sobre organização das atividades agrícolas e sobre gênero; e tal literatura discutida com os entrevistadores/assentados (as).

* Socióloga. Universidade Federal da Bahia/Centro de Recursos Humanos; pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas/Centro de Estudos Migratórios; pesquisadora bolsista do CNPq e Consultora ad hoc da UNESCO - Representação do Brasil, área de Gênero e Estudos Culturais.

Mas o que aqui mais destaco é minha re-apresentação a diversos temas, como o de movimentos sociais e o de gênero, ou seja minha aprendizagem em diversos campos, e, sublinho, este é um trabalho que pede olhares atentos e um estado de alerta contra saberes contaminados.

Primeiro, alerta sobre a necessidade de desmistificar representações quanto a movimentos sociais, deixar de lado lugares-comuns e estereótipos sobre um dos mais noticiados, hoje, atores e atrizes – estas até que nem tão focalizadas – de um dos mais importantes e complexos movimentos, e que, por movimento, abarca várias fases em ritmos diferenciados, i.e., dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. A pesquisa registra situações e valorações em relações sociais de gênero de grupos em assentamentos, portanto em certo ponto de um movimento e em certas relações, e relata diversidades, inclusive no mesmo Estado, quer quanto a gênero, quer quanto à disponibilidade de recursos e formas de organização dos assentamentos.

A literatura sobre movimentos sociais no campo, no Brasil, é rica, já contando também com títulos que tiram as mulheres de uma histórica invisibilidade quanto à participação nas lutas pela terra e contra as injustiças e precárias condições de vida de mulheres e homens no campo. Mas em que pese tal resgate e marchas, como a das Margaridas, que em 10 de agosto deste ano somou, em Brasília, mais de 8 000 manifestantes “contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, em particular na mídia, quando o foco são os sem terra, tende-se a homogeneizar situações, rotular ações, pelo espetacular, e não só se referir a uma abstrata unidade no masculino, como a negar individualidades, amassando um movimento que se alimenta da unidade, da “mística do movimento”, mas que não necessariamente é linear, suportando situações plurais e, inclusive, tensões de diversos gêneros, o que não lhe tolhe o mérito, ao contrário, revela humanidades* .

* A reforma agrária e assentar famílias no campo seriam alguns dos objetivos explicitados pelo MST. o que lhe confere certa complexidade institucional, uma vez que engloba tanto acampamentos como assentamentos. Fundado formalmente em 1986, o MST daria ênfase também à educação, passando pelo combate ao analfabetismo, o resgate de raízes culturais e formação política. A cooperação, a formação de laços solidários entre iguais, o companheirismo e o respeito mútuo seriam elementos que o Movimento teria como básicos a um projeto político e à consecução do lema do Movimento *ocupar, resistir e produzir*. (Navarro, 1996). De fato, observadores externos viriam ressaltando, o que não seria tão ‘mancheteadado’ quanto às ações pela terra no movimento, o processo educativo do MST e sua ênfase na sociabilidade. Difícilmente poder-se-á tratar dos

Abramovay e Rua revelam que não somente nas relações sociais entre os sexos, relações de gênero, mas também em relação a cenários localizados, inclusive em um mesmo Estado, há uma diversidade de situações e perfis de assentamentos, quanto a recursos disponíveis, formas de organização, agenda de problemas e articulações entre assentamentos e movimentos sociais.

Segunda advertência da aprendizagem da minha apresentação ao texto, é que tais diversidades locais de cenários acarretam questões específicas para as relações entre os sexos, para a vivência do ser mulher, para o exercício e valoração do trabalho doméstico e produtivo, entre outras dimensões, em que se realizam as relações sociais de gênero.

Ou seja, mapeiam as autoras materialidades que emprestam a gênero sentidos próprios à vida de trabalhadores e trabalhadoras assentados, repisando o que algumas feministas vêm destacando, i.e., que gênero é uma entre várias relações sociais, portanto tem classe, tem raça e etnicidade; é vivenciado em gerações; tem história em histórias; pede um olhar não essencialista, mas que não dilua essências, apontando tanto para a necessidade de políticas públicas universais quanto específicas. Se para a maioria dos assentamentos analisados, mas não para todos, ressaltam-se situações de necessidades – faltam escolas, postos de saúde, transporte, água encanada etc., o que afeta homens e mulheres, não ao acaso as mulheres assumem uma pesada e específica carga por conta de tais carências, quadros culturais, assimetrias de poderes entre sexos/gênero na classe, o que reforça divisões sexuais, desvalorização do trabalho da mulher assentada, em que pese o doméstico sustentar o público e que ela, em muitos casos, seja uma trabalhadora no mercado – com a maior probabilidade de ter a mais baixa remuneração ou na qualidade ou ‘desqualidade’ de ‘trabalhadora não remunerada’. Inclusive nas organizações, na base, reivindicações como creche são secundarizadas. No plano da direção nacional ou entre lideranças regionais, estariam em curso medi-

processos de formação política ou de educação desenvolvida pelo MST sem abordar a ‘mística do movimento’. A ‘mística’ é entendida no MST como um conjunto de valores éticos, princípios políticos e sentimentos de solidariedade, adesão e confiança que unificam os militantes do Movimento e são simbolizados por sua bandeira, hino, cânticos, palavras de ordem e gestos. A ‘mística’ é desenvolvida nas práticas cotidianas de formação por meio da presença constante dos símbolos do Movimento e de uma variedade de rituais de evocação (Haddad. *In* Abramovay, Miriam e Castro, Mary Garcia, 1998, p. 70).

das para institucionalizar a discussão sobre a situação da mulher, apoiar sua participação em lugares de direção e questionar divisões sexualizadas, como no trabalho. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), por exemplo, dispõem de departamentos específicos com tais fins e editam literatura especializada. Mas o pente fino da pesquisa de Abramovay e Rua, aterrando em realidades vividas e sentidas, identifica várias situações, no terreno, em que das barricadas, da fase de acampamentos, as mulheres, com a maior probabilidade voltariam a comandar “painéis” (já vimos tal filme, não?).

Corpos femininos são estigmatizados e disciplinados também por vontades e valorações específicas, estando as mulheres expostas a doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo, tanto por conta da falta de equipamentos públicos, de informações, quanto pela vigência de uma dupla moral sexual, podendo vir a ser contaminadas pelo parceiro. Virgindade e fidelidade são mais cobradas às mulheres, e são todos, homens e mulheres, companheiros de destino social, como pobres, como excluídos sociais e companheiros de projeto político por apropriação de bens negados, como a terra. Com a peculiaridade que as normas de cadastramento e titulação lhes negam a individuação de tal bem, se em situação de casal, conquistando, portanto, as mulheres assentadas uma cidadania parcializada.

E o sentido da propriedade da terra, bandeira de distintas organizações de trabalhadores rurais, como o MST, não é somente restrito ao imediato e ao valor em relações de trocas econômicas, o que já o próprio MST com o lema “resistir, ocupar e produzir” admite, assumindo que a luta pela terra é também uma luta de questionamento de sistemas, de múltiplas injustiças. Para as mulheres, a propriedade da terra também se metamorfoseia em sentidos como o de contar com um lugar de fala, de reivindicação nas relações homem e mulher, no casal, de estímulo à auto-estima e sua legitimação como sujeito público, com direito a negociar em tal mundo, reivindicando por exemplo, com a titulação, crédito e acesso à assistência técnica e apropriação de um bem para produção e para reprodução social.

Em documento intitulado “Pauta de Reivindicações da Marcha das Margaridas” em Brasília (10.8.2000), declaram as trabalhadoras rurais que:

Temos 2000 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista, pois dentre a população mais pobre, somos as que mais sofremos a privação das necessidades básicas à vida. De 1964 a 1996, de todos os beneficiados com a Reforma Agrária, apenas 12,6% eram mulheres; de todos os beneficiados com o PRONAF – Programa Nacional de Assistência às Famílias, apenas 7% eram mulheres; e 81% das trabalhadoras em atividades agrícolas não receberam nenhum rendimento em 1998. (...) O não investimento em políticas públicas aumenta ainda mais a exclusão e exploração da classe trabalhadora, em especial das mulheres trabalhadoras rurais. A falta de acesso das mulheres à terra, aos recursos naturais e produtivos para fomento das atividades agrícolas e não agrícolas, aos direitos trabalhistas e previdenciários, e aos serviços de assistência social são limitações para se obter o desenvolvimento rural sustentável (*In* folheto firmado por várias entidades de classe, a saber: CONTAG; FETAGs; STRS; CUT; MMTR/NE; MNQC; CNS; MLT; UBM; SOF; TIJUPÁ; FASE E ESPLAR).

Sugere a citação anterior um entrelaçamento de dispositivos a colaborar para situações e relações sociais assimétricas entre homens e mulheres e uma ambígua relação de tal processo com uma modelagem de desenvolvimento amparada por desigualdades. Também nesta publicação, o estatuto de gênero como uma relação social restrita à micro política – viés de alguns feminismos – é de alguma forma questionada e se ressaltam trânsitos, como por exemplo, entre gênero e a constituição de um “capital social comunitário” (Durston, 1998 *In* Abramovay e Rua, neste trabalho). As autoras recorrem ao conceito de capital social, destacando a importância para grupos na área rural, do acionar lealdades, ajuda mútua e estar em lutas comuns por equipamentos sociais públicos. Assim, se destaca a importância dada à escola e ao tipo de ensinamento ministrado – “ensinar para mudar” – e o valor educação para assentados, homens e mulheres, e inclusive para o movimento que reconhece sua importância para uma

mais ampla participação política-pública das mulheres. Por outro lado, o implícito paradigma de associativismo, que seria uma necessária alavanca para a organização de tipo assentamento, pode pedir unidades construídas em processo que minimizariam hierarquias e assimetrias nas relações entre os sexos. Em nome da unidade, da imagem dos assentamentos, da vida comunitária, tão necessária, de fato, à constituição de forças sociais alternativas, evitam-se tensões, imagens negativas. Em alguns assentamentos haveria resistências em reportar casos de violência doméstica, alcoolismo e drogas, atribuindo-se tais males, assim como a contaminação de DST, aos outros, aos estranhos, ou ao contato com ‘os da cidade’.

Mulheres e homens entrevistados comumente se apresentam como contra ao aborto e costumam alegar razões de cunho religioso, “é um pecado”. A possível relação entre religiosidade, resistências em discutir sobre sexualidade e negação do direito ao aborto, o que é verbalizado por mulheres e homens, também dão entrada, na minha leitura, sobre a influência, apoio (básico) de instituições de um catolicismo comprometido com a organização dos trabalhadores rurais, na formação de um sentido de identidade coletiva, por projeto comum de reivindicações por terra e justiça social, mas que, por outro lado, qualificaria sentidos de cidadania, disciplinando corpos femininos, sua capacidade de reprodução de homens (e mulheres).

Zander Navarro, em singular trabalho sobre a história da mobilização social na área rural no Sul, e focalizando organizações variadas de trabalhadores no campo, ao apresentar o caso do MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais) no Rio Grande do Sul, discute que a constituição de organizações que mobilizariam um capital social no gênero, organizando-se de forma autônoma, relacionar-se-ia, entre outros fatores, ao desconforto por uma censura, muitas vezes não explicitada, a temas “divisionistas”, como as relações familiares e a mobilidade das mulheres no plano intra-organizacional, e direitos reprodutivos e sexuais, em organizações mistas, e com forte influência de denominações religiosas. Agências que não articulariam reivindicações de/na classe com outras, como aquelas relacionadas a relações de gênero, além do plano de “concessões” (ver Navarro, 1996, p. 102).

Considerando a peculiaridade da história dos assentamentos, imbricada em mobilização social, acionada por entidades, como o MST, que privilegiam em seus discursos, a educação cultural e uma política por ética da igualdade na participação social, e não só a distribuição de privilégios sociais acumulados nas relações entre classes, contra injustiças sociais, mais procede a preocupação do estudo em indagar sobre singularidades e reproduções de ideologias e práticas de subordinação do feminismo, e em que medida se estaria ou não investindo na quebra de um destino de gênero, para as mulheres.

O estudo contribui para discutir formatação de democracia, implicitamente argumentando com distintas agências, sendo alerta, repito, não só sobre necessidades, carências, no plano de equipamentos sociais e políticas públicas de cunho social para homens e mulheres em assentamentos, informando também os movimentos sociais sobre silêncios e cumplicidades implícitas com um destino de gênero que muitas mulheres (ver citação da Marcha das Margaridas), inclusive muitas das entrevistadas querem mudar.

Por outro lado, o importante, também, como frisam as autoras, é indagar se entre os assentados, as mulheres viriam desenvolvendo um tipo de consciência sobre seu valor e se por ele mais reivindicam. Por exemplo: quando perguntadas se seu trabalho produz riqueza, aparentemente, a resposta seria negativa. Elas próprias não citam as atividades de criação de pequenos animais e cultivo de hortas como importantes para o sustento das famílias.

Contudo, atentas ao novo, ao processo dos movimentos sociais, destacam as autoras diferenças regionais, diferenças entre assentamentos quanto a níveis de consciência político-cultural crítica. Por exemplo, em assentamentos no Paraná e no Rio Grande do Sul com maior probabilidade seria mais difundida a prática de negociações quanto ao uso do orçamento doméstico, entre homens e mulheres; e no Estado de São Paulo, fugindo à regra do encontrado em outros Estados, mais mulheres proporcionalmente participam com os respectivos maridos de discussões sobre crédito e emprego do capital familiar. Também as novas gerações femininas dos assentamentos pesquisados buscariam o novo. De fato, em que pese persistir tendências de diferenciais entre homens e mulheres, em alguns Estados, em especial aqueles com uma cultura de participação popular rural historicamente relevante, e com um parque de produção agrária mais

desenvolvido, como no Rio Grande do Sul, os diferenciais, nos assentamentos, entre homens e mulheres em indicadores como trabalho familiar e rendimento sejam menos desfavoráveis às mulheres, alerta para a importância de tais processos, participação política, educação e desenvolvimento agrícola, para um quadro menos negativo para os níveis de vida das mulheres.

Neste prefácio pincei do trabalho amostras e privilegiei alertas sobre minhas miopias, o que aprendi ou apreendi na leitura feita. Mas outras leituras são possíveis, outras inferências, pois outra riqueza deste trabalho é seu amplo horizonte de possibilidades de leituras, sem impor ajuizamentos. Além das autoras, há que parabenizar a UNESCO por mais esta contribuição, por ampliar o conhecimento sobre a história contemporânea do Brasil e nesta, em um dos campos de mais expressiva mobilização social hoje, o agro, dar espaço a vozes de sujeitos mulheres em assentamentos rurais em um saber, uma pesquisa, em que elas (e eles) também são partícipes.

EXECUTIVE SUMMARY

Much has been written about the rural environment and the struggles for agrarian reform in Brazil. Likewise, the academic production whose focus are the gender relations has been abundant, not only in the urban environment, but also in regard to the questions related to the women as labour in agriculture. However, the present study is not about agrarian reform or any other general gender analysis in the Brazilian rural environment. What we examine here is the life conditions of men and women in the rural settlements, focusing at the land access and its conversion into work community and life. Therefore many dimensions are explored, such as education, health, work, professional capacitation, personal documentation and citizenry exercise.

Such analytical plans are basic, but when focusing on the gender social relations, we step forward towards those who have settled in the land and their future as a form of social organization based in associative forms (which they conceive as an ideal). As the gender social relations and the women participation in the various power levels are highlighted as matters of full citizenship, some questions emerge implicitly in the agenda: to analyze what are the new trends, its meanings; how that ideal lay in the daily relations between men and women, and how it affects women.

It should be emphasized that the rural settlements stand out, generally, from other ways of production organization and life in the Brazilian rural environment, because they are, in the vast majority, the result of collective organization processes; in spite of it, they vary according to the associative matrix that grants them support, that is, rural syndicates, social movements and churches. It is possible to speculate that distinguished social-political relations are potentially originated by the action of each one of these associative entities. Despite the vast bibliography on agrarian reform in Brazil, there is not much knowledge about this phenomenon - the rural settlements - that has been reaching more significant dimensions since the 1990's decade.

Thus one of the purposes of this work is to describe the everyday life in the settlements, which is one of the less explored realms in literature about agrarian reforms and the rural environment, having the gender social relations as a basic gateway. The analyzed situation is presented as a mosaic of ideas, opinions, perceptions and also facts - some from the public sphere, and others from the private one - and relations between

those who have settled in the land; between them and the organizational leaderships involving the organization rules and the different conceptions of agrarian reform and that of the rural settlement itself.

However, it is important to say that this study is not characterized only by an analysis of the women's role at the rural settlements¹. Actually, it is about an examination of the social relations and the gender in this environment. The gender concept achieved a status of paradigm in Social Sciences, especially in English spoken countries, resulting in changes about the delimitation of the object of study in this field and on the general studies on women. From the social construction of the women's subordination, it is important to learn about the gender relations and the male and female roles, its political, economic and cultural modeling and its institutional basis emphasizing the places and the dynamic of powers. As many authors alert, it is important to be careful with some usages of the term gender, such as to affirm that it is a self-sufficient concept; to observe the critics against idealist excesses, separations between sex and gender which are abstractions and reductions of scenarios and histories. Moreover it is important to be aware of the risk of detaching some dimensions a priori, as sexuality, power and economy².

In this research, based on the settlements scenery, and followed by the women and men discourses, the emphasis is not only on the

¹ In many cases the word gender is used as a synonym of women. Many works and projects related exclusively about women were replaced by gender projects without comprehend the differences between the two concepts. The difficulty to incorporate the new concept owes to the same practices of women's groups and organizations that work, study and research about women. Many studies on women and on gender created a new specific theoretic realm, and part of it, generally denominated feminism, permits various apprehensions, what makes that some feminists refer to "feminisms". The studies about women, gender or feminists analysis are not restricted to analyze the position of women in society. To see a contemporary debate over such analytic vectors – gender, women and feminism – and also about the range and limitations of the studies about women, by the concept of gender, see the works present in Cadernos Pagu, organized by Bessa (1998); the compilation organized by Oliveira Costa & Bruschini, (1992), by Benhabib & Cornell, (1988); and by Neves & Costa (1991); Castro (1992); Castro (1997); Scott (1988); Abramovay & Castro (1998) and Saffioti (2000) – this last one presents a critical analysis of the authors that commonly inform the Brazilian literature about gender, such as Scott (op. cit.) and Rubin (1975).

² See, about this subject, Castro (1992), and authors in Oliveira Costa & Bruschini, (1992).

importance of social relations between men and women but also about the place of the reproductive services of social relations - as the health and school systems, the capacity to compete in markets, which means the powers given to or taken of institutionally that are related to the access to basic material and symbolic goods. Values and meanings are also emphasized as well as its instrumentality in the reproduction of roles and environments of need and poverty. Likewise the way in which the group is organized is stressed regarding gender and the gender within the organization of the group as well as its cultural, political and economic stock. In short, this study intends to translate a concept by the riddle of reality of real individuals in real situations - the rural workers - that either walk or run along the border of survival as a result of a struggle and collective conquests process. These socially organized actors aim at the associative life, which have negatives and positive results, such as costs in the field of acknowledgment of differences and individualities.

This work aim at analyzing the gender relations in Brazilian rural settlements created between 1995 and 1998. Its general objectives are: (1) to describe the political, social, productive³ and reproductive⁴ activities in which men and women are involved within the settlements; (2) to identify the material and non-material constraints imposed and reproduced by gender asymmetries that endanger the full exercise of citizenship.

The results obtained by this research are presented in seven chapters. The first describes the phenomenon of rural settlements in a way to bring about its diversity and complexity and, at the same time, identify its regularities under the perspective of its social and spatial configurations taking into consideration the sociological background of those who have settled in the land.

In a way to achieve this objective, the data acquired by in loco observations of the settlements in which the qualitative research was taken place are presented together with the sampling data related to those who have settled in the land.

³ Productive activities include the productions of services and consumer goods for the market and its commercialization, which generates income.

⁴ Reproductive activities are related to the biological and social reproduction of the family, such as the education of the children, care with the elder, house organization and maintenance, reproduction of the work force etc.

The second chapter concerns education. The research intends to explore the hypothesis that the level of education, as a gender question, is overcome in Brazil. The women had free access to opportunities to study and are more educated than the men. However it does not mean that the gender asymmetries are over, even though it seems to be a condition for it.

In order to achieve the objective of the third chapter, which is to examine, in a gender perspective, the aspects related to sexual and reproductive health within the settlements, the information and attitudes of women and men concerning the sexually transmitted diseases and AIDS are characterized and evaluated, particularly in respect to prevention and access to health services.

In chapter Four productive and reproductive activities of men and women settled in the land are analyzed, intending to verify if there are gender differences between these activities and to discuss the invisibility of the women. The data indicates that women have a double or triple journey of work that ranges the reproductive work, the productive work and, in many cases, the communitary work. As a pattern, the communitary and the domestic work are considered "natural", and are not valued because of its invisibility.

The chapter Five pretends to characterize women and men attitudes about the agrarian reform and land property, to describe the women situation in relation to documentation and registering as beneficiaries of land parcels and to identify the expectations and preoccupations of women and men, young and adults about the future, youth, migration, and children.

The sixth chapter examines the perceptions of feminine and masculine and of the women rights, the socialization process - specially upon children education and transmission of the gender models and the challenges of empowerment and of the exercise of citizenship by men and women in rural settlements.

Finally, in the seventh chapter the following aspects are analyzed: how men and women take part in political and associative activities within the settlements, the various ways in which women temporarily camped in tents⁵ and/or living in permanent settlements participate in all activities and their perception about the leadership activities and gender differences and settlements and their.

⁵ The workers use to stay in temporary settlements until they receive their land.

APRESENTAÇÃO

O processo de reforma agrária no Brasil não é novo. Foi, porém, a partir de 1995 que houve uma aceleração das transferências de terras, consolidando uma nova forma de comunidade no campo: os assentamentos rurais. Estes, por diversas características, representam um ambiente privilegiado para o desenvolvimento de políticas setoriais diversas – educação, saúde, cultura, geração de renda etc. – destinadas a corrigir ou compensar desigualdades variadas, entre elas destacando-se as que resultam da estrutura das relações de gênero.

As especificidades dos assentamentos, frente ao meio rural em seu todo, e a relevância das assimetrias de gênero na sociedade brasileira motivaram a soma de esforços de um conjunto de instituições visando a aumentar o seu conhecimento, a fim de subsidiar um amplo debate sobre possíveis alternativas de políticas públicas.

A pesquisa realizada por Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay – sob a coordenação da UNESCO e com apoio institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, UNICEF, Coordenação Nacional de DST/AIDS e UNAIDS – situa o debate sobre as relações de gênero no contexto dos assentamentos rurais, segundo uma ótica na qual o compromisso para com a promoção da igualdade mostra-se elemento privilegiado. Este compromisso, vale destacar, representa uma das diretrizes centrais nas políticas públicas das instituições parceiras.

O objetivo deste estudo é dar a conhecer a situação e as percepções dos assentados sobre a sua vida cotidiana, aprofundando os aspectos ligados à educação, saúde, trabalho, participação e exercício da cidadania, com ênfase no exame das desigualdades de gênero. O estudo assume especial significado na medida em que as populações marginalizadas – principalmente os grupos mais pobres das áreas rurais, entre eles as mulheres rurais – são as que enfrentam maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde, assistência, informação e educação, tornando-se mais vulneráveis, devido à exclusão social em que se encontram.

A introdução da perspectiva de gênero em todas as atividades produtivas, reprodutivas e de trabalho comunitário nos assentamentos rurais emerge como fundamental, evidenciando-se a importância da participação ampla e ativa de homens e mulheres em todos os níveis e âmbitos, com especial atenção às suas prioridades e contribuições.

Fica igualmente clara, por outro lado, a necessidade de que o planejamento, programação, execução e avaliação das instituições, contemplem programas, projetos e atividades especialmente voltados para as necessidades das mulheres assentadas, com a finalidade de promover a igualdade, o seu empoderamento e o pleno exercício da cidadania.

Assim destaca-se, como importante objetivo a ser atingido por todos aqueles comprometidos com a busca da igualdade, o aumento e a difusão das informações sobre questões de gênero, mediante, entre outros, a criação de bases de dados, materiais sobre a incorporação desta perspectiva, publicações, folhetos e práticas exemplares voltadas para a autonomia das mulheres na luta contra a pobreza e na promoção de uma cultura de paz.

As instituições parceiras saúdam as autoras e compartilham o desafio principal deste trabalho, qual seja, contribuir para a construção de novas relações de gênero, menos assimétricas, mais abertas e inovadoras, nos assentamentos rurais e, quiçá, com desdobramentos positivos na sociedade brasileira como um todo.

Raul Jungman
Ministro do
Desenvolvimento
Agrário

Jorge Werthein
Representante da
UNESCO no Brasil e
Presidente do Grupo
Temático UNAIDS

Reiko Niimi
Representante do
UNICEF no Brasil

Paulo Teixeira
Coordenador
Nacional de DST e
AIDS do Ministério
da Saúde

INTRODUÇÃO

Muito se tem escrito sobre o meio rural e sobre os embates por reforma agrária no Brasil. Também tem sido abundante a produção acadêmica cujo foco são as relações de gênero, não apenas no meio urbano, mas com especial atenção para as questões relativas à mulher enquanto mão de obra na agricultura. Este, porém, não é um estudo de reforma agrária, nem mais uma análise sobre gênero na área rural brasileira, em termos universais. O que se examina são as condições de vida de homens e mulheres nos assentamentos rurais, à luz das questões do acesso à terra e da sua conversão em comunidade de trabalho e vida. Por isso são exploradas dimensões várias, como a educação, a saúde, o trabalho e a capacitação profissional, documentação pessoal e o exercício da cidadania.

Tais planos analíticos são básicos, mas ao enfocar as relações sociais de gênero, avança-se mais sobre as comunidades de assentados/assentadas e o seu futuro como forma de organização social baseada – como se pretende no seu ideário – em formas associativas. Ora, ao destacar, como questão de cidadania plena, as relações sociais de gênero e a participação das mulheres nas diversas instâncias de poder, tem-se como agenda implícita, analisar o que é novo, qual o seu significado, e em que medida se assenta aquele ideário no dia-a-dia das relações de homens e mulheres, e como toma forma para as mulheres.

O estudo dos assentamentos rurais reveste-se de importância ainda maior em virtude da diversidade do meio rural brasileiro, destacando-se esses como uma categoria específica, de características ainda pouco conhecidas. Contra o senso comum, representado particularmente na mídia, ou subjacente às análises por grandes números, o meio rural brasileiro não é homogêneo. Sem considerar as diferenças eco-regionais, esse meio abrange, quanto à economia, unidades com diferentes perfis em relação à estrutura fundiária, as reservas indígenas e ambientais e distintas modalidades de terras públicas, bem como os grandes latifúndios – produtivos ou não – as médias e pequenas propriedades rurais, os minifúndios, e ainda, os assentamentos rurais.

Da mesma maneira, quanto à organização e à composição demográfica, o meio rural também compreende formas tradicionalmen-

te presentes das pequenas vilas ou povoados – geralmente à margem das estradas – e ocupações dispersas, assim como, fenômeno recente, acampamentos dos socialmente despossuídos, frequentemente à beira de rodovias, e, novamente, os assentamentos rurais.

Estes, por sua vez, variam quanto aos processos históricos pelos quais foram constituídos, por ocupação e desapropriação de terras privadas, por ocupação de terras públicas, por transferência e reassentamento de populações afetadas por projetos governamentais etc. Variam, ainda, quanto ao tempo de existência, composição das parcelas e características do solo e do clima, atributos da população assentada, proximidade de núcleos urbanos, acesso ao mercado etc. Esses são fatores que afetam o sucesso produtivo dos assentamentos, o que deve ser mencionado, já que eles também se diferenciam quanto ao seu êxito: há assentamentos notavelmente bem sucedidos, e também o contrário (Bittencourt et al., 1999).

Por fim, sem esgotar o amplo leque de possibilidades, vale lembrar que os assentamentos rurais destacam-se, em geral, de outras formas de organização da produção e vida no meio rural brasileiro porque são, em sua maioria, frutos de processos de organização coletiva; não obstante, variam quanto à matriz associativa que lhes confere apoio, ou seja, sindicatos rurais, movimentos sociais, igrejas. É possível especular que a ação de cada um desses tipos de entidades associativas potencialmente dá origem a relações sócio-políticas diferenciadas. A despeito da ampla bibliografia existente sobre a reforma agrária no Brasil, o fato é que ainda se conhece pouco sobre esse fenômeno – os assentamentos rurais – que vem ganhando dimensões cada vez mais significativas desde meados da década de 1990.

Por isso, uma das finalidades deste trabalho é, descrever a vida cotidiana nos assentamentos, que é um dos domínios pouco explorados na literatura – tanto sobre reforma agrária como sobre o meio rural em geral tendo não como porto único, mas como entrada básica, as relações sociais de gênero. O cotidiano estudado apresenta-se, portanto, como um mosaico de idéias, opiniões, percepções, mas também de fatos – uns de domínio público e outros de domínio privado – e de relações entre os assentados/assentadas, e entre esses/essas e as lideranças organizacionais, envolvendo as regras de organização e as diferentes concepções acerca da reforma agrária e da própria noção de assentamento rural.

Cabe advertir, porém, que este estudo também não se caracteriza, somente, como uma análise do papel das mulheres no cotidiano dos assentamentos rurais¹. Trata-se, na realidade, de um exame das relações sociais e de gênero nesse ambiente. Gênero conquistou um estatuto de paradigma nas Ciências Sociais, em especial nos países de língua inglesa, provocando mudança na delimitação do objeto de estudo em tal campo e nos estudos sobre mulher. Da construção social da subordinação do feminino, passa-se para a preocupação em conhecer as relações de gênero; e nessas, os papéis masculinos e femininos, sua modelagem política, cultural, econômica e os seus substratos institucionais e simbólicos, enfatizando-se lugares e dinâmica de poderes. Como indicam vários autores há que se cuidar contra modismos, como recorrer a gênero como um conceito auto-suficiente; observar as críticas a excessos idealistas, separações entre sexo e gênero, sendo, por um lado, abstrações de, e por outro, reducionismos a cenários e histórias. Também se alerta para o risco de destacar algumas dimensões *a priori*, como sexualidade, poder e economia².

Foge do escopo desta pesquisa percorrer a ampla literatura hoje existente sobre gênero, mulher e feminismo. Interessa, contudo, frisar a importância de recorrer a gênero, como categoria relacional, o que compreende – mas não se restringe – a relação social entre ho-

¹ Em muitos casos se utiliza a palavra gênero como se fosse sinônimo de mulher. Trabalhos e projetos dedicados exclusivamente às mulheres foram substituídos por projetos de gênero, sem compreender as diferenças entre os dois conceitos. A dificuldade de incorporar o novo conceito se dá pela mesma prática que tiveram as organizações e os grupos de mulheres que se dedicam a um domínio específico: trabalhar, estudar e pesquisar sobre a mulher. Muitos, nem todos, estudos sobre a mulher e sobre gênero criaram um “corpo teórico” a parte, geralmente denominado “feminismo”, o que também permite várias apreensões, levando algumas feministas a referirem-se a ‘feminismos’. Tanto estudos sobre mulher, sobre gênero como análises feministas passam, mas não se restringem, muitos deles, a analisar a posição que ocupa a mulher na sociedade. Para um debate contemporâneo sobre tais vetores analíticos – gênero, mulher e feminismo –, assim como os alcances e limites dos estudos sobre mulher, via o conceito de gênero, ver entre outros, os trabalhos presentes em número especial de *Cadernos Pagu*, organizado por Bessa (1998); as coletâneas organizadas por Oliveira Costa e Bruschini, (1992), por Benhabib e Cornell, (1988); e por Neves e Costa (1991); assim como entre outros autores, Castro (1992); Castro (1997); Scott (1988); Abramovay & Castro (1998) e Saffioti (2000) – esta última apresentando uma análise crítica de autores que comumente mais informam a literatura brasileira sobre gênero, como Scott (op. cit.) e Rubin (1975).

² Ver, sobre o assunto, Castro (1992), e autores em Oliveira Costa e Bruschini, (1992).

mens e mulheres. Há que cuidar portanto contra essencialismos e explicitar que vetores em tal conceito, estão sendo privilegiados, ainda que não sejam considerados os únicos.

Nesta pesquisa, orientando-se pelo cenário dos assentamentos, e seguindo as falas de mulheres e homens assentados, a ênfase recai não apenas sobre a importância das relações sociais entre homens e mulheres, o poder de cada um, mas também sobre o lugar dos serviços reprodutores de relações sociais – como o aparato escolar e de saúde, entre outros, a capacidade de competir em mercados, ou seja, poderes conferidos ou negados institucionalmente em relação ao acesso a bens materiais e simbólicos, básicos. Valores e significados são também sublinhados, bem como a sua instrumentalidade na reprodução de papéis, em ambientes de necessidades e pobreza. Em suma, procura-se traduzir um conceito pelo crivo da realidade de sujeitos concretos em situações concretas – os trabalhadores e as trabalhadoras rurais – que beiram a sobrevivência, resultado de processos de lutas e conquistas coletivas. Esses atores socialmente organizados privilegiam a vida associativa, o que tanto tem saldos positivos, como custos no plano do reconhecimento de diferenças e individualidades.

Gênero, mulher e desenvolvimento

Ao desenhar um quadro geral do papel das mulheres nos processos de desenvolvimento, é comum o destaque à divisão sexual do trabalho, que varia em diferentes contextos regionais e nacionais. O problema é que o desconhecimento da especificidade que marca a contribuição das mulheres favorece a subestimação das suas atividades na família e no espaço produtivo, acentuando a idéia invisibilidade.

Ester Boserup (1970), no seu estudo pioneiro, definiu a divisão sexual do trabalho como um elemento de base na divisão do trabalho em geral. A autora apontou como no cálculo do produto nacional, na produção e nos serviços de subsistência é subestimada ou não se dá devida importância às atividades realizadas e às contribuições das mulheres.³ As críticas realizadas por autoras como Beneria (1981),

³ Sobre o papel do trabalho doméstico na reprodução da economia de mercado e do sistema capitalista veja Melo & Serrano (1995).

no final dos anos 70, ajudaram a ampliar a discussão sobre as formas de valorizar o papel das mulheres nas duas instâncias sociais: a reprodução e a produção. Esse enfoque mais amplo evidencia que a plena participação das mulheres pode ser visualizada através da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas. O trabalho de Ann Oakley (1974), ao explicitar a vinculação do trabalho do homem ao trabalho produtor de mercadorias e da mulher à casa, conclui que o termo “dona-de-casa” não pode ser sinônimo de esposa e mãe, mas de trabalho doméstico não-remunerado.

A repercussão do movimento feminista também levou à formulação do conceito de gênero e os vários campos do saber o têm incorporado como uma teia de relações de poder que se estabelecem entre as mulheres e os homens. Agrega-se assim, a recente reflexão que tem substituído a análise da “questão da mulher” pela análise das diferenças de gênero, isto é, “o estudo dos papéis femininos e masculinos no contexto social, político, econômico e ecológico” (FAO, 1991).

A análise de gênero, vale sublinhar, contribui para a identificação de assimetrias e hierarquias existentes nas relações entre homens e mulheres, incorporando as relações de poder. Mas o conceito de gênero avança enquanto explicação da subordinação das mulheres e homens na sociedade, superando a idéia de que o homem seja a fonte de opressão e privilegiando o código de valores, normas e instituições que apóia as relações de gênero, com destaque para o sexismo, como os responsáveis por esta forma de desigualdade.

Através da análise de gênero é que se torna possível compreender as relações que homens e mulheres estabelecem entre si, entre grupos, entre a comunidade e a sociedade. O objetivo deste trabalho, como já mencionado, é discutir as estruturas sociais que homens e mulheres assentados rurais criaram ou reproduziram e que – a despeito da novidade que o fenômeno dos assentamentos rurais possa representar – reproduzem as assimetrias de gênero, com conseqüências sobre o exercício da cidadania.

O exame dos sistemas culturais contribui para identificar algumas características mais particulares dos atores sociais, tais como as representações que, como grupos ou indivíduos, fazem do seu entorno, e os padrões que utilizam em tais representações. Torna-se possível, assim, desvendar o significado das relações de poder. A análise cultural permite explorar a possibilidade de singularizar as relações de

gênero, como relações sociais, relações que atravessam a história das mentalidades e portanto podem ser mudadas. Neste trabalho, a utilização dessa abordagem permite escapar à segmentação entre relações sociais de gênero, cultura e jogos de poder⁴.

As relações de gênero sobrepõem a visão de subordinação da mulher na sociedade, e esta perspectiva se fundamenta numa mudança da posição dos homens. O enfoque de gênero, com tal recorte, supera a questão da dominação masculina, já que o dominado – mulher – pode construir-se como sujeito.

Capital social e gênero

A construção de novas relações entre homens e mulheres remete ao esforço de mudança da ordem social como um todo. Nesse sentido, as iniciativas baseadas na constituição de identidades coletivas, novos códigos de valores e normas de interação social beneficiam-se das práticas associativas tal qual empreendidas pelos movimentos sociais rurais. Esses, no esforço de superar a exclusão social, lograram estabelecer aquilo que Pizzorno (*apud* Reis, 1984) denomina “áreas de solidariedade”: identificações baseadas em valores compartilhados que se realizam pela negação das desigualdades existentes na ordem de interesses ou de mercado. Essa resultante seria o primeiro passo para a formação daquilo que hoje se denomina “capital social”.

Capital social é um conceito que embute debates caros ao movimento feminista, quais sejam: por um lado, o nexos entre o público e o privado, e por outro, entre o individual e o social/coletivo. Para Bourdieu (*apud* Durston, 1985:9) capital social é “o agregado dos recursos reais e potenciais ligados à posse de uma rede durável das relações mais ou menos institucionalizadas de reconhecimento mútuo”. O conceito de capital social vem suscitando uma série de discussões. Uma delas tem como eixo, segundo Durston (2000), a efetiva existência de uma forma “comunitária ou coletiva de capital social”, residindo principalmente nas relações sociais.

⁴ Sobre tais dicotomias entre feministas em diversos autores, veja debates *in* Oliveira Costa e Bruschini (1992).

Ao discutir a cooperação humana, suas causas e seus efeitos sobre o desenvolvimento, Robert Putnam (1996:177), define capital social como “as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas”. Para o autor o capital social é um recurso, que, em combinação com outros fatores, permite aos que o possuem, ter acesso a benefícios específicos. O capital social está formado por redes, normas de confiança, que facilitam ação e a cooperação. Estas podem se dar por intermédio de laços de parentesco, de confiança, de amizade ou de pertencimento ao mesmo grupo.

Para ilustrar essa proposição Abramovay (1998) , citando a discussão de Putnam sobre a Itália lembra que: “No norte da Itália formou-se, há muito, uma comunidade que se interessa por questões públicas, que valoriza a virtude cívica e para a qual a cidadania significa deveres e direitos para todos”. Essa tradição de cooperação e de estabelecimento de laços de solidariedade horizontal, que explica o melhor desempenho institucional das regiões situadas ao Norte da Itália, está ausente na região Sul, “onde a pobreza e o atraso se devem em grande parte (mas não inteiramente) à incapacidade de seus habitantes de agir em conjunto pelo bem comum ou mesmo visando a qualquer objetivo que transcenda aos interesses materiais imediatos da família nuclear”. (Putnam, 1993/1996:103-104). É a partir dessa dicotomia que Putnam se propõe a estabelecer uma conexão entre o civismo de uma comunidade e a qualidade de sua governança. Por sua vez, North (1990) reitera esta concepção afirmando que onde não existem normas e redes constituídas, a participação cívica e a possibilidade de uma participação coletiva estão ausente.

É possível especular sobre quais seriam os resultados do estabelecimento de um paralelo entre a análise do capital social no norte da Itália e nos assentamentos rurais brasileiros. Dadas as suas características de locais privilegiados de organização e cooperação, é possível aventar que quanto mais for estimulada a união das organizações locais dos assentamentos, maior será a possibilidade de criação de sistemas sociais privilegiados e dotados de maiores potencialidades de desenvolvimento: “Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas, tendem a ser cumulativos e reforçam-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Eis as características que definem a comunidade cívica.” (Putnam, 1996 :186)

Segundo Durston (op.cit.:22), existe uma série de condições institucionais e funcionais para a existência do capital social, a saber: (1) controle social através de normas compartilhadas pelo grupo e a sanção, difamação ou castigo de indivíduos transgressores; (2) criação de confiança entre os membros do grupo; (3) cooperação coordenada em tarefas; (4) resolução de conflitos; (5) mobilização e gestão de recursos comunitários; (6) legitimação de líderes; (7) geração de trabalho em equipe.

Este conjunto de condições remete, acentuadamente, à organização coletiva. Todavia não existem vínculos causais estritos entre a mobilização prévia e a construção de capital social. Ou seja, mesmo que a primeira seja uma das condições, não pode ser considerada a causa da existência de capital social. Porém, o estímulo à consolidação de organizações que agreguem confiança social e possam promover o desenvolvimento local pode ser uma estratégia profícua para lidar com problemas de desenvolvimento.

Sob esta perspectiva vale advertir para o erro de uma visão romântica sobre a vida nos assentamentos e para a necessidade de levar em conta as contradições aí existentes, sejam individuais ou coletivas, públicas ou privadas. Ainda assim, é possível sugerir que – pelo espaço geográfico, pela história de luta, pelas relações próximas de parentesco e amizade, pelas reivindicações em comum – os assentamentos podem ser locais privilegiados de acúmulo de capital social, visando a um maior empoderamento dos setores socialmente excluídos e o avanço no esforço de superar a pobreza.

Neste sentido a situação de homens e mulheres é distinta e o empoderamento – visto como a criação de possibilidades para uma maior igualdade de oportunidades para os diversos atores sociais – é analisado como uma necessidade básica para as mulheres. Isto abrange a formação de alternativas provenientes delas próprias, na medida em que são também um forte estoque de capital social, seja porque em algumas localidades estão organizadas em grupos, seja pela consciência de sua situação e seu maior grau de escolaridade.

Na realidade, quando é introduzida a perspectiva de gênero, o debate acerca do capital social suscita uma ampla gama de indagações. Em primeiro lugar, em que medida os componentes de solidariedade/cooperação presentes a um ambiente de intenso capital social podem ou não existir quando o que está em jogo são os papéis de homem e mulher? Ou, distintamente, esses componentes não estari-

am presentes no cotidiano, só aflorando mesmo nos momentos de crise, que, na sua excepcionalidade, podem deixar de se reportar às normas do masculino e feminino (mulheres em armas no conflito)? Em segundo lugar, cabe trazer ao debate o desafio da organização na organização, ou de organizações de mulheres assentadas nos assentamentos e a existência – ou não – de agendas específicas. Em outras palavras: a formação do capital social varia conforme o gênero?

Em princípio afigura-se que homens e mulheres em assentamentos rurais negociam, camuflam e convivem com hierarquias e subordinações entre eles e entre eles e elas, na sustentação de um capital social de orientação comunitária. Tal ambigüidade entre o individual e o coletivo, e distintas coletividades não necessariamente tem efeito de anular individualidades. Ao contrário, pode tanto potencializar o reconhecimento de cidadanias de gênero quanto contribuir para relações sociais em que não se tornem segmentadas ou se anulem vetores constituintes de justiça social. De fato, em muitos casos, é no coletivo que se afirmam princípios de auto estima e descoberta da potencialidade de ser sujeito em distintos planos, até no enfrentamento, em outra lógica, entre companheiros, entre o companheiro e a companheira. Quando uma assentada responde à nossa pergunta sobre o que coordenam as mulheres no assentamento, com a expressão “as panelas”, há marcas de crítica social, de busca de outras relações. Não há sentidos únicos quando distintas histórias se entrelaçam no mesmo cenário. Tais diversidades de negociação das distintas cidadanias e de preservação de um capital social comunitário são parte do mapeamento de falas e situações de homens e mulheres em assentamentos. E são aqui explorados mediante hipóteses como as que são alinhadas a seguir.

- 1) Existem sólidos obstáculos culturais e sociais que inibem o pleno exercício da cidadania pelas mulheres nos assentamentos rurais.
- 2) Os obstáculos ao pleno exercício da cidadania da mulher rural se expressam na esfera da atividade produtiva, afetando a participação no cadastramento de beneficiários de terras, o acesso ao crédito e serviços de assistência técnica e de capacitação. Esses óbices enfrentados pela mulher na esfera da atividade produtiva manifestam-se em diversas dimensões: (a) o seu trabalho produtivo não é reconhecido como componente integrante da produção, mas apenas como atividade subliminar, de ajuda ao trabalhador principal – que seria o homem; (b) o seu trabalho reprodutivo não é

considerado trabalho, mas algo que se situa numa esfera difusa entre, de um lado, o ócio e o lazer, e de outro, os imperativos de sobrevivência; (c) a atribuição de valor às mesmas atividades é diferenciada segundo o sexo de quem as desempenha; (d) o acesso da mulher a determinadas atividades é obstaculizado pela convicção de que ela não é física ou psicologicamente capaz de desempenhá-las, embora seja reconhecido, genérica e abstratamente, o seu direito de realizá-las.

- 3) A escolaridade feminina, enquanto questão de gênero, é uma questão vencida no Brasil. Mas isso não é condição suficiente para a superação das assimetrias de gênero nos assentamentos rurais.
- 4) Os padrões culturais de gênero afetam a saúde de homens e mulheres e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a Aids, uma vez que caracterizam atitudes de vulnerabilidade.
- 5) As atitudes de vulnerabilidade têm sido potencializadas pela trajetória migracional de parte das populações de diversos assentamentos.
- 6) Tanto os assentados/as como os agentes institucionais e os dirigentes dos movimentos sociais envolvidos com os assentamento rurais exibem atitudes caracterizadas por assimetrias de gênero.

Estrutura do trabalho

Este trabalho tem por finalidade analisar as relações sociais de gênero nos assentamentos rurais brasileiros, implantados entre 1995 e 1998. Seus objetivos gerais são: (1) Descrever as atividades políticas, sociais, produtivas⁵ e reprodutivas⁶ que realizam mulheres e homens nesses assentamentos; (2) Identificar os constrangimentos materiais e não-materiais que ao mesmo tempo impõem e reproduzem assimetrias de gênero e que comprometem o pleno exercício da cidadania.

⁵ As atividades produtivas são as que incluem a produção de serviços e bens de consumo para o mercado e sua comercialização, gerando renda.

⁶ As atividades reprodutivas são as que têm relação com a reprodução biológica e social da família, como o cuidado e educação das crianças, atenção aos idosos, organização e manutenção da casa, reprodução da força de trabalho e outras dimensões da reprodução do cotidiano.

Tendo em vista esses objetivos, os resultados de pesquisa aqui apresentados estão distribuídos em sete capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. O primeiro deles destina-se a proporcionar uma descrição do fenômeno dos assentamentos rurais, de modo a evidenciar a sua diversidade e complexidade e, ao mesmo tempo, identificar as regularidades neles existentes, tanto sob a perspectiva da sua configuração sócio-espacial básica, como sob a ótica do *background* sociológico dos assentados. Para este fim, são apresentados os dados obtidos mediante observação *in loco* dos assentamentos nos quais foi realizada a pesquisa qualitativa, juntamente com dados amostrais relativos aos assentados.

No segundo capítulo são abordados os temas relativos à educação. Procura-se explorar a hipótese de que a escolaridade, enquanto questão de gênero, está superada no Brasil. As mulheres tiveram o livre acesso às oportunidades de estudo e são mais escolarizadas que os homens. Mas isso não é decisivo para a superação das assimetrias de gênero. Parece ser condição necessária, mas não suficiente para tanto.

Segue-se o terceiro capítulo, cujo objetivo é examinar, sob a perspectiva de gênero, os aspectos relativos à saúde sexual e reprodutiva nos assentamentos. Para isso, serão caracterizadas e avaliadas as informações e as atitudes das mulheres e dos homens acerca das doenças sexualmente transmissíveis, com ênfase em Aids, particularmente no que diz respeito à prevenção e ao acesso aos serviços de saúde.

No capítulo seguinte, de número quatro, são analisadas as atividades produtivas e reprodutivas das mulheres e dos homens assentados. Procura-se verificar se há diferenças de gênero quanto ao exercício dessas atividades e discutir a invisibilidade que cerca o trabalho das mulheres assentadas. Os dados indicam que as mulheres realizam uma dupla ou tripla jornada de trabalho que abrange o trabalho reprodutivo, o trabalho produtivo e, em vários casos, o trabalho comunitário. Como regra, tanto o trabalho comunitário como o doméstico são considerados “naturais”, e não são valorizados pela sua invisibilidade.

O quinto destina-se a caracterizar as atitudes dos homens e mulheres assentados acerca da reforma agrária e da propriedade da terra, descrever a situação das mulheres quanto à documentação e ao cadastramento como beneficiárias de parcelas de terra, e identificar as expectativas e preocupações de mulheres e homens, jovens e adultos acerca do futuro, juventude, migração e filhos.

Em seguida, no sexto capítulo, são examinadas as percepções acerca do masculino e do feminino e dos direitos das mulheres, os processos de socialização – especialmente na educação dos filhos e na transmissão de modelos de gênero e os desafios do empoderamento e do exercício da cidadania por homens e mulheres nos assentamentos rurais.

Finalmente, no sétimo capítulo é analisada a participação de homens e mulheres assentados nas atividades políticas e associativas dos assentamentos, as diferenças de participação feminina nos acampamentos e nos assentamentos e as suas percepções sobre as atividades de liderança e as diferenças de gênero.

1. Os Assentamentos Rurais: Formação, Características e Contexto Socioeconômico

Desde o final da década de 1950, os partidos políticos e os movimentos sociais começaram a questionar a situação fundiária no Brasil, principalmente o alto nível de concentração da propriedade da terra e a existência de latifúndios improdutivos.

Nas décadas de 1960 e 1970, com a intensificação dos processos de industrialização e urbanização, a preocupação com esses problemas deixou de estar circunscrita a esses atores e atingiu setores mais amplos da sociedade e das elites governamentais. Esses consideraram os desequilíbrios sociais e econômicos, resultantes da baixa racionalidade e da desigualdade na distribuição das terras, como obstáculos ao desenvolvimento capitalista do país. Em outras palavras, tornava-se mais disseminada a percepção de que, no Brasil, o campo encontrava-se em situação pré-capitalista, e não seria capaz de atender às suas duas funções estratégicas: o abastecimento interno e a obtenção de divisas no mercado externo para sustentar o processo de substituição de importações.

Para mudar essa situação, a partir de meados da década de 1960, foram adotadas políticas de racionalização da atividade agropecuária, por meio de uma rápida modernização tecnológica, com a mecanização das atividades agrícolas, a utilização de biotecnologia, fertilizantes, defensivos agrícolas, estímulo à agroindústria etc. Essas medidas caracterizavam o modelo de “modernização conservadora”, destinado a racionalizar a exploração da atividade econômica sem alterar a estrutura fundiária, nem as relações de poder delas decorrentes. A visão dominante, desenvolvimentista, excluía qualquer perspectiva de política social que se orientasse para solucionar as tensões sociais e políticas no campo (Rua, 1992).

Em função dessas transformações, diminui a demanda de mão-de-obra para as atividades agrícolas, estabelecem-se novas formas de relações de trabalho que substituem o colonato, o arrendamento e a parceria, e aumenta a busca de mão-de-obra qualificada para a utilização das novas tecnologias.

Trabalhadores rurais – especialmente o grande contingente formado pelos analfabetos e desprovidos de qualificação – perderam

suas oportunidades de trabalho e, freqüentemente, suas terras¹ (Reydon, 2000; Hoffman, 1990; Kageyama & Graziano da Silva, 1987). Posteriormente, a isso veio se somar a expulsão, pelos grandes empreendimentos capitalistas agrícolas, de posseiros que, em uma primeira etapa de expansão da fronteira agrícola, haviam ocupado terras nas regiões Norte e Centro-Oeste brasileiros. No Sul do país, o processo de parcelamento das pequenas propriedades rurais atingiu o limite de viabilidade econômica e os filhos dos proprietários foram forçados a buscar outras atividades econômicas.

Além do desemprego, todas essas mudanças contribuíram para o empobrecimento de áreas rurais tradicionais e intensificaram a migração para as periferias das pequenas e médias cidades – onde os trabalhadores se constituíam como mão de obra temporária para os estabelecimentos agrários vizinhos – ou das cidades grandes, que não apresentavam condições de absorver esse contingente populacional.

Hoje se estima que mais de quatro milhões de famílias formam a demanda potencial de terras para a reforma agrária no Brasil (Gaspes & Conceição, 1998). Desse total, aproximadamente pouco mais da metade são agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcança a dimensão de propriedade familiar, enquanto 1/5 são trabalhadores não proprietários, geralmente assalariados temporários e permanentes, e os restantes arrendatários, parceiros ou posseiros, excluídos do processo de modernização agrícola. Por outro lado, em 1995, cerca de 1% corresponde ao grupo das propriedades com mais de 1.000 hectares, abrangendo mais de 45% da área total, enquanto que 90% das propriedades, com menos de 100 hectares, compreendiam 20% da área (IBGE, Censo Agropecuário, 1995-1996).

A trajetória da reforma agrária no Brasil

A partir da década de 1960, a pauperização dos trabalhadores agrícolas, o êxodo rural e a discussão nacional e internacional sobre a reforma agrária enquanto política de desenvolvimento econômico e

¹ Esse processo deu origem a uma figura cuja análise despertou o interesse de diversos estudiosos: o bóia-fria. Um dos trabalhos mais conhecidos a esse respeito é o de Maria da Conceição D'Incao e Melo. (1981). *O Bóia-Fria, Acumulação e Miséria*. Petrópolis: Vozes

social fizeram com que o tema assumisse grande visibilidade. Um dos resultados foi a criação, no governo Goulart, da Superintendência de Política Agrária (SUPRA). Também nesse período surge a primeira legislação que permite a desapropriação de terras para fins redistributivos, um marco da política de reforma agrária: o Estatuto da Terra, sancionado pelo Congresso Nacional, no governo Castello Branco, mas praticamente não implementado devido a pressões dos proprietários de terras e conflitos interburocráticos (Rua, 1992). Logo a seguir, foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que mais tarde se transformaria em Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e foram desenvolvidos vários programas de colonização, dentro da ótica de ocupação das áreas de fronteira, sob o ângulo da teoria da segurança nacional (Presidência da República, 1997). Durante todo o regime militar, foi muito menor o número de famílias beneficiadas por projetos da reforma agrária, em áreas desapropriadas para esse fim, do que por projetos de colonização de terras públicas.

Com a transição à democracia, no fim da década de 1970, estabelecem-se condições para a mobilização dos trabalhadores rurais, iniciada com o apoio da Igreja Católica em seu trabalho de base. As estruturas dos sindicatos de trabalhadores rurais passam por mudanças significativas, com novas filiações e a eleição de diretorias influenciadas pelo trabalho da Igreja (Souza & Ferreira, 1999). O problema agrário se acentua e a pressão dos movimentos sociais no campo incide mais fortemente sobre o governo. A década de 1980 é marcada pelo crescimento da organização da luta pela terra e pelo aumento dos conflitos no campo.

Porém, durante os governos dos presidentes José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, a política de reforma agrária atingiu metas pouco expressivas, enquanto se intensificavam os movimentos de luta pela terra. Durante a gestão José Sarney foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra desde 1964². Contudo, o I PNRA não logrou êxito em função

² Longe de atingir sua meta, esse plano somente logrou assentar cerca de 90 mil famílias. Em grande parte, esse fracasso se deveu à organização dos donos de terra, com a criação da União Democrática Ruralista (UDR) que pressionou o Congresso para que o conteúdo do PNRA fosse alterado. O Planos Regionais (PRRA) também sofreram uma forte reação dos grandes latifundiários.

das pressões exercidas pelos interesses dos latifundiários. Pelos mesmos motivos, a nova Constituição brasileira não proporcionou avanços na política de reforma agrária.

À época da eleição do novo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, trinta anos após a promulgação do Estatuto da Terra, cerca de 300 mil famílias haviam sido atendidas. Em 1996, o governo Fernando Henrique cria o Ministério Extraordinário da Política Fundiária³. Pressionado pelas manifestações e evolução do conflito no campo, o governo torna as propostas de reforma agrária mais concretas, focalizando não somente a redistribuição da terra, como também questões como preços agrícolas, crédito rural e assistência técnica⁴. O processo de assentamento é intensificado. No período que vai de 1995 a 1999, mais de 370 mil famílias, distribuídas em 2.723 assentamentos, foram beneficiadas, o que é mais da metade do total de famílias assentadas no país desde 1964 (Presidência da República, 1997 e Reydon, 2000).

A esse aumento do número de famílias atendidas corresponde um decréscimo da área de terras desapropriadas, equivalendo, no período, a 1/4 do total. Observa-se que, enquanto no período de 1964 a 1994 foram desapropriados 27,2 milhões de hectares para 350 mil famílias, o governo Cardoso desapropriou 8,7 milhões de hectares para 372 mil famílias (Presidência da República, 1997 e Reydon, 2000).

Isso significa que após 1995 foram beneficiadas mais famílias em áreas comparativamente menores, ou seja, a extensão das parcelas de terra foi sensivelmente reduzida. É possível sugerir que essa diferença se deve, em alguma medida, às características das terras desapropriadas e à existência de uma política de assentamento, propriamente dita, envolvendo critérios de desapropria-

³ No período anterior o Ministério da Agricultura, ao qual o INCRA estava vinculado, raramente era chamado a esclarecer questões relativas à reforma agrária, que sempre eram vistas como sendo de atribuição estrita do INCRA. Isto se deve, em grande medida, ao fato de que o então ministro da Agricultura – o ex-senador paranaense José Eduardo Andrade Vieira – encabeçava a lista dos maiores latifundiários do país.

⁴ O novo ministério fez realizar o I Censo Nacional da Reforma Agrária, em novembro e dezembro de 1996, a fim de obter um levantamento da situação socioeconômica dos assentamentos rurais sob a responsabilidade da União, e assim constituir uma base de dados confiáveis, a partir de um “retrato circunstanciado” do mundo rural, que subsidiasse suas ações.

ção e alocação (condições de acesso aos mercados, proximidade de aglomerados urbanos etc.) e medidas de apoio à exploração da terra, inclusive crédito.

No decorrer da primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso aconteceram algumas mudanças importantes na legislação, que tornaram mais transparente o processo de desapropriação e assentamento e ajudaram na redução do preço de mercado da terra rural. Segundo o relatório Balanço da Reforma Agrária de 1999, publicado pelo INCRA, foram seis as principais mudanças na legislação e nos procedimentos durante esse período:

- 1) *O novo Imposto Territorial Rural – ITR, Lei 9.393 de 19/12/96.* Essa lei é um incentivo ao uso social da terra, penalizando o latifúndio improdutivo, que passou a pagar 20% do valor da propriedade a cada ano. O valor dessa alíquota significa, na prática, em termos financeiros, que o proprietário que não utilize a terra produtivamente a perderá em um prazo de cinco anos.
- 2) *O Rito Sumário* que reduz, substancialmente, o tempo entre a desapropriação e imissão na posse de glebas desapropriadas para a reforma agrária. O Rito Sumário convoca as instituições de justiça a dar um parecer definitivo em um prazo de 48 horas, perante uma solicitação de desapropriação de imóvel requerida pelo INCRA.
- 3) *A Medida Provisória 1.703-97.* Essa MP reviu os critérios de avaliação da terra a ser desapropriada; pôs fim à chamada “farra de juros” que gerava indenizações superestimadas e praticamente inviabilizava a reforma agrária; e possibilitou que o Estado passasse a pagar pela terra desapropriada o seu valor de mercado.
- 4) *A Lei 9.415/96* que determina a intervenção do Ministério Público nas ações que envolvem litígios pela posse da terra.
- 5) *A Lei Complementar n.º 93/98.* O Banco da Terra, criado por essa lei, é um fundo para financiar, a longo prazo, a compra de terras por trabalhadores rurais com pouca ou nenhuma terra.
- 6) *O novo Cadastro Rural.* O INCRA tem estabelecido novas ações que visam a modernização do Cadastro Rural. Atualmente estão se utilizando técnicas modernas de tratamento gráfico dos dados com base em cartografia computadorizada, por satélite, para aperfeiçoar o cadastro. Além disso, o INCRA está trabalhando de forma coordenada com outras instituições públicas tais como Receita Federal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o propósito de compatibilizar seus respectivos cadastros.

Apesar de tudo o que foi feito, o Brasil chega ao século XXI ainda como um dos países de maior concentração fundiária do mundo. Segundo dados do INCRA (2000b), quase três milhões de famílias e 18 milhões de pessoas formam a demanda potencial por terra no país. Entre os Estados pesquisados, os que apresentam a maior demanda potencial de terra são os da Região Nordeste, Bahia e Ceará; e o Mato Grosso, a menor.

O surgimento e consolidação das organizações e movimentos sociais de trabalhadores rurais

A demanda pela terra no Brasil é um fenômeno antigo. A reivindicação organizada, assumindo a forma de luta pela terra, também não é recente, e não acontece simultaneamente em todas as regiões do país. É possível identificar pelo menos dois períodos marcantes na sua história: o primeiro, que ocorre durante a década de 1950 e 1960 com as Ligas Camponesas; e o segundo, já a partir dos anos oitenta, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No primeiro período, a falta de recursos como terra, trabalho e crédito, deu origem a um processo de expulsão dos trabalhadores rurais e a uma intensa migração rural-urbana. Após o Estado Novo, inicia-se um processo de mobilização autônoma dos trabalhadores rurais, organizados sob as Ligas Camponesas, demandando direitos trabalhistas e acesso à terra⁵. (Azevedo, 1982 e Camargo, 1979).

Naquela época os sindicatos eram a forma de organização defendida pelas principais instituições de apoio à luta, e também pelo governo federal. Desponta, então, uma organização de grande importância na luta pela terra no Brasil: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Formada por sindicatos de trabalhadores rurais e federações estaduais que compunham o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais – MSTR, foi, em 1964, a

⁵ As Ligas surgiram em 1945, mas foram duramente reprimidas. Em 1954, reapareceram em Pernambuco e a partir daí se organizaram em outros Estados nordestinos, bem como em outras regiões.

primeira entidade nacional representativa do setor reconhecida oficialmente. O golpe militar resultou na intervenção na entidade e na prisão e exílio de vários dirigentes. O MSTR só retomou o controle em 1968, derrotando o interventor (CONTAG , 1993)⁶.

Durante o regime militar, ainda que ocorressem manifestações esporádicas de trabalhadores, raras vezes essas se estenderam ao campo. Por um lado, especialmente após a extinção da guerrilha do Araguaia, acentuou-se a exclusão e a repressão no meio rural. Por outro lado, o governo federal desencadeou uma série de programas voltados para a produção no campo – como o PIN, o PROTERRA e outros. Alguns benefícios sociais foram estendidos aos trabalhadores do campo, mediante a tentativa de cooptação da estrutura sindical rural, na forma do FUNRURAL⁷.

Durante o período militar, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica serviram como espaço de socialização política que estimulou a recriação das organizações de trabalhadores rurais. Em seguida, desenvolveu-se um intenso trabalho por parte da Pastoral da Terra, essencial para o surgimento e fortalecimento de entidades associativas de mobilização e representação dos trabalhadores rurais sem terra.

No final dos anos 1970 e início de 1980 – momento em que ocorre um aumento significativo de movimentos populares e sindicais e o prenúncio do fim do regime autoritário – a CONTAG volta a atuar de forma mais incisiva, reafirmando o caráter político e coletivo das lutas, indo, assim, além das reivindicações e denúncias. Em 1980, lançou a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, que contou com a adesão de inúmeras outras entidades, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (CONTAG, 1993).

⁶ Hoje a CONTAG agrupa 24 Federações Estaduais (FETAGs), 3.400 sindicatos filiados e 9 milhões de trabalhadores. A entidade representa os interesses de trabalhadores e trabalhadoras rurais sejam eles permanentes ou temporários; dos agricultores familiares, proprietários ou não; daqueles que trabalham em atividades extrativistas e também dos sem-terra.

⁷ Sobre este tema, registra-se a obra seminal de SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça* (1987).

O MST originou-se com as primeiras ocupações de terra, quando a Comissão Pastoral da Terra (CPT) promoveu a articulação das lutas. Oficialmente, foi fundado em 1985⁸ (Fernandes, 2000).

A partir de 1985, com a redemocratização do país e a criação, pelo governo Sarney, do MIRAD cresceram as expectativas dos trabalhadores rurais e de suas lideranças em relação à reforma agrária. A CONTAG e o MST foram chamados para discutir e apresentar proposições ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Contudo esse período marca também a origem e/ou ressurgimento de organizações adversas à reforma agrária. Foi criada a União Democrática Ruralista (UDR), rearticularam-se a Tradição, Família e Propriedade (TFP), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Essas passaram a reagir à mobilização de trabalhadores rurais, bem como a lutar para modificar o PNRA e para influir nas decisões da Assembléia Nacional Constituinte sobre a política de terras no país (Rua, 1990).

Ainda em 1985, em resposta às pressões dos latifundiários e ao recuo do governo em relação à reforma agrária (Rua, 1990), o MST inicia uma série de ocupações⁹. Na maioria das vezes, os proprietários de terras respondem à ocupação, recorrendo aos tribunais locais para reavê-las¹⁰.

⁸ O histórico desse movimento deve-se reportar à data de 26/04/1973, quando foram assinados o Tratado de Criação de Itaipu e a Declaração Conjunta entre Brasil e Paraguai pelos respectivos presidentes dos dois países na época, Emílio Garrastazu Médici e Stroessner, dados os impactos sociais, culturais, econômicos e políticos causados pela construção da barragem de Itaipu. A Usina Hidrelétrica de Itaipu comprometeu, para sua construção, cerca de 111.332 ha do território paranaense, abrangendo partes dos municípios de Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguçu e Foz do Iguçu, todos componentes da microrregião do Oeste do Estado. Ferreira (1987: 38).

⁹ Estas são organizadas a partir de lideranças locais, que identificam e escolhem as propriedades, acreditando ser área passível de desapropriação porque são fazendas, improdutivas ou que não têm o título de propriedade. Ao mesmo tempo, esses líderes recrutam potenciais ocupantes de terras, geralmente das redondezas, mas também de outras cidades. Por alguns meses, os grupos são, política e estrategicamente, preparados para a ocupação (Hammond, 1997).

¹⁰ O processo judicial é iniciado com a investigação do INCRA para determinar se a terra pode ser, ou não, desapropriada. Se puder, é estabelecido o valor da compensação ao proprietário, ainda pode recorrer à Corte, contestando as decisões do INCRA.

O MST enviou à Assembléia Nacional Constituinte uma série de propostas sobre reforma agrária que não foram consideradas. Por causa disso, o movimento resolveu mudar suas estratégias de luta. Passa a intensificar suas reivindicações pela legalização das áreas ocupadas e pela elaboração de políticas públicas que incentivassem a produção nos assentamentos e opta por “ocupar, resistir e produzir”, em vez de apenas fazer acampamentos (Bonin et al., 1991).

No II Congresso Nacional do MST, em 1990, deliberou-se que as ações dos trabalhadores sem terra deveriam ser mais enfáticas. Além da tradicional mobilização e ocupação de terras, seria necessário alcançar os noticiários de televisão por meio das “marchas”¹¹, que aconteceriam simultaneamente em diferentes regiões do país, conquistando, progressivamente, parte da opinião pública.

Na mesma época, a CONTAG liderou a organização do Grito da Terra Brasil¹², unindo diversos movimentos sociais rurais para negociar as reivindicações da agricultura familiar: a criação de um programa de crédito com menores juros, tratamento especial para a agricultura familiar, assentamento definitivo das famílias em situação irregular e acampadas e liberação de recursos para infra-estrutura dos assentamentos.

Em 1995, no mês de julho, realizou-se em Brasília o III Congresso Nacional do MST onde foram aprovadas as linhas de ação para os próximos cinco anos, com as palavras de ordem:

São essas liminares sucessivas que prolongam o processo legal e a tensão nas imediações da propriedade (Deere & León, 1998). Os tribunais locais, por sua vez, tendem a declarar ordens de despejo imediato, que são executadas com maior ou menor força, dependendo das negociações entre o MST e os governantes. Geralmente, os “invasores” são transferidos para as terras públicas mais próximas, até mesmo ao lado das rodovias, e constroem um acampamento à espera do resultado do processo judicial.

¹¹ Nelas, os trabalhadores sem terra iriam de uma cidade a outra, incluindo as grandes capitais, pressionando para avançar as negociações de desapropriação e para conseguir audiências com autoridades governamentais.

¹² Como forma de manifestar sua indignação, a CONTAG e o MST, já no ano de 1994, juntamente com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o Movimento dos Atingidos por Barragens organizaram o I Grito da Terra Brasil, acampando em pontos estratégicos das capitais do país.

“*Reforma Agrária: Uma Luta de Todos. Ocupar, Resistir, Produzir*”¹³. Naquele ano, os conflitos no campo atingem o seu ápice. Nesse período os grupos ligados à esquerda brasileira iniciaram uma grande campanha contra as reformas defendidas pelo governo federal, cujo *slogan* era: “*Reforma, Só Agrária*”.

A política de reforma agrária nos Estados

A mudança da estrutura agrária não se restringe à desapropriação e redistribuição de terras. A transformação da propriedade fundiária cumpre a função de alterar as relações sociais no meio rural e de estimular o seu desenvolvimento econômico e social e, conseqüentemente, o do país. A história brasileira – como a de outros países, que compartilharam essa experiência – demonstra que a natureza desse processo foi, desde o início, conflituosa. E, em muitos casos, essa condição permanece.

Todavia, além do conflito pela terra – que muitas vezes assume grande saliência – diversas dimensões mostram-se relevantes para a compreensão dos desdobramentos da reforma agrária no país. Um deles refere-se aos diferentes rumos pelos quais se desenrolou o processo de reforma agrária nos Estados. Devido à extensão continental do Brasil e à grande diversidade geográfica, econômica, histórica e política das Unidades Federativas, essa é uma dimensão da mais absoluta importância.

Essa diversidade – e suas repercussões sobre a reforma agrária – pode ser apreciada mediante um rápido exame das características dos Estados incluídos nesta pesquisa. Nesses, sob o ângulo das condições geográficas – solo, clima, etc – observam-se acentuadas diferenças. Por exemplo, são bem distintas as condições do Ceará – onde grande parte do território situa-se no Polígono das Secas – e a região de ricas terras agrícolas e clima generoso do sudoeste paulista e do noroeste paranaense, as áreas de clima subtropical e solos férteis do Rio Grande do Sul e o território matogrossense, de transição entre a zona de cerrados e a região pré-amazônica.

¹³ Jornal do Sem Terra, 1995, agosto.

Do ponto de vista econômico, no Mato Grosso, no sudoeste paulista e no noroeste paranaense ocorre o predomínio da agricultura capitalista de exportação, de origem mais recente, compondo explorações típicas de fronteira agrícola. Já o Ceará e a Bahia destacam-se pelas áreas de explorações monocultoras decadentes. Por fim, distingue-se o Rio Grande do Sul como região de agricultura capitalista consolidada, marcada pela presença de pequenas e médias propriedades agrícolas, freqüentemente reunidas em cooperativas voltadas para a produção de exportação.

Sob a ótica do processo histórico, enquanto a Bahia – especialmente a região cacaureira do sul do Estado – e o Rio Grande do Sul representam áreas de exploração consolidada desde, pelo menos, o início do século XX, o semi-árido cearense e a fronteira agrícola ocidental – São Paulo, Paraná e Mato Grosso – são áreas de ocupação mais recente. Isso significa, entre outras coisas, que essas áreas foram objeto de várias intervenções dos governos militares, principalmente por intermédio de políticas de incentivos fiscais, de modernização agrícola e de incorporação de terras ao domínio privado.

Especialmente São Paulo e o Paraná compartilham uma outra singularidade: foram grandemente afetados pela política de exploração de recursos hídricos do governo federal, mediante a construção de grandes barragens e a instalação de poderosas empresas hidrelétricas na bacia do Rio Paraná. Essas políticas tiveram não apenas um grande impacto ambiental, como demográfico e socioeconômico: por um lado, provocaram grandes deslocamentos de populações residentes nas áreas alagadas; por outro, atraíram para o local significativos contingentes de trabalhadores de baixa qualificação para ocupar-se nos canteiros de obra das barragens.

Esses deslocamentos populacionais foram intensificados e reorientados pela política de terras do governo militar – centrada especialmente na colonização – com a finalidade de minimizar os focos de tensão social no campo. Com isso, ocorreu um acentuado movimento migratório, atingindo os seis Estados pesquisados, sem exceção – ainda que de maneiras distintas.

Todos esses processos tiveram repercussão nas políticas estaduais adotadas para com a reforma agrária, que expressaram – com maior ou menor evidência – as diferentes nuances das interações dos

Estados com o governo federal e as distintas configurações neles assumidas pelas alianças políticas entre governo estadual, proprietários rurais e os interesses de trabalhadores, expressos por intermédio dos movimentos sociais.

Os assentamentos rurais: aspectos gerais

Os assentamentos rurais variam quanto aos processos históricos pelos quais foram constituídos: por ocupação e desapropriação de terras privadas, por ocupação de terras públicas, por transferência e reassentamento de populações afetadas por projetos governamentais etc. Segundo a literatura, existem expressivas diferenças entre os assentamentos originados em áreas de colonização e/ou reassentamento, e aqueles que tiveram como origem efetivos processos de luta, como por exemplo, a posse e o acampamento.

A colonização é uma forma de ocupação da terra segundo programas juridicamente reconhecidos, geralmente, de iniciativa pública – porém admitindo modalidades de empreendimento privado. Nesse caso, a ocupação não implica desapropriação da terra, portanto, suscita pouco conflito. Por outro lado, em geral, desencadeia pouca solidariedade entre os colonos. Isso, em parte, ocorre porque a colonização é uma política pública alocativa, distributiva.

Já o reassentamento, a posse e a ocupação por acampamento normalmente implicam desapropriação, gerando tensão social e conflitos, bem como a cooperação e a solidariedade correspondentes. Em termos de políticas públicas, essas três últimas modalidades consistiriam em políticas re-alocativas ou redistributivas. Nos reassentamentos, o acesso à terra é reconhecido pelo poder público como um direito, conseqüente de um ato jurídico-político anterior. Embora tenham essa característica, eventualmente os interesses econômicos ou as injunções políticas podem originar alguma forma de espoliação daqueles aos quais a lei assegura a reconstituição das suas condições de existência. Os focos de tensão e luta são resultantes da percepção de que esse direito foi violado de alguma maneira, no todo ou em parte.

Além disso, mesmo que envolva a desapropriação de terras, nem sempre a criação de assentamentos decorre de mobilização soci-

al. Pode expressar uma política de instância federal ou estadual que, nos moldes da “mobilização pelo alto”, típica dos processos de modernização conservadora, se antecipa à ação reivindicatória e oferece como concessão o que poderia, em futuro próximo, vir a ser demandado e conquistado. Nesses casos, a parcela obtida freqüentemente é encarada como uma dádiva de governos que recorrem aos meios de comunicação para inscrever os interessados e convocá-los para assumir a terra. Esse procedimento impede o estabelecimento de identidades coletivas e lealdades horizontais entre atores que compartilham objetivos e esvazia os movimentos reivindicatórios potencialmente existentes, ao antecipar o atendimento de suas possíveis demandas. Dessa forma, as organizações não se consolidam, as lideranças são desarticuladas, e são descartadas tanto a necessidade quanto a oportunidade de participação dos interessados.

Mesmo quando resultam de mobilização em busca do acesso à terra, os resultados sociais variam, influenciando na construção dos assentamentos. Os assentamentos originados em área de posse, por exemplo, representam uma continuidade modificada da posse, onde o foco de tensão e conflito se desloca da luta pela terra para a luta para permanecer na terra.

O acampamento, por sua vez, resulta de um cálculo político de que é viável conquistar a terra mediante a ocupação coletiva e organizada. Como consequência, os assentamentos terão desdobramentos diferenciados Quanto às formas produtivas e organizacionais.

Nas situações de posse e ocupação, quando a família assume o lote com a personalidade jurídica de assentado, na maioria dos casos, continua a se reproduzir socialmente em uma área que ela mesma delimitou e onde realizou trabalho durante o processo de consolidação.

Entretanto, posse e acampamento não são idênticos: diferenciam-se, entre outras coisas, quanto à demarcação dos lotes e, como consequência, quanto à distribuição dos recursos naturais e à própria relação do homem com a terra. Esses são fatores importantes na formação das posses e têm influência decisiva na formação dos assentamentos, mas não ocorrem nos acampamentos. Nestes, a demarcação é uma atribuição do poder público que constitui os assentamentos, cadastra os assentados/as e distribui as parcelas entre eles. Porém, mesmo nos assentamentos

originados de acampamentos, o parcelamento e a demarcação não são procedimentos objetivos e neutros: em muitos casos, os agentes do poder público precisam levar em consideração a tessitura das relações sociais e políticas, que se forma ao longo do processo de luta pela terra, e que, por vezes, acaba se impondo aos critérios puramente técnicos. Isso significa, entre outras coisas, que mesmo sendo o poder público que parcela e demarca a terra e cadastra o assentado/a, esses procedimentos e seus resultados variam em função da própria heterogeneidade dos assentados/as, das suas lutas, e da características da terra.

Já a posse, enquanto luta localizada, não representa um movimento social orientado para a reivindicação de uma política de distribuição de terras ou de um programa de reforma agrária (Fernández, 1997), constituindo-se numa prática de reforma agrária, envolvendo ocupação de terras e lutas políticas entre posseiros, fazendeiros, Estado e agências mediadoras. A mobilização reivindicatória apresenta-se nas ações das entidades que fazem a mediação da relação dos posseiros com outros setores sociais. Não obstante, e apesar de todas as suas carências, a família posseira carrega em sua bagagem bens materiais e simbólicos importantes na consolidação do assentamento. Entre esses pode-se destacar a formação de lideranças, estabelecimento de relações grupais e as modalidades específicas de organização e de participação política.

Possivelmente devido a todas essas especificidades na sua formação, os assentamentos rurais exibem acentuada diversidade, ainda que estejam situados no mesmo Estado. Ao contrário do que supõe o senso comum, muitos deles apresentam equipamento social de boa qualidade e são relativamente prósperos do ponto de vista econômico, embora os assentados/as frequentemente apresentem queixas – certamente justificadas – acerca das dificuldades de lidar com as incertezas próprias da agricultura, num contexto de recursos escassos. Entretanto, há também assentamentos onde as condições de vida mostram-se extremamente precárias e onde a atividade produtiva parece equilibrar-se numa estreita faixa de viabilidade. Nesses casos, certamente, os assentados/as enfrentam grandes dificuldades e, dependendo das causas – falta de recursos financeiros, difícil acesso aos insumos produtivos, tecnologias atrasadas, intempéries climáticas, inadequação do solos, etc – as soluções podem ser poucos viáveis.

Por outra parte, uma importante regularidade – de grande significado para a formulação e implementação de políticas públi-

cas – reside no fato de que a maioria dos assentamentos possui organização. Ou seja, não se trata de propriedades dispersas, sem vínculos sociais. Ao contrário, por intermédio de associações ou cooperativas, a vida nos assentamentos exhibe uma certa organicidade que se expressa mediante arranjos coletivos. Ou seja, a maioria dos assentamentos possui regimentos ou estatutos, e uma entidade organizacional – pública ou civil – que articula as demandas dos assentados/as.

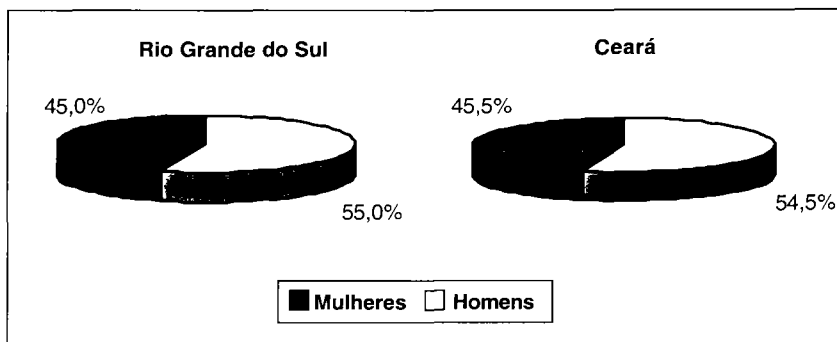
Caracterização socioeconômica da população assentada

Esta seção tem por finalidade apresentar uma descrição das características socioeconômicas da população dos assentamentos, a partir dos dados do *survey* que integra esta pesquisa.

Composição das Famílias

O estudo da composição familiar dos assentamentos se inicia pela distribuição da população por sexo. O Gráfico 1 mostra, a partir dos exemplos do Rio Grande do Sul e do Ceará, que os membros de sexo masculino predominam na composição das famílias assentadas.

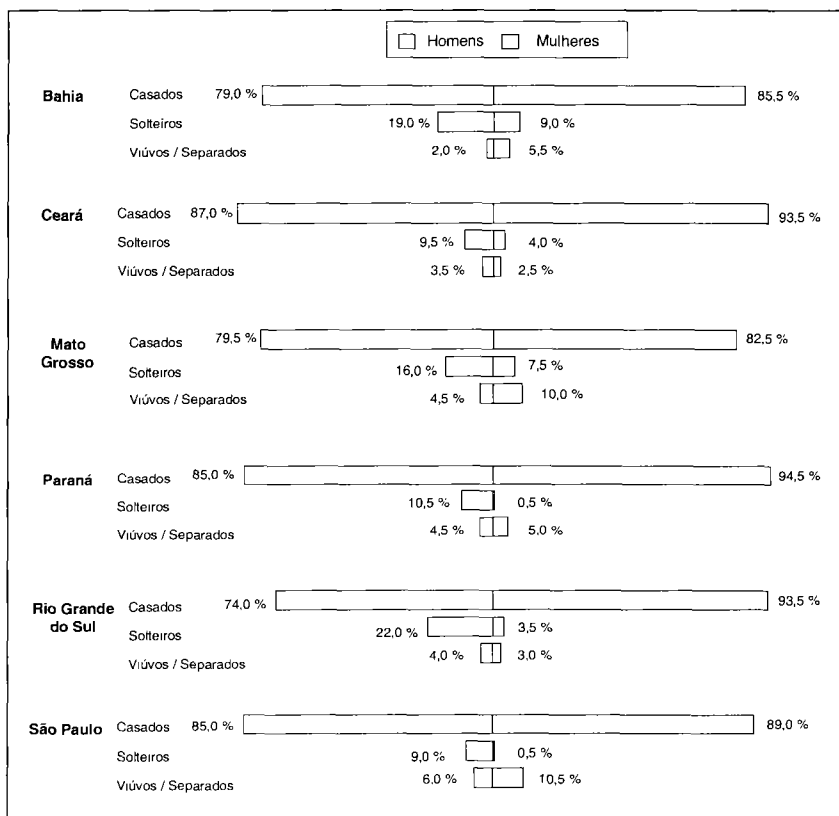
GRÁFICO 1 - MEMBROS DOS DOMICÍLIOS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL E NO CEARÁ, SEGUNDO O SEXO, EM 1999 (%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

É possível indagar se essa tendência, registrada em todos os Estados, estaria associada à migração, especialmente das jovens solteiras, que vão para as cidades próximas trabalhar como domésticas. Nesse sentido, Ricardo Abramovay (1998) refere-se a um viés de gênero nos processos migratórios no campo, com uma suposta atração que o mercado urbano de trabalho exerce sobre as moças em detrimento dos rapazes. Observa-se, por outro lado, o atrativo que a posse da terra exerce sobre os homens jovens solteiros.

GRÁFICO 2 - ASSENTADOS/AS, POR SEXO, NAS UF PESQUISADAS, SEGUNDO ESTADO CIVIL, EM 1999 (%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

Como pode ser constatado no Gráfico 2, em todos os Estados, o percentual de casados é maior entre as mulheres, e o de solteiros

é mais elevado entre os homens. Destacam-se os elevados percentuais de homens solteiros no Rio Grande do Sul, Bahia, e Mato Grosso. Excetuando-se os Estados do Ceará e Rio Grande do Sul, entre as mulheres, os casos de sociedades conjugais interrompidas pela viuvez ou separação são mais numerosos que entre os homens.

Os dados mostram ainda, que, apesar das diferenças entre os Estados – especialmente entre os do Nordeste e os das demais regiões, predominam famílias relativamente pouco numerosas, com no máximo cinco membros, compostas por pai, mãe e até três filhos (Tabela 1 em anexo).

Os resultados da pesquisa indicam que o tamanho médio das famílias assentadas é menor do que o senso comum supõe para o meio rural. Observa-se, por um lado, a diminuição das famílias extensas, que incluíam parentes e agregados, e, por outro, a redução do número de filhos.

Chama especialmente a atenção o reduzido número de crianças, com menos de 14 anos, conforme pode ser constatado na Tabela 2, a seguir. Esse dado é mais surpreendente diante do fato de que, em todos os Estados, no mínimo 80,0% dos assentados/as são casados, porém entre 18,0% e 40,0% das famílias não existem crianças, menores de 14 anos. Nas demais, entre 43,0% e 55,0% dos domicílios registraram-se apenas um ou dois moradores nessa faixa etária. Somando-se esses valores com o percentual de famílias nas quais não há crianças, tem-se uma elevada proporção dos domicílios com um máximo de duas crianças com menos de 14 anos.

Isso sugere ou que a população dos assentamentos pode ser acentuadamente jovem, não tendo ainda tido filhos, ou que está ocorrendo uma redução do tamanho das famílias, ou ainda que há membros – maiores ou menores de 14 anos – que não vivem nos assentamentos junto com a família.

Cerca de 90,0% das famílias são do tipo nuclear, limitando-se a sua composição a pai, mãe e dois ou três filhos. No máximo 10% das famílias abrangem a residência conjunta de parentes. O percentual de agregados não é estatisticamente significativo.

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000

TABELA 2 - DOMICÍLIOS DOS ASSENTADOS/AS POR UF E FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO NÚMERO DE MORADORES, EM 1999 (%)

Número de Moradores do Domicílio	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	+ de 14 anos	- de 14 anos	+ de 14 anos	- de 14 anos	+ de 14 anos	- de 14 anos	+ de 14 anos	- de 14 anos	+ de 14 anos	- de 14 anos	+ de 14 anos	- de 14 anos
Nenhum	----	27,5	----	18,0	----	31,0	----	26,0	----	31,5	----	39,0
1 ou 2	55,0	43,0	53,0	44,5	59,0	50,0	55,0	45,5	61,0	55,0	47,5	44,0
3 ou 4	31,0	20,0	31,0	27,0	33,0	16,0	33,0	23,0	32,0	10,0	42,0	15,0
5 ou 6	10,0	7,5	13,0	8,0	6,5	2,5	11,0	5,0	6,5	3,0	8,0	1,0
7 ou mais	4,0	2,0	3,0	2,5	1,5	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5	2,5	1,0
TOTAL	100,0 (495)	100,0 (495)	100,0 (762)	100,0 (762)	100,0 (431)	100,0 (431)	100,0 (404)	100,0 (404)	100,0 (400)	100,0 (400)	100,0 (388)	100,0 (388)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

- * O número de pessoas com menos de 14 anos que vivem permanentemente no domicílio é obtido através da diferença entre o número total declarado de pessoas que vivem no domicílio menos o total de membros indicados como tendo mais de 14 anos. Os números da tabela não representam o total de moradores nos domicílios, mas o número de membros de cada grupo de pessoas (maiores ou menores de 14 anos) segundo informaram os assentados/as.

Como se observa na Tabela 3, adiante, os moradores dos assentamentos são, na maioria, migrantes. E, com exceção do Estado do Ceará, os seus movimentos migratórios implicaram – principalmente no caso dos pais e mães – a transposição dos limites municipais. Cabe, entretanto, explorar as grandes variações do padrão migratório. Em primeiro lugar, observam-se diferenciações interestaduais: Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná exibem os maiores percentuais de pais, mães, filhos e filhas naturais de outros municípios do mesmo Estado. O Paraná mostra, também, o mais elevado percentual de assentados/as que nasceram em outro Estado da mesma região. O Ceará apresenta relativamente pouco movimento migracional: a soma dos percentuais de todos os membros das famílias que nasceram no mesmo lugar onde residem hoje e dos que nasceram em outro lugar do mesmo município, aproxima-se de 2/3 do total.

Bem distintamente, em especial o Estado do Mato Grosso, mas também São Paulo, destacam-se pelas mais elevadas parcelas de migração inter-regional, principalmente dos pais e mães, e, em menor proporção dos filhos e filhas. Nesses dois Estados, os maiores percentuais de filhos e filhas são originários de outro município no mesmo Estado.

Esse dado chama a atenção para as diferenças intergeracionais do padrão migracional. Em todos os Estados são mais frequentes os pais e mães que nasceram em local diferente daquele onde residem, ou seja, comparando com os filhos e filhas, foram eles que mais se deslocaram e mais transpuseram fronteiras.

Finalmente, são observadas significativas diferenças de gênero no padrão migracional em três estados. No Mato Grosso e em São Paulo, observa-se que são mais os pais, do que as mães, que nasceram em outra região. Estas, por sua vez, são mais frequentemente originárias de outro município no mesmo Estado. No Paraná, enquanto os pais são mais comumente originários de outro Estado na mesma região, as mães são também mais provenientes de outro município no mesmo Estado. Isto sugere que, até se tornar assentados, os homens migraram mais frequentemente, e de locais mais distantes, do que as mulheres.

Estrutura etária, escolaridade e ocupação

Os dados mostram que a população dos assentamentos se concentra nas faixas entre 25 e 54 anos Tabela 4. A faixa etária de 14 a 18 anos

TABELA 3 - MEMBROS DA FAMÍLIA, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR UF, SEGUNDO LOCAL DE NASCIMENTO, EM 1999 (%)

Local de nascimento	Bahia				Ceará				Mato Grosso				Paraná				Rio Grande do Sul				São Paulo			
	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa
Mesmo lugar onde reside hoje	9,0	8,0	12,0	13,5	20,0	19,5	30,5	29,0	0,5	1,0	4,5	3,0	1,0	1,0	---	5,5	2,5	1,5	3,5	---	2,0	1,0	10,5	5,5
Outro lugar, mesmo município	14,5	17,5	28,5	32,0	39,5	40,0	39,0	38,5	5,5	7,0	17,0	18,0	6,5	7,5	9,0	9,0	3,0	2,5	0,5	1,0	7,5	9,0	7,5	13,5
Outro município, mesmo Estado	65,0	64,0	52,5	44,5	37,5	36,0	27,0	29,5	23,5	29,5	47,0	44,5	54,0	60,5	72,0	72,0	91,5	93,5	94,5	95,5	34,5	37,5	46,5	38,0
A capital do mesmo Estado	---	0,5	---	---	---	0,5	1,0	0,5	1,0	2,5	0,5	3,0	1,0	1,0	3,5	2,0	---	---	---	---	1,0	1,5	2,0	5,5
Outro Estado na mesma região	5,5	4,0	2,5	7,0	3,0	4,0	2,5	2,0	13,5	13,5	9,0	5,0	27,5	20,5	11,0	3,5	2,5	2,0	1,5	---	9,0	10,5	11,0	9,0
Outra região	6,0	6,0	4,5	3,0	---	---	---	0,5	56,0	46,5	22,0	26,5	10,0	9,5	4,5	8,0	0,5	0,5	---	3,5	46,0	40,5	22,5	28,5
TOTAL	100,0 (462)	100,0 (443)	100,0 (280)	100,0 (172)	100,0 (728)	100,0 (732)	100,0 (454)	100,0 (241)	100,0 (392)	100,0 (383)	100,0 (159)	100,0 (99)	100,0 (391)	100,0 (378)	100,0 (170)	100,0 (112)	100,0 (386)	100,0 (349)	100,0 (143)	100,0 (84)	100,0 (362)	100,0 (351)	100,0 (209)	100,0 (124)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: P = pais; M = mães; Fo = filhos; Fa = filhas.

TABELA 4 - MEMBROS DA FAMÍLIA, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR UF, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS, EM 1999 (%)

Faixas Etárias	Bahia				Ceará				Mato Grosso				Paraná				Rio Grande do Sul				São Paulo			
	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa
14 a 18 anos	----	2,0	61,5	74,0	0,5	4,5	55,5	63,0	----	5,0	51,0	65,5	----	3,0	64,5	71,0	----	4,5	55,5	59,5	----	1,0	43,0	56,0
19 a 24 anos	5,0	10,0	27,0	20,0	10,5	16,0	30,0	27,0	10,5	15,5	40,5	25,0	6,5	15,5	25,0	24,0	7,0	11,5	27,0	25,0	1,5	6,0	39,5	32,5
25 a 34 anos	27,0	30,0	10,5	6,0	25,5	27,5	13,5	9,0	24,5	26,5	7,5	8,5	28,0	30,0	9,5	5,0	34,0	31,0	14,0	12,0	19,5	23,0	14,0	10,0
35 a 44 anos	28,5	31,5	1,0	----	25,5	22,0	1,0	0,5	31,0	30,0	1,0	1,0	33,0	30,0	1,0	----	30,5	31,5	3,5	3,5	28,0	32,0	1,5	1,5
45 a 54 anos	26,0	20,0	----	----	22,5	21,0	----	0,5	23,0	18,0	----	----	19,5	15,0	----	----	19,5	17,5	----	----	24,5	22,5	1,0	----
Mais de 55 anos	13,5	6,5	----	----	15,5	9,0	----	----	11,0	5,0	----	----	13,0	6,5	---	---	9,0	4,0	----	----	26,5	15,5	----	----
TOTAL	100,0 (458)	100,0 (440)	100,0 (283)	100,0 (171)	100,0 (732)	100,0 (726)	100,0 (458)	100,0 (242)	100,0 (396)	100,0 (386)	100,0 (166)	100,0 (104)	100,0 (392)	100,0 (379)	100,0 (182)	100,0 (118)	100,0 (385)	100,0 (349)	100,0 (144)	100,0 (84)	100,0 (365)	100,0 (355)	100,0 (213)	100,0 (127)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: P = pais; M = mães; Fo = filhos; Fa = filhas.

chama a atenção por apresentar proporção significativa de mães menores de 18 anos. É um percentual baixo, mas não deixa de surpreender quando comparado com o valor correspondente aos pais, que se limita a 0,5%, e é registrado exclusivamente no Estado do Ceará.

No que se refere aos adultos da família – acima de 24 anos – tanto entre os pais como entre as mães os percentuais correspondentes aos maiores de 55 anos são relativamente baixos. Os pais são mais numerosos nas faixas que vão de 25 a 54 anos e as mães, nas faixas entre 19 e 44 anos.

Os dados relativos à escolaridade também indicam diferenças entre os sexos. Em todos os Estados, a soma dos percentuais de analfabetos e somente com educação rudimentar atinge valores mais elevados entre os pais do que entre as mães. Observa-se o mesmo tipo de assimetria entre filhos e filhas, embora a diferença seja de menor magnitude.

Entre os pais e mães são menores as assimetrias nos níveis mais altos de escolaridade. O mesmo não acontece entre os filhos e as filhas, já que uma proporção significativamente mais elevada destas últimas cursou de 5ª a 8ª série e também o ensino médio, com exceção dos Estados da Bahia e do Paraná.

Também cabe chamar a atenção para o fato de que, da mesma forma como vem ocorrendo entre a população urbana, observa-se nos assentamentos rurais uma acentuada transformação educacional intergeracional: os filhos exibem percentuais de escolaridade significativamente mais elevados que os pais, o mesmo ocorrendo quando são comparadas mães e filhas.

Como indicam os dados da Tabela 5, a seguir, as mulheres são mais escolarizadas que os homens, independentemente da coorte geracional. E os jovens são mais escolarizados que os adultos/maduros, independentemente do sexo. O grupo mais escolarizado, por conseguinte, é o das mulheres jovens.

Os dados sobre ocupação (Tabela 6, adiante) mostram grandes assimetrias de gênero, que atravessam as diferenças intergeracionais. Em primeiro lugar, as atividades domésticas efetivamente são características do sexo feminino, sejam as mães ou as filhas. Da mesma forma, o exercício do magistério cabe, predominantemente, às mulheres, as quais exibem um perfil ocupacional muito mais diversificado do que os homens. Estes prevalecem nas atividades na agricultura e na pecuária, quaisquer que sejam os Estados.

Porém algumas variações devem ser registradas. Em primeiro lugar, a diferença entre pais e mães que se identificam com a ocupação

TABELA 5 - MEMBROS DA FAMÍLIA, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR UF E SEGUNDO A ESCOLARIDADE, EM 1999 (%)

Escolaridade	Bahia				Ceará				Mato Grosso				Paraná				Rio Grande do Sul				São Paulo			
	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa
Analfabeto	15,0	19,0	1,0	2,0	20,5	16,5	5,0	3,0	9,5	10,5	4,0	1,0	6,5	8,0	1,5	1,0	5,0	5,0	0,5	1,0	8,5	14,0	1,5	1,0
Rudimentar ⁽¹⁾	31,0	23,5	5,5	3,0	29,0	17,5	9,5	3,0	11,0	10,0	1,0	----	13,0	10,5	5,5	3,5	5,5	3,0	0,5	----	13,0	9,0	1,5	1,0
1ª a 4ª série	42,5	44,5	61,5	57,5	44,5	50,0	54,5	38,5	50,5	46,0	33,5	25,0	55,5	58,5	34,0	25,5	44,0	46,0	21,0	20,5	55,5	53,0	29,5	21,5
5ª a 8ª série	10,0	10,0	31,0	36,5	5,0	13,0	28,0	47,5	24,0	27,0	51,0	60,0	22,0	18,5	39,5	52,5	40,5	40,5	61,5	53,0	19,0	17,0	47,5	42,5
Ensino Médio, Técnico, Superior, outros ⁽²⁾	1,5	3,0	1,0	1,0	1,0	3,0	3,0	8,0	5,0	6,5	10,5	14,0	3,0	4,5	20,0	17,5	5,0	5,5	16,5	25,5	4,0	7,0	20,0	34,0
TOTAL	100,0 (464)	100,0 (444)	100,0 (284)	100,0 (172)	100,0 (733)	100,0 (727)	100,0 (455)	100,0 (243)	100,0 (398)	100,0 (387)	100,0 (162)	100,0 (105)	100,0 (388)	100,0 (374)	100,0 (180)	100,0 (114)	100,0 (381)	100,0 (345)	100,0 (143)	100,0 (83)	100,0 (363)	100,0 (355)	100,0 (211)	100,0 (125)

FONTES: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

(1) Sabem assinar o nome, fizeram cursos de alfabetização de adultos

(2) Completo ou Incompleto

LEGENDA: P = pais; M = mães; Fo = filhos; Fa = filhas.

TABELA 6 - MEMBROS DA FAMÍLIA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR UF, SEGUNDO A OCUPAÇÃO, EM 1999 (%)

Ocupação	Bahia				Ceará				Mato Grosso				Paraná				Rio Grande do Sul				São Paulo			
	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa
Agricultura	98,5	64,5	67,0	27,5	92,5	44,0	69,5	33,5	96,0	51,5	85,0	48,0	98,5	83,0	84,0	62,0	96,0	71,0	71,0	46,5	86,0	45,0	71,0	28,5
Pecuária	----	----	----	----	1,0	----	----	----	0,5	----	1,5	1,0	0,5	----	----	----	1,0	1,0	----	----	10,5	3,0	6,5	1,0
Atividades domésticas	----	31,5	2,0	19,5	----	45,0	0,5	14,0	----	43,0	----	33,5	----	14,5	2,0	17,0	0,5	24,0	----	18,5	0,5	49,0	0,5	40,0
Estudante	----	1,5	30,0	50,5	----	0,5	18,5	40,0	----	0,5	10,0	14,5	----	0,5	13,0	20,0	0,5	0,5	24,5	31,5	----	----	14,5	25,0
Magistério	0,5	2,0	----	2,0	----	3,5	0,5	2,5	1,0	2,5	----	2,0	----	0,5	----	----	0,5	2,0	----	----	----	0,5	----	----
Ocupações de contato com o público e/ou lideranças ⁽¹⁾	0,5	----	----	----	----	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	1,0	----	----	----	----	0,5	----	1,5	----	----	0,5	1,0	----
Atividades manuais qualificadas ou semi-qualificadas ⁽²⁾	----	0,5	0,5	----	5,5	3,5	8,5	7,5	1,5	0,5	3,0	----	0,5	0,5	----	----	0,5	0,5	1,5	2,5	2,5	----	2,0	1,0
Serviços públicos e serviços gerais ⁽³⁾	----	----	0,5	----	----	2,5	1,0	1,0	----	1,5	----	----	0,5	1,0	1,0	----	----	0,5	1,5	1,0	----	1,5	3,0	3,0
Sem ocupação ⁽⁴⁾	0,5	----	----	0,5	1,0	0,5	0,5	1,0	0,5	----	----	----	----	----	----	1,0	0,5	0,5	----	----	0,5	0,5	1,5	1,5
TOTAL	100,0 (464)	100,0 (440)	100,0 (280)	100,0 (168)	100,0 (731)	100,0 (727)	100,0 (446)	100,0 (232)	100,0 (378)	100,0 (365)	100,0 (138)	100,0 (90)	100,0 (361)	100,0 (341)	100,0 (158)	100,0 (101)	100,0 (372)	100,0 (338)	100,0 (141)	100,0 (82)	100,0 (355)	100,0 (345)	100,0 (206)	100,0 (120)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

(1) comerciantes, mensageiros(as), cabeleireiros(as), técnicos(as) agrícolas, dirigentes e militantes.

(2) carpinteiros(as), pedreiros(as), mecânicos(as), operadores(as), tratoristas, motoristas, frentistas, zeladores(as), artesãos(ãs), leiteiros(as), pescadores(as) e balseiros(as).

(3) funcionários(as) públicos(as), administradores(as), agentes administrativos, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde, atendentes de farmácia, serventes, crecheiros(as), merendeiros(as) e serviços gerais.

(4) desempregados(as), inválidos(as) e aposentados(as).

LEGENDA: P = pais; M = mães; Fo = filhos; Fa = filhas.

TABELA 7 - MEMBROS DA FAMÍLIA, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR UF, SEGUNDO O LOCAL DE TRABALHO, EM 1999 (%)

Local de trabalho	Bahia				Ceará				Mato Grosso				Paraná				Rio Grande do Sul				São Paulo			
	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa
Mesmo lugar onde reside hoje	89,5	93,5	94,0	96,0	98,5	98,0	96,5	94,0	96,5	96,0	94,5	90,0	96,0	96,0	87,0	88,5	98,0	98,0	98,5	97,5	98,0	98,0	96,0	94,0
Outro lugar, mesmo município	2,0	1,0	2,0	----	1,0	1,5	3,0	5,5	2,0	2,5	2,5	6,0	3,0	2,5	9,0	4,5	1,0	1,0	1,5	----	----	1,0	1,5	3,5
Outro município, mesmo Estado	8,5	5,5	4,0	4,0	0,5	0,5	0,5	0,5	1,5	1,5	3,0	4,0	1,0	1,5	4,0	7,0	1,0	1,0	----	2,5	2,0	1,0	2,5	2,5
TOTAL	100,0 (466)	100,0 (437)	100,0 (268)	100,0 (152)	100,0 (736)	100,0 (730)	100,0 (445)	100,0 (208)	100,0 (396)	100,0 (387)	100,0 (163)	100,0 (97)	100,0 (381)	100,0 (379)	100,0 (169)	100,0 (113)	100,0 (386)	100,0 (349)	100,0 (143)	100,0 (84)	100,0 (364)	100,0 (353)	100,0 (200)	100,0 (122)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: P = pais; M = mães; Fo = filhos; Fa = filhas.

agrícola é menor nos Estados do Sul do que nos demais, atingindo o máximo no Ceará, seguindo-se Mato Grosso e São Paulo.

Em segundo lugar, entre filhos e filhas, a diferença de identificação com a ocupação agrícola permanece reduzida nos Estados do Sul, especialmente entre os gaúchos, e atinge o máximo nos Estados de São Paulo e Bahia. Esses dados sugerem que, nos Estados do Sul pode existir uma maior identificação ou visibilidade do trabalho produtivo feminino na agricultura do que nos demais Estados pesquisados, independentemente da coorte geracional.

Em terceiro lugar, as filhas são muito mais freqüentemente definidas como estudantes do que os filhos. Essa diferença é minorada apenas no Estado do Mato Grosso e atinge o ápice no Ceará e na Bahia. Finalmente, São Paulo é o Estado onde é mais freqüente a identificação da ocupação na pecuária, na qual predominam os homens, pais e filhos.

Os dados mostram que, independentemente do Estado, as atividades ocupacionais são desempenhadas, quase totalmente, no mesmo lugar onde os assentados/as residem. A Bahia apresenta o mais elevado percentual de pais, mães e filhos que trabalham fora do assentamento onde vivem, seja no mesmo município ou noutro. No Ceará, Mato Grosso e São Paulo, são as filhas que têm um índice significativo de ocupação fora do assentamento. Já no Paraná, enquanto é alto o percentual de pais e mães que trabalham nos assentamentos, cresce a proporção de filhos e filhas que trabalham fora deles, seja no mesmo município ou em outro. Isto significa que uma parcela significativa dos moradores dos assentamentos regularmente se desloca donde moram, para trabalhar nas imediações.

Religião

No que diz respeito à religião (Tabela 8 a seguir), os católicos correspondem à maioria dos assentados/as, variando entre 81,0% e 90,0% dos homens e entre 70,5% e 93,5% das mulheres. Em seguida, vêm os evangélicos, cujas proporções são muito expressivas em São Paulo e no Mato Grosso, sendo que no primeiro desses Estados essa religião é professada por quase $\frac{1}{4}$ das mulheres assentadas.

TABELA 8 - ASSENTADOS/AS, POR UF E POR SEXO, SEGUNDO A RELIGIÃO, EM 1999 (%)

Religião	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Católica	82,5	86,5	90,5	93,5	83,5	84,5	90,0	89,5	89,0	89,5	82,0	70,5
Evangélica	8,5	10,5	7,0	5,0	13,0	12,0	7,0	9,0	6,5	8,0	13,0	24,0
Protestante	3,0	1,5	1,0	1,0	1,5	1,0	1,5	---	0,5	---	2,5	3,0
Outra/ Nenhuma	6,0	1,5	1,5	0,5	2,0	2,5	1,5	1,5	4,0	2,5	2,5	2,5
TOTAL	100,0 (255)	100,0 (239)	100,0 (375)	100,0 (386)	100,0 (205)	100,0 (214)	100,0 (198)	100,0 (197)	100,0 (199)	100,0 (198)	100,0 (198)	100,0 (187)

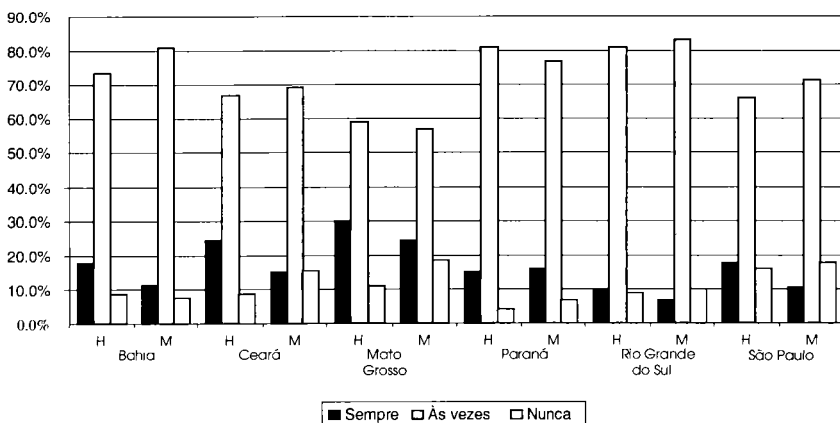
FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

Lazer

O lazer é uma das questões de maior relevância nos assentamentos, representando uma preocupação pela falta de alternativas, especialmente quanto aos jovens. Com exceção dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, o lazer apresenta-se como uma esfera de assimetrias nas relações de gênero, pois o desfrute de momentos de descanso e diversão exibe acentuada diferença entre os dois sexos, com destaque para o Estado do Ceará.

GRÁFICO 3 - FREQUÊNCIA DOS MOMENTOS DE LAZER DOS ASSENTADOS/AS, POR UF E POR SEXO, EM 1999(%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = Homens; M = Mulheres.

Como pode ser observado na Tabela 9, as atividades de lazer mais generalizadas entre homens e mulheres são aquelas que se desenvolvem no próprio âmbito doméstico, como conversar com vizinhos, ouvir rádio, visitar parentes ou brincar com filhos ou outras crianças.

Com exceção do exercício das devoções religiosas e das brincadeiras com crianças, os percentuais do sexo masculino superam significativamente os do sexo feminino em todas as outras atividades de lazer, especialmente as que implicam deslocamento para espaços extradomésticos.

TABELA 9 - ASSENTADOS/AS, POR UF E POR SEXO, SEGUNDO AS ATIVIDADES DE LAZER REALIZADAS, EM 1999 (%)

Atividades de Lazer*	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Conversam com vizinhos	72,5	75,0	80,0	68,5	69,5	58,5	84,5	74,5	82,0	77,5	73,5	69,5
Ouvem rádio	63,0	54,5	73,0	65,0	57,5	52,0	65,0	57,0	69,5	53,5	69,5	63,0
Visitam parentes	57,5	62,0	67,0	63,5	47,5	49,0	61,5	58,0	67,0	58,5	66,5	66,5
Vão à Igreja, ao culto	52,5	54,5	64,5	65,0	56,0	58,0	69,5	68,5	68,5	71,5	69,0	70,0
Vão ao jogo de futebol	41,0	16,5	50,0	22,5	42,0	17,0	41,0	23,0	57,0	26,0	34,5	8,5
Brincam com os filhos, com crianças	39,0	53,0	62,0	62,5	45,0	42,5	57,0	57,5	60,0	69,0	58,0	67,5
Passeiam na cidade	35,0	35,5	45,0	41,5	38,5	32,0	20,0	11,5	28,5	28,5	47,0	42,5
Vão a festas ou forró para ver ou dançar	30,5	22,5	47,0	39,5	39,0	30,5	27,0	25,0	60,0	42,0	33,0	24,5
Vão caçar ou pescar	29,0	14,5	51,5	14,0	44,0	26,0	31,5	15,0	50,0	13,5	30,5	18,5
Vêem televisão	25,5	31,0	63,5	64,5	26,5	14,0	27,0	26,5	40,0	39,0	58,5	53,5
Vão passear no campo ou no açude	17,0	9,0	50,5	30,5	39,0	28,0	36,5	27,0	40,5	33,0	34,0	29,5
Assistem ou participam de grupos que tocam ou cantam música	13,0	8,5	19,0	13,5	16,5	12,5	17,0	9,0	21,0	13,0	20,5	17,5

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

* - Somente foram consideradas as respostas afirmativas a cada uma das respostas. 10

N (Ceará) = 762 assentados/as (375 homens e 387 mulheres); N (São Paulo) = 388 assentados/as (198 homens e 190 mulheres); N (Rio Grande do Sul) = 400 assentados/as (201 homens e 199 mulheres); N (Paraná) = 404 assentados/as (199 homens e 205 mulheres); N (Bahia) = 495 assentados/as (256 homens e 239 mulheres); N (Mato Grosso) = 431 assentados/as (213 homens e 218 mulheres).

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

Os dados examinados neste capítulo indicam que a população dos assentamentos não se conforma aos estereótipos vigentes quanto ao meio rural como um todo. Predominam os homens, havendo entre eles uma proporção de solteiros bem superior àquela observada entre as mulheres. As famílias possuem, em média, cinco ou seis membros, sendo escassos, entre eles, os parentes e agregados. Ou seja, predomina a família nuclear. Como regra os assentados são

relativamente jovens, passaram por intenso processo migratório, possuem afiliações religiosas – são predominantemente católicos ou evangélicos – e contam com escassas alternativas de lazer. Suas ocupações são desempenhadas majoritariamente nos próprios assentamentos e são basicamente atividades agropecuárias. O seu grau de escolaridade varia conforme o sexo e a idade, sugerindo importantes mudanças educacionais, que serão detalhadas no próximo capítulo.

ANEXO I

TABELA 1 - NÚMERO DE PESSOAS QUE VIVEM NO DOMICÍLIO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS POR UF, EM 1999 (%)

Número de Membros do Domicílio	Bahia	Ceará	Mato Grosso	Paraná	Rio Grande do Sul	São Paulo
1 a 2	17,5	8,5	20,5	13,0	22,0	17,0
3 a 4	34,5	34,5	46,5	40,0	42,0	48,0
5 a 6	26,0	32,0	24,5	32,5	27,0	26,0
7 ou mais	22,0	25,0	8,5	14,5	9,0	9,0
TOTAL	100,0 (495)	100,0 (762)	100,0 (431)	100,0 (404)	100,0 (400)	100,0 (388)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

2. Educação, Gênero e Mudança Social

Há vários anos tem-se registrado que no Brasil, como regra, as meninas não enfrentam obstáculos ao estudo em razão do seu sexo (Rosemberg, 1982; Rosemberg & Piza, 1994). Ou seja, no que tange especificamente às relações de gênero, o acesso da mulher à educação tornou-se uma questão resolvida em quase toda a sociedade brasileira. Isso se aplica, inclusive, aos assentamentos rurais. Os impedimentos existentes atingem ambos os sexos e resultam, por um lado, do isolamento e carência de equipamento social no campo e, por outro, dos imperativos de sobrevivência, que obrigam os rapazes a ingressar precocemente nas atividades produtivas. Assim, as mulheres dos assentamentos têm tido livre oportunidade de estudo e hoje, distintamente das outras comunidades rurais, são mais escolarizadas que os homens.

Porém, isso não se mostra decisivo para a superação das assimetrias de gênero. A escolaridade parece uma condição necessária, mas não suficiente, para transformar as relações de gênero nos assentamentos rurais. É possível sugerir que isso ocorra porque (a) também nos assentamentos rurais o sistema escolar reproduz as iniquidades de gênero que organizam a estrutura social e cultural como um todo; e (b) a educação formal pouco tem enfatizado o desenvolvimento humano, privilegiando, em lugar disso, a preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho.

Esses temas serão explorados a partir de dados quantitativos primários e secundários, e de entrevistas com jovens assentados/as, seus pais e professores, bem como com as lideranças locais. Assim, serão identificadas as relações entre os papéis familiares e a educação, as oportunidades de estudo, o valor atribuído à escola, a qualidade e as condições do ensino no assentamento e o impacto do trabalho sobre a educação de jovens. Busca-se, assim, reunir e analisar, sob a perspectiva de gênero, as representações sociais sobre o papel desempenhado pela educação na vida dos indivíduos e no futuro da comunidade.

Educação, capital social e desenvolvimento

A literatura sobre educação e gênero dedicou-se, nos últimos anos, a mostrar as diferenças de oportunidades que ambos os sexos

tiveram no seu acesso à escola. Segundo a UNESCO, em todo o mundo, as meninas constituem a maioria dos 130 milhões de crianças de ambos os sexos que não tiveram acesso à educação fundamental¹.

As oportunidades educacionais estão relacionadas à construção da cidadania e são consideradas também uma das mais relevantes condições para o desenvolvimento humano e social. Segundo Coleman (1994), a inovação mais importante e mais original na economia da educação, nas últimas décadas, foi exatamente a idéia de que o conceito de “capital físico” (instrumentos materiais de produção) necessita e pode ser complementado pela noção de “capital humano”. Assim, para explorar eficaz e eficientemente os instrumentos de produção, é necessário também criar (ou “educar”) as habilidades e as capacidades das pessoas que os utilizam.

Vários autores, porém, advertem que o valor da educação ultrapassa essa perspectiva economicista e utilitarista e que o desenvolvimento pode e deve ser compreendido de uma maneira mais abrangente. Nessa linha de preocupações situa-se o Relatório da UNESCO coordenado por Jacques Delors (1999). Para esse autor, a educação deve buscar a realização do ser humano como tal, e não enquanto meio de produção, proporcionando a todos os indivíduos as oportunidades e instrumentos necessários para desenvolver livremente suas potencialidades e participar da evolução da sociedade. Também sob a ótica do desenvolvimento integral do ser humano, Morin (2000), nos *Sete saberes necessários à educação do futuro*, chama a atenção para o fato de que o conhecimento racional-empírico-técnico, típico do preparo para o mercado de trabalho, jamais anulou ou substituiu o conhecimento simbólico, mítico ou poético, que se inscreve na esfera do desenvolvimento cultural, psicológico e filosófico do indivíduo.

Compartilhando essa perspectiva, Amartya Sen (2000), define o desenvolvimento humano como um processo de expansão da liberdade substantiva das pessoas. O autor desenvolve o conceito de “capacidade humana”, no qual a educação é vista não apenas

¹ UNESCO, 1995.

como uma forma de as pessoas se tornarem economicamente mais produtivas, mas como uma condição para a liberdade. Nesse sentido, a “capacidade humana” significa a possibilidade de as pessoas levarem a vida que valorizam e melhorarem a sua estrutura de oportunidades.

Nessa concepção de desenvolvimento como liberdade, se por um lado a educação torna uma pessoa mais eficiente na produção de mercadorias, por outro lado cria ou melhora as habilidades de leitura, comunicação e argumentação e amplia o leque de oportunidades e escolhas. Portanto os benefícios da educação excedem a formação de capital humano: aumentam as oportunidades dos indivíduos se desenvolverem e desfrutarem uma vida mais livre e proveitosa. A expansão da educação para as mulheres, por exemplo, “pode reduzir a desigualdade entre os sexos e também contribuir para a redução das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil” (Sen, 2000: 335). Desse modo, a educação exerce impacto positivo sobre as relações sociais em geral.

De acordo com Durston (1999), entre os países latino-americanos, o Brasil tem a taxa mais elevada de jovens rurais que estudam e trabalham ao mesmo tempo. O seu nível escolar foge à visão estereotipada de um analfabetismo funcional generalizado e, cada vez mais, esses jovens de ambos os sexos permanecem na escola. Além disso, a taxa de analfabetismo entre a juventude rural é significativamente menor do que a dos seus pais, e é crescente o número de jovens que prossegue os estudos no ensino secundário.

Ainda assim, a maioria dos jovens rurais abandona a escola antes de ter autonomia econômica e de ser capaz de decidir sobre o seu futuro. Param de estudar em uma idade na qual suas expectativas e planos de vida ainda não foram completamente formados. Esse é um dado preocupante, já que esse jovem pode retirar da educação ferramentas utilizáveis em proveito próprio ou da família, ou ainda, da comunidade.

Obedecendo às clivagens de gênero existem, entre as meninas e os meninos do campo, significativas diferenças na participação e no acesso ao ensino formal. Ao contrário do que se poderia imaginar, entre os rapazes o nível de renda da família não tem relação com a taxa de permanência escolar. Isso contradiz o senso comum

de que os jovens mais pobres têm menos possibilidades de estudar. Na verdade, o estudo representa uma parte relevante das estratégias de vida dos jovens rurais do sexo masculino, principalmente entre aqueles que têm pouca ou nenhuma expectativa de herdar as terras dos seus pais. Ou seja, o desempenho dos jovens nas escolas parece depender menos da sua situação socioeconômica, e mais da sua expectativa quanto ao uso da terra familiar (Durston, 1999).

A educação formal assume um significado diferente para as jovens rurais. Entre as meninas, é uma maneira de fugir do destino de se transformar em dona de casa, agricultora ou em empregada doméstica na cidade. Na tentativa de obter melhores oportunidades futuras para as filhas, as mães representam um apoio fundamental. Financiam com grande esforço os estudos das filhas porque acreditam que isso pode levar à obtenção de instrumentos/capacidades/habilidades de trabalho que resultem em maior autonomia. De certa forma, as mães não desejam que as filhas herdem uma situação que elas mesmas enfrentam, baseada no trabalho excessivo, repetitivo, pouco gratificante e muito dependente (Durston, 1999). Cabe indagar em que medida persistem no ambiente dos assentamentos rurais essas distinções de gênero quanto à percepção do valor e da função da educação e quanto aos padrões de acesso ao estudo.

Escolaridade e gênero no meio rural

No Brasil, o meio rural apresenta os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade: no período 1993-98, os analfabetos correspondiam a um terço dos ocupados; os que tinham somente de um a três anos de estudos constituíam proporção bastante semelhante, independentemente do sexo. Entre os analfabetos registrou-se uma pequena redução no período, tendo sido mais acentuada a queda entre as mulheres (de 33,0% para 30,0%). Portanto, de forma equivalente, mulheres e homens são pouco instruídos. Observa-se uma pequena vantagem percentual das mulheres sobre os homens quando se trata dos que lograram completar as quatro séries iniciais do ensino fundamental.

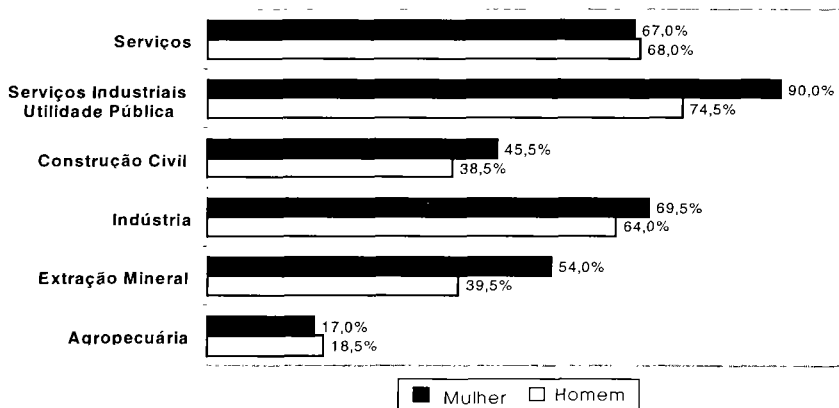
TABELA 10 - PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA NO BRASIL, POR SEXO, SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO, 1993-98 (%)

Anos de Estudo	1993		1998	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
	% sobre o total	% sobre o total	% sobre o total	% sobre o total
Nenhum	34,0	33,0	32,0	30,0
1 a 3	33,0	32,5	32,0	32,0
4	18,0	22,0	18,0	21,0
5 a 7	8,5	8,0	11,0	10,0
8	2,5	2,0	3,0	3,0
9 a 11	2,5	2,0	3,5	3,0
12 e mais	0,6	0,2	1,0	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PNAD/IBGE, 1993 e 1998. Adaptado de Tabulações Especiais Melo & Sabbato, 2000.

Os dados da PNAD mostram que, independentemente do sexo, o setor agropecuário tem a mais baixa escolaridade de toda a economia. É também o único setor em que a escolaridade feminina é menor que a masculina. De fato, comparando a proporção da população ocupada em todos os setores econômicos, observa-se que, entre os ocupados rurais encontra-se a mais baixa proporção dos que tiveram cinco ou mais anos de escolaridade, muito distante da média nacional e menos da metade da indústria extrativa. Os dados agregados por setores de atividade mostram, também, o menor grau de instrução das trabalhadoras, quando comparadas aos trabalhadores rurais.

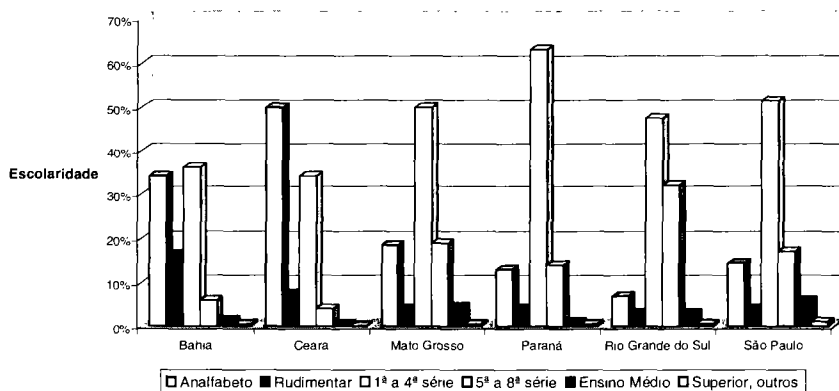
GRÁFICO 4 - PESSOAL OCUPADO COM 5 ANOS OU MAIS DE ESTUDO, POR SETOR ECONÔMICO, SEGUNDO O SEXO, EM 1998(%)



FONTE: PNAD/IBGE, 1998. Adaptado de Tabulações Especiais Melo & Sabbato, 2000.

Os dados do Censo da Reforma Agrária confirmam o baixo nível de escolaridade entre os assentados/as. Porém chamam atenção as diferenças entre Estados e regiões. No gráfico abaixo, pode-se observar uma grande disparidade no nível educacional entre os Estados do Nordeste e os do Sudeste e Centro-Sul.

GRÁFICO 5 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR UF, EM 1999 (%)



FONTE: Adaptado do I Censo da Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB.

A média das porcentagens de analfabetos da Bahia e do Ceará (42,0%) representa mais que o triplo da média nos Estados do Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo (13,0%). Esse padrão se repete em todos os níveis de escolaridade, com uma pequena exceção no ensino médio, onde a Bahia possui uma porcentagem um pouco maior do que a do Paraná.

Ainda que haja Estados onde a taxa de analfabetismo nos assentamentos rurais é relativamente baixa, é evidente que o percentual dos que não sabem ler e escrever é bastante elevado. Da mesma forma, a proporção de assentados/as que cursaram o ensino médio e/ou superior é muito pequena, em todos os Estados pesquisados.

A maioria dos adultos concluiu somente as primeiras séries do ensino fundamental, e o analfabetismo está concentrado entre os pais e mães, que correspondem, em parte, às gerações mais velhas. Os

analfabetos são, na maior parte, do sexo masculino. Ser analfabeto dificulta a vida dos assentados/as:

Ser analfabeto de não saber nem fazer o nome, isso é uma tristeza pra pessoa. Eu sei fazer meu nome, eu sei pegar um papel desse aí, eu pouco sei, eu não vou dizer que eu sei ler, porque ler eu não sei, né. Sei escrever pouca coisa, eu sei, mas tem dia que eu juro como eu fico com a minha cabeça doendo de pensar porque foi que eu não aprendi nada. (Grupo Focal de Liderança, CE).

Além disso, a falta de estudo é motivo de vergonha e de grande tristeza. Somente o fato de saber assinar o nome dá uma certa segurança às pessoas que não tiveram oportunidade de estudar: “*Mas só com essa assinatura que eu faço, né, no meu nome, tem me servido tanto*”. Em alguns casos, aparece um sentimento profundo de arrependimento ou frustração de não ter continuado na escola: “*Se tivesse estudado tinha mais chance*”.

Esses resultados são corroborados pelos dados coletados nesta pesquisa (Tabela 5, apresentada no Capítulo 1). É possível constatar que as mulheres são mais escolarizadas que os homens, independentemente da coorte geracional. E os filhos e filhas são mais escolarizados que as mães e pais. O grupo mais escolarizado, por conseguinte, é o das filhas, ou seja, as mulheres jovens. Assim, os assentamentos rurais sinalizam para uma profunda transformação educacional, que expressa uma clivagem de gênero e pode estar associada à origem dos assentados/as.

Esses dados sugerem, ademais, que quanto à escolarização das mulheres, os assentamentos rurais se distinguem do mundo rural como um todo – onde a escolaridade masculina ainda é superior à feminina – e exigem um padrão mais semelhante ao do restante da sociedade brasileira.

Como seria de se esperar, a escolarização faz diferença na vida dos assentados/as. A Tabela 11, a seguir, mostra que, nos assentamentos rurais, há uma associação positiva entre escolaridade e ocupação das mulheres. Quanto maior a educação, menos as mulheres trabalham em atividades domésticas e em atividades ligadas à terra.

TABELA 11 - MULHERES ASSENTADAS, MAIORES DE 14 ANOS, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEGUNDO ATIVIDADE OCUPACIONAL NAS UF, EM 1999* (%).

Ocupação	Analfabeto/ rudimentar	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Ensino Médio e Superior	Total
Serviços domésticos	38,0	35,0	29,0	25,5	33,0
Agricultura, pecuária e pesca	59,0	55,0	51,0	32,5	54,0
Trabalhos manuais e serviços gerais**	2,0	2,5	1,5	1,5	2,0
Trabalhos qualificados***	0,3	1,0	3,0	20,5	3,0
Estudante	0,8	6,5	15,5	20,0	8,0
Total	100,0 (729)	100,0 (1571)	100,0 (891)	100,0 (234)	100,0 (3425)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

* As UF foram: Bahia, Ceará, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

** Inclui as atividades de artesão, pedreiro, merendeiro, crecheiro, cabeleireiro, etc.

*** Inclui as atividades de auxiliar de enfermagem, agente de saúde, professora, funcionário público, atendente de farmácia etc.

Observa-se, por exemplo, que, enquanto a maioria das mulheres analfabetas ou com ensino rudimentar se ocupa da casa (38,0%) e da agricultura, pecuária ou pesca (59,0%), o percentual das que realizam os mesmos trabalhos cai bastante entre aquelas que concluíram o ensino médio ou superior (25,5% e 32,5%). Em contrapartida, é possível notar que quanto maior a escolaridade mais elas se ocupam de trabalhos qualificados como professoras, atendentes de farmácia, agentes de saúde e funcionárias públicas. O percentual das mulheres com ensino médio ou superior que exercem esse tipo de atividade chega a 20,5 %.

Os homens, por sua vez, também parecem apresentar uma maior diversificação de trabalho com o aumento da sua escolaridade. Na Tabela 12, observa-se que quase 100,0% dos homens analfabetos ou com ensino rudimentar trabalham em atividades agropecuárias ou na pesca. Esse percentual cai à medida que aumenta a escolaridade, ficando em 78,0% entre os que estudaram até o ensino médio ou superior. Além disso, assim como as mulheres, os homens com escolari-

dade mais alta exercem também atividades mais qualificadas, expandindo seu leque de oportunidades ocupacionais.

TABELA 12 - HOMENS ASSENTADOS, MAIORES DE 14 ANOS, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEGUNDO ATIVIDADE OCUPACIONAL NAS UF, EM 1999* (%)

Atividades	Analfabeto/ rudimentar	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Ensino Médio e Superior	Total
Serviços domésticos	---	0,2	0,4	1,0	0,4
Agricultura, pecuária e pesca	99,8	94,0	85,0	78,0	92,0
Trabalhos manuais e serviços gerais**	0,1	0,2	0,4	1,5	0,3
Trabalhos qualificados***	---	0,1	0,2	5,5	0,3
Estudante	0,1	5,5	14,0	14,0	7,0
Total	100,0 (951)	100,0 (1902)	100,0 (999)	100,0 (198)	100,0 (4050)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

* As UF foram: Bahia, Ceará, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

** Inclui as atividades de artesão, pedreiro, merendeiro, crecheiro, cabeleireiro etc.

*** Inclui as atividades de auxiliar de enfermagem, agente de saúde, professora, funcionário público, atendente de farmácia etc.

Cabe indagar quais os significados e impactos dessa maior escolarização feminina, especialmente entre as mulheres jovens, e qual a sua relação com as questões de gênero.

Como poderá ser observado no discurso dos assentados/as, as mulheres parecem ter um melhor desempenho escolar que os homens, ao continuarem estudando, e conseguem, mais significativamente, outros tipos de ocupação, que não a casa ou o campo. Ou seja, a educação parece uma forma bastante eficiente para a mulher expandir suas oportunidades profissionais. Isso pode se traduzir como mais alternativas de escolha entre permanecer no assentamento ou migrar para a cidade em busca de uma vida nova. Porém, quaisquer que sejam as possibilidades, em princípio, as mulheres escolarizadas têm maiores oportunidades de escapar do destino de somente cuidar da casa e dos filhos ou ajudar nos trabalhos de campo. Porém, a

concretização, ou não, dessa mudança, pode depender de outros fatores, para cuja superação a educação – tal como se configura no presente – não tem sido o bastante.

Família e experiências de escolarização

O exame dos dados da pesquisa lança luz sobre algumas importantes questões. Com o foi demonstrado anteriormente, vem ocorrendo entre os assentados/as uma expressiva mudança educacional intergeracional, de maneira que, invariavelmente, os filhos exibem percentuais de escolaridade significativamente mais elevados que os pais, o mesmo ocorrendo, especialmente, quando são comparadas mães e filhas.

Conforme é possível observar no discurso das famílias, a educação é percebida como uma condição de enorme importância para o crescimento pessoal. Os pais valorizam o estudo porque não tiveram as mesmas oportunidades de estudar, já que não existiam escolas perto de suas casas, e tinham, como obrigação primeira, o trabalho. Lamentam-se muito por não terem tido condições para prosseguir os seus estudos, e não querem que o mesmo aconteça com seus filhos. Por esse motivo, os pais querem os filhos estudando, aprendendo o que eles não tiveram oportunidade quando mais jovens:

(...) aquilo que eu não consegui eu quero que ele consegue. Meus filho todo consegue ter o estudo e a educação (...) 'Não, vai ter que trabalhar. Negócio de estudar, estudo não enche bucho de ninguém!' Hoje em dia os pais não dizem mais isso, faz é mandar. A criança não quer ir, reclama, mas tem que ir mesmo. (Grupo Focal de Homens, CE).

Quando indagados, quase todos relatam histórias de interrupção dos estudos por dificuldades de acesso, necessidade de assumir responsabilidades de sustento da família, ou mesmo devido à atitude dos próprios pais quanto à importância do estudo. Em parte, as dificuldades de estudar resultavam da desvalorização da escola pelos seus pais.

Vale observar, todavia, que os motivos da suspensão dos estudos variam entre homens e mulheres adultos. Os primeiros enfatizam a ne-

cessidade que tinham de trabalhar ainda jovens, a maior importância atribuída ao trabalho e as dificuldades de acesso ao local de estudo. Já as mulheres registram, mais frequentemente, as atitudes paternas de subvalorização do estudo das filhas: “o pai não deixou mais estudar”.

QUADRO 2.1 – Só até assinar o nome

Grupo Focal de Mulheres, RS

Eu estudei até a quarta série só. Que daí, sei lá, era assim: a mulher aprendia até saber assinar o nome, eu me lembro que meu pai me dizia assim. Ah, então, eu tinha vontade, gostaria de continuar a estudar. Meu pai: ‘Tira essas meninas aí; porque elas já sabem assinar o nome e chega.’ E daí foi isso, a gente ficou sem estudo, sem nada.

Várias mulheres adultas apontam o casamento como o ponto de ruptura do processo de escolarização e informam que pararam de estudar porque casaram em idade prematura. Há relatos de que a escola não era vista por seus pais como um local de aprendizagem, senão de socialização, lazer e até mesmo ócio, onde as moças tinham oportunidades de namorar e aprender a escrever cartas para os namorados. Nos depoimentos, a repressão paterna mostra-se um motivo recorrente para justificar o abandono da escola. Os pais receavam que as filhas rompessem a segurança do lar para ter relacionamentos com rapazes:

Eu cheguei até aqui, mas saí do colégio. Foi minha mãe. Eu agradeço a ela perder meus estudos por causa do bilhete de namorado. Mas não era meu namorado, era de uma colega, que ela me pediu prá eu entregar. A minha mãe, ela fiscalizava a gente, ‘cadê os dever?’ ‘Aonde foi que a professora marcou a lição prá você, vambora vê!’ Aí foi quando ela abriu o livro, tá o bilhete. Ela foi na vizinha... ela não sabe ler e veio uma vizinha: ‘É dela!’ e ela já saiu de uma vez com tudo. ‘Não vou gastar meu dinheiro com você’, então eu fiquei nisso. Por causa de uma colega, eu perdi meus estudos. (Grupo Focal de Mulheres, BA).

Comparando homens e mulheres quanto ao direito de estudar, os jovens acreditam ter ocorrido uma mudança entre as gerações. A disposição para estudar pode estar mais relacionada com o apoio oferecido pelos pais e com expectativas geradas em torno da escolarização, do que com os referenciais de gênero. *“Tem aquele que tem vontade de estudar, por exemplo, se um tem vontade, aquele lá deveria. (...) É que antigamente se via que o estudo era mais importante pros homens. Porque as mulheres casavam”*.

Segundo os assentados/as, hoje, a definição das oportunidades teria como critério mais importante o empenho nos estudos, e não o sexo. Esse é um elemento novo, uma mudança extremamente relevante, porque desloca o problema para o sistema de incentivos e de motivações para o estudo.

Muitas das assentadas casaram e tiveram filhos ainda na adolescência, o que impediu a continuidade dos estudos. A gravidez é um fator preponderante para o abandono escolar. Algumas mulheres chegam a atribuir essas dificuldades aos modos de vida no campo: *“Aí sabe, a gente aqui no interior não é como cidade, né? No interior as pessoa às vezes pega filho mais novo, cedo, né? Aí não dá tempo a gente estudar mais”*.

Os recursos para o estudo, proporcionados pela família, são apontados como fator de estímulo, mas a responsabilidade pela continuidade é atribuída aos jovens que têm todas as chances para fazê-lo. Em geral, existe a compreensão de que é importante manter os filhos estudando, mesmo que isso imponha aos pais *“sacrifícios”*, como trabalhar sozinhos:

Porque precisa estudar, se for trabalhar eles não estuda. Então, é preciso o pai dá calçado, vestir, tudo aqueles rapaz, aquelas moças.(...) Muitos aqui, rapazinhos, não sabe nem fazer o seu nome certo. Por quê? Porque vai pro mar e vai pro roçado e não estuda. E aqueles ...os pais que botam os filhos prá estudar, vai trabalhar, dá o duro prá poder dá tudo aqueles filhos. Sem poder. Porque, faz do jeito que é o jeito. (Grupo Focal de Mulheres, CE).

Nos grupos de adultos existe um consenso de que hoje a escola melhorou, comparada com a época em que estavam estudando. No

passado, além das dificuldades concretas de acesso, muitas vezes, as professoras não se interessavam que os alunos aprendessem, ou aterrorizavam as crianças. Nesse sentido, os professores são vistos como tendo grande responsabilidade na educação e o fracasso ou o sucesso na escola se deve, em grande parte, à sua postura em sala de aula:

Eu não estudei muito porque naquele tempo as professora era muito carrasco, não tinha educação, pegava nossa mão e dava bolo no argumento, né, chega o sangue fervia nos meus dedo, aí eu ficava com aquele nervoso e não ia outra vez (...) Hoje em dia já é mais educada as escolas pras crianças. As criança vão com vontade. Já tem merenda. Já tem tudo, né. É uma coisa boa. Não estuda se não quiser. (Grupo Focal de Mulheres, CE).

As oportunidades de estudar

A princípio, a percepção da importância do estudo fica bastante clara nas entrevistas, quando todos concordam que os jovens devem ter as mesmas oportunidades de estudar, independentemente do sexo. Porém, na prática, segundo vários depoimentos, existem muitas diferenças nas possibilidades de meninos e meninas prosseguirem estudando, porque estas se dedicam mais ao estudo, já que não trabalham com a mesma regularidade no campo.

Porém, segundo um dos assentados, os meninos é que deveriam estudar mais porque terão de manter a família no futuro, e o estudo cria a oportunidade de um emprego melhor. A menina pode sempre substituir um bom trabalho por um “*bom casamento*”:

Um bom casamento é o mesmo que um bom emprego. Agora o homem é que vai assumir. É preciso ter um bom estudo prá ele conseguir um emprego melhor, que é ele que vai assumir a casa e tudo, né. (Grupo Focal de Mulheres, CE).

Essa opinião entra em contradição com o fato de que os rapazes são considerados, desde cedo, braços indispensáveis para o sustento da família, o que faz com que o estudo ocupe um espaço se-

cundário na sua vida, em comparação com o trabalho. Algumas assentadas dizem que, se tivessem um casal de filhos e precisassem tirar um deles da escola para trabalhar, o menino seria escolhido, pelo trabalho que desenvolve na roça: “*Eu tiro o menino*”.

O mesmo não acontece com as moças, cuja força de trabalho, na melhor das hipóteses, é considerada subsidiária, complementar, portanto dispensável. Dessa forma, é em parte devido à sua desqualificação para o trabalho produtivo que as jovens acabam permanecendo na escola por mais tempo que os rapazes.

Aparentemente existe um consenso entre os assentados/as no sentido de que as mulheres estudam por mais tempo e se dedicam mais ao aprendizado. Na realidade, elas são vistas como privilegiadas, pois os afazeres domésticos não são considerados trabalho. Dessa percepção decorre a idéia de que as meninas não têm outras obrigações além de estudar, enquanto os rapazes têm que trabalhar: “*Os homens vão ajudar os pais, principalmente aqui nas zonas rurais, né; pescar no mar; tá na enxada; a menina tá só estudando e comendo, em casa, né?*”

Fica claro, nos depoimentos, que isso não corresponde à realidade, mostrando-se uma interpretação enviesada pelas percepções de gênero: “*As meninas também têm a necessidade de abandonar a escola por causa do trabalho, porque a mãe e o pai precisa trabalhar e elas têm que ficar em casa prá tomar conta de casa, dos irmãozinhos menores, né?*”

Um grupo de moças conta que algumas pararam de estudar por “*falta de recursos*”, dificuldades de pagar a condução e necessidade de trabalhar dentro e fora de casa. Em alguns assentamentos, as moças vendem produtos na feira e os jovens de ambos os sexos trabalham para seus pais ou para outros assentados/as como diaristas:

Muitas vezes também elas necessitam de trabalhar, porque hoje a mulher trabalha em campo, trabalha em tudo, né, se não vai pro campo, mas sempre vai ter que trabalhar na casa de alguém, alguma coisa parecida, não é só os homens não. (Entrevista com Professora, BA).

Também os professores manifestam, em seu discurso, percepções diferenciadas segundo o sexo dos estudantes. Educar um meni-

no e uma menina, na sua opinião, é completamente diferente: os rapazes interrompem o estudo com mais facilidade do que as moças, e estas são mais interessadas e obtêm notas melhores. Além disso, menina é mais participativa, mais calma, mais tranqüila e mais esforçada: *“uma menina se dá mais às coisas do que o menino”*.

O menino gosta mais de brincadeira, tem pouca responsabilidade e é mais malicioso do que a menina, pensando mais precocemente no namoro e na sexualidade. *“Eu acho que o menino homem, ele já nasce mesmo com atitude bem diferente da menina mulher, acho que seja natural”*.

Alguns professores também apontam clivagens de gênero quanto aos conteúdos de aprendizagem, afirmando que os meninos gostam mais de matemática do que as meninas porque, segundo eles, necessitam mais dessa matéria durante a sua vida. É possível supor que os professores reforcem entre os pais e transmitam aos filhos essas distinções nas suas percepções de gênero.

Porém, para outros professores, não há diferença no tratamento e no desempenho de meninos ou meninas na escola. Na opinião deles, estudar é tão importante para as meninas quanto para os meninos.

Os obstáculos impostos pelo trabalho aos estudos

Na medida em que o estudo é considerado de grande valor e *“quem não lê não é quase ninguém”*, homens e mulheres que no passado interromperam os estudos tentam ainda recuperar o que consideram uma perda. Vários fizeram *“muitos sacrifícios”* para terminar, pelo menos, a 4ª série. Alguns dos assentados/as relatam grandes esforços para voltar a estudar, inclusive algumas mulheres, apesar de todas as limitações impostas pelas tarefas domésticas e a educação dos filhos.

É importante assinalar que são principalmente as mulheres que mais tentam retomar os estudos, talvez pela necessidade de ensinar os filhos, ou de recuperar algo que não obtiveram no passado. Em alguns assentamentos, existe curso de alfabetização de adultos, e, segundo os professores, a maioria dos alunos é do sexo feminino.

Algumas mulheres criam estratégias alternativas para voltar a estudar. Elas têm grande dificuldade para conseguir conciliar estudos com a rotina doméstica: “*terminei, tá com cinco anos que eu terminei, aí foi que concluí o segundo grau.(...) tentativa, tentando, criando filho, trabalhando, ensinando mas consegui.*” Uma delas decidiu freqüentar a mesma escola dos filhos, assistindo às aulas junto com as crianças. Outras, jovens mães, procuram compatibilizar os cuidados dos filhos com a continuidade dos estudos: “*É. Levo meus dois filhos, quando dorme, eu ponho no chão prá dormir.*”

O processo de educação de adultos encontra, porém, grandes obstáculos. Apesar do interesse, também por parte dos homens a desistência é grande, mesmo no caso de pessoas que estudam à noite:

A maioria tem um pouco de boa vontade, então você vê que eles tão tentando ir buscar isso aí. E já foi tentado implantar várias vezes, né, e nunca consegue chegar ao final por causa da desistência... Chegou a época do final, chegou a época do plantio... (Grupo Focal de Professores, PR).

Os professores dizem que o principal motivo para o abandono dos estudos entre mulheres e homens, adultos ou jovens, é, de fato, a dificuldade em conciliar trabalho e estudo.

QUADRO 2.2 - Trabalho ou estudo?

Entrevista com professora, BA

No caso aqui no assentamento, por causa do trabalho, eles se queixam né? Porque eles têm que trabalhar prá ajudar a família, né? E também esse horário de matutino, vespertino fica difícil prá eles ajudar a família. Então eles tão lutando aí prá conseguir um curso à noite, né, prá que venha um professor à noite.

Os jovens relatam que o trabalho prematuro faz com que se sintam muito cansados, reduz o seu aproveitamento e os torna desmotivados para continuar estudando:

Você trabalha já na idade de dois anos aqui, você nasce na roça, se cria, tem que trabalhar. Você trabalha prá fazer alguma coisa prá você comer ou então você vai passar fome. Aí ia prá aula do serviço, aí ia voltar prá escola, aí cansava, ficava muito cansativo, aí você opta por uma coisa ou então por outra. (Grupo Focal Misto de Jovens, CE).

Em muitos casos, a situação se complica ainda mais porque a escola não oferece vagas suficientes para o turno da noite. Os professores afirmam que, em geral, os jovens têm vontade de continuar os estudos até o curso superior e acreditam que isso depende da vontade pessoal, mas também requer incentivos e apoio da família e das autoridades locais.

A qualidade do ensino e as condições das escolas nos assentamentos

A qualidade do ensino é um componente fundamental para o pleno desenvolvimento educacional dos jovens. Portanto, a estrutura escolar deve oferecer todas as condições necessárias para que o jovem rural, inclusive nos assentamentos, possa prosseguir os estudos.

Assim, embora o imperativo do trabalho seja o principal fator de evasão escolar, a falta de professores também contribui para que isso aconteça:

Devido a escola era muito longe, então não tinha professores suficiente prá ensinar mais da quarta série. Eu estudei até o terceiro ano. Depois se tivesse aula, tivesse professor que desse mais aula, eu tinha condições de estudar. Então, devido não ter professor... não é que desisti, é porque não tinha condições... a escola parou. (Grupo Focal de Homens, MT).

O ensino também é mal avaliado devido à baixa qualificação e à rotatividade dos professores. Há reclamações de que os professores iniciam o trabalho, mas não permanecem: “Foi falado que aconteceu dos professores mudar. Uns lá ficou e outros foi, então as professoras pegou os aluno atrasado e os adiantado junto”. O “ensino tá

atrasado”, porque existem poucos professores e eles são obrigados a trabalhar em vários níveis de ensino, em classes multisseriadas. Além disso, os assentados/as se queixam de que falta aos professores uma formação específica em magistério.

Os alunos reclamam, dizendo que o atraso nas matérias, ao longo do ano, se deve também à falta de livros didáticos, o que os obriga a copiar toda a matéria: “*Em Ciências mesmo nós só estudamos quatro capítulos por ano (...) somos atrasados prá caramba. É, se tivesse livros a gente estaria bem mais adiantado*”. Por sua vez, os próprios professores afirmam que alguns jovens, quando terminam o ensino médio, vão tentar fazer vestibular, e “*muitos se decepcionam porque são barrados*”².

Como regra, o estudo oferecido nos assentamentos é considerado de baixo nível, “*fraco, fácil, de baixa qualidade*”, e, dessa maneira, os jovens acham que não podem competir no mundo externo. O sistema automático de aprovação é também criticado porque faz com que muitos terminem a 8ª série sem, de fato, dominarem os conteúdos exigidos. Mesmo os pais, com todas as suas deficiências de estudo, muitas vezes sabem mais do que os filhos. Segundo os jovens, isso se deve fundamentalmente a um desejo do governo de que os assentados/as não tenham consciência de sua situação, e não possam reivindicar seus direitos:

Se for mais analfabeto no mundo, mais fácil é prá eles, eles ficam mais acima do poder. Os analfabetos não vai poder mandar neles, eles não têm o conhecimento, vai poder mandar como? (Grupo Focal Misto de Jovens, SP).

Em alguns assentamentos visitados, existem escolas somente até a 5ª série; em outros, até a 8ª série e, em casos mais raros, até o ensino médio. A falta de classes mais avançadas, muitas vezes, força

² Embora a avaliação do ensino nos assentamentos seja, de modo geral, bastante negativa, alguns coordenadores de escola são otimistas. Uma delas acredita que o futuro da educação no assentamento seja promissor. Comparando com os anos anteriores, ela registra um aumento surpreendente no número de alunos que ingressam na escola e permanecem estudando, apesar de todas as dificuldades enfrentadas.

os jovens a interromper os estudos: “... *aqui não tem a série dela*”. A importância de ver solucionado esse problema está no discurso das mães: “*Mas fala que vai vim colégio prá gente, nós vamos estudar com fé em Jesus*”.

Os professores reconhecem o transtorno que a falta de turmas após a 5ª série causa aos jovens que querem continuar estudando. Quando terminam o ensino fundamental, os que desejam prosseguir com os estudos são obrigados a se deslocar para a cidade mais próxima do assentamento. Muitos viajam de bicicleta e alguns vão caminhando até uma pista que fica a vários quilômetros do assentamento. Em alguns casos, as prefeituras se encarregam de enviar um ônibus ou um caminhão para que os estudantes cheguem à escola, mas existe uma grande parcela de sacrifício nesse trajeto. “*Eu acho que é porque tá muito difícil da gente estudar aqui. Dia de chuva não tem transporte, a gente não vem prá escola, por isso que a maioria das moças desiste*”.

As distâncias e dificuldades de transporte e as condições econômicas das famílias são sempre motivos de impedimento para que os jovens, mesmo em idade escolar, continuem seus estudos. Em um dos assentamentos, há mulheres que “*moram na rua*”³, porque não há como estudar no assentamento e o transporte é difícil. Em outros casos, o pai escolhe um dos filhos para estudar: “*Porque o pai tem outro filho e não pode pagar prá mim e eu ‘não posso morar na rua’ e a pé também é longe*”.

Os pais também se queixam das dificuldades enfrentadas pelos filhos para estudar:

Quando é que nossos filhos vão conseguir? A nossa reivindicação é que tivesse transporte, né, mas não tá fácil. Daqui prá frente, se continua assim, eu não sei o que vai ser dos nossos filhos, aquele que tiver prá pagá passagem vai ter estudo, e aquele que não tem... Até a 8ª série eles ganham. Porque o ônibus vem buscar aqui. No 2º grau, eles têm que pagar passagem. Quando vão de carona, chegam atrasados um período e geralmente perdem aula. Você vê aqui como chove e não adia. Tem que caminhar, vão caminhar a pé, vão caminhar descalço. E eles vão parar de estudar.(Grupo Focal de Mulheres, RS).

³ O “morar na rua” significa que tem também uma casa na cidade próxima ao assentamento.

Muitos jovens estudam nas cidades mais próximas, e alguns consideram uma excelente oportunidade de sair: *“Ir para a cidade e voltar é um divertimento prá mim... porque aqui mesmo é uma tristeza...”*. Outros atestam que seria melhor estudar no assentamento do que no município, devido à distância e para que o ensino pudesse ser mais ligado à própria realidade do assentamento.

Além disso, as condições físicas das escolas são precárias: muitas vezes não há água e luz, e quase nunca existe biblioteca, laboratório e computadores.

Porém, mesmo os que conseguem acesso ao estudo, inclusive o ensino médio, por meio de deslocamento até as cidades próximas, enfrentam alguns outros obstáculos ao seu desenvolvimento escolar. Aparecem, nas entrevistas, problemas relacionados com a discriminação e o preconceito nas escolas contra os assentados/as, *“porque são da roça”*. Muitas vezes, são estigmatizados e humilhados: *“Não. Eles ficam falando: ‘Mora no assentamento ali. É sem terra’; ‘É em todo canto quando nós chega, quando vamos jogar futebol eles falam: ‘Os sem terra, os sem terra!’”*.

A importância da educação e o significado da escola

Observa-se, nos assentamentos rurais, que tanto homens quanto mulheres têm consciência de que a educação é uma forma de romper barreiras sociais, ampliar horizontes e construir uma vida mais proveitosa. Acima de tudo, eles compreendem que *“é importante você estudar prá você ter um espaço bem mais aberto prá você aprender e ter mais conhecimentos também”*. A noção de maior liberdade e autonomia de decisão surge nos discursos: *“O estudo abre a visão daquela pessoa, sabe? Dá mais visão. Prá tomar decisão, fazer as coisas! Tomar decisão, fazer negócio”*. Isso parece demonstrar que a educação é, de fato, uma condição essencial não somente para adquirir habilidades de trabalho, mas também para fortalecer a auto-estima e a independência, qualquer que seja o sexo:

Olhe, quem não tem cultura, quem não sabe ler, escrever é como se fosse cego. Existe a inteligência que não precisa ler e escrever, mas você também não sabe transmitir. Você é inteligente, mas também não sabe passar. Então eu acho que para o ser humano, ele auto se sustentar, ele auto se valorizar tem que ter cultura. (Entrevista com liderança, BA).

Para algumas lideranças entrevistadas, o estudo é a “liberdade”, “é o maior poder do ser humano, é o crescimento da cultura, você sabe os seus direitos, você sabe cobrar as coisas”. Em muitos casos significa que, nos assentamentos rurais, há uma noção muito clara do papel desempenhado pela educação no desenvolvimento pessoal e coletivo, na construção da cidadania e no aumento das oportunidades de realização pessoal e bem-estar da comunidade.

A escola aparece também com outras funções, que não estão baseadas somente no ensinar e aprender. Para muitos jovens, é um local de convivência. É o único onde encontram colegas, podem conversar, trocar idéias, aprender e fazer novas amizades. “*Prá mim, eu acho muito importante estudar, porque nem amigo teria*”.

Para vários professores, os alunos vão para a escola à procura de lazer. De fato, o estudo e a escola também são vistos como fonte de estímulo e sociabilidade, para que se possa conviver melhor, entender-se, saber conversar, desenvolver a maneira de pensar, estar conectado com o mundo. Pode ser um local prazeroso, “*onde conversam e jogam bola*”. Em um dos assentamentos, os jovens afirmam que estão completamente isolados, e o único divertimento que têm de verdade é ir à escola, onde há distração e estudo.

QUADRO 2.3 – A escola como espaço de sociabilidade

Grupo Focal de Moças, PR.

O grupo de jovens tá tendo, mas o baile não tá tendo porque tá todo mundo mais distante, aí não tem como se encontrar, só na escola.

Prá mim eu acho muito importante estudar, porque nem amigo teria, porque é longe. As amigas que a gente faz é no ônibus do colégio. Onde a gente vai no final de semana, quando tem uma coisa prá ir.

As jovens gostam da escola porque em suas casas somente trabalham e após o serviço não têm possibilidades de entretenimento. Entre elas, o tempo despendido na escola pode representar também um período de descanso “*porque trabalham pesado*”. Porém, alguns preferem o trabalho à escola. Nos assentamentos, os jovens não são diferentes dos que vivem nas cidades e, também entre eles, existe muita desmotivação em relação ao estudo.

A fim de superar esse problema, algumas escolas oferecem, entre vários atrativos, curso de pintura, crochê, cultos religiosos, ponto de encontro com os amigos e local de divertimento. Com isso, a escola acaba tendo uma grande importância na vida dos jovens⁴.

Por fim, um outro valor atribuído à escola, sobretudo pelos pais, é a sua capacidade de afastar os jovens da criminalidade. A preocupação com o futuro dos filhos e com seu possível envolvimento com a marginalidade leva as mães a apostarem na escola como meio de evitar tais possibilidades. A educação se transforma, então, em um refúgio para os jovens rurais. Ao preencher o tempo na escola, os jovens têm maiores chances de escapar ao caminho das drogas e da delinquência:

Eu digo a ele que estude prá que no futuro seja uma grande coisa (...). Por que hoje existe muito ladrão e maconeiro, por quê? Às vezes também não estuda. Que você estudando você ocupa a sua cabeça com outra coisa do que pensar em besteira. (Grupo Focal de Mulheres, BA).

Os jovens, por sua vez, depositam na escola a sua esperança de ascensão social e de um futuro melhor, afirmando que, sem estudo, suas expectativas se tornam muito limitadas. Ao mesmo tempo, eles manifestam a consciência dos obstáculos existentes entre os seus sonhos e a realidade, e algumas vezes depositam suas esperanças em ganhar na loteria ou em conquistar sucesso em profissões como cantor, jogador de futebol, artista, para as quais não precisariam obrigatoriamente do estudo.

⁴ Muitas vezes, é necessário deixar os conteúdos de lado e responder às demandas dos alunos, o que cria situações difíceis, pois os professores têm um programa a cumprir. Em alguns assentamentos a programação didática é especial, pois foram introduzidos conteúdos relacionados às práticas do ambiente rural. Em Ciências, por exemplo, os jovens aprendem como melhor utilizar o solo.

Os assentados/as apontam diferentes dimensões de valorização do estudo. Em primeiro lugar, é enfatizada a sua importância instrumental. Essa concepção desdobra-se em diversas acepções. Uma delas, bastante genérica, refere-se ao estudo como via para maiores oportunidades na vida, independentemente da idade e do sexo. Sem ele, os jovens não terão conhecimento e nem chances no futuro. Os adultos, pela sua própria experiência de vida, consideram que estudar, ou não, faz muita diferença: Quem estuda tem mais conhecimento, e quem não estuda, “fica prá trás”:

Pros meus filhos eu tô fazendo o máximo que eu posso prá eles estudar. Hoje, do jeito que tá, tem que ter estudo porque roça é só prá nos que não tem, então tem que dar estudo prá melhorar, né, por causa disso na roça não dá mais.
(Grupo Focal de Homens, PR).

Outra acepção, mais precisa, é a do estudo como instrução, condição para melhor rendimento da atividade produtiva. Segundo os professores, vários jovens querem freqüentar o Colégio Agrícola, para saber lidar melhor com a terra, com a lavoura, e aprender a conservar o solo.

Os assentados/as reconhecem que, com as novas tecnologias, as transformações no processo de produção e nos instrumentos de trabalho, a vida de quem não estudou fica mais difícil. “*Eu acho o estudo bom pros filhos porque quando eu estudei era mais fácil a lavoura e hoje é mais difícil, porque a senhora não precisava usar muito veneno. A senhora não precisava usar adubo, né*”. Há aqueles que já percebem, inclusive, a importância da informática no mundo atual, e têm consciência das suas limitações educacionais.

Imagine, daqui prá frente sem estudo. Tudo informatizado. Comprar um computador, assim né, montar, montar uma secretaria, ajeitar tudo que não pode ficar tudo assim, muito assim, né...Ter uma agrônoma, oferecer mais condições de atender, os animais. Ele não, o veterinário, não consegue dá assistência prá tudo. Prá tudo, né, não é só prá animal, é prá todos os setores. A gente que avança, mas a gente não tem uma formação.
(Grupo Focal de Mulheres, RS).

Numa outra acepção, ainda dentro da perspectiva instrumental, o estudo é visto como um recurso privilegiado na busca de alternativas estratégicas de sobrevivência, inclusive fora dos assentamentos “*sem o estudo hoje em dia não é nada, até na roça é difícil, né*”.

De fato, muitos jovens pretendem permanecer trabalhando no campo, mas constatam que não há terra para todos devido ao tamanho reduzido das propriedades. Assim a educação se torna a única saída para que os filhos dos assentados/as encontrem emprego. No entanto, até mesmo no campo, as pessoas sem estudo estão encontrando alguma dificuldade, pois:

Eu acho um fundamento o estudo porque hoje em dia a nossa propriedade é muito pequenininha. Uma pessoa toca, inclusive numa casa tem três, quatro filhos, né? Então tem que dar estudo prá eles porque naquele pedacinho de terra elas não vão sobreviver. Um dia eles vão casar e criá família também, né? E daí vão ficar em cima de um lote pequeno não tem sustentação, então eles têm que estudar prá vê se eles acham um emprego. (Grupo Focal de Homens, PR)

Por fim, na mesma perspectiva, a educação é vista como o elemento capaz de viabilizar mudanças de vida para aqueles jovens que não pretendem permanecer no campo, no “*cabo da enxada*” e não querem ter a vida sofrida dos pais: “*(...) estudo porque eu não quero ficar na roça direto puxando enxada, que nem meu pai ficou a vida inteira. Eu não quero*”; “*não sofrer tanto como meus pais sofreram, prá ver se tenho um futuro*”. Estudar é o caminho para uma profissão. A escola é vista como um meio, uma maneira de atingir algo desejado; por isso o estudo não tem um valor em si mesmo:

Eu acho que quando a gente estuda é porque a gente quer alcançar algum objetivo, né? E desde que a gente tá estudando é porque a gente quer ter alguma coisa, ser alguma coisa na vida, né? Porque não é em vão que a gente vai estudar. (Grupo Focal Misto de Jovens, RS).

Ter estudo significa, em segundo lugar, mais capacidade e poder, elementos de segurança pessoal e auto-estima: não necessitar de inter-

mediários para conseguir dinheiro, para financiar projetos, saber falar melhor e com mais desenvoltura. Estudar é importante para se comunicar, fazendo-se entender e compreender as mensagens das outras pessoas. Os que não tiveram oportunidade de continuar os estudos acabam “*ficando para trás*” e reduzindo muito o seu campo cognitivo.

Em terceiro lugar, a educação é vista de forma menos utilitária, podendo transformar a vida das pessoas, fazendo com que saibam conviver melhor com o outro, aprendendo os seus direitos de cidadania, “*ter a noção de um pouco de cada coisa*”. A educação também serve para se relacionar melhor com o mundo e ter acesso à cultura. Os pais e professores consideram o estudo de fundamental importância porque fornece um conhecimento da realidade. E, com isso, os filhos podem ajudar os pais a terem uma nova visão de mundo, “*acompanhar o mundo que vivemos*”, informar-se, buscar novos conhecimentos, adaptar-se às rápidas transformações da sociedade e, fundamentalmente, melhorar de vida: “*Mas a gente dando estudo pros filhos, eles vão trazendo as coisa importante prá nós e pros outros que vem vindo prá trás. Então, é isso que é importante prá mim na educação*”.

Existe, nesse sentido, um valor mais simbólico do estudo, ligado à compreensão dos direitos de cidadania: quem estuda é mais respeitado e reconhecido na sociedade, “*porque através do estudo é que a gente considera um cidadão*”.

Mas aí então, eu penso, assim, pelo menos a gente fica ciente dos direitos da gente, prá gente lutar pelos direitos da gente. É importante, não importa a idade, a gente não estuda somente prá poder conseguir emprego, mas tá informado dos direitos da gente. (Grupo Focal Misto, MT).

Assim, estudar é uma maneira de conhecer os seus próprios direitos, desenvolver espírito crítico e encontrar soluções para os problemas, exercendo a cidadania ativa, buscando novos conhecimentos, adaptando-se para uma transformação da sociedade, com sujeitos que saibam criticar e dar soluções aos problemas.

Os dados analisados neste capítulo apontam significativos achados na esfera da educação nos assentamentos rurais. Em primeiro lugar, os assentados atribuem grande valor à educação, em suas di-

versas acepções e são capazes de muitos esforços para superar tanto os obstáculos ao prosseguimento dos estudos como a baixa qualidade do ensino e as difíceis condições de frequência à escola nos assentamentos. Em segundo, embora em geral a escolaridade seja baixa, a população assentada mostra-se um pouco mais escolarizada que o conjunto do meio rural brasileiro. Em terceiro lugar, os jovens são muito mais escolarizados que os adultos, o que indica uma grande transformação educacional intergeracional. Em quarto, as mulheres são mais escolarizadas que os homens, seja entre os jovens ou entre os adultos.

Destacam-se as mulheres jovens como as portadoras de nível de escolaridade mais elevado – e são elas as possíveis agentes de mudança cultural nos assentamentos rurais, especialmente no que se refere às relações de gênero. As jovens desfrutam de maiores oportunidades de estudo que os rapazes, na medida em que são vistas como desqualificadas para o trabalho no campo, enquanto eles, desde cedo, são convocados e têm de abandonar a escola.

Por isso, não somente a educação não se mostra uma condição suficiente para a superação das assimetrias de gênero, mas as próprias oportunidades de acesso ao estudo reproduzem desigualdades entre homens e mulheres.

3. Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva

A sexualidade e o relacionamento com o sexo oposto aparecem como uma das mais salientes dimensões nas quais se manifestam, nos assentamentos, as distinções de gênero e as diferentes interdições impostas a homens e mulheres. Este capítulo explora as percepções dos assentados e assentadas sobre sua sexualidade, abordando temas como o uso de métodos contraceptivos, atitudes frente à virgindade, gravidez na adolescência e aborto.

Procura-se, assim, caracterizar e avaliar a informação dos assentados/as sobre a saúde sexual e reprodutiva, o seu conhecimento sobre câncer feminino e o grau de acesso de mulheres ao exame preventivo, e, em especial, suas atitudes e comportamentos frente às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), com ênfase na Aids.

As DST têm sérias implicações tanto para a população feminina quanto para a masculina. No caso específico da Aids, a ausência de cura faz com que seja privilegiada a ação educativa e preventiva, na qual se destacam as dimensões sociocomportamentais. Os conceitos mais amplamente utilizados pelos estudiosos de Aids, “fator”, “grupo” e “comportamento de risco”, têm servido de base para conhecer e, ao mesmo tempo, controlar, a epidemia. Contudo, frequentemente, engendram usos discriminatórios e acabam por apresentar elevados custos técnicos, sociais e políticos. O preconceito contra os “grupos de risco” e a despreocupação – ingênuas – de quem não tem “comportamento de risco” são algumas das conseqüências do uso desses conceitos.

Entre as mulheres, a distinção entre aquelas consideradas “disseminadoras da infecção” e aquelas “a quem seria necessário proteger”, ao invés de promover comportamentos responsáveis, gera mais discriminação e percepções enviesadas da doença. Por isso, nos últimos anos, desenvolveu-se a noção de “vulnerabilidade”, que estabelece uma “síntese conceitual e prática das dimensões sociais, político-institucionais e comportamentais associadas às diferentes susceptibilidades de indivíduos, grupos populacionais e até mesmo nações, à infecção pelo HIV e às suas conseqüências indesejáveis (doença e morte)” (Ayres, 1996). Ou seja, já não se busca separar as pessoas

com alguma chance de se expor à Aids, mas avaliar as chances de cada um, dadas as condições individuais e sociais de se contaminar¹.

A noção de vulnerabilidade está, portanto, diretamente relacionada aos códigos de conduta que regem as relações de gênero. Esses, além de ampliarem a susceptibilidade de mulheres e de homens ao vírus, moldam a forma como as pessoas se comportam, como lidam com seus parceiros e com seus próprios corpos. Nas representações populares, os homens são vistos como mais impetuosos e com necessidades sexuais mais fortes do que as mulheres, logo, incapazes de controlar seu comportamento. Enquanto as mulheres devem ser controladas, os estereótipos e pressões sociais fazem com que os homens tenham comportamentos sexuais não comprometidos.

Todas estas concepções representam obstáculos à prevenção da Aids, pois eximem os homens de responsabilidade por suas práticas sexuais e, ao mesmo tempo, dificultam uma atitude preventiva por parte das mulheres. As idéias relativas aos papéis masculinos e femininos, a própria tradição e as normas sociais tornam difícil, ou mesmo impossível, às mulheres pedir que os homens dividam a responsabilidade da prevenção.

A vulnerabilidade feminina ao HIV e às DST está também ligada a fatores fisiológicos. Estudos demonstraram que o corpo feminino, e em especial o corpo das mulheres mais jovens, é mais susceptível a contrair doenças sexualmente transmissíveis (UNAIDS, 1998).

¹ Mann (1993) particulariza as diferentes situações dos indivíduos diante da Aids em três planos analíticos: o individual, o social e o programático ou institucional. No primeiro plano, a vulnerabilidade está relacionada a comportamentos individuais, que criam oportunidade de infecção - através das situações conhecidas: transmissão sexual, uso de drogas, transfusão sanguínea e transmissão vertical - e são decorrência não só da ação voluntária dos indivíduos mas também de condições objetivas naturais e do meio em que vivem. O plano social, por sua vez, está ligado à avaliação de coletividades. A vulnerabilidade deve ser avaliada através de aspectos como: o acesso à informação; o acesso a serviços de saúde; aspectos sociopolíticos e culturais, como a situação da mulher; e condições de bem-estar social, como condições de moradia e nível de escolarização. Finalmente, o terceiro plano diz respeito às ações institucionais voltadas especificamente para a Aids: a qualidade dos programas, seu financiamento, sua continuidade, dificuldades, a atuação de seus agentes etc.

O esforço para identificar os padrões de vulnerabilidade ao HIV, segundo o sexo, mostra-se relevante na medida em que as normas de gênero afetam significativamente os comportamentos individuais e sociais. Isso ocorre porque se relacionam com papéis produtivos e reprodutivos atribuídos a homens e mulheres e influenciam diferentemente o acesso desses a recursos-chave, como informação, educação e renda².

Esse esforço requer que sejam levados em conta fatores cognitivos, atitudinais e comportamentais. Os primeiros relacionam-se àquilo que os indivíduos sabem sobre sexo e sexualidade e sua capacidade de identificar o risco e entender a informação que permite a sua redução. Os fatores atitudinais incluem os sentimentos das pessoas sobre as situações, sobre os outros e sobre si próprios. As atitudes relacionadas a gênero dizem respeito a um largo ramo de questões, incluindo virgindade, sexualidade, DST, maternidade e poder. Por fim, os fatores comportamentais são o resultado da fusão entre fatores cognitivos e atitudinais, ou seja, como os indivíduos agem a partir dos seus conhecimentos e sentimentos. Estão também aí incluídas as capacidades do indivíduo em relação ao risco de infecção e à redução desse risco – isto é, sua habilidade em usar o preservativo corretamente e/ou de negociar o uso com seu parceiro sexual (UNAIDS, 1999).

Pretende-se, dessa forma, identificar os fatores de vulnerabilidade dos assentados/as às DST e Aids e examinar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde que lhes são disponibilizados. Por fim, o alcoolismo e o uso de drogas serão objeto de análise, tanto sob a perspectiva da saúde quanto como desencadeadores de violência doméstica.

Acesso e qualidade dos serviços

Como ocorre com outras variáveis, os padrões de saúde exibem diferenças entre os assentamentos, porém as doenças mais frequentes são semelhantes: a diarreia, a verminose, doenças pulmonares e de gar-

² Além disso, as mulheres podem sofrer infecções sem saber, pois algumas DST ou são assintomáticas ou não são notadas, por serem internas. Por isso, é mais provável que elas não procurem tratamento no tempo certo. Estigmas ligados às DST – nas mulheres –, falta de acesso a postos de saúde, falta de possibilidades econômicas e muitas outras responsabilidades impedem ou dificultam que elas tenham tratamento.

ganta e a gripe. Destaca-se, ainda, a disenteria, devido à contaminação ou mesmo falta de água. Em algumas localidades, existe até risco de cólera, porque a água é “*de cacimba*” e os assentamentos raramente possuem meios de tratá-la com hipoclorito. Há também casos de leishmaniose e de hanseníase. Nos assentamentos situados em áreas próximas a matas são muito freqüentes e de elevada gravidade os acidentes com cobras e, na maioria dos casos, falta soro antiofídico.

Embora a alimentação freqüentemente seja incompleta, sem frutas e verduras, consistindo basicamente de “*feijão, arroz e ovo*”, os assentados/as procuram ser cuidadosos em termos nutricionais. Ressalvadas as disparidades regionais, na maioria dos assentamentos não há problemas graves de desnutrição e as crianças “*são saudáveis*”.

Os mais importantes fatores que incidem sobre a saúde da população assentada são a disponibilidade e qualidade da água, o ambiente natural, inclusive a fauna e o clima local, as seqüelas dos processos pretéritos de luta que originaram o assentamento e, sem qualquer dúvida, a sua capacidade produtiva.

Na maioria dos assentamentos não existe ambulatório ou posto de atendimento básico, não há médicos nem dentistas e os serviços públicos de saúde são considerados precários pelos assentados/as³. Geralmente, esses serviços são competência dos municípios – e, em alguns casos, a saúde é usada politicamente em época de campanha. As consultas médicas são feitas em outras localidades, o que representa dificuldades de deslocamento, e, muitas vezes, os assentados/as retornam sem atendimento. Mesmo nos assentamentos onde existe o posto médico, muitas vezes faltam profissionais e medicamentos. A situação dos serviços sanitários nos assentamentos é relatada nos seguintes termos pelos assentados/as:

Não tem posto de saúde aqui dentro. Quando alguém precisa de médico, vai pro município naquela posto de saúde lá. Se precisar de emergência, outro não tem. Antes tinha uma ambulância de Prefeitura, mas foi ficando velha e

³ Em um dos assentamentos visitados, a própria cooperativa construiu um posto de saúde, equipou-o e contratou enfermeiras e um dentista, a fim de proporcionar atendimento básico às famílias

acabou e não puseram outra. O telefone prá chamar socorro, tem, mas tá estragado, tinha antes. Agora só se pegar o carro do vizinho, paga prá ele e ele vai lá. (Grupo Focal de Casais Adultos, PR).

Os dados quantitativos corroboram essa avaliação: em geral, independentemente do sexo, cerca de 15,0% dos assentados/as afirmaram que nunca têm acesso fácil ao serviço de saúde (Tabela 13, em anexo).

Uma estratégia cada vez mais adotada para contornar essa dificuldade tem sido a contratação de agentes de saúde, que realizam um trabalho de prevenção, encaminham os doentes aos hospitais e acompanham as gestantes e crianças. Entretanto, também essa forma de atendimento básico fica sujeita a decisões políticas já que este serviço é pago pela municipalidade. Há assentamentos onde existe um programa de saúde no qual as famílias são periodicamente visitadas, e em algumas localidades, funcionam também “coletivos de saúde”⁴, que são compostos essencialmente de mulheres⁵.

Câncer

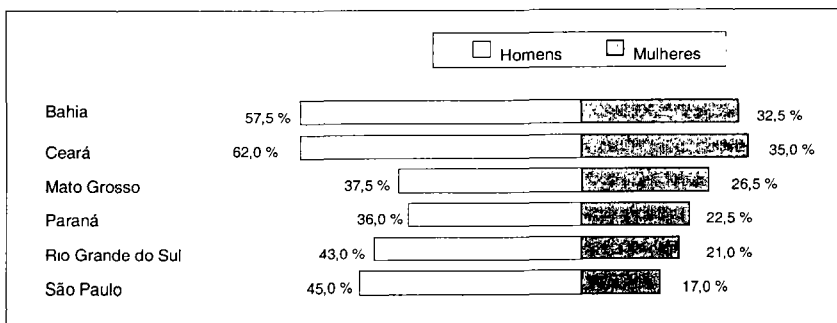
Um outro aspecto de grande importância, o câncer feminino de mama e de colo uterino – para o qual a prevenção revela-se crucial – pode ser um motivo de justificada preocupação nos assentamentos rurais. No Gráfico 6, pode-se constatar que, independentemente do sexo, em todas as UFs pesquisadas, a informação sobre o assunto é escassa, sendo o percentual de homens desinformados superior ao de mulheres.

É nos Estados do Nordeste que são mais numerosos os indivíduos de ambos os sexos sem qualquer informação sobre o câncer feminino. Porém, como regra geral, é grande a ignorância sobre o tema: pelo menos metade das mulheres afirma ter pouco conheci-

⁴ Alguns assentamentos são organizados em “coletivos” e vários deles possuem “coletivos de saúde”.

⁵ Os assentados utilizam muitos remédios caseiros e chás de ervas. E as agentes de saúde também têm conhecimento dessa medicina alternativa: “Normalmente, todo mundo tem as suas hortinhas dentro do assentamento, usam bastante o poder de ervas, isso é automático”.

GRÁFICO 6 - ASSENTADOS/AS SEM INFORMAÇÃO* SOBRE CÂNCER FEMININO, POR SEXO E SEGUNDO UF , EM 1999 (%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.
* Apenas as respostas válidas

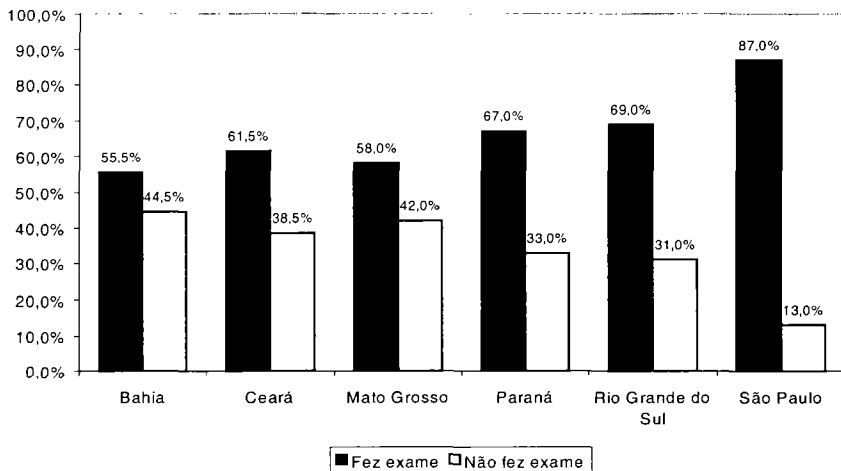
mento, o que significa que, embora mais acentuada entre os homens, a carência de informação sobre câncer de mama e de colo uterino é também muito elevada entre a população feminina.

De acordo com o que relatam as mulheres, em geral, não realizam regularmente os exames de prevenção de câncer de colo do útero e não têm por hábito o auto-exame das mamas. Muitas, inclusive com idade acima de quarenta anos, sustentam que jamais fizeram o exame de Papanicolau. As agentes de saúde registram conseqüências desmobilizadoras de experiências anteriores, como campanhas que não chegaram a termo e que geraram reações de amedrontamento entre as mulheres. Esses dados corroboram os resultados quantitativos: as mulheres que responderam já ter realizado o exame preventivo de câncer, em algum momento da sua vida, são em média 66%, nos Estados pesquisados. Ou seja, pelo menos 1/3 da população feminina dos assentamentos jamais os realizou.

Como mostra o Gráfico 7 a seguir, a Bahia é onde se verifica a menor proporção de mulheres assentadas que se submeteu ao exame (55,5%), ao contrário de São Paulo, que chama a atenção por ter 87,0% delas que já o realizaram.

Segundo as agentes de saúde, o principal obstáculo ao exame preventivo é o receio e a vergonha diante dos médicos, principalmente entre as mais velhas e as muito jovens. Aparece, claramente, um

GRÁFICO 7 - MULHERES ASSENTADAS, POR UF E POR TEREM OU NÃO REALIZADO EXAME PREVENTIVO DE CÂNCER, EM 1999 (%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

viés de gênero: durante as visitas das agentes de saúde, as mulheres nunca falam sobre sua sexualidade, nunca perguntam e demonstram timidez para discutir o tema. Além disso, chama também a atenção que, das adolescentes ouvidas, nenhuma fez preventivo, porque têm medo e vergonha resultantes de falta de informação: “*porque não explica como é, nunca vi ninguém falando... eu fujo*”.

Porém a Tabela 14 a seguir mostra que são outros os principais motivos pelos quais as mulheres afirmam não realizar o exame: na Bahia e no Paraná, é o fato de o exame ser difícil, caro e demorado (50,0%). São Paulo é o Estado onde as mulheres declaram que não fazem o preventivo, principalmente, por vergonha (36,0%) e no Rio Grande do Sul, por ignorar o local onde é possível realizá-lo.

DST e Aids: informação e atitudes

Como mostra a Tabela 15, adiante, a auto-avaliação dos conhecimentos sobre DST revela a tendência geral dos assentados/as em afirmar que sabem pouco, com exceção do Ceará, onde a maioria

afirma não saber nada. Não se constata significativas diferenças entre os sexos quando se trata dos que disseram saber “bastante” ou “pouco”, mas entre os que responderam “nada”, destaca-se a maior proporção das mulheres, exceto no Estado do Ceará⁶. Mas os dados sobre os que nada sabem sobre DST são alarmantes: mais de 30,0% dos assentados/as, em cada Unidade Federativa, afirmam não saber nada sobre o assunto.

As normas de gênero fazem com que as doenças sexualmente transmissíveis sejam tratadas diferentemente entre homens e mulheres. Os dados indicam que os homens, em geral, possuem mais informação sobre DST e podem mesmo vangloriar-se disso, pois são “verdadeiros homens”, que já mantêm relações sexuais – especialmente os rapazes, para quem isso pode fazer parte da iniciação na masculinidade. Distintamente, no caso de uma moça, parece não ser sequer “recomendável” que tenha conhecimento desses assuntos.

TABELA 14 - MULHERES ASSENTADAS QUE NÃO FAZEM EXAME PREVENTIVO DE CÂNCER, POR UF E SEGUNDO OS MOTIVOS DE NÃO FAZEREM, EM 1999 (%)

Motivos (*)	Bahia	Ceará	Mato Grosso	Paraná	Rio Grande do Sul	São Paulo
É difícil, caro ou demorado para ir fazer	50,5	27,5	30,0	50,0	30,0	20,0
Têm vergonha de fazer o exame	10,0	26,0	22,0	24,0	15,0	36,0
Têm medo de fazer o exame	6,0	24,5	10,5	5,0	13,0	16,0
Não sabiam onde fazer o exame	26,5	17,0	10,5	1,5	47,0	20,0
Porque acabou a campanha do exame	18,0	13,5	14,5	17,0	17,0	16,0
Porque o mando não quer ou não gosta que faça o exame	1,0	1,5	4,0	3,5	----	----

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

N (Bahia) = 99 assentados/as; N (Ceará) = 119 assentados/as; N (Mato Grosso) = 77 assentados/as; N (Paraná) = 58 assentados/as; N (Rio Grande do Sul) = 47 assentados/as; N (São Paulo) = 25 assentados/as.

(*) Os assentados/as podiam indicar mais de um motivo.

⁶ O Ceará destoa dos demais Estados nesta tabela, com a menor proporção de assentados (homens e mulheres) que sabem bastante e com uma maior proporção de assentados que não sabem nada, além de ser o único Estado dentre os pesquisados onde os homens afirmam conhecer menos sobre DST do que as mulheres (60,5% dos homens e 53,5% das mulheres responderam que não sabem nada).

TABELA 15 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO O NÍVEL DE CONHECIMENTO DECLARADO SOBRE DST, EM 1999 (%)

Quanto você sabe sobre DST?	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Bastante	18,5	9,5	3,5	5,5	22,0	18,0	14,5	7,5	11,5	9,0	17,5	13,5
Pouco	48,0	40,0	34,5	39,5	41,0	44,5	48,0	48,5	55,0	47,0	52,5	49,0
Nada	33,5	48,0	60,5	53,5	35,0	36,0	35,5	41,0	33,0	43,0	29,5	36,5
Não quer responder	---	2,5	1,5	1,5	2,0	1,5	2,0	3,0	0,5	1,0	0,5	1,0
TOTAL	100,0 (255)	100,0 (239)	100,0 (375)	100,0 (386)	100,0 (213)	100,0 (218)	100,0 (199)	100,0 (204)	100,0 (201)	100,0 (199)	100,0 (198)	100,0 (190)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

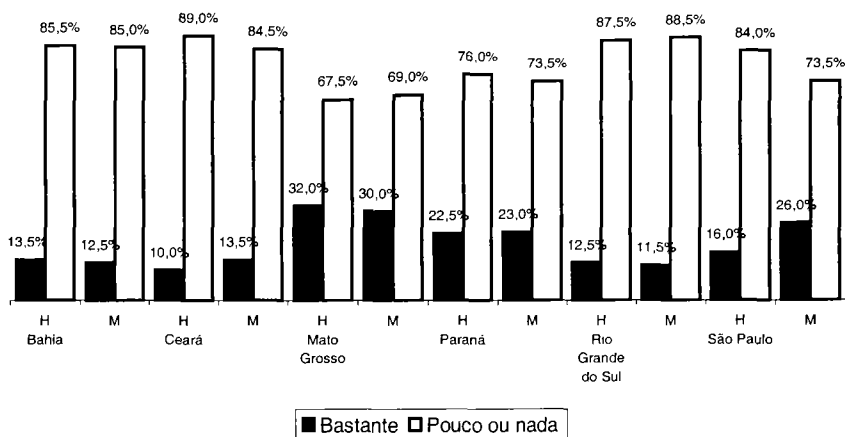
LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

Um pouco distinta é a atitude frente à Aids, em relação à qual os assentados/as mostram-se razoavelmente informados, afirmando saber o essencial sobre como é transmitida, ainda que muitos digam não ter suficientes informações.

Outros assentados/as pensam que todos sabem como se pega Aids, que são óbvios os meios de evitá-la e “*só pega quem quer*”. No conjunto de opiniões, tanto homens como mulheres consideram que não existe risco para eles: “*a gente nunca acha que vai acontecer com a gente*”.

Apesar de os assentados/as demonstrarem um certo conhecimento sobre o tema, o Gráfico 8 mostra que a tendência geral é a de considerarem que sabem pouco ou nada sobre a doença, sendo surpreendentes e preocupantes os percentuais que revelam a sua insatisfação com as informações que possuem sobre a Aids. Na Bahia, por exemplo, 44,0% dos homens e 38,0% das mulheres afirmaram que nada sabem sobre a doença. Esses números são elevados em todos os Estados pesquisados.

GRÁFICO 8 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO O NÍVEL DE CONHECIMENTO DECLARADO SOBRE AIDS, EM 1999 (%).



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = Homem; M = Mulher.

A Tabela 16 (em anexo) retrata a identificação dos mecanismos de transmissão de Aids pelos assentados/as, e também apresenta dados preocupantes porque denota grande falta de informação. De um lado, mais de 80,0% afirmam considerar “relações sexuais”, “sangue, transfusões, dentista, operações e injeções” e “transmissão aos bebês por mães contaminadas” como meios de transmissão. Por outro lado, no entanto, mais de 20,0% dos assentados/as de cada Estado pesquisado afirmou que “beijo” é um meio de transmissão, sendo que, entre os homens do Ceará, esse número ultrapassa 40,0%. Proporções elevadas correspondem, ainda a “abraço, aperto de mão”, “comida, água” e “vaso sanitário” como meios de transmissão de Aids⁷.

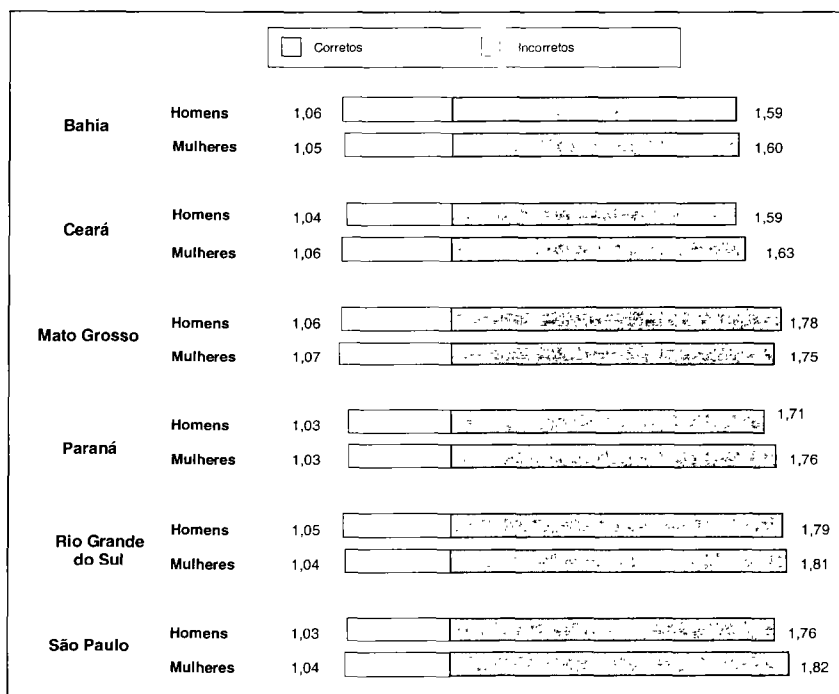
Os relatos demonstram tanto equívocos quanto dúvidas sobre as formas de transmissão do vírus. Vários homens, mulheres e jovens fazem menção à possibilidade de o vírus ser transmitido através “*do assento*”, “*mosquito*”, “*cigarro*”, “*através da saliva, do beijo, também pega*”, “*pela comida ou pela água*”, “*Fumar pega Aids ? Pega*”. E alguns crêem que se pode evitar a contaminação “*tomando vacina*”.

O Gráfico 9, a seguir, permite avaliar mais precisamente os níveis de correção das informações dos assentados/as sobre a transmissão da Aids. Os valores apresentados são a média das respostas válidas concedidas a cada possível meio de transmissão apresentado no questionário. Foram consideradas então apenas as respostas ‘1’ para ‘Sim’ e ‘2’ para ‘Não’. Assim, quanto mais perto de 1, maior a quantidade de indicações afirmativas de um dos meios de transmissão de Aids – e vice-versa. Os meios, processos e mecanismos de transmissão foram agrupados em duas categorias: corretos (relações sexuais, transfusão de sangue, operações, atendimento odontológico, injeções, contaminação dos bebês pelas mães doentes) e incorretos (beijo, abraço, aperto de mão, comida ou água, banheiro, vaso sanitário).

Nota-se claramente que, em todos os Estados pesquisados, a ampla maioria indica corretamente os transmissores da Aids. Os valores para os mecanismos corretos, tanto nos homens quanto nas mulheres, são muito próximos de 1, que significa ‘Sim’. No entanto, quando são

⁷ Os dois Estados da região Nordeste apresentam uma significativa diferença entre as respostas “beijo”, “abraço, aperto de mão”, “comida, água” e “vaso sanitário” frente aos demais Estados, sugerindo menor grau de informação entre os assentados/as sobre o assunto.

GRÁFICO 9 - ÍNDICES MÉDIOS DE CORREÇÃO NA IDENTIFICAÇÃO DOS MECANISMOS DE TRANSMISSÃO DA AIDS, POR UF E SEXO, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999 (%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

Corretos: pelas relações sexuais; pelo sangue, operações, dentista, transfusões e injeções; e pelas mães contaminadas que passam para os bebês.

Incorretos: pelo beijo, no abraço, no aperto de mão; na comida, na água; e no banheiro, no vaso sanitário.

focalizados os mecanismos incorretos, os valores estão significativamente distantes de 2, que representa 'Não'. Isso significa que uma parcela considerável de assentados/as aponta mecanismos incorretos de transmissão. É possível sugerir que isso resulte de falhas de informação, bem como de preconceitos com relação à doença.

Os dados mostram, ainda, que é muito rara a participação em grupos que discutem os problemas da Aids, o que pode indicar a inexistência desses grupos ou a falta de motivação dos assentados/as

para participarem. Em todos os Estados, as mulheres apresentam maior participação nesses grupos do que os homens, por menor que seja a diferença.

DST, Aids e as instituições: a escola, a família e a Igreja

Em geral, as informações sobre Aids são proporcionadas pelos agentes de saúde, e, principalmente, pelo rádio e televisão, e, para os jovens, através da escola. Porém, como regra, não existem ações de caráter educativo especificamente voltadas para a prevenção: “*A informação que a gente tem sobre Aids é só aquela que a gente vê na televisão. A gente ter uma palestra, assim, explicando a Aids, eu acho que nós nunca tivemos*”. Esta ausência de qualquer trabalho sistemático de prevenção é confirmada pelos agentes de saúde de um assentamento:

A gente não desenvolveu também um trabalho no sentido da Aids, só alguns momentos localizados, pontuais, que a gente colocou como se faz prevenção. Ainda esperamos os programas que nós vamos ter também, para introduzir. Na verdade, nós não temos um programa de distribuição de camisinha, nem trabalhos mais específicos assim, nas comunidades e até nas escolas. (Grupo de Agentes de Saúde, RS).

A escola parece ser o principal local onde os jovens obtêm informações, por meio de palestras e debates, mas essas atividades não são desenvolvidas de forma programática. Dependem, assim, dos interesses, prioridades e acesso dos professores ao material. Segundo os professores, em somente uma das escolas visitadas, existe um projeto DST-Aids. Os professores recebem materiais e vídeos e depois conversam e discutem sobre as questões com os alunos.

Apesar de alguns professores alertarem sobre a necessidade de se prevenir, os pais, em geral, não costumam falar com os jovens sobre sexualidade, seja pela dificuldade de se aproximarem dos filhos ou porque têm vergonha. Segundo uma das professoras: “*Eles têm aquela dificuldade de se aproximarem. Mas eu quero quebrar esse tabu aqui dentro com todo mundo, prá poder falar principalmente com esses jovens, né*”.

A escola não oferece atividades educativas sobre o assunto para os pais. Segundo os professores, esses são os mais difíceis de atingir, porque muitas vezes consideram a Aids um mito, algo que não existe e que está longe da realidade do campo.

QUADRO 3.1 - Aids não é coisa do campo

Grupo Focal de Professores PR.

(...) diz que Aids não pega em gente que mora em sítio. A Aids é só prá gente de cidade. A Aids é só prá quem vive em lugares mais com drogas ou um monte de má companhia, aqui não é um lugar prá se falar em drogas, em Aids. Isso daqui não existe.

Eu comentei com eles prá que eles procurassem no posto de saúde, na farmácia... Mas quando fala de Aids eles acham que é uma coisa tão longe, que é coisa de cidade grande, não é nosso, pelo menos é o que eles pensam.

Existem, ainda, pais que são contrários a que seus filhos e filhas tenham esse tipo de informação e discutam o assunto. Falar em Aids ainda é um tabu, com muita dificuldade para que os pais absorvam e aceitem que seja conversado com os filhos, achando o tema “o cúmulo do absurdo” e, às vezes, trazendo problemas para os professores. Alguns temem que, em vez de “preservar a saúde”, os professores estejam “propagandeando sexo”; “fora dos limites do tempo de cada um”; “coloca um preservativo nele, prá ele sair mundo afora aí fazendo o que quer”. Eles se apóiam também na Igreja para criticar a discussão do tema na escola:

Eu trabalhava com jovens na Igreja, na Pastoral da Juventude, onde nós trabalhou muito a questão da informação, da Aids (...) Eu lembro que na época gerou bastante polêmica, né? O padre queria me expulsar da igreja... porque eu tava ensinando as pessoas, os meninos, tava mostrando que eles tinham que usar camisinha, prá evitar esse tipo de coisa. E ia contra: ‘ah, se você é da igreja, por que você tá ensinando isso? Ensinar usar camisinha tá errado.’ (Grupo Focal de Professores, MT).

No entanto, há também algumas famílias que discutem com os filhos sobre a temática, e muitos acreditam que os jovens têm bastante informação para evitar o contágio de DST e Aids, devido à televisão.

A reduzida comunicação entre pais e filhos e o fato de muitos pais “bloquearem” informações sobre sexo, sexualidade e DST faz com que a vulnerabilidade destes seja exacerbada. Segundo os estudiosos, a vulnerabilidade dos jovens está ligada a diversos fatores, entre eles: a) falta de acesso a informações explícitas sobre sexo e uso de drogas, ligada a fatores religiosos; b) padrões de comportamento inadequados – como a pressão social para os rapazes iniciarem vida sexual e os preconceitos contra moças que carregam preservativo consigo; c) caráter marginal do homossexualismo; d) necessidades legais, como a de informar os pais sobre os serviços de saúde sexual disponíveis a jovens (Licea, 1999).

Comportamentos e percepções

Nos grupos focais, fica bastante claro que o problema do contágio pelo HIV e outras DST relaciona-se, por um lado, com comportamentos de risco, e por outro, com atitudes que poderiam ser definidas como preconceituosas e típicas de um “pensamento mágico”. Ou seja, ocorre uma agregação de fatores comportamentais e atitudinais que exacerba a vulnerabilidade dos assentados/as ao vírus.

A Aids é sempre considerada “*a doença do outro*” e ligada a comportamentos desviantes e tidos como “*promíscuos*”, típicos de prostitutas, homossexuais e drogados. Aparece nos relatos como uma doença que não chega às áreas rurais – e menos ainda aos assentamentos: “*Pelo menos eu acho prá mim muito longe*”. E há grande dificuldade de imaginar que um companheiro/a possa estar contaminado/a:

A gente sabe muitas coisas, mas a gente não acredita, acha que tamos longe duma realidade dessa. Ninguém imagina que a mulher que nós vivemos aqui tanto tempo,... Eu nunca podia imaginar que aquela minha parceira ia tá contaminada, parece que é uma coisa que tá longe da realidade da gente. (Grupo Focal de Rapazes, PR)

Em um dos assentamentos mais antigos e organizados, os próprios agentes de saúde mostram-se reticentes, aparentando uma certa relutância em reconhecer o risco. Preferem considerá-lo um problema nacional, devido à prostituição e à “mistura de gente”. Vários acreditam que a Aids pode vir para o assentamento por meio do contato com os que freqüentam a cidade.

Com isso, a possibilidade de contrair a doença deve-se, na opinião dos assentados/as, à migração. Os do Nordeste vêem a Aids como uma doença que “*ataca os que vão para o Sul*” e, que não existe no local, na medida em que “*o pessoal não vai embora*”. Muitos dos que migraram afirmam que tiveram sorte, já que, apesar de terem tido várias parceiras, não contraíram o vírus: “*Era cabra de cabaré, nunca usei camisinha, mas não aconteceu nada comigo*”.

É considerada uma doença essencialmente masculina, e os assentados/as ignoram completamente que a expansão da doença tem se dado por intermédio das mulheres, que são contaminadas por seus parceiros fixos. Em um dos assentamentos visitados, foi relatado que já apareceram três pessoas com Aids. Apesar da “masculinização” da doença no imaginário dos assentados/as, todos relatos sobre Aids apontam mulheres:

Na marcha, na cidade de Brasília, muita mulher que veio de lá prá cá – eu não sei dos homens, quase que não deram a cara – mas muitas mulheres chegaram doente. Então, foi feito um exame lá nas mulher... É engraçado que só apresenta quando o caso é com a mulher, né? Aí todo mundo fica sabendo ‘fulana tá doente’, mas não falava que diabo que era, né. (Grupo Focal Misto, MT).

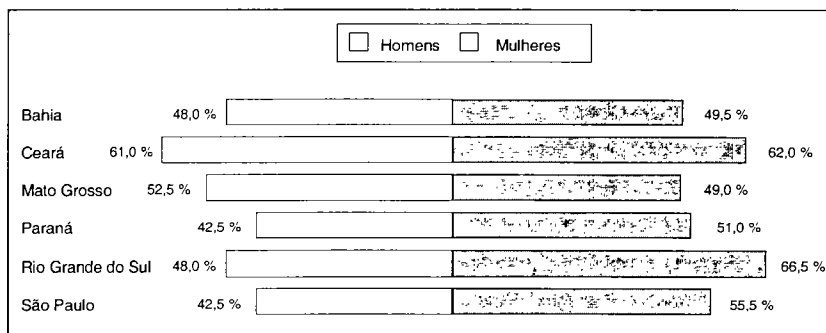
Em outro assentamento, sabe-se de pelo menos um caso de uma mulher portadora do HIV, a qual tem se empenhado em orientar os que se interessam pelo assunto:

Nós temos no nosso assentamento uma companheira que também é assentada, que ela é portadora do vírus, né? Então, ela trabalha como a gente tem que se cuidar, quer dizer, várias informações. (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Os dados quantitativos mostram que há muitos assentados/as que acreditam estar sujeitos à infecção pelo HIV. Mas os percentuais

de homens e mulheres que acreditam não correr tal risco são consideravelmente elevados, como mostra o Gráfico 10, a seguir. Em quase todos os Estados pesquisados, exceto Mato Grosso, são mais frequentes as mulheres do que os homens que afirmam que não correm riscos. Em São Paulo, por exemplo, a diferença percentual entre os sexos chega a 12,0%.

GRÁFICO 10 - ASSENTADOS/AS QUE ACREDITAM NÃO CORRER RISCO DE PEGAR AIDS, POR SEXO E UF EM 1999 (%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

Aliados a uma visão muitas vezes mitificada do HIV, os comportamentos dos assentados/as se inserem claramente no duplo padrão de sexualidade diferenciada para homens e mulheres. Idéias e expectativas em relação a comportamentos sexuais masculinos e femininos não estimulam os homens a se proteger nem incentivam as mulheres a desafiar as estruturas sociais, que as mantêm vulneráveis, e a exigirem o direito de se proteger. O medo da estigmatização inibe tanto homens quanto mulheres a tomarem atitudes preventivas. Enquanto os homens são incitados a dar vazão aos seus “instintos”, as mulheres, além de deverem ser “puras”, possuem pouco controle sobre a forma de se proteger.

Muitas atitudes dos assentados/as demonstram baixa percepção do risco de contágio, como a ausência do uso do preservativo, a infidelidade conjugal e a frequência a zonas de prostituição, que estão entre os comportamentos mais comuns:

Tem prostituição... Sempre aparece alguém que vem passar. Vem dar uma volteada, isso aí sempre tem. Agora tem, né, uma zona de prostituição aqui perto. Os rapazes vão lá. Sempre freqüentam. Ganhou um dinheirinho, conseguiu um dinheirinho, vai lá. (Grupo Focal de Homens, PR).

Eu já peguei meu marido na zona. Eu não sabia que tinha isso lá em cima. E eu cheguei lá na roça e ele não tava. E daí peguei um carro e digo 'eu vou lá buscar ele'. Daí que eu descobri que ele tava lá na zona. (Grupo Focal de Mulheres, PR).

Os assentados/as acreditam que são os homens, tanto adultos quanto jovens, os mais susceptíveis de contrair o vírus do HIV. E os próprios jovens dizem que os homens são mais “galinhas”, ou seja, têm um comportamento mais promíscuo, mantendo relações sexuais com muitas parceiras e sendo descuidados: “*Os homens pega qualquer mulher, não procura saber se ela tá contaminada ou não*”; “*É mais curioso, vai mais prá bar, toma uma cerveja, conquista uma mulher, aí às vezes, vai até doente*”.

Os jovens sustentam que o risco de contágio masculino é maior porque eles têm chance de sair e possuem mais liberdade, enquanto as mulheres permanecem nos assentamentos: “*E eles fazendo isso com qualquer mulher pode chegar prá sua companheira e pegar nela, e ela não tem possibilidade de sair com um e com outro não, já o homem tem, não escolhe não, é só pegar*”.

Chama a atenção o fato de que, enquanto os jovens afirmam usar o preservativo, os adultos referem-se a esse procedimento como se fosse uma preocupação restrita aos filhos, por serem mais propensos à contaminação – porque são mais livres, vão à zona de prostituição e a boates. Assim, esse cuidado não diria respeito aos homens adultos, mesmo que tenham comportamentos irresponsáveis. Um dos assentados diz que os jovens pelo menos levam o preservativo na carteira: “*às vezes é só prá se mostrar*”; mas os adultos, “*Se caçar lá você não acha um*”; “*Não sei nem quanto custa. Nunca vi nem isso*”.

Essa atitude é disseminada também entre as mulheres. Referindo-se a uma jovem presente no grupo, uma mãe afirmou que ela corre mais risco de contrair Aids porque “*o marido dela é jovem*” e assim “*anda mais, né, sai muito, né?*”.

A Tabela 17, a seguir, apresenta dados significativos sobre as atitudes de homens e mulheres com relação à Aids. A reação à frase “*Quem só tem relações com o marido/mulher não precisa se preocupar com Aids*” mostra a crença disseminada na fidelidade conjugal como meio de prevenção. Em todos os Estados, mais da metade dos assentados/as concorda com a afirmativa. Quando se indaga se concordam com a frase “*Quem se preocupa com Aids é porque não confia no marido/mulher*”, também são obtidos elevados percentuais de concordância.

É muito preocupante a reação dos assentados/as à assertiva “*O que dizem da Aids não é verdade, é exagero*”. Em todos os Estados, pelo menos 20,0% concordam, sendo que no Mato Grosso esse percentual atinge 35,0%. Resultado semelhante é obtido frente à afirmação de que “*Aids é preocupação de quem vive na cidade, não no campo*”, sendo o maior índice de concordância (36,0%) encontrado entre as mulheres no Paraná. Essas atitudes sugerem ser acentuada a vulnerabilidade entre os assentados/as. Além do baixo nível de informação, os seus comportamentos, valores e crenças contribuem para desestimular práticas sexuais responsáveis e preventivas.

A fidelidade conjugal

A união conjugal estável parece significar, para os assentados/as, a estratégia de proteção mais eficaz contra as DST e a Aids. Entre os casados é mais disseminada a convicção de que é pequeno ou nenhum o seu risco de infecção. Essa atitude, por sua vez, resulta da infalibilidade que atribuem à fidelidade conjugal.

A falta de prevenção entre casais com uniões estáveis é preocupante, uma vez que a Aids vem atingindo cada vez mais esse grupo, exatamente porque a fidelidade conjugal é muito mais um suposto do que uma realidade. Tal problema assume uma dimensão de gênero, na medida em que são sancionados modelos de comportamento que, ao mesmo tempo, estimulam os homens a procurarem outras mulheres e exigem que as esposas sejam fiéis e se resignem diante da infidelidade de seus companheiros. Mesmo imaginando que podem estar correndo riscos, na maioria das vezes as mulheres não têm coragem para negociar o

TABELA 17 - ASSENTADOS/AS, POR UF E SEXO, SEGUNDO CONCORDÂNCIA COM AFIRMAÇÕES SOBRE AIDS, EM 1999 (%)

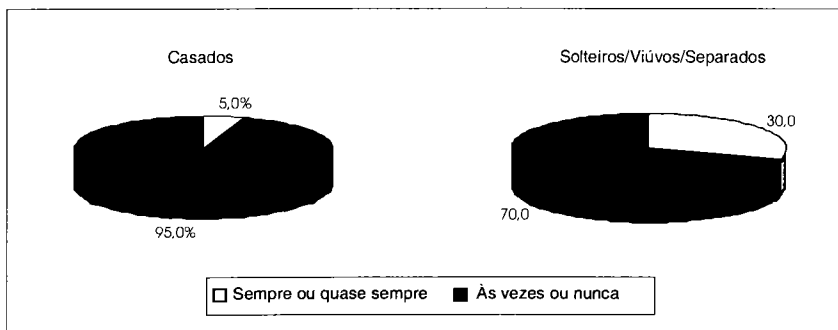
Afirmações	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Quem só tem relações com o marido/mulher não precisa se preocupar com Aids	69,5	60,5	71,0	58,5	61,5	49,0	59,0	62,5	49,5	59,5	72,0	54,0
Quem se preocupa com Aids é porque não confia no marido/mulher	67,5	66,0	73,0	67,0	67,5	64,5	55,0	57,0	48,5	61,0	73,0	65,0
O que dizem da Aids não é verdade, é exagero	30,0	27,0	21,5	22,5	35,5	36,0	34,0	31,0	26,5	29,0	23,5	22,0
Aids é preocupação de quem vive na cidade, não no campo	35,0	30,5	34,0	31,0	35,0	34,5	29,0	36,0	21,0	32,0	25,0	19,5

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

uso do preservativo, pois significaria romper com o pacto de confiança na fidelidade mútua, sobre o qual repousa o casamento.

GRÁFICO 11 - ASSENTADOS/AS POR ESTADO CIVIL, SEGUNDO FREQUÊNCIA DO USO DE CAMISINHA, EM 1999 (BAHIA)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

O discurso dos assentados/as sugere que os homens adotam uma atitude de menor preocupação com relação à Aids do que as mulheres: são menos propensos a reconhecer a insuficiência da sua informação sobre o assunto, e mais inclinados a assumir atitudes convencionais de ênfase à fidelidade e à confiança conjugal como forma de evitar o contágio. Todos consideram a fidelidade uma garantia “*de não ter problema*” ou “*de não buscar doença para trazer para a família*” .

A camisinha é vista como dispensável quando se conhece a/o parceira/o, principalmente quando são casados: “*A gente se preocupa, mas... nós não precisamos, porque a gente só tem relação com um parceiro*”. Os assentados/as dizem não temer a doença porque “*os homens desse assentamento são fiéis e não são de farra*”; “*Quando é uma pessoa de fora que tem que usar*”.

Em um assentamento algumas mulheres dizem que quem tem mais risco de contrair o vírus do HIV é “*Quem anda comendo muita comida fora de casa*.”; “*Por que não usa camisinha? Não adianta, porque a resposta que eles vão dar é que não precisa. Tem confiança*”.

As jovens também acreditam que os casados não necessitam prevenir-se; quando se trata de jovens casadas, afirmam que os mari-

dos não gostam de usar camisinha e não há por que usar preservativo no casamento, somente se o marido tem relações extraconjugais: “*A gente casada, eu acho que deve confiar no marido, o marido na mulher, né? Eu acho que transar de camisinha com a mulher casada já nunca foi bom, né?*”.

As agentes de saúde de um assentamento dizem que realizam um trabalho de prevenção junto às famílias, mas as pessoas “*levam quase na brincadeira, dizendo que os maridos são fiéis, não andam atrás de outra mulher*”.

De fato, como regra, as mulheres que não reconhecem o risco de contágio: “*eu confio muito no meu marido. Eu sei que ele é um homem saudável e que nunca vai trazer doença prá dentro de casa...*” e acreditam na fidelidade dos maridos acima de tudo: “*ele não tá pulando a cerca*”. Por isso, a Aids não é objeto de suas preocupações e não sentem necessidade de se proteger: “*Eu, por exemplo assim, eu nunca me preocupei com isso. Sabe que nunca passou pela minha cabeça... A questão da relação sexual, eu tou indo na confiança, tá*”.

Porém nos mesmos relatos podem ser identificados vários tipos de confiança: uma confiança tácita e incondicional, decorrente do próprio compromisso do casamento ou baseada no caráter do cônjuge; outra, resultante da aparência física ou da idade dos cônjuges: “*confio, o meu é banguelo*”.

Muitas vezes essa confiança é limitada quando as mulheres dizem que “*não pode pôr a mão no fogo*” ou ironizam “*aqui tudo é santo*”. E dizem que seria necessário utilizar preservativo para aqueles que viajam: “*Eu acho que os homens que andam o mundo, tu vai saber o que se passa? A gente não adivinha*”, porque “*a carne é fraca*”. Elas reconhecem que não existe como se assegurarem da fidelidade dos maridos e que “*as mulheres são as últimas a saber*”. “*Eu não confio nem na roupa que eu visto. De jeito nenhum*”; “*não confio em ninguém, só confio em Deus*”. “*No meu? Eu confio... no meu eu confio, nossa! Porque eu sou viúva, menina!*”.

As manifestações de desconfiança em relação aos maridos devem-se, principalmente, à falta de conhecimento das mulheres sobre a vida de seus companheiros: “*Eu acho que com ele a mulher não pode fazer nada, porque não sabe se ele foi lá naquele lugar...*”.

Diante dessa situação, apesar de insistirem na fidelidade de seus parceiros, algumas mulheres mostram preocupação com a Aids e demais DST e muitas temem contagiar-se, inclusive pelo próprio marido:

QUADRO 3.2 - O perigo do contágio

Grupo Focal de Mulheres, CE

A gente vive essa vida em função deles, sabe? A gente dá a vida inteira prá um casamento, pro homem, pro filho, prá casa. Então eu acho que a gente não merecia isso, sabe? Além da traição, a gente corre o risco de pegar doença.

Pode ele pular o muro e a vizinha tá lá melada do negócio. E aí contamina nós coitada, e não sente. 'Oh! Meu Deus, como foi que eu peguei? Meu marido é santinho!'

Em um dos grupos de homens menciona-se que as esposas temem as DST e a Aids: “*tem medo demais*”; “*A minha mulher sempre fala isso. Sempre ela reclama dessas coisas, que tem homem que gosta de outra mulher e tal. Fala, fica com medo, né?*”.

A discussão acerca de fidelidade conjugal apresenta ambigüidades entre o que é o direito e o que é da natureza do homem e da mulher. Embora o direito seja visto como igual para ambos os sexos, tanto homens como mulheres afirmam que há distinções na natureza de cada um, cujas conseqüências são comportamentos diferenciados quanto à fidelidade conjugal.

Alguns homens afirmam claramente que a fidelidade é muito importante, mas o seu discurso reduz a fidelidade à exclusividade sexual feminina: “*É, eu acho que é muito importante, porque o cara não vai querer ficar com mulher que sai com os outros. Bom, fidelidade prá mim, é o cara tá junto com a mulher e ela ser fiel ao cara, não se meter com os outros*”.

Foram os jovens que se mostraram mais inflexíveis quanto à fidelidade conjugal, num discurso onde aparece associada ao amor romântico:

Eu acho que não é simplesmente por causa que pensa em outra pessoa, por causa que transa com outra pessoa, eu acho que fidelidade é uma troca, não tem segredos entre eles, seja segredos de pessoas, seja segredo de trabalho, de uma outra coisa. E eu acho que nesse caso de pensar, quem pensa, faz. (Grupo Focal Misto de Jovens, RS).

O uso do preservativo

Como já foi visto, a percepção do risco de contágio pelo HIV não é resultado somente dos níveis de conhecimento e informação dos assentados/as. Múltiplas lógicas, crenças e valores e as próprias condições de vida interferem nessa avaliação. Quanto ao preservativo e seu uso pode-se perceber que, em termos de vulnerabilidade, a visão dos assentados/as apresenta-se significativamente enviesada.

TABELA 18 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO A FORMA DE PROTEÇÃO CONTRA AIDS UTILIZADA, EM 1999 (%)

Formas de proteção (*)	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Fidelidade Conjugal	56,0	59,0	65,0	65,0	42,5	55,5	48,0	51,0	46,5	56,0	66,0	72,0
Uso da Camisinha	24,0	11,0	18,0	8,0	21,0	10,5	14,0	5,0	31,0	6,0	23,5	6,5
Outros meios	1,0	4,0	4,5	8,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,5	1,5	5,5
Não quiseram responder	5,0	8,0	10,5	12,0	7,5	6,5	13,5	13,5	10,0	14,5	5,0	8,5

FONTES: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

(*) Apenas respostas afirmativas a estas formas de proteção contra Aids.

N (Bahia) = 495 assentados/as (256 homens e 239 mulheres); N (Ceará) = 762 assentados/as (375 homens e 387 mulheres); N (Mato Grosso) = 431 assentados/as (213 homens e 218 mulheres); N (Paraná) = 404 assentados/as (199 homens e 205 mulheres); N (Rio Grande do Sul) = 400 assentados/as (201 homens e 199 mulheres); N (São Paulo) = 388 assentados/as (198 homens e 190 mulheres)

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

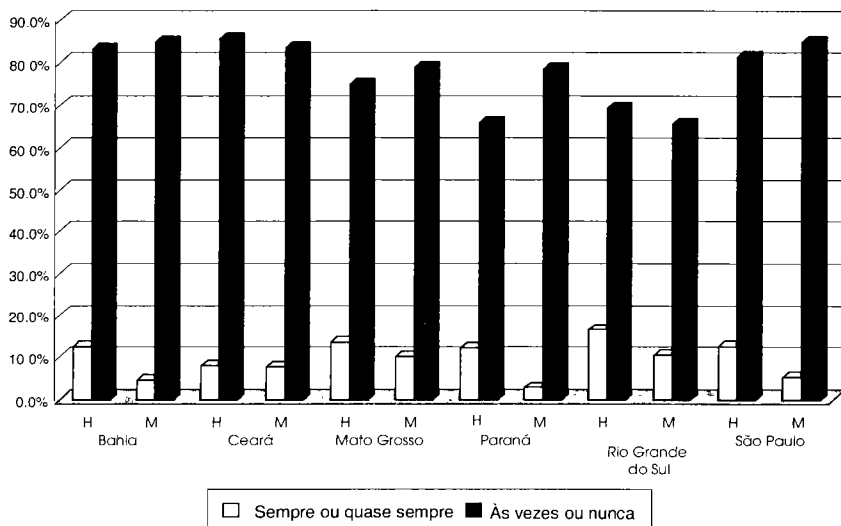
Os dados da tabela acima, mostram uma clara assimetria entre as formas de proteção contra Aids por eles utilizadas. A fidelidade conjugal é muito mais mencionada do que a camisinha ou qualquer

outro tipo de proteção. Os dados sobre o preservativo revelam que, em geral, o seu uso é muito reduzido. No Paraná, apenas 14,0% dos homens e 5,0% das mulheres afirmaram utilizá-lo.

Entre os que responderam que se protegem mediante a fidelidade conjugal⁸, a clivagem de gênero é evidente: em todos os Estados pesquisados, a proporção de mulheres que aponta essa forma de proteção é maior ou igual à de homens; no Rio Grande do Sul, por exemplo, essa diferença aproxima-se de 10,0%. Já entre os que afirmaram utilizar-se da camisinha, ocorre o oposto: em todos os Estados são mais freqüentes os homens, sendo que a diferença percentual entre os sexos alcança 25,0%, também no Rio Grande do Sul.

No que se refere à freqüência do uso da camisinha, os dados do Gráfico 12, acima, corroboram os resultados obtidos até aqui. Dentre os poucos que usam o preservativo sempre ou quase sempre,

GRÁFICO 12 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO A FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE PRESERVATIVO, EM 1999 (%).



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.
 LEGENDA: H = Homens; M = Mulheres.

⁸ Nos grupos focais, a fidelidade conjugal foi relatada como método de prevenção das DST e Aids; por esta razão foi incluída como categoria no questionário.

a proporção de homens é maior que a de mulheres. Para os dois sexos, são muito elevados os percentuais daqueles que não fazem uso do preservativo ou só usam esporadicamente.

Resumindo, os dados mostram que a maior parte dos assentados/as protege-se mediante a fidelidade conjugal⁹, sendo que, entre esses, a maioria é de mulheres e, entre os poucos que se utilizam da camisinha, predominam os homens.

Indagados sobre os motivos pelos quais não usam regularmente o preservativo, os homens foram muito mais freqüentes que as mulheres nas afirmações de que confiam nas suas parceiras, não dão importância a isso, não gostam e sentem-se atrapalhados nas relações sexuais.

As exceções se dão em circunstâncias especiais, a título de contracepção e, ainda assim, sob protesto. Nos grupos focais, os homens sustentam que usam o preservativo, inclusive os casados insistiram enfaticamente nessa prática: *“Prá evitar [filhos], o negócio é preservativo. Mais é por causa da Aids, né? Prá todos”*.

Alguns adultos reconhecem a existência de comportamentos de risco e dizem que o preservativo é a alternativa quando não querem praticar a fidelidade conjugal: *“A gente tem preocupação com essa Aids... que é matadeira. (...) Quando não quer usar fidelidade tem que usar preservativo, né? É se proteger. É usar preservativo”*.

Os dados da Tabela 19, em anexo, reafirmam a baixa propensão dos assentados/as ao uso da camisinha. Apesar de haver proporções mais elevadas quando se trata de solteiros e viúvos/separados, prevalece a tendência dos casados, que representam mais de 75% da população. Entre eles, a grande maioria nunca usa camisinha. Os dados dos solteiros chamam a atenção, pois são os que mais freqüentemente dizem usar o preservativo, com valores que chegam a 44,5% em São Paulo. Os dados dos viúvos/separados mostram a tendência de não usar camisinha, talvez devido a hábitos adquiridos no casamento.

⁹ Nessa tabela, também pode-se notar o grande número de assentados que preferiram não responder, talvez por não utilizar qualquer meio de prevenção, ou por ressalvas pessoais geradas pela falta de informação, quando são tratadas questões tão delicadas.

Na opinião de muitos dos assentados/as, o preservativo diminui a sensibilidade e reduz o prazer. As mulheres enfatizam que “*apesar de muitos dizerem que muda o desempenho, mas eu acho que não impede nada. Geralmente, é o homem que não quer usar*”. Por essa razão, quando as agentes de saúde oferecem preservativos masculinos às mulheres, somente um número reduzido os aceita. Alguns homens acham que só se justifica usar “*camisinha em prostituta e fora de casa*”.

A Tabela 20, em anexo, mostra os motivos pelos quais a camisinha não é usada em todas as relações sexuais. Os dados reafirmam a existência de um ambiente onde predominam a confiança no parceiro e a falta de informação sobre o uso do preservativo.

Podem-se perceber, nos dados qualitativos, profundas diferenças entre as representações, as normas e as práticas dos assentados/as em relação ao preservativo. Enquanto pelas normas sociais, expressas nos discursos, o correto é sempre usar o preservativo, suas representações fazem com que este seja visto como algo dissociado do casamento e da fidelidade que dele se espera. A prática dos assentados/as baseia-se, portanto, nas suas representações, e não nas normas a que se referem conscientemente. Uma modificação desse comportamento, portanto, exigirá mudanças nas representações, processo que em geral ocorre lenta e gradualmente¹⁰.

Vários podem ser os motivos da discrepância entre a prática e o discurso sobre o uso do preservativo. Um deles pode ser a percepção do que seria “correto” ou “desejável” contraposta à resistência efetiva ao seu uso. Esse aspecto aparece claramente entre os jovens casais, onde a esposa afirma que: “*ele que não quer admitir, só que ele nunca quis usar a camisinha*”. Diante disso, o jovem marido justifica: “*Não, pelo próprio desconforto e tal eu nunca fui de usar camisinha, digo ‘ó, te cuide você porque tu sabe, hoje eu tô aqui, amanhã vai saber onde que eu tou’.* Eu acho que a camisinha é a mesma coisa que chupar o pirulito com o papelzinho”. De fato, é bastante disseminada a idéia de que, para o homem, usá-la é como “*chupar bala com plástico*”; “*é como comer bombom com papel*”; “*É obrigação mas eu não gosto*”.

¹⁰ Para os conceitos de representações, normas e práticas, ver BOZON, Michel (1995)

Há também a dificuldade de que, nos assentamentos, muitas vezes, o preservativo é de difícil acesso. O produto não se encontra disponível, a não ser nos postos de saúde das cidades mais próximas e isso gera novos obstáculos à sua utilização. “*Mas aí tem o problema, que é a vergonha de ir lá e pedir no posto*”.

Algumas mulheres dizem que seria importante que os maridos utilizassem a camisinha e fossem mais conscientes dessa necessidade. Contudo, existe um grande preconceito e tabu que faz com que elas não discutam o tema com os companheiros; os homens desconfiam das que falam sobre esses assuntos: “*Se pedisse para ele usar camisinha, sem ser prá evitar filho, ele não aceitaria não. Ia achar muito estranho*”. As mulheres preocupam-se com a Aids, mas em geral: “*As esposas não pedem pro marido usar, nunca achei uma corajosa*”. Num dos assentamentos, houve palestras com distribuição de preservativo, “*principalmente para as senhoras casadas*”. Porém muitas delas “*não tiveram coragem de levar, porque diziam se levar o meu marido vai falar que estava traindo*” .

As jovens solteiras referem-se, além disso, aos preconceitos que as desigualdades de gênero impõem à prática das mulheres levarem consigo o preservativo:

QUADRO 3.3 – Entrar na prostituição

Grupo Focal Misto de Jovens, CE.

Se eu ando com a camisinha, né, alguém da rua já vai pensar que eu não sou mais virgem, já quero entrar na prostituição, isso e aquilo, né. Mesmo que seja só ali a dois, sem transar com mais ninguém, mas acontece muito isso e por isso é mais fácil para os rapazes estarem prevenidos.

Constata-se, assim, quão frágil é o poder de negociação das mulheres com seus parceiros e a sua acentuada exposição ao HIV, uma vez que seu acesso aos meios de prevenção é limitado por este-reótipos de gênero.

Mesmo entre os jovens, existe uma ambigüidade acerca do papel da mulher no processo de prevenção. Alguns afirmam que obter o

preservativo deve ser preocupação da moça. Outros, porém, observam que as mulheres não têm como exigir do parceiro que use a camisinha sem introduzir um elemento de desconfiança e de conflito na relação. Existem aqueles que pensam que a responsabilidade deve ser dividida entre o casal.

Há rapazes solteiros que sustentam usar a camisinha sempre que não têm parceira fixa, mas quando estabelecem relações estáveis, abandonam esse procedimento. *“Chega um momento que a confiança substitui a camisinha”*. E quando são casados, não usam preservativos, ou porque não gostam ou por falta de dinheiro para comprar: *“Não tem dinheiro prá comprar uma camisinha boa, compra sem qualidade”*.

Porém são os jovens, principalmente, que afirmam utilizar preservativo e ter especiais cuidados com as mulheres com as quais mantêm relações sexuais: *“A gente não vai pegar uma mulher assim”*. Muitos afirmam que usam camisinha sempre: *“Os meus amigos usa direto.”* Contudo, alguns chamam a atenção para o fato de que existem adolescentes grávidas nos assentamentos, o que significa que é provável que os jovens não estejam utilizando o preservativo em todas as relações sexuais. Uma outra dificuldade reside no fato de os jovens não saberem como utilizá-lo; apesar de afirmarem andar com camisinhas na carteira, nada assegura que o utilizem.

Contraceção

Como visto anteriormente, os assentados/as reportam o uso de preservativo principalmente por razões de contraceção. Os métodos contraceptivos de maior prevalência nos assentamentos são a esterilização feminina e a pílula anticoncepcional, ambos sem efeito preventivo contra as DST.

Os métodos de contraceção são geralmente escolhidos e administrados pelas mulheres, o que reflete uma das mais fortes normas de gênero presentes na sociedade ocidental moderna: se cabe à mulher a gestação, o parto, a amamentação e o cuidado dos filhos, ela também deve ser a responsável por evitar a gravidez.

Nos grupos focais, tanto homens como mulheres demonstram bastante conhecimento acerca de diversos procedimentos de contracepção, desde a tabelinha, o uso do preservativo e de comprimidos anticoncepcionais, até a laqueadura de trompas e a vasectomia. No que diz respeito às práticas, aparece nitidamente uma diferenciação de gênero. Entre os homens, as atitudes oscilam entre, de um lado, a afirmação de que participam, discutindo o assunto com a mulher, e, de outro, a concepção de que compete a ela se prevenir da gravidez indesejada.

Entre as mulheres, há variações quanto às atitudes: algumas afirmam que os parceiros “*se preocupam*” com o assunto e outras dizem que, embora essa preocupação exista, a tarefa de tomar os cuidados necessários cabe mesmo a elas, já que têm de enfrentar a gravidez e o cuidado dos filhos: “*Normalmente a questão pra evitar filho é da mulher, é claro. É difícil o homem que pensa. Até fazer a vasectomia eles não aceitam*”. O ônus da contracepção recai sobre a mulher, bem como a responsabilidade da decisão de que método utilizar.

Possivelmente, por isso, a laqueadura de trompas é mais frequente que a vasectomia, apesar de apresentar mais riscos e ter um período de recuperação maior. Isto ocorre porque há muitos preconceitos em torno da esterilização masculina. Muitos homens temem a vasectomia, por acharem que ela poderá influenciar sua virilidade e potência:

A ligadura, é sempre a mulher que faz ligadura, não é o homem, nunca... É mais isso, o homem pensa assim, e a idéia de tá capado, daí, diz ele, nunca! Eles podem se preocupar, mas eles não querem que tire o deles, quem tem que tomar comprimido é a gente. (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Há, por parte dos agentes de saúde, dificuldade em falar sobre métodos contraceptivos com os assentados/as e, quando realizam reuniões, poucos comparecem. O uso do contraceptivo não é discutido durante as visitas que realizam nas casas, sendo considerado um assunto pessoal onde “*cada um cuida disso, eu não sei se usam ou não. Para mim nunca falaram*”.

Com isso, percebe-se que também a prevenção da gravidez permeia-se de preconceitos e tabus ligados à sexualidade, não constituindo um tema de saúde pública e não sendo tratado como tal nos assentamentos, inclusive pelos maiores responsáveis por essa orientação, os agentes de saúde.

Virgindade

A virgindade feminina aparece como um dos valores culturais fortemente arraigados na sociedade brasileira, sobretudo em alguns contextos sociais específicos. Neles, os jovens são muitas vezes orientados a exigirem a virgindade das esposas e, ao mesmo tempo, a iniciar-se sexualmente cedo.

Isso se deve à construção das sexualidades feminina e masculina. Tabus e preconceitos são criados, o que faz com que seja considerado “natural”, por exemplo, que os homens gostem mais de sexo, e as mulheres sejam mais “românticas”. Isso cria uma dicotomia entre sexo e amor, ligando o primeiro à masculinidade e o último, à feminilidade.

A sexualidade feminina é, além disso, muito ligada à sua função reprodutiva. A maternidade é quase um sinônimo de sexualidade feminina e de identidade para a mulher. A moça virgem, a esposa e mãe são aquelas reconhecidas e valorizadas socialmente. O corpo feminino é visto como o corpo da tentação, do pecado, mas a mulher é ensinada a exercer o controle e o domínio do seu desejo sexual e não provocar o do homem; e violar essa regra significa expor-se a riscos.

Pode-se observar que as categorias de classificação do feminino opõem as mulheres “fáceis” às mulheres destinadas ao casamento. As primeiras, que adotam atitudes mais libertárias em relação à sua sexualidade, são chamadas de “piranhas”, “galinhas”, e depreciadas pela comunidade. Porém, continuam sendo vistos como parte da natureza masculina comportamentos sexuais mais liberais e “instintos” sexuais mais fortes. Dessa forma, a construção diferenciada das sexualidades masculina e feminina faz com que a virgindade seja um atributo essencialmente das moças, não dos rapazes.

Nos grupos focais e nas entrevistas, a virgindade aparece claramente como um valor fundamental para muitos assentados/as, inde-

pendentemente da idade e do sexo. Uma das principais razões de valorização da virgindade feminina é prevenir o repúdio por parte da comunidade e difamação por parte dos homens. De fato, aquelas que perdem a virgindade antes do casamento usualmente são “mal faladas” e excluídas. Pode-se perceber, assim, a dicotomia fortemente cristalizada na cultura brasileira entre a “mulher de casa” e a “mulher da rua”. Para as jovens, uma das maiores preocupações é perder a sua imagem de “mulher de casa”:

QUADRO 3.4 - É um biscate

Grupo Focal de Moças, MT
Grupo Focal Misto de Jovens, CE

Se você tem uma relação com um rapaz, passou, né, ele sai falando: ‘eu transei lá com tal pessoa, aquela pessoa é uma biscate’. Começa a difamar a pessoa, isso aí também eu acho que pesa demais.

Isso é o costume daqui. Se falar assim numa moça: ‘Ah! Não é virgem, não presta.’ Uma moça que perde a virgindade fica rotulada pela comunidade.

Nos grupos aparecem todos os preconceitos com relação a este tema e a virgindade torna-se sinônimo de seriedade – “dá mais respeito e as meninas que perdem a virgindade são olhadas de maneira diferente”. É, ainda, condição de respeitabilidade, já que as moças que não são virgens “perdem o respeito das pessoas”, “vai se sentir humilhada”, são socialmente excluídas, recebendo um tratamento diferenciado, chegando mesmo a perder as amizades e a ser desmoralizadas e mal tratadas:

Eu acho muito importante, a virgindade é como se fosse... é o respeito, porque uma menina que é perdida, é o termo que o povo usa, perdida,... Quando cai na boca dos rapazes, ela perdeu o valor, é humilhada. (...) ‘Quem é aquela?’ ‘Não, mulher, ela é uma prostituta’. Chama logo de prostituta. Então eu acho que a virgindade é acima de qualquer coisa. (Grupo Focal de Mulheres, BA).

Em algumas localidades, se a mulher não for virgem ao se casar, “*pode ser devolvida*”, como se fosse uma mercadoria: “*quando não casa virgem o companheiro pega e larga*”. Tal discurso não representa somente uma construção do imaginário popular. A possibilidade de o marido devolver a esposa aos pais se ela não for virgem, ainda está presente em nosso Código Civil, que data de 1917¹¹. O fato de alguns assentados/as expressarem essa convicção mostra que as mudanças nas representações sociais ocorrem muito lentamente, em especial no meio rural.

QUADRO 3.5 - Não é mais virgem? Devolve.

Grupo Focal Misto, MT;
Grupo Focal de Homens, BA

Se eu soubesse que ela não tinha se preservado, eu acho que era um ponto negativo sim, sem dúvida. Nesse ponto eu era um pouco machista quando eu era solteiro. Isso eu tenho como um valor muito importante na família. Eu nasci numa região que, se o cara casar com uma moça e não for virgem, ele vai e entrega ao pai: ‘Não é mais virgem’. Ainda hoje, lá ainda é assim. Devolve.

Naquele tempo da ignorância eu ouvia meu pai contar prá minha mãe que se casasse uma moça com você, e ela dissesse que era moça, aí fosse pro cartório casar e ela não fosse moça você tinha todo direito de entregar ela pro pai dela.

Assim, as próprias jovens pensam que devem preservar-se, caso contrário podem vir a ser mal faladas, não conseguem se casar ou podem ser repudiadas pelos maridos: “*(...) a gente chega a ter relações com rapaz e ele já espalha prá todo mundo, aí fica a fama, né. Então a gente tem que preservar sempre a virgindade*”.

Para alguns, a virgindade feminina é um valor moral baseado na Bíblia e faz com que os homens tornem-se responsáveis pelas futuras esposas: “*Se ele casasse com uma menina que não fosse virgem, é mínima, a responsabilidade é quase nenhuma... é sobre a Bíblia, agora se for virgem a responsabilidade é grande*”.

¹¹ Cf. Código Civil, Arts. 218 e 219, inciso IV.

Mesmo quando o homem acha que a virgindade não é fundamental, ela é considerada como condição prévia para a felicidade e harmonia entre o casal, uma virtude que gera no homem confiança em relação à mulher: *“Se uma mulher casou já tendo convivido com outro homem, não pode ter mais aquela confiança totalmente do marido, não. Prá mim é assim”*.

Todos os depoimentos mostram que esse é um atributo tipicamente feminino, relacionado à diferença de natureza entre os sexos. *“Virgem só tem que ser mulher. É mais importante prá mulher”*. As jovens são muitas vezes vistas como inocentes que se deixam enganar e iludir pelos homens e depois têm de suportar as conseqüências; devem, portanto, *“se guardar”*: *“Porque casar virgem é outra coisa, né. O homem valoriza a mulher virgem”*.

Outros motivos de valorização da virgindade estão relacionados a ideais românticos. Para algumas jovens, casar virgem é: *“legal”*, *“bonito”*, é *“se guardar para a pessoa certa”*, é *“casar toda de branco”*; *“Ir prá uma lua de mel, não tem mais virgindade, não tem mais graça, não tem descoberta”*.

Em vários locais, entretanto, a virgindade é vista como algo que não existe mais, fora de época, um valor que se perdeu com o tempo, que passou do sagrado para o banal. *“É um valor de antigamente, hoje já acabou”* e por mais que os pais tentem “prender” as filhas, a juventude não respeita os costumes mais tradicionais. A época em que as moças eram virgens é lembrada com certa nostalgia e as mães dizem ter dificuldades para adaptar-se aos tempos atuais: *“E antigamente não, a moça quando tinha a virgindade, ela tinha que ter respeito e o pai tinha prazer de casar ela com um rapaz se o rapaz gostasse dela”*. Muitas mães revelam-se decepcionadas com as mudanças comportamentais dos jovens, não se habituam e buscam orientar suas filhas para *“preservarem-se”*.

Essas concepções perpetuam-se por meio da educação diferenciada a meninos e meninas. São as moças as que têm visões românticas em torno da virgindade, incorporando, quase sem perceberem, normas de gênero em que a mulher aparece como submissa e controlada, e o homem, como instintivo e independente. Essa diferença de educação gera, nas meninas, expectativas de casamento e, nos meninos, a aversão ao homossexualismo: *“Não, meu filho tem que mos-*

trar que é homem. Depois ele pode dar prá homossexual”. Segundo muitos assentados/as, um jovem que não mantém relações sexuais até uma certa idade é visto como “boiola”; “veado” e, a partir de certa idade, é vergonhoso dizer que é virgem: “O homem, se tiver um que casou virgem, você perguntar prá ele, ele fala ‘Não, não casei’, de vergonha, ué!”.

É recorrente o discurso de que o homem deve seguir seus instintos ou de que, para ele, é mais difícil não fazê-lo. Corroboram esta concepção todas as pressões sociais para que os rapazes iniciem sua vida sexual cedo, vangloriem-se de suas experiências e conquistas e não assumam qualquer ignorância em questão de sexo e sexualidade. Portanto, acredita-se que é difícil para os homens permanecerem virgens devido à sua natureza viril e inquieta, e que eles não devem chegar ao casamento sem experiência sexual.

Contudo, para alguns, homens e mulheres são iguais e devem ter as mesmas exigências. Por isso a virgindade seria importante para ambos os sexos, constituindo-se em um valor moral universal, mas que na prática só se aplica às mulheres: “Para os homens, ninguém liga, é quase impossível um homem casar virgem”.

Algumas jovens dizem que “Não tem nada a ver”, “não adianta ficar guardando”, mas acreditam que os homens podem vir a cobrar da esposa, no futuro, o fato de não ter casado virgem e podem querer impor-se à mulher, pelo fato de terem aceitado que ela não fosse virgem.

Entre os rapazes, as opiniões estão divididas: alguns dizem preferir moças virgens, mas não como uma condição, outros preferem mulheres um pouco mais experientes e outros dizem preferir inexperientes. Alguns dos assentados/as tomam a virgindade feminina como um princípio. Outros consideram que isso é secundário num mundo que se modernizou e que “virgindade não é sinal de respeito, não é sinal de gostar”. Contudo um deles definiu a virgindade como “uma qualidade a mais” e alguns dizem não querer mulheres com demasiada experiência sexual: “Não tem nada a ver a moça ser virgem, só que ela não seja de todo mundo... Maria batalhão”. O preconceito, porém, aparece de diversas formas. Na opinião de vários jovens, o importante é que as moças não mintam porque “muitos homens podem achar que são santinhas... aí quando chega o dia que casou,

vai jogar na cara”, “*Se a mulher não for virgem, tem que contar*”. Porém, nenhum deles jamais mencionou a mesma exigência para com os rapazes.

Pode-se perceber, que mesmo que a virgindade não seja algo “*exigido*” pelos homens, a mulher não deve ultrapassar os limites de uma sexualidade controlada, não deve ter muita experiência sexual, uma restrição raramente feita aos homens, muito pelo contrário.

Gravidez na adolescência

As fases que caracterizam a vida juvenil no meio rural são semelhantes às vividas pelos jovens urbanos. Mas, freqüentemente, essas fases começam e, às vezes, terminam mais cedo do que na cidade. Como defende Durston (1999), não é tão importante definir os limites da juventude rural em anos cronológicos, mas sim avaliar os momentos das diversas fases que caracterizam a juventude. Neste sentido, a concepção de adolescência no meio rural é diferente do meio urbano. No campo, os jovens, em geral, casam-se mais cedo, têm filhos mais cedo, assumem responsabilidades com menor idade. Algumas vezes, adolescentes grávidas com dezesseis, dezessete, dezoito anos, não são consideradas demasiado jovens.

Mas, na maior parte dos casos, a gravidez de adolescentes é percebida negativamente. Os assentados/as acreditam que a adolescência é um período da vida “*reservado para o estudo... para as pessoas crescerem*”. A gravidez na adolescência é considerada negativa porque os jovens perdem a infância e têm de assumir responsabilidades. Em um dos assentamentos, alguns jovens dizem que há várias adolescentes grávidas. Essas meninas abandonam a escola, “*prá não ficar com vergonha dos outros alunos*” e têm a sua vida “*estragada*”.

De fato, a gravidez pode alterar definitivamente o curso da vida de uma mulher, em especial quando ocorre precocemente, já que limita opções, pode forçar casamentos não desejados ou impor a criação de uma criança sem apoio social e material. As normas de gênero fazem com que todos os encargos de uma gravidez recaiam sobre a moça ou sobre sua família. Embora existam alguns casos em que “*o menino assume, leva prá casa, fica com ela*”, como regra os

rapazes não tomam as responsabilidades para si e as moças são vistas como “*inocentes*” e “*vítimas da esperteza*” masculina.

A definição das responsabilidades pela gravidez precoce é um tema que suscita acentuada controvérsia em um dos grupos masculinos. Para alguns, “*falta conhecimento*” às meninas, e eles consideram isso perigoso porque entendem que pode levar à prostituição. Eles vêem a menina como ingênua, capaz de se deixar seduzir em função do amor e os rapazes seriam aproveitadores dessa situação. “*Os homens, é prá satisfazer o desejo dele, né (...), querer se aproveitar às vezes da jovem, né*”. Para outros, as meninas não têm controle “*a carne é fraca*”, “*a vontade fala mais alto*”, “*elas engravida porque quis*”. Portanto, as adolescentes são freqüentemente consideradas as únicas responsáveis pela sua própria gravidez, não podendo dividi-la nem com o parceiro sexual, nem com a sociedade. Os jovens consideram que as moças deveriam responder sozinhas tanto pela contracepção como pelo controle dos seus apetites sexuais: “*(...) ela deveria se segurar mais até ser maior de idade*”; “*Elas deveriam se prevenir mais, né, até certa idade.*” Também as jovens que discutem o assunto culpam as próprias meninas por não “*pensar antes de fazer e não se cuidar*”.

Na realidade, o desabrochar da sexualidade entre os jovens e, em alguns casos, a centralidade do casamento no projeto de vida das moças, por falta de outra opção, estimulam a gravidez precoce: “*As meninas aqui têm muita vontade de casar*”. Além disso, em algumas ocasiões, encontra-se uma enorme valorização do fenômeno da gravidez, que assume o caráter de compromisso afetivo com o novo ser. Uma jovem afirmou que se sentiria orgulhosa se ficasse grávida, independentemente de ter uma relação duradoura ou passageira com um rapaz: “*Prá mim, não seria ruim... se acontecesse, no meu caso prá mim, seria um motivo de orgulho. Eu acho que independente do tipo de relação*”.

A gravidez na adolescência é uma preocupação e algumas mães dizem que alertam as filhas sobre os seus riscos, conversando com elas sobre sexo e doenças sexualmente transmissíveis.

Os relatos dos jovens não corroboram as afirmações dos pais, nem quanto à orientação que oferecem: “*(...) Ah, eu o que eu sei, eu aprendi no colégio também, com as amigas, a gente sai, a gente conversa. A minha mãe, eu acho que fica um pouco com vergonha de explicar, e ela nunca me explicou assim, isso*”.

As opiniões de alguns homens reforçam a percepção dos jovens de que há pouca orientação. Eles chamam a atenção para a contradição entre a dificuldade das gerações mais antigas de tratar abertamente os temas de sexo e gravidez com os filhos, enquanto a televisão emite mensagens de sexualidade precoce e até de licenciosidade. Porém vários assentados/as atribuem as ocorrências de gravidez precoce não à falta de informação, mas sim à falta de consciência dos riscos: “(...)a maioria fecham os olhos para as informações também, acha que nunca vai acontecer com ela”.

Como regra, a televisão é considerada um canal de divulgação e ensino de práticas sexuais precoces e, por isso, “(...)as meninas de hoje são todas sabidas e a televisão é que mais ensina”; “(...)usam liberdade como libertinagem e acham que namorar é fazer sexo...”. Juntamente com a mudança dos hábitos culturais, a televisão seria a grande responsável por essa situação, pois levaria os jovens a repetir na vida real o que vêem e escutam no mundo da ficção e do espetáculo.

Alguns assentados/as dizem que a responsabilidade por isso cabe aos pais, que confiam demais nas filhas e lhes dão muita liberdade. Há “*abuso de confiança dos pais*”. Uma das causas disso é que os pais não sabem como agir diante das situações que se apresentam, pois a juventude está mais solta e o sexo, mais liberal. A consequência é que os jovens não sabem prevenir-se e muitas vezes falta consciência, responsabilidade, experiência para a juventude.

Alguns adultos também enfatizam a gravidez precoce como fruto da experiência de trabalho das jovens no meio urbano.

A maioria dessas meninas... já tem aquelas que saem prá trabalhar fora, porque tipo a maioria que é mãe solteira, é dessas que saíram prá trabalhar que ... arrumaram filho fora. Depois que arrumaram filho voltaram prá cá, a maioria. Precoce mesmo, a nível de doze anos. (Grupo Focal de Professores, PR).

A gravidez de adolescentes é mais bem aceita se ocorrer após o casamento. Vários casos relatados não são vistos como problemáticos, na medida em que a jovem casou-se e teve o filho por opção pessoal. Um dos assentados diz não ser contra a gravidez adolescente, uma vez que o problema diz respeito à maturidade, e uma menina de treze anos

pode ser mais madura do que uma mais velha. Assim, muitas vezes, a gravidez adolescente é vista como se não fosse uma questão de responsabilidade social, e sim um fenômeno puramente individual.

Algumas assentadas dizem que não há casos de mães adolescentes solteiras no assentamento porque as moças casam-se prematuramente, com quinze, dezesseis anos, devido à falta de oportunidade de conhecer outros ambientes e outras pessoas: “*terminam que se envolvem , aí é casar, ter filho*”. Isso, porém, dá margem a outras preocupações, pois as meninas que ficam grávidas precocemente e se casam, em geral, se separam e têm de depender das famílias para criar as crianças. Depois, querem aproveitar o tempo que perderam, saindo para festas e bailes e acabam por separar-se: “*Com 40 anos já é largada, né?*”.

Aborto

Como regra, nos assentamentos, tanto jovens quanto adultos de ambos os sexos sustentam que a gravidez pode e deve ser evitada. Dizem os assentados/as que, sendo as formas de prevenir a gravidez conhecidas e válidas, o aborto não se justifica. Logo, se as jovens engravidarem, devem assumir a criança:

Na minha opinião, elas têm que evitar e não engravidar. E depois delas engravidar (...) elas têm que deixar sair fora quando chegar o tempo. Porque o primeiro passo, elas têm que evitar se engravidar. Porque matar um ser vivente eu não acho que seja coisa boa. (Grupo Focal de Homens, CE).

Em toda a sociedade ocidental moderna existe uma controvérsia sobre o aborto, que é um fenômeno recente. De fato, na maior parte das nações, o aborto foi utilizado, durante muito tempo, como um método tolerado de controle da natalidade. Mesmo a Igreja Católica foi relativamente tolerante e durante muitos séculos Santo Agostinho (séc. IV) e São Tomás de Aquino (séc. XIII) reconheciam como humano somente o embrião que tivesse completado quarenta dias após a fecundação, a partir de quando se pode falar em pessoa (Frei

Beto, 1993). Essa discussão chegou ao fim com a declaração do Papa Pio IX, considerando todo tipo de aborto um crime (Hartmann, 1995).

Sem entrar na polêmica em torno da questão, é importante notar que a prática do aborto ocorre com uma enorme frequência no Brasil¹², apesar das proibições legais¹³. Os relatos indicam que a situação não é diferente nos assentamentos rurais.

As mulheres mencionam que existem “chás para menstruar”, nunca afirmando que o objetivo é abortar. Ao ter as regras atrasadas, afigura-se como natural que as mulheres tomem chá, como uma terapia caseira para uma “doença”, sem que isso tenha conotações éticas ou morais, estabelecendo assim uma distinção frente ao aborto: “*Erva braba do mato*”; “*É um remédio amargoso*”; “*nas flor de rio, uma frutinha, da raiz da oiticica, diz que bateu, valeu. As mulheres têm conhecimento dessas erva(...) Canela é prá menstruação, mas elas sabem que é abortivo*”.

Algumas deixam claro que dizer que não existe aborto é negar a realidade: “*Muitas mulheres, quando não está a fim daquela gravidez, faltou a menstruação ela toma um chá*”.

As práticas mais adotadas são a ingestão de ervas e medicamentos caseiros. É importante ressaltar os perigos das práticas abortivas ilegais para a saúde da mulher, e até mesmo para a sua vida. Também sob esse aspecto, as mulheres arcam com os encargos da gravidez, tanto por arriscarem sua saúde e vida, quanto por serem condenadas por essa prática.

Quando se solicita aos assentados/as que relatem os casos de aborto nos assentamentos, sua primeira reação é negar que existam, até “*porque é uma coisa que quem faz não anda contando, né?*”. Porém, com o desenrolar das entrevistas, alguns contam histórias:

Outro dia eu descí no rio, morava lá embaixo ainda, eu descí na água do córrego e encontrei um. Dentro do cór-

¹² Segundo dados do DATASUS, em 1996, 246.370 mulheres foram hospitalizadas por tentativas de aborto e existe uma estimativa de que neste mesmo ano foram realizados 1.039.900 abortos. In Corrêa, Sônia & Freitas, Ângela (1997).

¹³ O Código Penal brasileiro admite a interrupção voluntária da gravidez somente em dois casos excepcionais, segundo o artigo 128: 1) quando impõe risco de vida à mãe e se não há outro meio de salvá-la; e 2) se a gravidez é resultado de estupro.

rego, um feto, pequenininho. E tinha umas mulher lá no córrego, então eu fiquei sem jeito, saí de lá de dentro, não panhei nem água que eu ia banhar. Encontrei, não sei o que as outras fizeram com ele. De quem, eu também não sei. Só uma vez que eu vi falar, eu vi, mas de quem eu não sei. (Grupo Focal de Homens, MT).

Muitos preconceitos, tabus e dogmas religiosos aparecem quando a questão é levantada. A maior parte dos assentados/as tem uma posição radicalmente contra essa prática, por diversas razões.

Em nenhum momento o aborto aparece como um direito de escolha da mulher: “*Eu acho que o direito à vida é superior a qualquer coisa. No momento que existe uma criança, já existe vida*”. Ao contrário, algumas assentadas atribuem ao aborto a conotação de crime contra seres indefesos, aparentemente adotando a posição assumida pela Igreja Católica:

Porque eu, quando tive curso de noiva, eles falaram assim, né, dessas coisas. (...) É a mesma coisa assim, né: ‘mata aquele’, ‘deixa vivo’. Aquele ainda tem defesa, o outro não tem defesa. E depois que ele nasce, né, embora você não queira, depois que ele nasce e tá grandinho, daí você diz assim, mas eu que queria matar. né... Daí, tu tem coragem? De matar? (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Jovens e adultos de ambos os sexos são contrários ao aborto, afirmando que é um pecado, é contra a Igreja: “*contra o pronunciamento do papa*”. Ou, alternativamente, é considerado um crime: são vidas que “*não pedem prá vir ao mundo!*”. Portanto, a mulher que aborta está cometendo um “*atentado, né?*”; “*porque é um crime*”; e quem aborta é uma espécie de assassina: “*A mulher que destrói o filho do seu ventre, é o elo de morte*”. Também os agentes de saúde, em lugar de analisá-lo como um problema de saúde pública, consideram o aborto um crime.

Em um dos assentamentos, o aborto não apenas é assim considerado, mas “*é punido no regimento interno*”, caso seja descoberto. Apesar de a maioria dos assentados/as afirmar que desconhece se esta questão está presente no regimento interno de seu assentamento, ou demonstrar incerteza quanto às especificações, alguns estão de

acordo em expulsar as mulheres que realizarem aborto: “*E se ela fez por gosto e vontade? E se ela fez porque quis? É caso de expulsão!*”.

Na opinião de um grupo feminino de jovens, a falta de prevenção e a gravidez são vistas como castigos para quem “*faz coisas erradas, sem prevenir*”, ainda mais hoje em dia, quando as jovens possuem mais informações com os meios de comunicação e a educação sexual, o certo é assumir as responsabilidades:

Eu acho que nessa idade jovem demais, ela não tem pensamento, eu acho que não devia ter. Agora, a pessoa que tiver os seus doze anos prá frente e acontecer, eu achava que não devia tirar. Se a pessoa tem o corpo, eu acho que não deve ser tirado. (Grupo Focal de Homens, MT).

As jovens compartilham essas opiniões e várias encaram o aborto também como uma conseqüência da desordem atual da sociedade, onde os valores da família foram colocados em segundo plano:

Eu acho que a mulher nunca deve tomar essa atitude, porque ela tinha que pensar antes, né: ‘eu vou usar um preservativo, porque...’ prá não tirar a vida de um ser que não pediu prá existir. Então eu acho isso uma grande covardia da mulher. (Grupo Focal Misto de Jovens, BA).

Porém algumas mulheres admitiram já ter feito aborto: “*Eu já fiz. Até duas vezes. Uma só, foi natural. Eu já fiz*”, e entre as mais jovens, parece ser comum a ocorrência de abortos:

Aqui dentro do assentamento, as que aconteceu ficaram na casa dos pais. Muitas meninas novas mesmo, não sei se por querer... se abortam correm o risco de vida. Mas abortam, toma chá... A mãe ou avó... De repente tá livre, não tem mais nada... (Grupo Focal de Mulheres, PR).

Aparecem raras vozes femininas divergentes, que são favoráveis ao direito de abortar, caso a mulher não tivesse condições de assumir o filho ou se engravidasse sem desejar ou, ainda, se a relação conjugal estiver ameaçada e as mulheres enfrentarem a perspectiva de criar os filhos sozinhas. Mulheres que no passado optaram por ter

os filhos afirmam que, se fosse hoje, não sabem se tomariam a mesma decisão.

No caso de risco de vida para as mães, as opiniões também divergem. Alguns assentados/as aceitam a prática do aborto se há risco de vida para a mãe, com a ressalva de que isto pode ser também uma armadilha, um engano. Porém, na opinião de outros assentados/as, mesmo quando a mãe corre risco de vida, o aborto é também considerado crime:

No caso aí de vida ou morte, aí ela quer dar a vida ao filho, né. Entrega prá Deus, quem sabe enxerga aquele sofrimento dela, tudo que ela passou, né, quem sabe se os dois não passam a ter vida, né, tanto o filho como a mãe. (Grupo Focal Misto de Jovens, CE).

Mesmo em casos de estupro, os assentados/as são reticentes, pois “a culpa não é dele, então tem que vir ao mundo”; “Eu acho que é errado. A criança não sabe se defender, né. E se tiver estupro ... É crime também, né?”.

Há, entretanto, os que ponderam esta atitude e aceitam a possibilidade do aborto em caso de estupro. São os jovens que mais estão de acordo com o aborto nessas circunstâncias, sem nenhuma condição: “*Um cara pega a menina, né, à força e acontece, pode fazer o aborto.*”. A tolerância em caso de estupro é ligada à idéia de humilhação e violência, que leva ao ódio, sentimento contrário à maternidade: “*Ela não vai ter o filho satisfeita, nunca vai gostar da criança, porque foi estuprada. A Justiça dá o direito de tirar a criança*”. Os traumas, os complexos, a falta de amor e a rejeição ao filho, as recordações etc. levam a que alguns sejam favoráveis à interrupção da gravidez nessas circunstâncias:

Porque que quando é um estupro, aquela criança veio no mundo, não é uma criança que a mãe desejou que viesse, que foi planejada. Eu acho que aquela mãe não vai olhar aquela criança com bons olhos de toda mãe (...). Aquela mãe vai ver aquela criança e saber que foi de uma pessoa, sei lá, às vezes, até uma pessoa nojenta, alguma coisa, eu penso nesse lado. Ela é que tem que decidir. (Grupo Focal de Rapazes, RS).

Em um assentamento, são as jovens as que têm a opinião mais radical, não admitindo em hipótese alguma o aborto, afirmando que, mesmo em caso de estupro, a mulher pode “*casar com outro*”:

Mas muitas vezes quando acontece uma violência e uma menina fica grávida, acontece de abortar porque elas não queriam ficar grávidas. Eu acho que não deve abortar, né? Ué, casa com outro. (Grupo Focal de Moças, MT).

A maioria das assentadas concorda que não há nenhum caso em que o aborto, como prática, possa ser aceito. O “*sentimento de maternidade*” é visto como mais forte do que a violência do estupro e, diante da possibilidade de ser mãe, tudo deve ser aceito. O aborto é visto como um crime mais grave que o estupro, e submete a mulher a uma segunda violência:

O estupro, eu acho que se viesse acontecer comigo, eu acho que eu não tinha coragem de abortar. Se eu não quisesse aquele filho, que foi de uma hora imprópria, alguém que eu não conhecesse ou alguma coisa... mas ainda eu acho que como a gravidez você vai sentindo aquela criança... todo mundo aqui foi mãe e sabe o que é, né? Você vai pegando, você vai sentindo aquele carinho. Eu não sei se na hora que nascesse, eu teria coragem de doar. Eu acho que ainda ficaria comigo, mesmo que fosse de uma pessoa que você não desejasse, né. (Grupo Focal de Mulheres, PR).

Drogas e alcoolismo

Qualquer que seja o contexto, o consumo de álcool e de drogas contribui direta e substancialmente para a vulnerabilização dos indivíduos. Isso ocorre porque a ingestão de álcool e drogas prejudica o seu julgamento e pode levar a comportamentos de alto risco, capazes de afetar tanto a sua saúde como um todo, e sobretudo a sua saúde sexual.

Os problemas associados ao consumo de álcool e drogas encerram um forte componente de gênero, uma vez que os homens consomem muito mais álcool que as mulheres e com muito mais excesso. Isso, possivelmente, resulta dos padrões de comportamento sancio-

nados para cada um dos sexos: as mulheres tendem a ser muito mais criticadas por consumirem álcool, enquanto a embriaguez masculina é tolerada, pois os homens são absolvidos por cederem aos seus impulsos, mas espera-se que as mulheres os conttenham.

Drogas ilícitas

Da mesma maneira que ocorre na sociedade mais ampla, os assentados/as estabelecem uma forte distinção entre as drogas ilícitas e o álcool. No que se refere às primeiras, predominam as tentativas de negar a sua existência nos assentamentos – seja quanto aos usuários, seja quanto ao tráfico.

Nas entrevistas e grupos focais, a menção às drogas desencadeia manifestações de preocupação, geralmente ocasionadas pelas “*influências da vizinhança*”. As drogas são percebidas como algo “*escondido*”, “*complicado de se meter*”.

Como regra, os assentados/as admitem que os seus filhos estão expostos ao risco das drogas, mas acreditam que isso ocorre fora dos assentamentos, existindo o mundo protegido “*de dentro*” e o mundo “*de fora*”, onde estão os perigos: “*Eu sei que lá o mundo lá fora tá bem complicado*”.

O risco está no contato com o mundo exterior e nas escolas das cidades onde estudam os filhos. Os pais manifestam grande preocupação com os jovens que foram estudar fora, nas cidades grandes, onde fogem ao controle da família. Na opinião dos adultos, os mais facilmente influenciáveis são aqueles que entram e saem dos assentamentos, os que imigram e vão viver nos centros urbanos.

Apesar de negarem a presença de droga nas localidades, afirmando que “*não entra*”; “*Aqui eu nunca vi não*”; “*Por enquanto não, né?*”, há localidades específicas onde são facilmente encontradas pessoas utilizando “*mesmo droga pesada*”. Alguns depoimentos demonstram que as drogas fazem parte da realidade dos assentados/as:

Tem em qualquer lugar, em toda parte tem... Aqui só não tem droga pesada. Tem muitas pessoas aqui que têm preconceito com a droga, diz que aqui não entra, mas tem

muitas pessoas que vende droga. (Grupo Focal Misto de Jovens, PR).

Várias agentes de saúde dizem existir drogas no assentamento e os pais comentam com elas sobre o problema. Existem filhos muito agressivos com os pais, e elas têm a certeza de que são drogados. Em certas localidades, a droga existe mesmo dentro da escola. Os jovens convivem diariamente com quem fuma, inclusive dentro do banheiro da escola.

Porém, os próprios jovens defendem os assentamentos, afirmando serem locais seguros onde não existe droga, mas terminam contando que existe e que chega à escola, principalmente à noite, quando estudam os mais velhos. Insistem que, na cidade, a escola é muito mais perigosa.

Alguns assentados/as, contudo, asseguram que existe consumo e tráfico de drogas, especialmente maconha, dentro dos assentamentos. Também os professores relatam que os alunos comentam sobre o assunto. A droga pode vir dos municípios próximos ao assentamento, das localidades menores e dos colégios:

Se tem problema de droga? Tem, e não é pouco. Até esses dias inclusive andaram prendendo (...) 400kg de maconha, dentro de auto (...) Existe, eu acho que não existe um município nesse mundo véio aí, que não existe essa tal de maconha. (Grupo Focal de Homens, RS).

Para alguns assentados/as, a droga está disseminada e, mesmo em localidades pequenas, existem “*corredores de droga*”. Em dois Estados foi informado que há uma rota de tráfico nas proximidades do assentamento.

Em uma das localidades, os jovens relatam que a maconha é obtida na capital e que eles próprios já roubaram cola de sapateiro nos supermercados do município vizinho. Muitos já provaram várias delas.

Diversos jovens – rapazes e moças – dizem que já viram pessoas se drogando e até já lhes ofereceram drogas, geralmente cola de sapateiro e maconha. Uma jovem relata sua experiência com drogas:

Eu já cheguei a experimentar maconha, a cola de sapateiro, o crack, mas não tive mais vontade de usar, só experimentar. Você experimentando, vixe, é gostoso. Eu mesmo nunca cheguei a comprar, eu pegava de uma amiga minha. Ah, mas ela era mais viciada do que eu, ela roubava dinheiro da mãe dela prá comprar, o dinheiro da economia da mãe dela de todo final de mês, né. (Grupo Focal de Moças, MT).

A liderança do assentamento realizou um levantamento e encontrou cerca de vinte usuários de droga e foram tomadas providências coletivas. A liderança expulsou os usuários do assentamento: “*Já aconteceu droga lá dentro e nós expulsemos. Expulsemos prá ele nem pisar dentro da área*”.

Em alguns assentamentos, além da droga, há casos de violência que são frequentemente relacionados ao tráfico de drogas. Uma das assentadas conta que seu filho chegou em casa “*com duas balas de revólver*”, e ela não conseguiu saber como ele as obteve.

As crianças saiu da escola, eles tavam lá na mangueira, no vácuo. Tava parece umas nove, ou dez crianças, à noite, agora fazendo o quê, ninguém sabe. Mas eu acho que ele estava puxando droga (...). O meu menino disse que não estava no meio, eu não sei não, ele estava no meio, eles estavam lá, ele está com os colegas, mas não fala quem está no meio. (Grupo Focal de Mulheres, SP).

Álcool

Bem diferente é a atitude quanto ao consumo de álcool, embora muitos assentados/as neguem a existência de alcoolismo nos assentamentos: “*É normal, não exagera não*”. Aos poucos fica claro, porém, que esse é um grave problema, disseminado pelos assentamentos, nos quais frequentemente existem bares.

O problema se associa às manifestações de violência social e doméstica, bem como ao insucesso econômico: “*Geralmente o que a gente vê é que a maioria bebe. A maioria dá um pouquinho do dinheiro prá mulheres e o resto prá brincadeira, né*”; “*Alcoolismo no meu grupo tem bastante. Bebe todo dia*”.

São as mulheres que mencionam que, embora não seja evidente o consumo de drogas ilícitas, o consumo de álcool é elevado e esse é igualmente uma droga: “A única droga que tem aqui (...) é bebida alcoólica.”; “A cachaça é a pior droga que existe nos acampamentos”.

São vários os casos relatados de homens que gastam o dinheiro de crédito, perdem suas terras e arruinam sua vida devido ao alcoolismo:

E o pessoal, tem muita gente que tá lá ainda, com aquele ranchinho, é a pinga. É o maior problema dos assentados, e os que estão mais mal, mais endividados, o problema é a cachaça. E não é só os jovens, é o véio e os piá também.
(Grupo Focal de Mulheres, RS).

Todos bebem, desde os jovens até os mais velhos, principalmente aguardente. Os jovens algumas vezes chegam a ir bêbados à escola, e não respeitam os professores, nem os colegas. Os professores de um assentamento contam que, no primeiro ano em que chegaram para dar aulas, ficaram horrorizados com o número de alunos que chegavam na sala de aula bêbados.

Os rapazes bebem mais em festas, até “*que caem*” e tem muita gente que é viciada. A bebida serve para que se divirtam e também como uma fuga dos problemas: “*E a dificuldade enorme que tem no assentamento, principalmente nesse aqui, é a cachaça, que é demais. O jovem no assentamento bebe muita cachaça... Olha, até porque não tem outra forma de diversão, sabe?*”

Em algumas localidades, tanto homens como mulheres abusam da bebida e, muitas vezes, os homens “*fica ignorante, bravo, tipo que bebe e fica bravo*”; “*se eu falo ele briga porque eu falei, se não falo ele briga porque não falei*”.

Violência doméstica

Um outro fenômeno estreitamente relacionado ao do alcoolismo é a violência doméstica. Num primeiro momento todos – adultos e jovens, de ambos os sexos – tendem a negar que exista violência doméstica nos assentamentos, e referir-se a ela é quase um tabu, que faz com que principalmente as mulheres escondam os fatos e se calem:

Parece até que existia um pouco mais de violência, sabe? E agora eu não sei se houve, mas a gente percebe... Principalmente quando a gente chega nas propriedades e que a mulher se cala. Muitas vezes a mulher quer falar alguma coisa... prá conversar mesmo, né? Ela teme falar alguma coisa que o marido esteja escutando. E já teve um caso que a gente viu realmente as mulheres contarem que o marido espanca. (Grupo Focal de Professores, PR).

Há significativos registros dos mais diversos tipos de violência doméstica, violência entre pais e filhos e entre maridos e mulheres, tanto física como sexual e simbólica. A violência intradoméstica aparece em uma dimensão onde bater e apanhar são parte da normalidade: “*De casal, sempre tem, né? Homem batendo em mulher, tem muito pouco, mas tiro, tem bastante*”.

Os depoimentos confirmam que os maridos, com frequência, bebem e tornam-se violentos. As mulheres, que na imensa maioria das vezes são as vítimas da violência doméstica, em geral suportam essa situação porque têm temor de se separarem dos maridos e não conseguirem sobreviver, ou sofrerem sozinhas:

Aqui existe muito. Mulher que apanha do marido. Não é assim em geral, mas tem umas mulheres que sofrem. Os maridos bebem e a pobre da mulher que leva!! (Grupo Focal de Rapazes, PR).

Ela tem que agüentar pancada porque a mulher separada é uma mulher perdida. Apanha duas, três vezes e fala: ‘Eu não vou largar, porque se largar eu vou passar fome, vou sofrer’. E com certeza. Se ela largar ela vai passar fome e vai arranjar outro pior, vai bater nela... (Grupo Focal de Professores, MT).

Na opinião de um grupo de mulheres, a violência pode ser física ou verbal. A violência física é “*pancada*” e a verbal pode ser “*pior que a física, porque tem palavra que é dura, que ofende*”. Uma das mulheres confirma que existe violência doméstica, apesar da negação de muitos assentados e assentadas, e descreve a sua situação, relatando que quando o marido bebe, fica muito violento:

Porque quando bebe fica violento, eu não vou negar, que eu fui espancada não foi uma vez não, foi várias vezes. Ele me bateu porque tinha um rabo de saia lá fora, e veio descontar em mim, porque ele queria que eu saísse da casa, que eu abandonasse o lote. Ele não queria sair, vamos supor, então pensou: 'Se ela sai, eu fico com tudo'. Mas, aí não, aí eu fui atrás dos meus direitos. (Grupo Focal de Mulheres, SP).

Os jovens de um assentamento citam vários casos de violência intra-familiar, não em suas famílias nucleares mas com parentes e conhecidos. Essa se dá por conta da bebida e atinge as crianças, “*pai que espanca a filha*”. Há um temor constante, por parte das mães, de que os pais fiquem sabendo de maus comportamentos dos filhos e sejam violentos:

Inclusive, eu acho que essa mesma mãe conversou comigo e disse: 'Por favor, pelo amor de Deus não comenta isso com ninguém', se meu marido descobrir que meu filho fez alguma coisa aqui na escola, gazeou aula, ele não deixa... se chega gente na minha casa eu não posso sair prá conversar com as pessoas, ele não deixa. Ele bate. (Grupo Focal de Professores, PR).

Os assentados/as referem-se também a casos de estupros, principalmente nas próprias famílias, e também de crianças molestadas pelos pais, apesar de não ser uma situação comum:

Eu já tive três situações dessa, caso de casais que abandonam mulheres, fica com outra, daí quando vêm os filhos, que tem uma menina mais velha, houve uma tentativa de estupros, sabe? Dentro de casa. Às vezes, eu não sei se é com a conivência da mãe, se a mãe sabe. Alguns casos de sair da escola, se queixar... é muito difícil prá mim, como homem, às vezes chegar e contar essa situação na casa. Mas as meninas dizem 'Eu vou ter que sair, vou fugir da minha família, eu não posso ficar aqui!' (Grupo Focal de Professores, PR).

Finalmente, os assentados/as mencionam a violência simbólica contra a mulher, ligada ao poder e ao controle. Os homens são consi-

derados violentos também por controlarem todas as atividades femininas e controlar todo o dinheiro da casa:

Eu vejo, assim, que a violência contra a mulher era e é em partes esse controle que o homem faz. Hoje a mulher é uma participante ativa dentro da propriedade e o homem controla tudo. Então tu vê a mulher, né, se falando em mulher rural, uma mulher tirando leite, fazendo todas as atividades, e o homem controlando tudo, isso aí eu acho que é uma violência. (Grupo Focal de Casais Jovens, RS).

Neste capítulo foi possível constatar que a esfera da saúde sexual e reprodutiva se caracteriza pela presença de acentuadas clivagens de gênero. Estas se expressam na idéia de que as mulheres devem ser contidas enquanto seria próprio da masculinidade uma completa liberdade sexual. Os estereótipos femininos e masculinos são generalizados entre os assentados e assentadas e exercem forte impacto sobre suas percepções, atitudes e comportamentos relativos à virgindade, contracepção, gravidez – inclusive gravidez precoce –, aborto e prevenção das DST e da Aids.

Num ambiente de informação imperfeita e de precário acesso aos serviços de saúde, esses estereótipos são compartilhados até mesmo pelos agentes de saúde. Conseqüentemente, significam uma maior vulnerabilidade feminina às DST e à Aids, já que incentivam atitudes de risco, como a substituição do uso do preservativo pela confiança na fidelidade conjugal.

ANEXO II

TABELA 13 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO AVALIAÇÃO DA FACILIDADE DE ACESSO AO SERVIÇO DE SAÚDE, EM 1999 (%)

Acesso fácil ao serviço de saúde	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Sempre	29,5	29,5	29,0	27,0	24,0	31,0	21,5	18,5	18,0	17,0	54,5	46,0
Às vezes	50,0	51,5	55,5	61,0	53,0	47,0	62,0	70,5	60,0	69,5	38,5	45,0
Nunca	20,5	19,0	15,5	12,0	23,0	22,0	16,5	11,0	22,0	13,5	7,0	9,0
TOTAL	100,0 (255)	100,0 (239)	100,0 (375)	100,0 (384)	100,0 (210)	100,0 (211)	100,0 (195)	100,0 (194)	100,0 (199)	100,0 (190)	100,0 (197)	100,0 (189)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

TABELA 16 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO OS MECANISMOS CONSIDERADOS TRANSMISSORES DA AIDS, EM 1999 (%)

Mecanismos de Transmissão de Aids (*)	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Relações sexuais	95,0	93,0	90,5	87,5	93,5	89,5	93,5	93,0	94,5	92,5	96,0	93,5
Sangue, transfusões, dentista, operações, injeções	87,5	86,5	86,5	83,0	95,5	92,5	88,0	88,5	90,5	84,0	93,0	95,5
Transmissão aos bebês por mães contaminadas	80,5	80,0	85,5	85,5	80,5	82,0	88,0	86,5	87,5	83,0	90,5	92,0
Beijo	36,5	35,5	40,5	39,5	27,0	26,5	25,5	22,5	22,5	20,5	31,0	21,0
Abraço, aperto de mão	20,5	19,5	19,5	17,5	8,0	7,5	16,5	13,5	5,0	2,5	7,5	6,5
Comida, água	32,5	29,0	35,0	28,0	17,5	17,5	23,0	15,0	18,5	11,5	16,0	12,5
Vaso sanitário	52,0	50,5	49,0	44,5	32,5	38,0	36,0	33,5	27,0	31,0	35,0	30,0
Outro meio	13,5	13,5	18,5	18,5	11,5	8,0	9,0	4,5	10,5	10,0	8,0	10,0

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

(*) apenas respostas afirmativas.

N (Bahia) = 495 assentados/as (256 homens e 239 mulheres); N (Ceará) = 762 assentados/as (375 homens e 387 mulheres); N (Mato Grosso) = 431 assentados/as (213 homens e 218 mulheres); N (Paraná) = 404 assentados/as (199 homens e 205 mulheres); N (Rio Grande do Sul) = 400 assentados/as (201 homens e 199 mulheres).

N (São Paulo) = 388 assentados/as (198 homens e 190 mulheres).

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

TABELA 19 - ASSENTADOS/AS POR UF E ESTADO CIVIL SEGUNDO FREQUÊNCIA DO USO DA CAMISINHA, EM 1999 (%)

Frequência	Bahia			Ceará			Mato Grosso			Paraná			Rio Grande do Sul			São Paulo		
	C	S	V/S	C	S	V/S	C	S	V/S	C	S	V/S	C	S	V/S	C	S	V/S
Em todas as relações	1,0	20,5	5,5	4,0	16,0	5,0	2,0	37,5	14,0	2,5	28,5	----	3,0	34,0	7,0	1,5	44,5	21,5
Quase sempre	4,0	10,5	5,5	3,0	2,0	----	3,0	10,5	7,0	2,5	24,0	----	5,0	12,0	21,5	2,5	28,0	7,0
Às vezes	16,5	22,0	28,0	18,5	38,0	16,0	12,5	16,5	10,0	10,0	14,5	5,0	24,0	18,0	----	14,5	11,0	28,5
Nunca	72,0	39,5	33,0	68,0	32,0	47,5	71,5	23,0	55,0	65,5	---	58,0	51,0	16,0	14,5	74,0	5,5	36,0
Não quiseram responder	6,5	7,5	28,0	6,5	12,0	31,5	11,0	12,5	14,0	19,5	33,5	37,0	17,0	20,0	57,0	7,5	11,0	7,0
TOTAL	100,0 (396)	100,0 (68)	100,0 (18)	100,0 (677)	100,0 (50)	100,0 (19)	100,0 (317)	100,0 (48)	100,0 (29)	100,0 (352)	100,0 (21)	100,0 (19)	100,0 (312)	100,0 (50)	100,0 (14)	100,0 (328)	100,0 (18)	100,0 (28)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: C = casados; S = solteiros; V/S = viúvos/separados.

TABELA 20 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO OS MOTIVOS PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DE CAMISINHA EM TODAS AS RELAÇÕES SEXUAIS, EM 1999 (%)

Motivos (*)	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Confia no parceiro(a)	63,5	65,0	52,0	42,5	53,5	53,0	49,5	56,0	60,5	48,0	66,5	66,5
Não dá importância para isso	28,0	26,5	36,0	24,0	17,5	22,0	11,5	12,5	8,5	9,0	16,5	20,5
Não gosta, atrapalha	15,5	11,5	19,5	15,0	9,5	12,0	8,5	7,5	16,0	12,0	19,0	12,5
O parceiro (a) não gosta	6,5	9,5	12,5	19,5	2,0	9,5	3,0	2,0	5,5	7,5	10,0	12,5
É caro, custa dinheiro	6,5	6,5	6,0	4,5	4,5	2,0	5,0	1,5	8,0	4,5	11,5	5,5
A prefeitura não distribui	5,0	4,0	4,0	2,5	2,0	2,0	0,5	0,5	4,5	3,0	8,5	7,5
Tem vergonha de ir comprar	0,5	1,0	5,0	4,5	1,0	5,0	2,0	1,0	2,0	3,0	7,0	6,0
É difícil de achar para comprar	0,5	0,5	3,5	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,5
Tem receio de pedir que o parceiro use	1,0	1,5	3,5	2,5	2,0	4,5	----	----	1,0	2,0	6,0	4,0

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

(*) Os assentados/as podiam indicar mais de um motivo.

N (Bahia) = 477 assentados/as (241 homens e 236 mulheres); N (Ceará) = 727 assentados/as (353 homens e 374 mulheres); N (Mato Grosso) = 401 assentados/as (192 homens e 209 mulheres); N (Paraná) = 389 assentados/as (188 homens e 201 mulheres); N (Rio Grande do Sul) = 373 assentados/as (180 homens e 193 mulheres); N (São Paulo) = 368 assentados/as (184 homens e 184 mulheres).

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

4. O Trabalho Feminino nos Assentamentos Rurais

No Brasil, é longa a história de luta por mudanças na estrutura fundiária, mas são esparsas as referências sobre a participação da mulher. A partir da década de 1960 – com a luta pela posse da terra e pela integração do meio rural à *polity*, mediante a presença efetiva do poder público no campo – inicia-se a discussão sobre o papel feminino na vida rural. Mais tarde, pequenas produtoras, sem terra, bóias-frias, empregadas temporárias e permanentes nas fazendas comparecem ao cenário político buscando o reconhecimento de sua identidade como trabalhadoras. Em seguida, desde meados dos anos 1980, as trabalhadoras rurais passaram a se organizar em todo o país, lutando pela extensão dos direitos trabalhistas à sua categoria¹.

Este trabalho indaga se essa mobilização logrou introduzir mudanças substantivas no papel e na posição da mulher rural brasileira – especialmente nos assentamentos rurais –, com ênfase no trabalho produtivo.

Para contextualizar essa análise usou-se a base de dados da PNAD/IBGE². As tabulações especiais dessa pesquisa, posteriormente à mudança metodológica de 1992, permitem captar melhor as transformações da mão-de-obra agropecuária na década de 1990³. Entretanto, a PNAD não distingue “famílias assentadas”⁴, impossibilitando uma análise específica desse segmento de trabalhadores rurais. Além disso, mesmo estudos recentes que tratam dos assentamentos rurais (Bittencourt et al., 1999; Bruno & Medeiros, 1998; Medeiros & Leite, 1999) não levam em conta a diferença de sexo, o que impede que se tenha uma visão acerca do papel da mulher na sua implantação e desenvolvimento.

¹ Ver CUT (1991); A intensa mobilização das trabalhadoras rurais permanece nos dias atuais: no dia 10/08/2000, milhares de trabalhadoras rurais organizaram em Brasília/DF, uma manifestação como forma de lembrar o movimento internacional da “Marcha Mundial das Mulheres” em protesto contra a fome, a pobreza e a violência sexista, que foi intitulada “Marcha das Margaridas” – nome que homenageia a sindicalista rural Margarida Maria Alves, assassinada em 12/08/1983, na Paraíba. *Jornal do Brasil*, 11 de agosto de 2000.

² Parte deste capítulo foi redigida a partir de texto escrito e dados organizados para a UNESCO por Hildete P. Melo, Professora Doutora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense. Entretanto, todas as afirmações e dados apresentados são de exclusiva e total responsabilidade das autoras.

³ Ver, sobre o assunto, Graziano da Silva (1997).

⁴ O Censo Agropecuário de 1995-1996, do IBGE, tampouco identifica os estabelecimentos oriundos dos assentamentos de reforma agrária.

Frente a essa lacuna na literatura socioeconômica sobre os assentamentos e sobre o trabalho feminino neles realizado, este capítulo analisa o trabalho rural e o doméstico, vivenciados ambos pelas mulheres e homens assentados. Considerando o ambiente dos assentamentos, houve mudanças no trabalho rural feminino? E na forma de reconhecê-lo e valorizá-lo?

Para lidar com essas perguntas, e melhor compreender as relações econômicas e sociais do mundo rural, é necessário revisitar o velho tema da invisibilidade⁵ do trabalho feminino. Este é definido socialmente como “um jeito de ser mulher”, sempre enredado com as lides domésticas; e como essas tarefas não se expressam em relações monetárias, são esquecidas e desvalorizadas pela sociedade (Sarti, 1997: 160).

Este trabalho contempla as perguntas acima mencionadas, privilegiando as falas de homens e mulheres assentados, que são comparadas com a realidade expressa pelas informações globais da PNAD e com os dados do *survey* que integra a presente pesquisa.

A invisibilidade do trabalho feminino

A generalizada ausência de reconhecimento dos diversos tipos de trabalho desenvolvidos pelas mulheres é parte constituinte da dinâmica das relações de gênero. No meio rural, um indicador dessa invisibilidade é o elevado número de mulheres caracterizadas como trabalhadoras sem remuneração. Essa constatação aponta para a existência de dois cálculos distintos, relativos à população ocupada rural: um que engloba trabalhadores/as sem remuneração e outro – frequentemente mais utilizado – que os/as isola da força de trabalho. Por que há um número tão grande de mulheres aparentemente trabalhando, sem remuneração? A resposta a esta pergunta é um dos desafios a serem enfrentados por este capítulo.

Como foi destacado anteriormente, a invisibilidade do trabalho feminino no campo pode ser observada, inicialmente, pela proporção de mulheres ocupadas sem remuneração, que é significativamente mais elevada na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia (Tabela 21). Pode-se constatar que embora a proporção do trabalho

⁵ O tema da invisibilidade foi tratado sistematicamente por inúmeros estudos sobre o trabalho da mulher e mais especificamente sobre as trabalhadoras rurais, relacionados na bibliografia, ao final deste volume.

TABELA 21 - PARTICIPAÇÃO DA OCUPAÇÃO NÃO REMUNERADA NA OCUPAÇÃO TOTAL, BRASIL – 1993-98 (%)

Setor	1993		1998	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Agropecuária	27,5	81,0	27,0	81,0
Extração mineral	3,0	14,0	2,0	27,5
Indústria	2,0	5,5	2,0	5,0
Construção civil	4,0	15,5	4,0	20,5
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,5	--	0,2	--
Serviços	3,5	5,0	3,0	5,0
Total	10,5	23,5	9,2	19,5

FONTE: PNAD/IBGE, 1993 e 1998. Tabulações Especiais: Melo & Sabbato, 2000.

feminino não-remunerado seja superior à do masculino em quase todos os setores⁶ econômicos, é na agropecuária que esse fenômeno se manifesta de forma mais eloquente.

Tal quadro sugere a importância de discutir qual dos critérios existentes adotar na apuração da população ocupada (PO) na agropecuária. De acordo com o critério restrito, a PO agropecuária seria determinada pelos ocupados remunerados e pelos não-remunerados com jornada de trabalho semanal acima de 15 horas, excluídos os ocupados na produção de autoconsumo⁷. O outro, definido como critério amplo, inclui, além desses, todos os ocupados na produção de autoconsumo e os não remunerados, com jornada de trabalho semanal de 15 horas ou menos.

Como pode ser constatado na Tabela 22, a utilização do critério restrito afeta, fundamentalmente, a ocupação feminina, não contemplando, em 1998, 45,0% das mulheres ocupadas na agropecuária (44,0% em 1993). Do total de excluídos, a grande maioria, de ambos os sexos, dedica-se à produção para autoconsumo: 91,5% das mulheres e 82,5% dos homens, em 1998. Desse modo, o critério restrito mostra-se inadequado para a análise da ocupação na agropecuária, sobretudo a feminina, uma vez que deixa de fora um contingente significativo de pessoas que têm grande parte do seu sustento oriundo, principalmente, da

⁶ Exceção feita ao setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública.

⁷ Esse era o critério adotado pela PNAD/IBGE anteriormente à reformulação ocorrida em 1992. Essa reformulação ampliou o universo pesquisado, o que possibilitou a análise que se segue.

TABELA 22 - PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA SEGUNDO CRITÉRIOS RESTRITO E AMPLO, BRASIL – 1993-98

Categoria de pessoal ocupado	1993		1998	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
a) Remunerado total	8.636.042	1.189.148	7.984.913	1.027.652
b) Não remunerado com jornada de 15 horas e mais	2.520.028	2.278.013	2.076.279	1.898.148
c) PO: CRITÉRIO RESTRITO (a+b)	11.156.070	3.467.161	10.061.192	2.925.800
d) Não remunerado com jornada de até 15 horas	139.209	198.168	163.263	209.548
e) Autoconsumo total	634.720	2.547.837	771.488	2.206.809
f) Total de excluídos pelo critério restrito (d+e)	773.929	2.746.005	934.751	2.416.357
g) PO: CRITÉRIO AMPLO (c+f)	11.929.999	6.213.166	10.995.94	5.342.157
h) % de autoconsumo sobre total de excluídos (e+f)	82,0	92,8	82,5	91,3
i) % de excluídos sobre total da PO critério amplo (f+g)	6,5	44,2	8,5	45,2
j) % de autoconsumo sobre total da PO critério amplo	5,3	41,0	7,0	41,3
k) % de excluídos sobre total da PO critério restrito (f+c)	6,9	79,2	9,3	82,5
l) % de autoconsumo sobre total da PO critério restrito (e+c)	5,7	73,5	7,7	75,4

FONTE: PNAD/IBGE, 1993 e 1998. Tabulações Especiais Melo & Sabbato, 2000.

produção familiar, na qual o peso do autoconsumo é considerável. Para este estudo, portanto, será utilizado o critério amplo.

O detalhamento da análise do pessoal ocupado na agropecuária, pela posição na ocupação, discriminada segundo a jornada de trabalho semanal (Tabela 23), evidencia a invisibilidade do trabalho feminino, sobretudo nas atividades de autoconsumo. Estas ocupam um grande contingente de mulheres, representando, em 1998, 41,5% do total da ocupação feminina na agropecuária (41,0% em 1993).

Tanto no total de ocupações remuneradas quanto não-remuneradas predomina a jornada semanal superior a 15 horas, para ambos os sexos. Já nas atividades destinadas ao autoconsumo predomina a ocupação feminina na jornada de até 15 horas (73,0% do total feminino, em 1998 e 73,5% em 1993; entre os homens essa proporção é de apenas 31,5%, em 1998 e 40,0% em 1993).

Não existe, entretanto, nenhuma razão técnica que justifique essa desproporção entre a participação de homens e mulheres na produção de

TABELA 23 - PARTICIPAÇÃO DAS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO AGROPECUÁRIA SEGUNDO A JORNADA SEMANAL DE TRABALHO. BRASIL – 1993-98 (%)

Posição na ocupação	1993				1998			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	Menos de 15 horas	15 horas ou mais	Menos de 15 horas	15 horas ou mais	Menos de 15 horas	15 horas ou mais	Menos de 15 horas	15 horas ou mais
Empregado com carteira	--	100,0	0,5	99,5	0,5	99,5	1,0	99,0
Empregado sem carteira	1,0	99,0	2,0	98,0	1,0	99,0	2,0	98,0
Conta própria	1,0	99,0	7,0	93,0	2,0	98,0	12,0	88,0
Empregador	1,5	98,5	10,0	90,0	2,0	98,0	14,0	86,0
Remunerado total	1,0	99,0	4,5	95,5	1,5	98,5	7,5	92,5
Autoconsumo	40,0	60,0	73,5	26,5	31,5	68,5	73,0	27,0
Sem remuneração	5,0	95,0	8,0	92,0	7,0	93,0	10,0	90,0
Não remunerado total	12,0	88,0	41,0	59,0	13,5	86,5	42,0	58,0
Total geral	4,0	96,0	34,0	66,0	5,0	95,0	35,5	64,5

FONTE: PNAD/IBGE, 1993 e 1998. Tabulações Especiais Melo & Sabbato, 2000.

autoconsumo, o que sugere que o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família, de um modo geral. Aparentemente, esse papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal, como se verá adiante – encobrando a verdadeira natureza da sua ocupação e, por conseguinte, a sua jornada de trabalho.

A fim de complementar os dados da Tabela 24, a jornada de trabalho foi desagregada por faixa de horas para os ocupados rurais. Os resultados – declarações das próprias mulheres sobre a quantidade de horas trabalhadas semanalmente – sugerem que no campo elas aparecem contidas no antigo estereótipo que nega o valor econômico do trabalho feminino quando não é remunerado ou se destina ao autoconsumo familiar.

A tabela mostra que em 1998, 29% ou seja, quase um terço das trabalhadoras rurais, tinham jornada de trabalho de até 10 horas semanais, contra 3,6% dos homens com jornada equivalente. Um dado que merece destaque é que em 1998, 11,5% das ocupadas rurais declarou uma jornada de até 5 horas semanais. Isso expressa o entendimento que essas mulheres têm do que seja trabalho. Diferentemente das trabalhadoras urbanas, que têm que sair de casa para realizar suas tarefas extradomésticas, no meio rural é difícil separar o trabalho realizado na horta, no quintal e no roçado, do cotidiano de dona-de-casa.

TABELA 24 - PESSOAL OCUPADO POR JORNADA DE TRABALHO SEGUNDO O SEXO. BRASIL – AGROPECUÁRIA – 1993-98 (%)

Faixas de horas semanais trabalhadas	1993				1998			
	Homem % s/ total	Mulher % s/ total	Homem % na faixa	Mulher % na faixa	Homem % s/ total	Mulher % s/ total	Homem % na faixa	Mulher % na faixa
1 hora	0,06	0,5	18,5	81,5	0,1	1,0	17,5	82,5
Mais de 1 a 5 horas	1,0	9,0	13,5	86,5	1,0	10,5	12,5	87,5
Mais de 5 a 10 horas	2,0	18,5	18,0	82,0	2,5	17,5	23,0	77,0
Mais de 10 a 20 horas	9,0	26,0	41,0	59,0	12,0	26,0	48,0	52,0
Mais de 20 a 30 horas	11,0	17,5	54,0	46,0	11,5	17,5	58,0	42,0
Mais de 30 a 40 horas	22,0	14,0	75,0	25,0	21,0	12,0	78,0	22,0
Mais de 40 horas	55,5	15,0	87,0	13,0	51,5,0	14,0	87,0	12,5
Não identificado	0,01	0,01	63,0	37,0	0,07	0,05	73,0	26,5
Total	100,00	100,00	66,0	34,0	100,00	100,00	67,00	33,0

FONTE: PNAD/IBGE, 1993 e 1998. Tabulações Especiais Melo & Sabbato, 2000.

Isso, possivelmente, leva a uma subestimação, pelas próprias mulheres, da jornada dedicada à atividade agropecuária, e contribui para a invisibilidade do seu trabalho.

Trabalho e gênero nos assentamentos rurais

Sendo o seu trabalho tão invisível, cabe indagar: o que fazem as mulheres nos assentamentos? A divisão sexual do trabalho nos assentamentos rurais fica explicitada na Tabela 25, que discrimina a ocupação dos membros das famílias dos assentados/as. Nas seis Unidades da Federação, a distribuição das ocupações de homens e mulheres são similares ao estereótipo clássico, no que se relaciona à divisão de tarefas entre ‘as do lar’ e as da produção. Isto é, os pais/filhos nas atividades agropecuárias, e as mães/filhas nas lides domésticas.

Algumas diferenças, que não necessariamente alteram a tendência analisada, marcam configurações estaduais. Os estados do Paraná e Rio Grande do Sul apresentam as maiores taxas de participação feminina nas tarefas produtivas, cabendo ao Ceará e São Paulo as menores. Portanto não é possível tomar como critério o desenvolvimento agrícola de

TABELA 25 - MEMBROS DA FAMÍLIA, POR UF, SEGUNDO A OCUPAÇÃO, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999 (%)

Ocupação	Bahia				Ceará				Mato Grosso				Paraná				Rio Grande do Sul				São Paulo			
	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa	P	M	Fo	Fa
Agricultura/Pecuária	98,5	64,5	67,0	27,5	93,5	44,0	69,5	33,5	96,5	51,5	86,5	49,0	99,0	83,0	84,0	62,0	97,0	72,0	71,0	46,5	86,0	45,0	71,0	28,5
Atividades domésticas	---	31,5	2,0	19,5	---	45,0	0,5	14,0	---	43,0	---	33,5	---	14,5	2,0	17,0	0,5	24,0	---	18,5	0,5	49,0	0,5	40,0
Magistério	0,5	2,0	---	2,0	---	3,5	0,5	2,5	1,0	2,5	---	2,0	---	0,5	---	---	0,5	2,0	---	---	---	0,5	---	---
Estudante	---	1,5	30,0	50,5	---	0,5	18,5	40,0	---	0,5	10,0	14,5	---	0,5	13,0	20,0	0,5	0,5	24,5	31,5	---	---	14,5	25,0
Ocupações de contato com o público e/ou lideranças ⁽¹⁾	0,5	---	---	---	---	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5	1,0	---	---	---	---	---	0,5	---	1,5	---	---	0,5	1,0	---
Atividades manuais Qualificadas ou semi-Qualificadas ⁽²⁾	---	0,5	0,5	---	5,5	3,5	8,5	7,5	1,5	0,5	3,0	---	0,5	0,5	---	---	0,5	0,5	1,5	2,5	2,5	---	2,0	1,0
Serviços públicos e serviços gerais ⁽³⁾	---	---	0,5	---	---	2,5	1,0	1,0	---	1,5	---	---	0,5	1,0	1,0	---	---	0,5	1,5	1,0	---	1,5	3,0	3,0
Sem ocupação ⁽⁴⁾	0,5	---	---	0,5	1,0	0,5	0,5	1,0	0,5	---	---	---	---	---	---	1,0	0,5	0,5	---	---	0,5	0,5	1,5	1,5
TOTAL	100,0 (464)	100,0 (440)	100,0 (280)	100,0 (168)	100,0 (731)	100,0 (727)	100,0 (446)	100,0 (232)	100,0 (378)	100,0 (365)	100,0 (138)	100,0 (90)	100,0 (361)	100,0 (341)	100,0 (158)	100,0 (101)	100,0 (372)	100,0 (338)	100,0 (141)	100,0 (82)	100,0 (355)	100,0 (345)	100,0 (206)	100,0 (120)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

(1) comerciantes, mensageiros(as), cabeleireiros(as), técnicos(as) agrícolas, dirigentes e militantes.

(2) carpinteiros(as), pedreiros(as), mecânicos(as), operadores(as), tratoristas, motoristas, frentistas, zeladores(as), artesãos(ãs), leiteiros(as), pescadores(as) e balseiros(as)

(3) funcionários(as) públicos(as), administradores(as), agentes administrativos, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde, atendentes de farmácia, serventes, crecheiros(as), merendeiros(as) e serviços gerais.

(4) desempregados(as), inválidos(as) e aposentados(as).

LEGENDA: P = pais; M = mães; Fo = filhos; Fa = filhas.

cada Estado para explicar essa maior ou menor participação das mulheres, podendo-se aventar que a explicação esteja nas diferenças históricas entre os Estados ou nas especificidades dos assentamentos.

Note-se que no plano da estrutura ocupacional, destacam-se as atividades de magistério, provavelmente devido aos diversos programas de educação de jovens e adultos nos assentamentos, e à valorização que os movimentos sociais atribuem à educação. O fato é que muitas mães e filhas e até homens aparecem lecionando, como é o caso da Bahia, Ceará e Mato Grosso.

Fora o trabalho doméstico, que será analisado separadamente, as outras atividades enumeradas na Tabela 25 não têm grande relevância do ponto de vista de alternativas de trabalho. Estariam, talvez, incluídas na definição de Graziano da Silva (1997) de “novas atividades do mundo rural”, e a lista arrolada ao pé da tabela mostra a sua “urbanização”. A tabela ainda mostra que a principal atividade produtiva dos assentamentos é a agricultura⁸. Outro aspecto que chama a atenção na análise é que as ocupações das mulheres são mais diversificadas que as dos homens, que se concentram nas atividades agrícolas.

Explorando um pouco mais as atividades agropecuárias no meio rural como um todo, os dados da PNAD (Tabela 26), confirmam a predominância de homens nas lavouras (permanentes e temporárias) e na pecuária, que são responsáveis por 86,0% de toda a ocupação masculina. Essas mesmas atividades ocupam 55,0% do total de mulheres. Em contrapartida, aves e pequenos animais e horticultura/floricultura ocupam 39,0% do trabalho feminino, ao passo que absorvem apenas 8,0% dos homens.

Esses dados indicam uma diferenciação sexual do trabalho na agropecuária, com impacto na geração de valor. Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996, lavoura e pecuária são responsáveis por 84,0% do valor total da produção agropecuária, enquanto que aves e pequenos animais e horticultura/floricultura respondem por apenas 12,5% desse mesmo valor.

A diferenciação de papéis, segundo a atividade desempenhada, é também reforçada pela observação quanto à jornada de trabalho (Tabela 27). É relativamente elevado, para o padrão feminino na agropecuária, o

⁸ A pecuária aparece principalmente no estado de São Paulo e, nos demais, apenas como traços, o que leva a crer que seja uma pecuária leiteira ou uma pecuária de pequeno porte, destinada ao autoconsumo.

**TABELA 26 - PESSOAL OCUPADO POR ATIVIDADE SEGUNDO O SEXO.
BRASIL – AGROPECUÁRIA – 1998 (%)**

Atividade	Homem	Mulher	Homem	Mulher
	% sobre o total	% sobre o total	% na atividade	% na atividade
Lavouras	65,0	47,5	74,0	26,0
Pecuária	21,0	7,5	85,0	15,0
Aves e pequenos animais	2,0	27,0	14,0	86,0
Horticultura/Floricultura	6,0	12,0	52,0	48,0
Pesca/ Aqüicultura	4,0	1,0	87,5	12,0
Extração vegetal	1,0	4,5	37,0	63,0
Silvicultura	0,5	0,1	93,0	7,0
Apicultura/Sericicultura	0,2	--	91,5	8,5
Atividade não especificada	0,5	0,2	80,0	20,0
Total	100,0	100,0	67,0	33,0

FONTE: PNAD/IBGE, 1993 e 1998. Tabulações Especiais Melo & Sabbato, 2000.

**TABELA 27 - MÉDIA DE HORAS DE TRABALHO SEMANAL DO PESSOAL
OCUPADO, POR SEXO, SEGUNDO AS ATIVIDADES, EM 1998 (%)**

Atividade	Jornada semanal	
	Homem	Mulher
Lavouras	40,5	30,9
Pecuária	46,6	28,2
Aves e pequenos animais	30,2	10,3
Horticultura/Floricultura	38,3	18,9
Pesca/Aqüicultura	42,3	27,1
Extração vegetal	42,7	29,6
Silvicultura	45,6	42,2
Apicultura/Sericicultura	39,3	31,4
Atividade não especificada	45,0	29,8
Total	41,5	23,6

FONTE: PNAD/IBGE, 1998. Tabulações Especiais Melo & Sabbato, 2000.

número médio de horas semanais dedicadas às atividades em que predomina o trabalho remunerado: 42,2 horas na silvicultura, 29,6 na extração vegetal e 27,1 na pesca/aqüicultura. Assim também ocorre nas atividades em que predomina o trabalho não remunerado, classificado como uma

“ajuda”, no qual a mulher aparece como auxiliar da família: 30,9 horas na lavoura e 28,2 horas na pecuária. Em contrapartida, nas atividades em que a mulher é a provedora da alimentação familiar, a jornada média é menor: 10,3 horas semanais no cuidado de aves e pequenos animais, e 18,9 horas semanais em horticultura/floricultura.

Ao explorar os dados da pesquisa realizada nos assentamentos, verifica-se que os discursos das entrevistadas desnudam a realidade do trabalho feminino. As mulheres são responsáveis por muitas tarefas que têm um grande peso nas atividades produtivas, por exemplo, capinar, cortar, apanhar e debulhar feijão, “plantar a roça”; “ajudando a plantar”; “colher e raspar a mandioca, tirar o leite de vacas e cabras e fazer o queijo, cuidar de porcos, galinhas”; “carpir, limpar, plantar, principalmente na época de safra, na colheita de arroz...”, etc.

Esses registros são corroborados pelos dados quantitativos, como se observa na Tabela 28 onde está quantificada a avaliação das mulheres e homens a respeito da divisão do trabalho e da atribuição de responsabilidades nas atividades agrícolas e pecuárias. Nela, são apresentados os resultados das respostas a um conjunto de perguntas como: “quem é o principal responsável pelo trabalho de...?”. Após agregar as respostas às várias perguntas, foi calculada a razão entre a soma das respostas para o principal responsável e o número de ocorrências. Considerando os três tipos possíveis de respostas – 1 para homens, 2 para mulheres e 3 para ambos os sexos – os resultados entre 1 e 1,49 foram categorizados como “predominam homens”, entre 1,50 e 2,49 como “predominam mulheres” e os entre 2,50 e 3 como “compartilhada”.

A primeira observação extraída da Tabela 28 diz respeito à própria clivagem entre as atividades. A agricultura é vista por mulheres e homens como uma responsabilidade mais masculina, enquanto na pecuária essa percepção é menos incisiva.

A segunda se refere ao caso do Paraná e, em menor grau, o Rio Grande do Sul, onde a idéia do compartilhamento das atividades entre os dois sexos mostra-se mais freqüente, o que também aparece nas entrevistas: “Bom, lá em casa, o marido trabalha na cooperativa, cuida das plantas, a gente planta mandioca, batata, amendoim, ...e cuida das vacas, ...daí eu posso tirar o sustento, o salário, né. O rancho do mês eu tiro com o dinheiro das vacas”.

Mesmo diante do fato de que as mulheres atuam em todas as atividades do campo, os discursos de ambos os sexos permanecem carac-

TABELA 28 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO A ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES POR ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS, EM 1999 (%)

Principal Responsável por Atividades Agrícolas	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Predominam Homens	80,0	62,5	90,5	85,0	79,5	61,5	42,0	41,0	60,5	33,5	74,0	50,5
Predominam Mulheres	2,5	13,5	1,0	4,5	3,5	11,0	13,5	18,0	15,0	33,0	6,0	26,0
Compartilhada	17,5	24,0	8,5	10,5	17,0	27,5	44,5	41,0	24,5	33,5	20,0	23,5
TOTAL	100,0 (230)	100,0 (207)	100,0 (365)	100,0 (379)	100,0 (188)	100,0 (190)	100,0 (187)	100,0 (192)	100,0 (188)	100,0 (188)	100,0 (189)	100,0 (181)
Principal Responsável por Atividades Pecuárias	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Predominam Homens	57,5	38,0	51,5	41,0	49,0	26,5	33,0	21,0	41,5	20,5	57,0	31,5
Predominam Mulheres	37,5	56,0	43,5	53,5	34,0	55,0	30,0	41,0	27,5	39,5	33,5	55,5
Compartilhada	5,0	6,0	5,0	5,5	17,0	18,5	37,0	38,0	31,0	40,0	9,5	13,0
TOTAL	100,0 (187)	100,0 (182)	100,0 (344)	100,0 (354)	100,0 (191)	100,0 (202)	100,0 (188)	100,0 (193)	100,0 (183)	100,0 (187)	100,0 (192)	100,0 (183)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.
 LEGENDA: H = Homens; M = Mulheres.

terizando o trabalho feminino como uma “ajuda”, porque a responsabilidade pelas atividades econômicas é sempre masculina, na decisão do que plantar ou na comercialização da produção:

Mas ela encara isso como uma ajuda que elas dá pro homem ... Acham que é ajuda porque na hora de vender ela não vai lá vender e pegar o dinheiro (...) (Grupo Focal de Professores, PR).

Aí as mulheres entram na diária, ajudam a semear que é uma coisa que elas podem fazer, né. Na limpeza, aí pega elas, um monte de serviço,... no serviço de carpir (...). (Grupo Focal Masculino, RS).

Mesmo quando é reconhecido que a mulher atua em todas as atividades, o discurso de que “ajuda” ou “participa”, está presente na afirmação de que elas não assumem responsabilidades econômicas. É tão forte o estereótipo feminino, que as mulheres assentadas, apesar de realizarem todos os tipos de trabalho - como “abrir buraco com a escavadeira, ajudar o marido a fazer tudo” - continuam se referindo a “ajuda”, e não ao compartilhamento da responsabilidade da produção. Geralmente, esse discurso é justificado pela crença na incapacidade física das mulheres de realizar as mesmas atividades que os homens. “Também ela não pega igual ao homem, mas sempre o serviço mais maneiro ...”. Em geral, o que elas não fazem é roçar e derrubar, que são as tarefas mais penosas do campo. Mesmo assim, há registros da realização desses trabalhos também pelas mulheres: “Eu roço minha roça, ajudei a derrubar, ... já queimou, já plantei semente, tudo quanto é semente.”

Essas diversas percepções estão sintetizadas na Tabela 29, onde se pode constatar que, na média, tanto mulheres como homens afirmaram que significativas parcelas das assentadas só realizam trabalhos domésticos. Vale chamar a atenção para o fato de que, embora geralmente sejam maiores entre os homens os percentuais dos que resumem as atividades femininas aos serviços do lar, o percentual equivalente, encontrado entre as mulheres, também é muito elevado.

TABELA 29 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO PERCEPÇÃO DA MODALIDADE DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999 (%)

Modalidades de organização do trabalho das mulheres	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Individual	30,5	29,5	25,0	25,5	46,5	47,0	76,0	79,5	62,5	61,0	58,0	58,5
Coletivo	1,0	4,5	3,5	5,0	5,5	7,5	5,0	7,0	4,5	6,5	3,0	3,0
Individual e Coletivo	32,5	34,5	4,5	8,5	7,5	1,0	5,0	5,0	13,0	14,5	4,0	5,5
Nenhum, só serviços de casa	36,0	31,5	67,0	61,0	40,5	44,5	14,0	8,5	20,0	18,0	35,0	33,0
TOTAL	100,0 (254)	100,0 (236)	100,0 (367)	100,0 (382)	100,0 (204)	100,0 (209)	100,0 (166)	100,0 (176)	100,0 (198)	100,0 (198)	100,0 (195)	100,0 (185)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

Observa-se, então, que as percepções das assentadas e assentados sobre o trabalho produtivo de mercadorias e o doméstico não fogem ao padrão de invisibilidade do trabalho feminino. Isto é, estas tarefas são “naturalmente” realizadas pelas mulheres, “invisíveis”, como define a literatura sobre gênero e como atestam as suas falas:

Lava roupa, faz almoço...Esse serviço é serviço de mulher, é isso (Grupo Focal Jovens – Feminino, MT).

Não, lugar de mulher é em casa! Eu casei com você pra você ficar cuidando das coisas em casa, lavar roupa, fazer comida. A mulher é pra viver em casa! (Grupo Focal Misto de Jovens, CE).

Embora a maior parte do trabalho feminino na agropecuária seja predominantemente não remunerado, é relevante analisar a renda média das mulheres que recebem algum pagamento (Tabela 30). Na extração vegetal – em que, como já se constatou, o trabalho feminino remunerado é francamente majoritário – a renda média mensal é muito baixa (R\$ 39,39). Esse valor de renda indica igualmente que, ao menos na agropecuária, o trabalho por conta própria – predominante no caso da extração

TABELA 30 - RENDA MÉDIA MENSAL POR ATIVIDADE DO PESSOAL OCUPADO, SEGUNDO O SEXO, EM 1988. (VALORES EM REAIS)

Atividade	Homem Renda média	Mulher Renda média
Lavouras	221,75	142,37
Pecuária	329,20	371,19
Aves e pequenos animais	384,80	116,38
Horticultura/Floricultura	269,34	129,40
Pesca/Aqüicultura	203,50	116,24
Extração vegetal	238,03	39,39
Silvicultura	240,32	214,65
Apicultura/Sericicultura	843,23	110,00
Atividade não especificada	829,89	161,09
Total	257,97	144,40

FONTE: PNAD/IBGE, 1998. Tabulações Especiais Melo & Sabbato, 2000.

vegetal – não é sinônimo de melhor remuneração. No extremo oposto, encontra-se a renda média mensal das mulheres na pecuária (R\$ 371,19), possivelmente influenciada pelo fato de que – como mostra a PNAD – é uma das poucas atividades em que se registra um número, ainda que reduzido, de empregadoras (3,0% do total de mulheres).

Nas Tabelas 30, 31 e 32, estão atribuídos valores monetários para as tarefas executadas por ambos os sexos na vida doméstica e na produção agropecuária. Sobre a Tabela 31, a primeira observação refere-se à maior frequência, tanto de mulheres como de homens, nas faixas de até dois salários mínimos mensais, refletindo a baixa valorização do trabalho na agricultura familiar. São Paulo, embora não chegue a fugir a essa tendência, tem os menores percentuais na faixa de até dois salários mínimos.

Em segundo lugar constata-se que, entre as mulheres, predominam as que atribuem valores monetários ao seu trabalho na faixa de até um salário mínimo, o que significa assumir a desvalorização do seu pró-

TABELA 31 - ASSENTADOS/AS POR UF E VALOR MONETÁRIO ATRIBUÍDO AO TRABALHO MASCULINO E AO TRABALHO FEMININO – PRODUTIVO E REPRODUTIVO –, SEGUNDO FAIXAS DE VALOR, EM 1999 (%).

Valor agregado médio atribuído ao trabalho	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	TM	TF	TM	TF	TM	TF	TM	TF	TM	TF	TM	TF
Até R\$ 136,00/mês	40,5	57,0	63,0	73,5	34,0	36,5	35,0	36,5	48,5	47,0	15,0	20,5
De R\$ 136,01 a R\$ 272,00/ mês	51,0	37,5	33,0	23,0	41,0	40,5	51,5	52,0	40,5	40,5	51,0	48,5
De R\$ 272,01 a R\$ 408,00/ mês	7,0	4,5	2,5	2,5	15,0	14,0	10,0	8,0	9,0	10,0	21,0	19,5
Mais de R\$ 408,01/mês	1,5	1,0	1,5	1,0	10,0	9,0	3,5	3,5	2,0	2,5	13,0	11,5
TOTAL	100,0 (487)	100,0 (488)	100,0 (743)	100,0 (745)	100,0 (421)	100,0 (421)	100,0 (399)	100,0 (396)	100,0 (374)	100,0 (368)	100,0 (387)	100,0 (386)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000. Os dados da tabela acima representam os valores médios que cada assentado/a atribuiu às atividades relacionadas no questionário caso fossem remuneradas, quando realizadas por homens e por mulheres.

LEGENDA: TM = trabalho masculino; TF = trabalho feminino.

prio trabalho (Tabela 31). Novamente, São Paulo e Mato Grosso têm um comportamento diferente⁹.

A Tabela 32, a seguir, sugere que, de maneira geral, as próprias mulheres atribuem valores inferiores ao trabalho produtivo e reprodutivo por elas realizados. Novamente, as paulistas e as mato-grossenses constituem uma exceção, conseguindo melhor valorizar suas tarefas.

O Gráfico 13 explicita melhor esse aspecto, apresentando uma categorização da diferença entre os valores médios concedidos a todas/quaisquer atividades quando realizadas por homens, menos os valores médios a elas concedidos, quando feitas por mulheres. Observa-se então que ao definir o valor do trabalho, as próprias mulheres valorizam mais o trabalho masculino, independentemente de qual seja a atividade realizada. Em contrapartida, apesar das variações interestaduais, como regra os homens atribuem menor valor às mesmas tarefas quando realizadas por mulheres.

Atente-se, contudo, para o fato de que o Rio Grande do Sul foge a esse padrão. É possível que a politização e a cultura política associativa, influenciem na quebra dos papéis tradicionais e que os assentados/as gaúchos, vindos de uma longa tradição de luta, já apresentem um comportamento mais igualitário. Tal verbalização aparece também, mesmo que com intensidade menor, no Paraná e no Mato Grosso. Apesar da ausência de padrões consolidados, tais resultados permitem vislumbrar mudanças nas percepções quanto aos papéis femininos e masculinos nos assentamentos desses Estados, sobretudo em direção à igualdade na valorização do trabalho.

Uma relevante dimensão do trabalho produtivo (Tabela 33) refere-se à forma como homens e mulheres relacionam-se com o dinheiro, base da economia de mercado, símbolo e recurso de poder. Em todos os Estados, quase dois terços dos homens declararam serem os principais responsáveis pelo controle do dinheiro.

⁹ O fato de São Paulo ser o estado mais rico do país parece favorecer que seus (suas) trabalhadores(as) rurais estabeleçam patamares mais elevados de valorização do seu trabalho, comparativamente aos outros Estados. O mesmo se aplica ao Paraná e Mato Grosso. Por outro lado, a pobreza do meio rural do Nordeste, particularmente do Ceará, está expressa nessa avaliação: uma maior concentração nas faixas mais baixas, poderia explicar porque o valor por eles atribuído ao seu trabalho cotidiano é distante daquele encontrado entre os paulistas ou entre os trabalhadores dos Estados da fronteira.

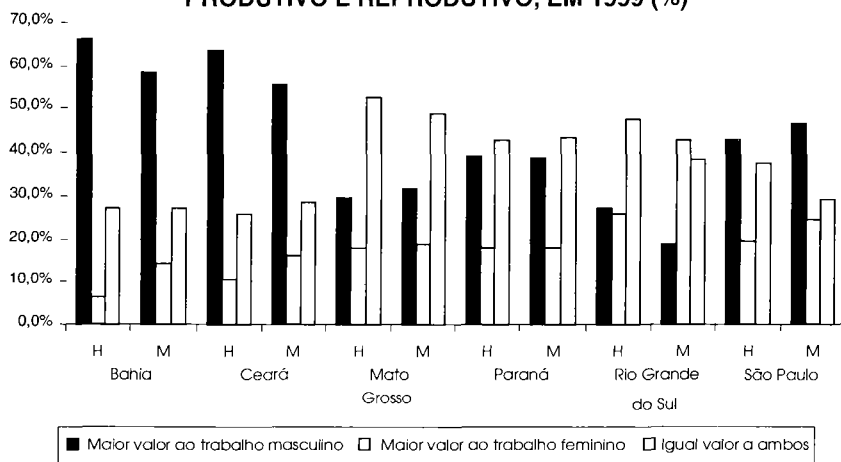
TABELA 32 - MÉDIA DOS VALORES ATRIBUÍDOS PELOS ASSENTADOS/AS ÀS ATIVIDADES REALIZADAS POR HOMENS E POR MULHERES, SEGUNDO A ATIVIDADE, EM 1999 (R\$)

Atividades	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	TM	TF	TM	TF	TM	TF	TM	TF	TM	TF	TM	TF
Plantio	212,60	172,30	213,30	192,00	420,85	388,40	322,15	309,25	268,15	263,10	383,15	365,95
Colheita	185,95	155,85	167,20	144,85	380,50	352,95	281,00	265,75	255,15	250,25	345,35	318,90
Cuidado do gado	194,15	177,95	153,65	143,90	222,10	231,95	186,05	176,45	188,25	186,10	284,35	272,05
Ordenha	176,55	163,35	120,10	117,90	198,60	182,70	149,65	144,60	159,60	168,60	236,00	226,25
Cuidado das aves	149,90	142,00	97,85	87,35	143,10	134,90	131,10	125,70	98,80	99,00	179,25	166,65
Pesca, trabalho de retirar mel ou de recolher ovos	166,85	152,40	141,40	112,80	226,80	205,45	162,35	150,75	98,15	99,80	213,65	192,80
Trabalho de vender aves e ovos	152,85	143,55	97,15	85,20	185,30	187,25	159,10	136,20	92,95	93,00	218,30	201,95
Comercialização dos produtos	167,35	155,00	126,60	120,90	243,40	236,90	217,40	187,20	139,80	139,65	319,95	304,80
Fazer doces, pão, queijo, artesanato	191,00	176,60	133,10	124,85	218,70	211,30	192,60	182,40	130,20	135,05	254,00	247,50
Buscar água	155,40	141,30	88,80	84,95	194,05	199,80	149,90	142,80	147,10	148,75	266,80	275,45
Fazer comida	157,15	123,70	114,20	109,25	210,45	222,35	185,85	182,60	136,20	146,20	241,45	246,25
Limpar casa, lavar louça, lavar roupa	177,00	144,60	123,20	120,20	190,05	186,20	185,00	179,30	143,50	157,10	235,90	249,70
Cuidar de crianças, de velhos, de doentes	214,45	168,25	142,30	133,35	210,50	208,65	210,80	207,40	152,25	161,90	281,55	289,05
Fazer e consertar roupas	177,90	150,00	116,70	103,70	176,50	177,20	158,50	164,70	95,25	104,85	241,15	236,20

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: TM = trabalho masculino; TF = trabalho feminino

GRÁFICO 13 - ASSENTADOS/AS POR UF, SEXO E VALOR ATRIBUÍDO AO TRABALHO MASCULINO E AO TRABALHO FEMININO – PRODUTIVO E REPRODUTIVO, EM 1999 (%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

No discurso dos assentados/as menciona-se que, na maioria dos casos, os homens possuem todo o controle do dinheiro e do custeio¹⁰ da unidade familiar, em especial nas negociações estabelecidas no plano público: “Projeto de custeio, orçamento, 80% eu acho que é os homens. É o homem que decide, porque é ele que tá trabalhando a agricultura”; “o homem decide, a mulher nem participa”. Os professores também afirmam: “É difícil vê uma mulher mexer com isso [banco, comércio](...) geralmente é o homem que controla o dinheiro”. E as mulheres confirmam: “Dinheiro e crédito é o marido né (...) e quem conversa com o técnico também é ele”.

O trabalho reprodutivo

Uma análise do trabalho feminino orientada para a compreensão das eventuais mudanças no papel da mulher no mundo rural,

¹⁰ O crédito para custeio compreende os recursos destinados à aquisição de insumos e serviços para as lavouras já instaladas: fertilizantes, agrotóxicos, sementes, mão de obra, etc. Do crédito de investimento, voltado para a organização da atividade produtiva – recebido pelos assentados uma única vez –, até 35% podem ser gastos com custeio. Além disso, cada família pode receber um crédito para custeio entre R\$500,00 e R\$2000,00 por safra (ano).

TABELA 33 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO DEFINIÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE DO DINHEIRO, EM 1999 (%)

Principal responsável	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	74,5	56,5	77,5	69,0	67,0	44,5	71,0	60,0	62,0	56,0	74,5	48,5
Mulher	10,0	26,0	9,5	19,0	9,0	25,5	6,0	13,0	7,0	10,5	15,0	32,5
Ambos	15,5	17,5	13,0	12,0	24,0	30,0	23,0	27,0	31,0	33,5	10,5	19,0
TOTAL	100,0 (249)	100,0 (238)	100,0 (375)	100,0 (386)	100,0 (208)	100,0 (218)	100,0 (198)	100,0 (203)	100,0 (194)	100,0 (190)	100,0 (197)	100,0 (189)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.
 LEGENDA: H = Homens; M = Mulheres.

especialmente nos assentamentos, não poderia ignorar os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias. Essas tarefas estão no centro da construção dos novos papéis femininos e masculinos no mundo atual.

A partir dos dados da PNAD, examinados no início deste capítulo, a invisibilidade que cerca o trabalho feminino é apreendida pelo ângulo do trabalho sem remuneração. Já nas entrevistas com os assentados/as, esse problema explicita-se na fala de homens e mulheres sobre o papel das mulheres no cotidiano. A elas cabe a execução das tarefas diárias de cozinhar, limpar a casa, lavar a roupa, atender as crianças, velhos e enfermos. Historicamente, essas tarefas são menosprezadas porque estão fora do circuito mercantil e consagram uma certa divisão sexual e social do trabalho, que segmenta as atividades produtivas e reprodutivas.

Na sociedade ocidental moderna, o trabalho doméstico é considerado uma responsabilidade da mulher. Esta, por sua vez, tem sido definida, do ponto de vista social, como dona de casa, mãe ou esposa. Rosaldo (1979) sustenta que a ênfase no papel maternal e feminino leva a uma oposição universal entre o “doméstico” e o “público”. A sociedade reconhece que homens e mulheres possuem capacidades e aptidões diferentes. Conseqüentemente, associa maneiras, tarefas e responsabilidades, especificamente, a cada um dos sexos. Assim, homem e mulher desempenhariam papéis apreendidos pela interiorização das percepções culturais dessas diferentes capacidades, responsabilidades e tarefas. Em outras palavras, assumiriam padrões de comportamento específicos cristalizados por intermédio da absorção das perspectivas de gênero e dos sentimentos, pensamentos e valores correlacionados.

Inicialmente, a diferença se dá na constituição física, em especial na resistência e na força, que pode dar origem a distinções nas atividades femininas e masculinas. Porém, em geral, as atividades humanas não são rígidas estritamente por padrões biológicos, mas sim, pela interação das tendências biológicas com as expectativas culturais. Os aspectos biológicos são importantes, mas as diferenças sociais entre homens e mulheres adquirem um significado hierárquico dentro de um sistema de valores culturais definidos na sociedade (Abramovay, M., 1993). Em busca de uma explicação para esse fato, Ortner (1979) parte da hipótese de que a mulher tem sido historicamente identificada com a natureza, o que – nas sociedades ocidentais – é socialmente desvalorizado e considerado de ordem inferior. Em contrapartida, a cultura é percebida não somente como distinta da natureza, mas superior a ela. As mulheres possuiriam uma maior afinidade com a natureza do que com a cultura na medida em que:

- (1) O corpo feminino está envolvido diretamente com “espécies de vida”, levando a mulher à reprodução; como o homem não tem funções naturais de concepção, realiza sua criatividade por meio de símbolos e tecnologia. Dessa forma, enquanto a mulher cria seres humanos, os homens criam objetos mais duradouros, eternos e transcendentais em relação à própria existência humana.
- (2) O corpo feminino coloca as mulheres em papéis considerados inferiores aos dos homens no processo cultural. As funções fisiológicas das mulheres limitam seus movimentos e as confinam a contextos sociais considerados mais próximos à natureza, especialmente o seu espaço doméstico e familiar.

Segundo Izquierdo (1983), as atividades realizadas pelas mulheres consistem na satisfação das necessidades humanas naturais, em forma cultural. Essas necessidades também originam as normas sociais, instituindo uma regularidade de comportamentos, tornando-os previsíveis. Apesar de haver flexibilidade há comportamentos que são obrigatórios, outros que são permitidos e ainda os que são proibidos. As culturas selecionam papéis e maneiras de ser conforme os sexos e, pelo mesmo critério, potencializam ou reprimem certos comportamentos. Essas normas e papéis, com seus imperativos e interdições, são transmitidas pela família e pelas diversas instituições com as quais os indivíduos têm contato durante as suas vidas mediante o processo de socialização.

O fato de as mulheres serem responsáveis pela criação dos filhos, responsabilizando-se “vitalmente” pelo cuidado da família é tido como comum e normal. Da mesma maneira, o trabalho nas atividades de con-

sumo familiar é visto pela sociedade como naturalmente fora do mercado, gratuito, não-remunerado, porque envolve relações afetivas entre a mulher e os demais membros familiares.

O cuidado dos filhos

A estrutura familiar tem influência decisiva nas relações de gênero. Famílias extensas e do tipo patriarcal atribuem aos seus membros masculinos e femininos poderes e papéis diferentes daqueles estabelecidos em famílias nucleares e naquelas chefiadas por mulheres. Nas primeiras, o conjunto de ações dedicadas ao cuidado dos filhos e da casa é considerado específico das mulheres, e é central na sua identidade feminina. Ser mãe aparece como um privilégio e uma obrigação. A maternidade potencializa essa atribuição de funções, fazendo das mulheres as principais responsáveis pela família, organizando o seu ciclo de vida em função da criação dos filhos, do trabalho orientado para o consumo familiar e do cuidado da casa. Nada disso impede, entre as mulheres assentadas, que haja críticas à falta de participação mais ativa dos homens na vida familiar, principalmente no que se refere à indiferença com que tratam as crianças:

Sempre criei sozinha, às vezes, eu falo com essa amiga minha aqui, eu falo pra ela, 'tenho um marido, que é a mesma coisa de não ter'. Toda vida eu trabalhei pra manter os meus filhos. (Grupo Focal Mulheres, SP)

A mulher aparece como um ser social especializado, cuja principal função é “ser de outros, para outros”, depositando emocionalmente sua vida nos outros, ou sendo depositária da responsabilidade de garantir o equilíbrio emocional do grupo familiar (Lagarde, 1993). Essas observações, comuns na literatura feminista, encontram respaldo nos dados levantados pela pesquisa que deu origem a este trabalho; mas isso se apresenta carregado de ambigüidades entre o verbalizado e o vivido.

O discurso dos assentados/as enfatiza que ambos – pai e mãe – podem cuidar da educação dos filhos. Mas frisa-se que certas tarefas caberiam naturalmente às mulheres, talvez porque elas tenham “*mais jeito*”, e certamente porque têm mais tempo, já que supostamente trabalham menos do que os homens.

Nas entrevistas aparece claramente o modo como as mulheres assumem esta responsabilidade, tornando-a natural, seja porque os filhos parecem ser mais “*apegados*” às mães do que com aos pais, seja porque estes se preocupam menos, “*são mais desligados*”, ou ainda, porque o fato de a criança ser gerada dentro da mãe faz com que esta tenha uma maior ligação com os filhos: “*Eu acho que já é próprio da mulher, ela se preocupar mais. É mais próprio da mulher*”; e, enquanto o “*pai é mais para o serviço, a mãe é prá lutar por tudo...*”. Por isso é considerado totalmente natural que elas cuidem dos filhos, preocupando-se com a sua educação e com a possibilidade de lhes oferecer melhores condição de vida: “*Porque a mulher é mais dedicada, a mulher tem mais paciência, tu gera um filho, tu amamenta, tu tem aquele amor... a mulher tem mais prazer de vê aquilo que ela faz...*”

As representações estereotipadas sobre os sexos contribuem para a afirmação de que os homens são incapazes de ocupar-se das crianças ou de manifestar-lhes um maior interesse, diante de tarefas maiores e mais importantes¹¹. Além disso, no que se refere ao sexo masculino, tudo o que envolve a sensibilidade, a afetividade, o interesse pelo íntimo e pelo doméstico tende a ser desconsiderado (Marqués, 1997).

Entretanto, na opinião de alguns jovens, a capacidade de educar os filhos está associada não aos componentes afetivos e domésticos, mas à educação: quem melhor pode fazê-lo é quem possui o maior nível de escolaridade, independente do sexo: “*se o homem for mais educado que a mulher, ele sabe muito mais educar os filhos, do que a própria mulher.*” Na realidade, isso pode representar uma outra forma de racionalização da responsabilidade feminina de educação dos filhos: sendo mais escolarizada do que o homem, a mulher é que teria mais competência para essa atribuição.

Na educação dos adolescentes, as mães são vistas como mais participativas, as que conversam mais, enquanto os pais são mais rígidos, não conversam nem sabem o que acontece com eles. Os jovens também reconhecem nas mães as principais responsáveis pela educação e o cuida-

¹¹ Maria Luiza Heilborn e Sérgio Carrara, discutem em um dossiê sobre masculinidade, a emergência do gênero masculino como objeto de reflexão das Ciências Humanas, onde muitos autores vêm na atual preocupação com o tema o reflexo da “crise” imposta à identidade masculina a partir dos anos a partir do feminismo e da emergência do movimento homossexual. (Revista de Estudos Feministas, 1998).

do dos filhos. Também associam às mães a característica de ser mais carinhosa e estar mais presente no cotidiano das crianças: “(...) *a mãe sempre tá mais do lado do filho, né, que o pai. Sempre a mãe fica mais do lado que o pai.*”; “*Porque o pai sempre sai; “as mães elas educam os filhos e os pais eles não sabem fazer isso”.*”

Os dados desta pesquisa mostram que, todos os cuidados relacionados aos filhos cabem principalmente às mulheres: dar comida, banhar e fazer dormir são trabalhos femininos. Cabe chamar a atenção para as diferenças entre os Estados: Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul são aqueles onde as responsabilidades são mais divididas entre pais e mães.

Tarefas como o comparecimento às reuniões escolares e a ajuda nos deveres de casa são as mais compartilhadas entre os pais, embora a maior parte dos assentados/as ainda as considere um trabalho essencialmente feminino. Novamente, os Estados do Sul e o Mato Grosso aparecem com as maiores porcentagens entre os que consideram tais tarefas como responsabilidade comum a ambos os sexos. No Rio Grande do Sul a metade dos assentados/as aponta que participam diretamente no encargo da educação dos filhos.

Apesar da interiorização dos papéis de gênero, quando o tema é a forma de educar as crianças, o discurso mostra uma nova concepção de igualdade entre homens e mulheres. Essa sugere que não há diferenças na forma de educar ou na criação que dão aos filhos e filhas, principalmente no que se refere às tarefas domésticas: “*Quando eu saio de casa eu já deixo a tarefa pronta: ‘Você vai ajudar a sua irmã arrumar a casa, lavar a área, varre as tábuas, vai lavar’*”.

Os jovens dos assentamentos admitem que mulheres e homens podem fazer as mesmas coisas, nas tarefas produtivas e domésticas, mas reconhecem que, de fato, seus pais ainda não fazem: “*eles não faz nada em casa*”.

A creche e a educação infantil, temas associados ao trabalho reprodutivo feminino, são pouco discutidos nas áreas rurais. Isso se deve, em parte, às características sócio-espaciais: dispersão dos núcleos populacionais, falta de meios e vias de transporte etc., que dificultam aos pais enviar seus filhos a locais afastados de onde moram. Porém, nos assentamentos organizados em agrovilas, o tema vem à tona, principalmente entre as mulheres. Nesses, grande parte das assentadas considera a creche uma importante opção de cuidado das crianças, para que as mulheres possam trabalhar e ter mais tempo para si próprias:

Se eu tivesse um lugar de colocar meu filho e tivesse emprego pra mim eu botava e ia trabalhar. Só que eu não tenho emprego e eu cuido dele. Também não tenho lugar de botar. Se tivesse era muita criança que ia. Às vezes passa necessidade umas, né. (Grupo Focal de Mulheres, CE)

Em algumas localidades, onde não existe água encanada, as crianças acompanham as mulheres durante todo o dia: “(...) *tem roças que eu trabalho eu levo eles e tudo pro sol quente, se tivesse essa creche pra mim seria bom*”. Quando as crianças dormem, as mulheres aproveitam para ir ao rio lavar a roupa: “*A hora que a criança dorme você deixa o filho só, né, é uma correria a vida da gente, né*”. As jovens com filhos consideram que seria importante dispor de um serviço para atender as crianças pequenas, porque sempre que necessitam deixam “*na casa dos outros*”.

A creche aparece como um local de proteção dos filhos onde eles podem se alimentar melhor e receberem atenção: “*Porque a creche é muito importante porque é lugar da proteção. Porque já pensou você sair da roça e deixar um menino em casa de cinco, seis anos, brincar com fósforo e brincar com fogo e de repente incendeia tudo...*”.

Na opinião das professoras a creche é importante para que as mães possam trabalhar. Além disso é necessária para que as crianças possam brincar com um certo acompanhamento, tendo em vista que a educação infantil é um direito da criança. Também as mães vêem a necessidade de ter um local onde as crianças possam se desenvolver e aprender. Ou seja, as mães gostariam de ver seus filhos adquirindo conhecimentos desde cedo, pensando no futuro de cada um deles: “*E a gente com as crianças lá na crechesinha, elas aprendendo lá... faz uma coisinha de papel, plantando uma sementinha de feijão outra de milho, elas já vão habituando, e se a gente pensar que não, tem um famoso*”.

Porém, o fato de a mulher ser essencialmente responsável pelo trabalho reprodutivo faz com que – nos assentamentos pesquisados –, apesar da necessidade, a possibilidade de existência de uma creche não seja discutida no âmbito das entidades de organização, evidentemente, porque não é considerada prioritária. Nesse sentido aparece mais um “comportamento de gênero”, onde as necessidades e prioridades das mulheres são vistas também por elas próprias como secundárias: “*Ninguém nunca teve essa idéia, [de ter uma creche] né, talvez se surgisse...*”; “*A gente nunca discutiu com as outras em reunião.*”

O tema não é uma prioridade porque predomina a concepção de que as mulheres – especialmente no meio rural – não são “trabalhadoras”, logo, não necessitam desse espaço: “*Muitos também diziam que não era viável uma creche ali, porque as mulheres não faziam nada, então que cuidassem dos filhos. Eu vi bastante gente falando isso*”.

Há assentamentos, porém, onde as mães se organizaram em rodízio para o cuidado das crianças, a fim de viabilizar suas atividades produtivas. Em um deles essa iniciativa deu origem à creche, organizada em torno do trabalho nas cooperativas:

“Aí, nós, nós devido a necessidade de mão-de-obra na cooperativa, principalmente, no frigorífico, aí surgiu entre nós, as mães, essa necessidade, que nós tinha que ajudar a trabalhar, só que como é que nós ia fazer com as crianças? Então, no começo foi feito tipo rodada, uma semana duas mães cuidava, na outra semana outras duas, e era só pela parte da tarde. Mas, como na cooperativa, o trabalho começou a ser mais, mais necessidade da mulher tá ali, não só meio dia, aí nós daí conseguimos construir um local próprio, uma casa, que antes era nas casas que cuidava, mas aí agora, nós temos um local próprio, é destinada a creche.” (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Uma das soluções oferecidas para o problema da falta de creches encontra-se na proposta do MST de “Ciranda Infantil”. Simplificadamente, a Ciranda consiste em um grupo de pessoas, capacitadas para trabalhar com crianças, que atuam de forma itinerante, acompanhando mães e filhos em seus deslocamentos. Como fica descrito num relato de uma assentada, membro do coletivo de mulheres :

Se chama de Ciranda, não se chama de creche porque creche ela é fixa, funciona em tal lugar, e é fixa. E a Ciranda, ela funciona dependendo do local que nós estamos nos reunindo(...) Por isso o nome Ciranda, né, aonde nós vamos vai as nossas crianças e também vai as pessoas responsáveis pra cuidar, e quem tá administrando isso, é o setor de educação do MST. (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Trabalho, renda e poder de decisão

A rotina de permanente labuta doméstica, que se soma aos trabalhos agrícolas e/ou aos cuidados com a horta e pequenos animais no

quintal – já explicitada nos dados da PNAD e nos depoimentos dos assentados/as –, sugere diversas perguntas sobre a ocorrência de transformações na vida das famílias. Estariam acontecendo mudanças? Seria possível vê-las?

Freqüentemente parece que não. Um grupo de professores caracteriza o cotidiano feminino nos assentamentos rurais da seguinte maneira: “A maioria trabalha na roça. Volta pra casa na hora do almoço. Quem faz a comida é a mulher de novo. E quem lava a louça? Se tiver filha, ela pode de repente dar uma ajudada”. Assim, são as mulheres ou as meninas as responsáveis pelo trabalho doméstico; e essas tarefas não acabam, duram todo o dia: “serviço de casa que não pára, é o dia todo”; “Elas levantam cinco horas da manhã, botam água, cuida dos bichos, ainda vai na roça, cuida das crianças”.

Do ponto de vista das falas dos assentados, porém, existe um “discurso da igualdade”: homens e mulheres teriam os mesmos direitos e muitos afirmam que dividem as tarefas domésticas e a educação dos filhos com suas companheiras.

Observa-se, além disso, uma certa consciência de que a vida das mulheres é penosa e de que a dupla jornada é um imperativo que deixa pouco tempo livre para a mulher:

Eu acho que a mulher trabalha mais do que o homem. Porque pra ela não tem dia santo, nem dia de domingo, todo o dia ela tem que tá naquele batente. (Grupo Focal de Homens, CE).

Ela tá na padaria e tá em casa. ... até meio dia ela trabalha, faz pão, aí de tarde ela faz ... as coisas em casa. (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Embora o conjunto dos depoimentos indique que as responsabilidades da casa ainda são das mulheres, há algumas falas que insinuam mudanças: “Eu tinha sete vacas de leite, aí era dividido as tarefas. Ele lavava louça. Ele fazia a janta. Quem primeiro chega em casa faz o almoço, se eu tou em casa eu faço. E se tá o meu marido ele faz” .

Dessa forma, os dados indicam que, como regra, as mulheres assentadas acumulam as tarefas produtivas e domésticas e exercem uma dupla jornada de trabalho. Nisso, como mostra a literatura sobre o trabalho feminino, a sua situação é similar à de outras mulheres, independentemente de serem urbanas ou rurais. Como foi sugerido anteriormente, o

aspecto que diferencia as mulheres rurais – assentadas e outras – é a invisibilidade do seu trabalho, nas atividades produtivas.

Então é relevante indagar se a especificidade dos assentamentos, em relação ao mundo rural como um todo, é suficiente para alterar esse padrão. Cabe perguntar: existem diferenças ou semelhanças entre as assentadas e as demais trabalhadoras rurais? Os dados desta pesquisa não se estendem ao ambiente externo aos assentamentos, logo, não autorizam inferências comparativas. Por isso, é necessário reformular a pergunta, colocando-a nos seguintes termos: as mulheres assentadas desenvolveram a consciência de que o seu trabalho produz riqueza?

Aparentemente, a resposta é negativa. Elas próprias não mencionam as atividades de criação de pequenos animais e cultivo de hortas como importantes para o sustento das famílias. Quando solicitadas a relatar o que fazem para ganhar dinheiro respondem: “*Nada*”; “*A gente trabalha só dentro de casa mesmo*”. Da mesma maneira, na fala que se segue observa-se que as próprias mulheres não acreditam que o trabalho doméstico seja trabalho: “*Eu não trabalho, se eu pudesse eu trabalhava*”.

Tanto para os homens como para as mulheres a capacidade feminina de gerar renda é um elemento marcante na definição da autonomia feminina e do papel das mulheres na sociedade conjugal. Da mesma forma que no meio urbano, também no mundo rural, a capacidade feminina para decidir e agir é intermediada pela independência financeira, como mostra o relato de uma professora do assentamento:

Pra mim é diferente, porque a gente tem o dinheiro da gente, né, a gente recebe.(...) A gente vai comprar, então minha vida já bem diferente...(Grupo Focal de Professores, PR).

O mesmo se observa no depoimento de uma outra assentada, que também tem renda própria: “*No meu caso, eu não peço, porque eu trabalho direto*”. Em um dos depoimentos aparece uma relação conjugal que separa as rendas do casal: “*(...) o dinheiro do marido é o dinheiro do marido, o dinheiro da mulher é o dinheiro da mulher. (...) A mulher planta a mandioca dela, ela tira pra fazer a farinha dela, pra pagar os débitos dela*”.

As mulheres reivindicam o controle sobre sua renda, devido a sua maior capacidade de administrar os recursos pensando na família: “*Já o marido, ele visa mais ganhar, esquece um pouco dos filhos*

(...) de comprar uma roupinha. Porque tá na roça e não precisa de sandália pra andar com pé no chão. Já a mulher é mais cuidadosa para a família”.

Entretanto, apesar de haver registros da percepção da sua capacidade de gerar renda, como regra, as mulheres não têm conseguido transformar isso em autonomia e poder, ficando apenas com as responsabilidades, especialmente as que se restringem aos limites da casa.

Para avaliar essas contradições entre responsabilidade e autonomia, espaço privado e espaço público, trabalho e poder, foram tabuladas as respostas a diversas perguntas sobre o cotidiano familiar. O resultado está apresentado na Tabela 34. Tomando como referência a categorização estabelecida por Da Matta (1985) entre a casa e a rua, como espaços de atuação específica destinados, respectivamente, a mulheres e homens, a análise dos dados quantitativos mostra, primeiro, que homens e mulheres

TABELA 34 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO DESIGNAÇÃO DO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELAS ATIVIDADES DA RUA E DA CASA, EM 1999 (%)

Principal responsável pelas atividades da rua	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Predominam Homens	44,5	28,5	58,5	44,0	38,5	21,0	36,0	25,0	39,0	22,0	45,5	21,0
Predominam Mulheres	49,5	65,0	36,5	50,0	49,5	60,5	48,0	57,0	40,5	55,5	51,0	71,5
Compartilhada	6,0	6,5	5,0	6,0	12,0	18,5	16,0	18,0	20,5	22,5	3,5	7,5
TOTAL	100,0 (249)	100,0 (238)	100,0 (375)	100,0 (386)	100,0 (208)	100,0 (218)	100,0 (198)	100,0 (204)	100,0 (194)	100,0 (191)	100,0 (198)	100,0 (189)
Principal responsável pelas atividades da casa	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Predominam Homens	13,5	1,0	6,0	1,0	9,5	0,5	8,5	0,5	23,5	1,0	13,5	1,0
Predominam Mulheres	82,5	96,0	92,5	98,0	78,5	87,5	84,5	85,0	64,0	89,0	82,0	95,0
Compartilhada	4,0	3,0	1,5	1,0	12,0	12,0	7,0	14,5	12,5	10,0	4,5	4,0
TOTAL	100,0 (249)	100,0 (238)	100,0 (375)	100,0 (386)	100,0 (208)	100,0 (218)	100,0 (198)	100,0 (204)	100,0 (193)	100,0 (191)	100,0 (198)	100,0 (189)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

pouco compartilham a responsabilidade pelas atividades, não somente da rua, mas, principalmente, da casa. Em segundo lugar, enquanto as atividades da rua admitem a responsabilidade direta de uma parcela bastante significativa de mulheres, as que se desenvolvem no espaço doméstico representam um encargo quase inteiramente restrito ao domínio feminino.

As tabelas 35 e 36 enumeram as diversas tarefas: alimentar as crianças, fazer e servir comida, fazer e consertar roupas, cuidar dos doentes, etc. Com exceção dessa última atividade, na qual o compartilhamento atinge percentuais um pouco maiores que nas outras, todas as demais são vistas como responsabilidade feminina.

Na tabela 37, a seguir, são apresentadas as atividades relacionadas com a família e com a produção, que envolvem a atuação no espaço público, em contraposição à esfera doméstica. Aí a situação muda, passando a haver um predomínio masculino, apesar da participação feminina. Nas entrevistas os assentados afirmam que as mulheres “*não gostam de sair de casa*”.

Na realidade, mais que “sair de casa”, as atividades de fazer compras e pagar as contas envolvem a administração dos recursos financeiros da família e do lote. Por envolverem o controle de recursos estratégicos, apresentam muitas implicações sob a perspectiva de gênero.

Outros trabalhos têm demonstrado que a natureza de participação de ambos os sexos em diferentes atividades ocorre sem que a condição¹² e a posição¹³ das mulheres tenham mudado (CCIC et al., 1994). Os dados desta pesquisa indicam que o grau de autonomia e participação de homens e mulheres são desiguais, quaisquer que sejam as esferas de atuação focalizadas.

As tabelas sobre participação nas discussões e decisões acerca das atividades produtivas, reprodutivas e dos insumos produtivos, mostra, sobretudo, quem controla e tem poder sobre essas

¹² A condição se refere aos mecanismos sociais, econômicos e culturais que mantêm a mulher numa situação desvantajosa e subordinada com relação ao homem.

¹³ A posição se refere a posição econômica com respeito aos homens. É medida de acordo com as oportunidades que homens e mulheres possuem, a participação, a vulnerabilidade e outros parâmetros similares.

TABELA 35 - ASSENTADOS/AS POR TIPO DE TAREFA, UF E SEXO, SEGUNDO O SEXO DO DESIGNADO COMO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELAS TAREFAS, EM 1999(%)

Principal responsável por dar banho nas crianças	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	2,5	0,5	3,0	0,5	1,5	3,0	2,0	----	3,5	0,5	3,5	4,0
Mulher	91,0	97,0	94,0	97,5	81,5	83,0	85,5	90,5	80,5	92,0	90,0	92,0
Ambos	6,5	2,5	3,0	2,0	17,0	14,0	12,5	9,5	16,0	7,5	6,5	4,0
TOTAL	100,0 (167)	100,0 (180)	100,0 (292)	100,0 (328)	100,0 (157)	100,0 (172)	100,0 (129)	100,0 (135)	100,0 (111)	100,0 (139)	100,0 (119)	100,0 (126)
Principal responsável por fazer as crianças dormir	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	3,0	----	5,5	3,0	5,0	5,5	3,5	1,5	7,0	5,0	3,5	6,5
Mulher	77,5	86,5	91,0	93,0	74,0	76,0	73,0	67,0	60,5	73,5	86,0	85,0
Ambos	19,5	13,5	3,5	4,0	21,0	18,5	23,5	31,5	32,5	21,5	10,5	8,5
TOTAL	100,0 (155)	100,0 (172)	100,0 (285)	100,0 (322)	100,0 (153)	100,0 (170)	100,0 (114)	100,0 (127)	100,0 (111)	100,0 (140)	100,0 (116)	100,0 (126)
Principal responsável por alimentar as crianças	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	18,5	14,5	6,0	6,5	9,5	9,0	5,5	1,5	5,0	2,0	3,0	7,5
Mulher	73,0	78,5	89,0	89,5	75,5	73,5	74,0	82,0	68,5	82,5	87,5	86,0
Ambos	8,5	7,0	5,0	4,0	15,0	17,5	20,5	16,5	26,5	15,5	9,5	6,5
TOTAL	100,0 (173)	100,0 (192)	100,0 (301)	100,0 (336)	100,0 (160)	100,0 (186)	100,0 (131)	100,0 (143)	100,0 (121)	100,0 (149)	100,0 (128)	100,0 (149)
Principal responsável por cuidar dos doentes	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	18,0	2,5	10,5	1,5	14,5	6,0	11,5	5,0	15,5	3,5	10,5	5,0
Mulher	52,0	71,0	79,5	92,5	54,0	64,5	48,5	59,0	37,0	62,5	66,5	78,0
Ambos	30,0	26,5	10,0	6,0	31,5	29,5	40,0	36,0	47,5	34,0	23,0	17,0
TOTAL	100,0 (228)	100,0 (234)	100,0 (359)	100,0 (382)	100,0 (193)	100,0 (217)	100,0 (177)	100,0 (197)	100,0 (147)	100,0 (184)	100,0 (170)	100,0 (181)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

TABELA 36 - ASSENTADOS/AS POR TIPO DE TAREFA, UF E SEXO, SEGUNDO O SEXO DO DESIGNADO COMO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELAS TAREFAS, EM 1999 (%)

Principal responsável por fazer a comida	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	14,0	1,0	6,5	1,0	9,5	2,0	9,0	0,5	22,5	2,0	15,0	0,5
Mulher	78,5	94,0	92,5	98,0	77,0	87,5	78,5	82,5	66,5	86,5	79,5	94,0
Ambos	7,5	5,0	1,0	1,0	13,5	10,5	12,5	17,0	11,0	11,5	5,5	5,5
TOTAL	100,0 (248)	100,0 (237)	100,0 (371)	100,0 (385)	100,0 (206)	100,0 (218)	100,0 (193)	100,0 (203)	100,0 (190)	100,0 (191)	100,0 (197)	100,0 (189)
Principal responsável Por servir a comida	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	13,5	1,0	7,0	0,5	8,5	0,5	8,5	0,5	23,5	1,5	13,0	2,0
Mulher	77,5	91,5	92,0	98,5	87,0	76,0	76,5	78,0	62,0	84,5	77,5	94,0
Ambos	9,0	7,5	1,0	1,0	24,5	23,5	15,0	21,5	14,5	14,0	9,5	4,0
TOTAL	100,0 (244)	100,0 (231)	100,0 (374)	100,0 (384)	100,0 (202)	100,0 (209)	100,0 (188)	100,0 (200)	100,0 (192)	100,0 (191)	100,0 (184)	100,0 (177)
Principal responsável por fazer e consertar roupas	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	10,5	0,5	2,0	0,5	8,5	2,0	5,5	----	20,0	2,5	7,0	0,5
Mulher	86,5	98,0	97,5	99,5	86,5	94,0	90,0	96,0	78,0	94,0	90,0	99,5
Ambos	3,0	1,5	0,5	----	5,0	4,0	4,5	4,0	2,0	3,5	3,0	----
TOTAL	100,0 (210)	100,0 (203)	100,0 (355)	100,0 (379)	100,0 (200)	100,0 (211)	100,0 (188)	100,0 (199)	100,0 (185)	100,0 (190)	100,0 (182)	100,0 (183)
Principal responsável por Arrumar camas/redes	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	12,5	1,0	6,5	1,0	8,5	1,5	10,5	1,0	24,0	1,0	13,0	2,0
Mulher	83,0	93,5	92,0	97,0	82,0	91,0	82,5	91,0	66,5	89,0	80,0	92,5
Ambos	4,5	5,5	1,5	2,0	9,5	7,5	7,0	8,0	9,5	10,0	7,0	5,5
TOTAL	100,0 (239)	100,0 (234)	100,0 (372)	100,0 (384)	100,0 (206)	100,0 (217)	100,0 (193)	100,0 (202)	100,0 (185)	100,0 (170)	100,0 (195)	100,0 (187)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

TABELA 37 - ASSENTADOS/AS POR TIPO DE TAREFA, UF PESQUISADA E SEXO, SEGUNDO O SEXO DO DESIGNADO COMO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELAS TAREFAS, EM 1999 (%)

Principal responsável por fazer lista de compras	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	35,5	19,5	38,5	24,0	23,5	17,0	21,5	15,5	31,5	18,0	29,5	13,5
Mulher	43,5	65,5	52,5	63,5	49,5	61,5	58,5	52,5	45,5	58,5	59,0	78,0
Ambos	21,0	15,0	9,0	12,5	27,0	21,5	20,0	32,0	23,0	23,5	11,5	8,5
TOTAL	100,0 (241)	100,0 (237)	100,0 (367)	100,0 (382)	100,0 (207)	100,0 (218)	100,0 (197)	100,0 (204)	100,0 (191)	100,0 (191)	100,0 (192)	100,0 (187)
Principal responsável por fazer compras na cidade	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	65,5	53,5	69,0	54,0	54,0	36,0	51,5	38,5	54,0	35,0	54,0	34,0
Mulher	20,0	29,0	19,5	33,0	16,5	30,0	25,5	23,0	16,0	22,0	26,5	45,5
Ambos	14,5	17,5	11,5	13,0	29,5	34,0	23,0	38,5	30,0	43,0	19,5	20,5
TOTAL	100,0 (248)	100,0 (238)	100,0 (373)	100,0 (385)	100,0 (207)	100,0 (218)	100,0 (198)	100,0 (203)	100,0 (194)	100,0 (191)	100,0 (195)	100,0 (189)
Principal responsável por pagar as contas	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	81,5	72,0	82,5	67,0	76,5	57,0	78,5	62,5	66,0	57,0	79,5	55,5
Mulher	7,0	20,5	9,0	24,0	8,5	24,5	6,5	14,5	7,0	11,5	12,5	29,0
Ambos	11,5	7,5	8,5	9,0	15,0	18,5	15,0	23,0	27,0	31,5	8,0	15,5
TOTAL	100,0 (249)	100,0 (238)	100,0 (375)	100,0 (385)	100,0 (208)	100,0 (215)	100,0 (197)	100,0 (203)	100,0 (194)	100,0 (191)	100,0 (196)	100,0 (188)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

atividades, conforme o sistema de divisão sexual do trabalho¹⁴. Nesse sentido, existe uma grande diferença entre o direito de voz e o direito de escolha do curso a seguir, ou, em outras palavras, entre apenas participar, dar opinião e tomar a decisão em diversas áreas. A fim de

¹⁴ A divisão de trabalho por gênero atribui de forma convencional determinadas habilidades e capacidades a homens e mulheres e, conseqüentemente, distribui diferentes tarefas e responsabilidades na vida social. Em geral, aos homens são atribuídas as tarefas de provedor da família enquanto às mulheres cabem as tarefas reprodutivas.

sistematizar a discussão, os tópicos abordados foram reunidos em três grupos. No primeiro são tratados os itens relativos às atividades produtivas; seguem-se os aspectos pertinentes às atividades reprodutivas; por fim, são apresentadas as dimensões relacionadas aos insumos produtivos.

Como mostra a Tabela 38, de maneira geral ambos os sexos discutem o que cultivar, a venda de produtos agrícolas e a venda do gado. Porém quem decide e controla a atividade do cultivo é o homem. As porcentagens apresentam variações interestaduais, ocorrendo no Ceará a maior assimetria do poder de decisão entre os sexos; já o Rio Grande do Sul é onde se registra a maior frequência de decisão conjunta.

A colheita, a venda dos produtos e do gado representam atribuições e espaços de autonomia e poder tipicamente masculinos, nos quais as mulheres, quando não são completamente invisíveis, aparecem em posição secundária. Ainda assim, existem atividades produtivas cujas decisões são tipicamente femininas como a venda de ovos e de queijos e doces. A exceção cabe ao Paraná, único Estado onde a venda destes produtos é uma tarefa compartilhada.

A Tabela 39 mostra que, nas atividades reprodutivas, como a educação dos filhos, ambos os sexos discutem as questões, mas são as mulheres que decidem. A compra de roupas e móveis é em grande parte discutida pelo casal. Porém, em vários Estados é decidida pela mulher numa porcentagem um pouco maior que a de homens, talvez porque esteja associada à responsabilidade de agasalhar os filhos. Mas a compra de comida – que também poderia ser considerada uma tarefa feminina por estar associada à cozinha e à alimentação – é mais discutida pelos homens do que pelas mulheres, embora em vários Estados seja uma questão para o casal. Nas decisões, porém, é o homem quem tem o papel principal; isso pode ser uma resultante do fato, acima apontado, de que essas são atividades que se realizam “na rua”, ou seja, são decididas pelos homens, porque são eles que efetivamente saem dos assentamentos para fazer as compras. Por isso as mulheres não tomam parte dos processos decisórios nem do controle dos ingressos, o que, ao mesmo tempo, expressa e repercute na posição que ocupam na sociedade conjugal.

A compra de insumos agrícolas é discutida e decidida, fundamentalmente, pelos homens. Da mesma forma, as questões relativas a crédito e assistência técnica. Embora alguns Estados apresentem significativas

TABELA 38 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO TIPO DE ATIVIDADE PRODUTIVA E TIPO DE PARTICIPAÇÃO NAS RESPECTIVAS DECISÕES, EM 1999 (%)

Atividades Produtivas		Bahia			Ceará			Mato Grosso			Paraná			Rio Grande do Sul			São Paulo		
		H	M	A	H	M	A	H	M	A	H	M	A	H	M	A	H	M	A
O que cultivar/ onde e quanto	Somente Participa	34,0	21,5	44,5	50,5	29,0	20,5	33,5	12,0	54,5	22,5	7,0	70,5	19,5	33,0	47,5	23,0	33,5	43,5
	Decide	85,5	7,0	7,5	92,5	3,0	4,5	66,5	6,5	27,0	71,0	4,5	24,5	58,5	4,0	37,5	80,5	8,5	11,0
Venda dos produtos agrícolas	Somente Participa	43,0	30,5	26,5	55,5	24,5	20,0	41,0	12,5	46,5	33,5	10,0	56,5	25,0	32,5	42,5	31,5	30,0	38,5
	Decide	85,5	7,5	7,0	91,0	3,0	6,0	70,0	6,5	23,5	74,0	4,0	22,0	63,0	3,5	33,5	83,0	9,0	8,0
Venda de gado	Somente Participa	52,5	18,5	29,0	60,5	22,5	17,0	43,5	12,5	44,0	31,0	10,0	59,0	25,5	30,5	44,0	32,0	32,0	36,0
	Decide	83,5	6,5	10,0	93,0	2,5	4,5	72,0	6,5	21,5	78,0	5,0	17,0	59,0	4,0	37,0	84,0	7,0	9,0
Venda de aves e ovos	Somente Participa	25,5	49,0	25,5	22,0	59,5	18,5	17,0	51,0	32,0	13,5	27,0	59,5	43,5	32,0	24,5	33,0	31,5	35,5
	Decide	28,0	60,0	12,0	14,0	80,5	5,5	20,5	61,0	18,5	20,0	62,5	17,5	28,5	46,0	25,5	30,5	62,0	7,5
Venda de queijo e doces	Somente Participa	27,0	46,5	26,5	28,5	45,0	26,5	16,5	48,0	35,5	16,5	23,0	60,5	46,5	33,5	20,0	31,0	30,5	38,5
	Decide	45,0	41,0	14,0	33,5	58,0	8,5	23,5	54,5	22,0	26,0	59,0	15,0	24,0	49,0	27,0	37,0	55,5	7,5

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

TABELA 39 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO TIPO DE ATIVIDADE REPRODUTIVA E TIPO DE PARTICIPAÇÃO NAS RESPECTIVAS DECISÕES, EM 1999 (%)

Atividades Reprodutivas		Bahia			Ceará			Mato Grosso			Paraná			Rio Grande do Sul			São Paulo		
		H	M	A	H	M	A	H	M	A	H	M	A	H	M	A	H	M	A
Estudo dos filhos e filhas	Somente Participa	18,5	40,0	41,5	28,5	34,5	37,0	15,0	30,0	55,0	11,0	15,0	74,0	20,5	13,0	66,5	24,5	24,5	51,0
	Decide	23,5	55,5	21,0	16,5	61,5	22,0	20,5	41,5	38,0	28,0	34,0	38,0	15,0	22,5	62,5	29,0	44,0	27,0
Compra de móveis e roupas	Somente Participa	30,5	26,0	43,5	29,5	35,0	35,5	21,5	24,5	54,0	14,5	17,5	68,0	25,5	16,5	58,0	31,0	27,0	42,0
	Decide	51,0	34,0	15,0	38,5	41,0	20,5	29,0	35,0	36,0	28,5	34,5	37,0	26,0	20,0	54,0	35,0	44,0	21,0
Compra de comida	Somente Participa	37,0	29,5	33,5	40,5	32,0	27,5	27,5	20,5	52,0	21,0	18,5	60,5	26,5	21,0	52,5	32,5	26,5	41,0
	Decide	66,0	22,0	12,0	61,0	24,5	14,5	39,0	24,5	36,5	47,0	26,0	27,0	31,5	22,0	46,5	50,0	32,0	18,0

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

TABELA 40 - ASSENTADOS/AS POR UF PESQUISADA E SEXO, SEGUNDO TIPO ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E TIPO DE PARTICIPAÇÃO NAS RESPECTIVAS DECISÕES, EM 1999 (%)

Insumos Produtivos		Bahia			Ceará			Mato Grosso			Paraná			Rio Grande do Sul			São Paulo		
		H	M	A	H	M	A	H	M	A	H	M	A	H	M	A	H	M	A
Compra de equipamentos/ insumos agrícolas	Somente Participa	60,0	19,5	20,5	73,5	18,5	8,0	60,0	11,5	28,5	45,5	11,0	43,5	35,0	29,0	36,0	44,5	29,0	26,5
	Decide	87,0	7,5	5,5	93,0	4,0	3,0	77,0	7,5	15,5	78,5	8,0	13,5	67,0	4,5	28,5	87,0	8,5	4,5
Pegar crédito/dinheiro emprestado	Somente Participa	52,0	25,5	22,5	64,0	23,5	12,5	53,5	14,0	32,5	41,0	12,0	47,0	32,5	29,0	38,5	37,0	32,0	31,0
	Decide	82,0	12,0	6,0	87,5	8,5	4,0	69,0	14,5	16,5	80,5	7,0	12,5	63,0	5,5	31,5	80,5	13,0	6,5
Procurar assistência técnica	Somente Participa	70,5	13,0	16,5	76,0	17,0	7,0	65,5	10,5	24,0	49,5	10,5	40,0	41,5	31,0	27,5	41,5	29,0	29,5
	Decide	86,5	8,5	5,0	92,0	5,0	3,0	79,0	9,0	12,0	84,0	4,5	11,5	71,5	4,5	24,0	81,0	11,0	8,0

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

porcentagens de casais que compartilham a discussão, nas decisões, as diferenças entre homens e mulheres não deixam dúvidas quanto às assimetrias de gênero. Talvez este seja o motivo de o crédito dirigido aos assentados/as não ter beneficiado as mulheres, sendo registradas inúmeras dificuldades para qualificá-las como sujeitos de crédito.

Um padrão semelhante é observado na busca de assistência técnica, talvez porque prevalece a concepção de que o homem é, por excelência, o responsável pela agricultura, e permanece ignorado que uma grande parte do trabalho agrícola é realizada por mulheres. Trata-se de um processo que reforça a invisibilidade do trabalho feminino. O mesmo acontece no campo da capacitação, que termina por reproduzir uma rígida divisão de trabalho, treinando os homens em tecnologias mais ligadas ao processo produtivo e as mulheres no que respeita aos cuidados da casa e dos filhos. Dessa forma, permanece inquestionada a divisão sexual do trabalho e preservados os espaços de poder de cada um dos sexos.

A análise empreendida neste capítulo mostrou que nos assentamentos rurais persiste o mesmo padrão de subordinação e invisibilidade do trabalho feminino presente aos demais contextos do meio rural brasileiro. Embora as mulheres trabalhem lado a lado com os homens nas lavouras principais, o seu trabalho é visto como somente uma “ajuda”. Ainda que respondam por significativa parcela da produção para autoconsumo, esta é pouco valorizada em termos de geração de renda e a jornada de trabalho correspondente é subestimada ou ignorada por assentados de ambos os sexos. As mulheres cumprem uma segunda jornada, responsabilizando-se pela maioria das tarefas reprodutivas, mas estas são consideradas – inclusive por elas próprias – como não sendo trabalho, mas algo situado em um ponto indefinido entre o ócio, o afeto familiar e o lazer. Qualquer que seja a atividade, os próprios assentados e assentadas atribuem maior valor à tarefa quando é executada por homem – ainda que seja idêntica àquela realizada por mulher.

Na divisão sexual do trabalho, a mulher é percebida como circunscrita ao mundo “da casa” – ainda que execute diversas tarefas que extrapolam os limites do privado e do doméstico. Já ao homem cabem as tarefas próprias “da rua” – desempenhadas num espaço mais abrangente e de sociabilidade diversificada. Embora a

mulher tenha transposto os limites “da casa” e assumido algumas responsabilidades próprias “da rua”, o mesmo não ocorre com o homem: é reduzida a sua participação nas tarefas domésticas.

Não sendo reconhecida como produtora de bens e geradora de riquezas, e vista como limitada à esfera doméstica, a mulher dispõe de pouco poder de decisão e o seu acesso às transações comerciais e bancárias, à assistência técnica e à tecnologia permanece muito restrito.

5. Cadastro e Titulação da Terra, Avaliações do Presente e Expectativas de Futuro

Os obstáculos ao pleno exercício da cidadania no meio rural envolvem, entre outras coisas, (1) as atitudes quanto à propriedade da terra; (2) a disponibilidade da documentação pessoal que caracteriza indivíduos como cidadãos e é indispensável para o desfrute dos benefícios previdenciários; e (3) a participação no cadastramento como beneficiários/as de parcelas de terras. O exame desses aspectos mostra-se relevante para a compreensão das relações de gênero nos assentamentos rurais e representa um dos objetivos centrais deste capítulo.

Como poderá ser constatado, existem graves assimetrias de gênero no cadastramento dos indivíduos como beneficiários das parcelas de terra e isso não resulta de norma jurídica, ao contrário. O motivo disso reside em uma conjunção das atitudes dos homens e mulheres e, especialmente, dos agentes institucionais encarregados do cadastro e seleção dos beneficiários das parcelas de terra nos assentamentos rurais.

Igualmente será possível observar que a alocação de uma parcela de terra, crédito e outros benefícios às famílias assentadas mostrou-se um recurso eficaz contra a situação de indigência anteriormente vivenciada pelas mesmas. Pretende-se, portanto, caracterizar as atitudes dos homens e mulheres assentados/as frente à reforma agrária¹ e averiguar como percebem as mudanças decorrentes da passagem da situação de ‘trabalhadores sem terra’ para a condição de ‘assentados’. Além disso, serão examinados a sua satisfação com o presente e os seus sonhos e expectativas para o futuro, bem como das novas gerações, focalizando especialmente a emigração e o retorno de jovens aos assentamentos.

Os assentamentos se distinguem como um novo padrão de comunidade rural. Entre suas características mais significativas destaca-se a permanência, uma condição estratégica em termos de políticas públicas.

¹ Sem entrar na polêmica existente em torno do que se entende por reforma agrária, para fins deste trabalho, a expressão se refere ao conjunto de políticas governamentais que abrange (1) a demarcação e alocação de parcelas de terras – independentemente do processo que originou sua arrecadação – a trabalhadores sem terra, com ou sem título de propriedade; (2) a oferta de crédito em condições favoráveis para a instalação das famílias, construção de habitações, plantio e custeio agrícola; (3) a oferta de assistência técnica e capacitação para a atividade produtiva.

Entretanto, a própria permanência dos assentamentos só se sustentará com políticas que superem a forte tensão entre os incentivos a ficar – que afetam especialmente os adultos – e os estímulos a sair, que atingem particularmente os jovens, com destaque para as moças. Todas essas questões serão exploradas a seguir, mediante o exame de dados primários, quantitativos e qualitativos.

Atitudes quanto à propriedade da terra

Uma das grandes polêmicas sobre a reforma agrária envolve as percepções e atitudes dos assentados/as com relação à propriedade da parcela de terra recebida. O primeiro dado significativo é de que essas percepções não são homogêneas. Muitos se sentem, de fato, donos da terra, e são as mulheres as que mais assumem essa postura: “*Eu me acho dona. Aquele quintalzinho é meu...*”.

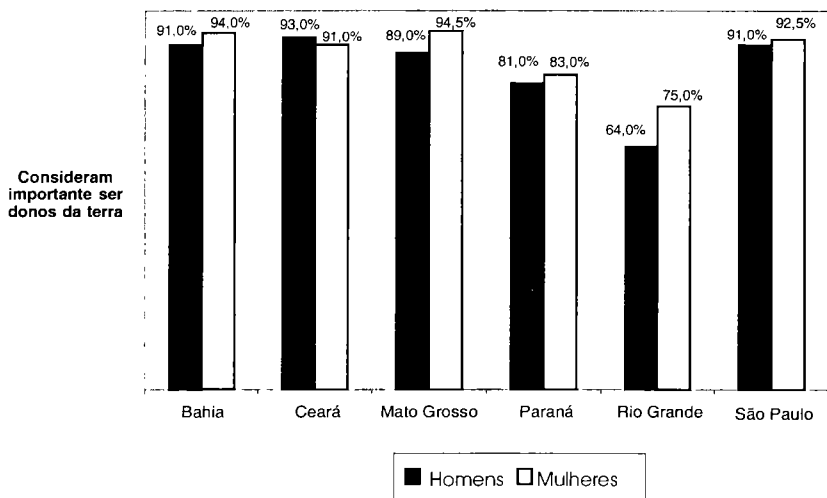
Está bem presente entre as mulheres a idéia de que elas lutaram muito para conseguir seu pedaço de terra, e agora querem aproveitar ao máximo o que conquistaram: “*Ralamos tanto prá chegar até aqui, é melhor que tem o lugar da gente plantar, né? À vontade. ... eu me acho assim, dona*”. Esse sentimento parece resultar da experiência de luta pela terra², expressa na afirmação de que “*... Foi uma conquista nossa, não foi o INCRA que deu de mão beijada*”. Outras consideram a terra como própria, na medida em que: “*... se é uma coisa pública, é nossa*”.

Na Tabela 43 (em anexo) pode-se verificar que, quando indagados especificamente sobre a importância do título de propriedade da terra, os assentados/as majoritariamente afirmam que é importante e, até mesmo, que é o que mais desejam. Contudo, também é significativo o percentual dos que acreditam que ninguém deve ter o título porque a terra é de todos.

O Gráfico 14, a seguir, mostra que, apesar de haver divergências entre os assentados/as, a propriedade da terra continua sendo importante. Qualquer que seja a Unidade Federativa examinada, poucos são contrários à idéia de ser proprietários da terra. Vale destacar somente o Rio Grande do Sul como o Estado onde (a) menos freqüentemente os assentados/as

² Essa idéia também é muito trabalhada na família. As mães tentam mostrar aos filhos a dificuldade de obter a terra, estimulando-os a nela trabalhar e produzir.

GRÁFICO 14 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO A IMPORTÂNCIA DE SER PROPRIETÁRIOS DA TERRA, EM 1999 (%).



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

consideram importante ser proprietários da terra; (b) há uma acentuada diferença, quanto a este aspecto, entre homens e mulheres. Estas, muito mais que aqueles, afirmam a importância de ser proprietárias de suas parcelas. Porém, nas entrevistas, algumas mulheres dizem que não se sentem donas da terra, porque lhes falta poder sobre a mesma: *“Porque se eu fosse dona, eu fazia o que eu queria. E aqui, às vezes, não posso fazer o que eu quero. Sendo meu, eu faço o que eu quero”*.

Embora geralmente se possa supor que a vida no meio rural envolva menor formalidade jurídica, vários dos homens entrevistados dizem que enquanto não tiverem o documento de posse, não sentirão que a terra lhes pertence. Outros não se consideram proprietários porque possuem um documento – para que *“tomassem conta da terra por 90 anos”* – que é uma concessão de uso de uma terra que é do INCRA: *“Porque por enquanto nós temos apenas um contrato de assentamento. Nós não temos nada que comprove que é nossa, né”*.

Diversos assentados consideram a titulação um requisito para o acesso a créditos em condições mais vantajosas. Mais significativo ainda: o título de propriedade é visto como condição para se sentirem verdadei-

ros donos e poderem investir, sem temer o risco de perder a terra. Há mulheres que compartilham também essa opinião: “*é bom ser dono da terra, mas agora nós não pode assumir*”. Várias sentem-se assustadas diante da possibilidade de que “*venham tomar a terra de nós*”; “*não somos dono de nada, não somos nada*”. Nesse caso, o título seria um passaporte para a independência dos assentados/as e uma condição para o seu desenvolvimento: “*Quando você tá com o título, você já pode se garantir que é dono, né? Que é proprietário. Então aqui, nós não somos dono, não*”.

Na Tabela 41, (em anexo), são explicitados os motivos pelo quais os assentados/as atribuem relevância à propriedade da terra. Observa-se que consideram importante ser donos da terra, primeiramente, para que os filhos herdem as terras. Em segundo lugar, para ter trabalho e dignidade.

De fato, vários assentados/as afirmam que o título definitivo representa uma garantia de que podem deixar a terra como herança para seus filhos e demonstram apreensão por não ter como lhes garantir este direito. Preocupam-se, sobretudo, as mães, que se perguntam: “*E se eu morrer amanhã? O quê que acontece? Um filho meu não tem um documento prá chegar: ‘Eu vim reivindicar isso aqui, porque minha mãe era dona!’*”.

Contudo, alguns assentados/as, geralmente ligados ao MST, frequentemente manifestam outra atitude diante do problema da herança³. Para eles, a terra é de quem nela trabalha, de quem está produzindo e não deveria ser herdada. Os filhos só são justa e naturalmente os herdeiros quando nela estão trabalhando e se continuarem produzindo; caso contrário, a parcela deve ser realocada: “*Não existe herança da terra. Porque... vamos dizer que eu tô assentado aqui, tô trabalhando aí, e tal, no dia que eu morrer aqui, meus filhos não vão herdar de mim. Eles já são donos da terra, também, né?*”

Em alguns grupos o tema da propriedade da terra provocou reações controvertidas e carregadas de ambigüidades. Uma parte dos assentados/as é contra a titulação por diversos motivos, que vão des-

³ Em alguns assentamentos, a associação de assentados/as e as lideranças do MST assumem o papel de assegurar o direito à herança dos filhos, caso ocorra o falecimento dos pais.

de as incertezas do mercado, as dificuldades da política agrícola e dos financiamentos públicos, até a uma falsa sensação de segurança, resultante de informação imperfeita⁴.

Alguns consideram o título um ônus. Primeiro, porque teriam que pagar ao INCRA pela parcela recebida. Segundo, porque incidem impostos sobre a propriedade rural (ITR). Há mulheres que afirmam que já não têm nada a pagar ao Estado, uma vez que já pagaram “*com a luta e o sofrimento, o sangue de muitos companheiros...*”.

Além disso, existe muito temor de que, ao possuírem o título definitivo da terra, não possam mais ter acesso ao crédito subsidiado, pois, ao trocarem o *status* de assentados/as pelo de proprietários, terão que enfrentar as regras do mercado. Nesse caso, temem que, não conseguindo pagar as dívidas, venham a perder a terra. Sendo titulados, ocorreria a emancipação dos assentamentos, o INCRA deixaria de ser responsável por eles e cada um teria que lutar por financiamentos particulares: “*Porque você tá sem documento, o governo ainda dá apoio, né? Mas eu acho que no dia que pegar documento, ele afasta, deixa nós se virar, aí é pior prá nós*”.

Nos assentamentos onde o trabalho é coletivo, um dos problemas da titulação está na dificuldade de dividir uma terra que é trabalhada coletivamente. Vários manifestam o desejo de ser donos de sua parcela, porém consideram mais importante garantir a sobrevivência de toda a comunidade. Por isso, alguns defendem a manutenção do sistema de terras coletivas, considerado como garantia de que todos terão como sobreviver: “*...não queremos parcelar a terra*”.

Os motivos pelos quais não vale a pena ser dono da terra são sistematizados na Tabela 42, (em anexo). As principais razões são: (a) a terra é de quem trabalha; (b) a produção não depende da titulação. As diferenças de opinião entre homens e mulheres são pequenas e variam entre os Estados pesquisados. As mulheres de São Paulo, Bahia e Mato Grosso são as que mais freqüentemente afirmam que a produção não depende da titulação. Também no Paraná, muitos assentados/as sustentam que o título não é importante e que não desejam ser donos da terra porque receiam a emancipação.

⁴ Muitos são contra a titulação porque acreditam que têm direito de usucapião e ninguém tira a terra deles. Entretanto, essa percepção é completamente equivocada, segundo os técnicos do INCRA, pois esse direito não pode ser exercido sobre terras públicas, característica que assumem ao serem desapropriadas e arrecadadas pelo poder público.

Diversos assentados/as assumem uma posição de princípio, dizendo não ter importância se são, ou não, os donos, porque na verdade a terra não tem dono, é de todos: *“Porque ser dono, pegar essa documentação, prá nós não é importante não. Ser dono, aqui eu sou dono, aqui eu mando, a terra não foi feita prá ter dono, é comum, é bom que ela seja comum”*. Similarmente, outros sustentam que o título da terra não interessa por uma questão ideológica, porque, ao se titularem, as pessoas passam a ser proprietárias e, a partir daí, podem tornar-se patrões: *“você tem todo esse título e nós aqui somos suas moradoras, obrigadas a fazer o que você diz... isso nós não quer”*.

A polêmica sobre a titulação envolve, ainda, a possibilidade de os assentados/as venderem suas parcelas. Tanto homens como mulheres sustentam que não desejam a titulação porque receiam que isso venha a acabar com a reforma agrária, ao permitir que a terra seja vendida. A venda da terra é questão bastante controvertida⁵, e na opinião de vários assentados/as *“a terra não é para ser vendida, ela não é comércio”*. Mas há relatos de que *“Tem muitos que pega a terra e depois vendem, e daí se desfaz daquilo”*. Por isso, alguns consideram a titulação um grande problema, porque ameaça a permanência dos assentamentos: *“Eu penso que com título, vai ser muito fácil da negada vender. Sem título já é, com título vai ser maravilha”*.

Além disso, a venda da terra envolve uma discussão política entre os que participam e os que saíram dos movimentos ou das cooperativas, por brigas e insatisfação com as linhas adotadas. Para essas pessoas, o título seria um passaporte para a independência de todos os assentados/as, que não teriam que depender do aval das cooperativas para obter crédito.

Em muitos casos, o principal motivo para que um lote seja vendido é o endividamento da família, e a transação ocorre entre os próprios assentados/as. Uma assentada confirma a ocorrência dessa prática, depositando nela a sua esperança de permanecer no local e melhorar de vida: *“Aqui dentro têm aquelas pessoas que não conseguem permanecer... então vende os seus lotes ... a gente tá juntando nosso dinheirinho para que nós possamos comprar um lote e ficar aqui dentro”*. Os jovens vêm com bastante preocupação a venda da terra:

⁵ A venda da terra é proibida, pois os assentados/as não têm direito legal sobre a mesma. O que eles podem vender são as benfeitorias.

Às vezes, quando eu vejo alguém vender a terra, eu solto a minha palavra: 'Gente, não vende a terra, vocês não faz isso, porque a dificuldade que foi prá conseguir um pedaço de terra aqui, prá depois vender pros outro, prá sair.' (Grupo Focal Misto de Jovens Casados, BA).

O cadastramento

Independentemente das opiniões sobre as vantagens e desvantagens, implicações e riscos da titulação, esse é um debate mais relacionado aos homens do que às mulheres. Isso, pelo fato de que só podem vir a ser titulados os cadastrados e, como regra, a mulher não é cadastrada. Essa situação não é restrita aos assentamentos rurais no Brasil.

Na América Latina, o acesso da mulher à terra por meio da reforma agrária, seja em forma individual ou coletiva, tem sido muito limitado. O exame da titulação de terras mostra baixas taxas de participação feminina. Em geral, as mulheres acabam herdando pequenas parcelas para fins de subsistência familiar, mas os homens permanecem no controle das terras voltadas para fins comerciais⁶.

No Brasil, são poucos os estudos que têm discutido a relação existente entre a mulher e a propriedade da terra, sendo grande o desconhecimento sobre o seu acesso à mesma. Geralmente, a literatura aponta uma grande exclusão da mulher de todas as posições que levam ao controle direto dos meios de produção e dos seus direitos econômicos. Além disso, existe uma forte relação entre o direito de propriedade da terra, o estado civil, o contrato de matrimônio e os costumes e valores em torno da propriedade que se transmite por herança (FAO, 1987).

Nesse sentido, é de grande relevância o fato de que não existe, na legislação brasileira, absolutamente nenhum entrave, discriminação ou impedimento para que a mulher seja selecionada beneficiária de uma

⁶ Em 1992, a Fundação Arias realizou um estudo em três países da América Central sobre o acesso da mulher à terra, onde se conclui que as limitações existentes são causadas por fatores legais e também por fatores de âmbito estrutural e cultural, que mantêm a desigualdade por falta de políticas específicas, problemas com a seleção dos beneficiários, padrões culturais socialmente aceitos e falta de conhecimento sobre os direitos das mulheres. Ver, a propósito, *El acceso de la Mujer a la Tierra en Costa Rica, Nicaragua e El Salvador* (1992).

parcela de terra. No entanto, apesar de formalmente ela ser reconhecida como portadora do direito ao cadastramento, posse ou propriedade de parcelas de terra em assentamentos rurais, a maioria dos cadastros ou contratos de posse se encontra em nome dos homens⁷. Constam como dependentes a mulher e os filhos. Mesmo isso representa um avanço recente, pois, até dois anos atrás, o cadastro admitia unicamente o nome do homem seguido da quantidade de dependentes: “o nome da mulher nem constava; vêm cinco, seis dependentes”.

O pequeno número de mulheres titulares de terras – somente 12,6% são cadastradas, segundo o Censo da Reforma Agrária – reflete, antes de tudo, seus déficits de cidadania e o problema da sua invisibilidade econômica.

De fato, parte delas ainda não tem documentação completa, incluindo o CPF e a carteira de trabalho, e isso gera uma situação de exclusão, já que as mulheres sem documentação pessoal completa não são incluídas nas estatísticas rurais. Essa exclusão tem repercussões: a baixa inclusão no cadastro significa uma baixa participação nas decisões dos assentamentos já que um dos requisitos para participar das associações, nesses locais, é exatamente o *status* de cadastrado/a.

As informações coletadas têm indicado que essa assimetria de gênero no tratamento do cadastro resulta de uma conjunção de atitudes dos homens e das mulheres assentados/as dos agentes dos movimentos sociais e dos próprios técnicos da reforma agrária e do financiamento rural, com variações entre agências e Unidades Federativas.

De acordo com Serravalle (2000), o processo que transpõe as desigualdades de gênero para o cadastramento⁸ começa no momento da

⁷ No Brasil, a temática de gênero se remete à universalidade da norma constitucional de que todos são iguais perante a lei. Em todo o conjunto de instrumentos legais que regem a política de terras, há apenas uma menção à questão de gênero, constante da IN n. 29, item 3.1.5.5, alínea “c”. A inclusão deste item ocorreu durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e constitui um ganho valioso para as trabalhadoras rurais. Contudo, ele se apresenta de forma bastante genérica, e não vem acompanhado da previsão de recursos para a implantação de qualquer programa específico.

⁸ Também no acesso ao crédito, embora não haja discriminação legal em relação ao sexo do beneficiário, a imensa maioria dos créditos oriundos do PRONAF têm, como titulares, pessoas do sexo masculino. A exigência do cadastro do cliente e a fiscalização das operações ficam a cargo de cada instituição financeira. Essas, muitas vezes, adotam critérios próprios, e até contribuem para que haja diferenças regionais.

definição das terras que serão destinadas à reforma agrária, sejam compradas ou desapropriadas para fins de assentamento. Essa etapa tem três fases: 1) Ato de imissão⁹ de posse pelo qual o juiz homologa a propriedade do INCRA sobre a terra; 2) Portaria do INCRA de criação do projeto, oficializando a destinação da terra ao assentamento de trabalhadores rurais; 3) Cadastramento no SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), onde são registradas todas as informações referentes à terra e aos assentados/as.

Para o cadastramento no SIPRA, é exigido do candidato a apresentação de RG, CPF, CTPS, certificado de reservista, atestado de antecedentes criminais, certidão de casamento, e certidão de registro de emancipação para os solteiros menores de 21 e maiores de 16 anos.

O INCRA adota um Roteiro para Seleção dos Candidatos a Projetos de Reforma Agrária, regulamentado por Norma de Execução, tendo como fundamentos legais o Estatuto da Terra, o Decreto n.º 59.428, de 27 de outubro de 1966, a Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e o Código Civil Brasileiro. O seu objetivo é definir, entre os candidatos potenciais à reforma agrária, aqueles cujas características sociais e econômicas se enquadrem nos dispositivos da legislação em vigor, e traçar o perfil do beneficiário da reforma agrária.

O cadastramento tem caráter nacional, mas a seleção e classificação dos que receberão as terras do programa de reforma agrária acontece em âmbito estadual. Esse processo compreende duas fases. Primeiro faz-se o cadastro nos Estados. Para ser cadastrado, o candidato tem que preencher os seguintes requisitos eliminatórios: (1) ser maior de 21 anos ou emancipado por ato de juiz; (2) não exercer função pública em autarquias, órgãos paraestatais civis ou militares; (3) não ter atribuições fiscais e parafiscais na administração federal, estadual ou municipal, sendo que o cônjuge ou companheiro(a) também não deve ter tais atribuições; (4) não ter rendimento familiar agrário superior a três salários-mínimos; (5) não ser proprietário, quotista, acionista ou co-participante de estabeleci-

No contexto desta diferenciação dentro das instituições financeiras, situa-se a questão da assinatura do cônjuge nas propostas quando da obtenção de empréstimos. Em geral, as instituições vêm adotando as exigências baseadas no Código Civil, nas disposições referentes às obrigações geradas pelo casamento.

⁹ Uma vez que se trata de um termo pouco usual, vale esclarecer que 'imissão', significa ato ou efeito de imitar, que por sua vez significa 'fazer entrar', 'pôr para dentro'. Imissão, é, pois, o antônimo de emissão, que remete a emitir: lançar para fora, enviar, expedir.

mento comercial ou industrial; (6) não ser agricultor com área superior a um módulo rural; (7) não ser ex-beneficiário de projetos de assentamento do INCRA, de regularização fundiária e outros assentamentos de responsabilidade pública do Estado e municípios; (8) não ser deficiente físico ou mental, incapacitado para o trabalho agrícola; (9) ser brasileiro nato ou estrangeiro naturalizado; (10) não possuir antecedentes criminais.

Uma vez preenchidos esses requisitos, os candidatos receberão pontuação e serão classificados conforme os seguintes critérios complementares: tamanho do grupo familiar; capacidade de trabalho da família; idade do candidato; e tempo de trabalho na atividade agrícola.

A segunda fase é a classificação definitiva, que ocorre quando a terra para o assentamento já está definida. Nesse momento, os candidatos aprovados na fase preliminar são novamente selecionados e reclassificados para cada imóvel ou município. Têm prioridade, pela ordem, candidatos com as seguintes características: (1) proprietário do imóvel desapropriado que queira explorar diretamente a parcela, aceitando as normas do assentamento; (2) trabalhador assalariado, posseiro, parceiro, arrendatário ou foreiro que more ou trabalhe no imóvel desapropriado e aceite as normas do assentamento; (3) trabalhador assalariado, posseiro, parceiro, arrendatário ou foreiro que trabalhe em outro imóvel; (4) agricultor cujo imóvel não alcance a dimensão do módulo rural regional ou seja comprovadamente insuficiente para o sustento próprio e o de sua família; (5) trabalhador rural sem terra; (6) trabalhador não rural¹⁰.

Os nomes aprovados são submetidos a uma assembléia local composta do conselho municipal de desenvolvimento rural, das entidades municipais, estaduais e movimentos de trabalhadores envolvidos no processo de seleção, sob a coordenação do INCRA. Essa fase é denominada de “legitimação” e dela resulta a lista definitiva de nomes dos contemplados com parcelas de terra. Elabora-se, em seguida, uma ata, que é aprovada pelo chefe da Divisão de Assentamentos e pelo superintendente do INCRA. Depois, os escolhidos são chamados para assinar o termo de adesão ao assentamento¹¹.

¹⁰ Juntamente com os critérios descritos acima, são considerados outros, denominados suplementares. Para cada um deles, aplica-se uma nota.

¹¹ Vários questionam o critério de seleção, dizendo que não é impessoal e imparcial, mas passa por crivos da subjetividade de técnicos e de lideranças: “*Se gostar da sua cara, dá*”. Os jovens se queixam de que os técnicos não aceitam cadastrar aqueles que vivem juntos sem

Como mostra a Tabela 44, a grande maioria dos assentados/as informa que o cadastro está em nome dos homens. Em geral, os homens, mais que as mulheres, afirmam que o cadastro se encontra em seu nome. Vale destacar que o Mato Grosso (33%) e a Bahia (27%) são os Estados onde as mulheres mais frequentemente informaram ser as titulares do cadastro da terra. São ínfimos os percentuais, de ambos os sexos, que registram o cadastramento conjunto, exceto no Paraná.

TABELA 44 - TITULAR DO CADASTRO DE POSSE DA TERRA, POR UF E SEXO, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999(%)

Nome no Cadastro	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homem	88,5	72,0	93,5	88,0	87,5	63,0	72,0	64,0	96,5	78,0	80,0	70,5
Mulher	10,5	27,0	3,0	8,0	7,0	33,0	3,5	13,0	2,0	16,5	8,0	21,5
Ambos/ Outro	1,0	1,0	3,5	4,0	5,5	4,0	24,5	23,0	1,5	5,5	12,0	8,0
TOTAL	100,0 (254)	100,0 (238)	100,0 (374)	100,0 (386)	100,0 (204)	100,0 (212)	100,0 (180)	100,0 (181)	100,0 (200)	100,0 (196)	100,0 (196)	100,0 (187)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

Em entrevistas, técnicos do INCRA informaram que a mulher só assume a titularidade do cadastro em casos bastante específicos: (1) se é sozinha – solteira, viúva ou separada; (2) quando o homem não preenche algum dos requisitos eliminatórios do cadastramento; (3) quando o homem tem problemas de saúde ou de alcoolismo.

Segundo vários assentados de ambos os sexos, os técnicos do INCRA dão prioridade aos homens no cadastramento: “*A mulher fica como dependente. Eu acho que sempre é tudo dependente, a família é dependente*”. Os técnicos só perguntam se o assentado tem família “*prá saber se eu tenho filhos, se sou casado*”.

O cadastro da terra é considerado uma instituição masculina: nem mesmo com a morte do pai cadastrado, a mãe se torna titular do cadastro, pois o “*filho mais velho, que é de maior, assume a casa*”. Na

ser casados: “*Falaram que não ia dar porque não são casados, iam casar no final do ano...*”. E, quando alguém deixa o lote, são pessoas com dinheiro que têm como comprar: “*Quanta gente que não tem um pedaço de terra, mas que tem carro, casa enorme na cidade, bar, tudo*”.

realidade, a mulher e os filhos também respondem pela posse, mas só no caso da morte do cônjuge: “*Mas não diz: ‘tantas famílias’. É o homem, a mulher e os filhos. Mas se a gente faltar, a mulher e os filhos que tiver dentro de casa vão ter que responder pela posse do marido*”. E até no caso de mulheres anteriormente cadastradas, quando se casam, o seu nome é cancelado para dar prioridade ao marido: “*Quando fui acampar, eu era cadastrada como meeira, quando começamos a namorar. Mas depois quando casou, aí o meu foi cortado e ficou sendo só o nome dele*”. Isso expressa uma concepção das mulheres como subordinadas, tratadas como dependentes, sem autonomia, enquanto o homem é visto como o chefe de família, ou cabeça do casal. Chama a atenção que mesmo os assentados do sexo masculino consideram que o INCRA promove “*uma política machista*”:

Só sai no nome da mulher se o homem teve algum problema na justiça, ele foi casado, essas coisas... Mas na maior parte das vezes fica no nome do homem. Aqui dentro só tem dois cadastro no nome de mulher. Cadastro de mulher que existe é que é viúva ou é pessoas que separou.(Grupo Focal Misto de Jovens, PR).

Na minha concepção, tem diferença porque quando eles querem cadastrar só o homem, é uma questão do machismo, né? Não dá prioridade prá mulher, é só o homem. Aí foi que a gente bateu nesta questão aqui prá que as mulheres pudesse se cadastrar. (Grupo Focal de Homens, CE).

Uma possível causa para isso reside no fato de que, como regra, considera-se as mulheres incapazes de desenvolver as mesmas atividades produtivas que os homens¹². Nos assentamentos tais situações se repetem de diferentes formas, dado que não são homogêneos, havendo desde aqueles cuja produção se dirige ao mercado, até os que contam com escassos recursos de produção e mal conseguem gerar sua subsis-

¹² Existe um debate histórico, sobre os fatores considerados como fundamentais para explicar a situação das mulheres na área rural (León & Deere, 1986). Assume-se que no campo não são trabalhadoras e, por isso, são tratadas como “dependentes”, e não como agricultoras.

tência. Na realidade, mesmo sendo os assentamentos uma nova modalidade de organização social rural, persistem normas de comportamento e padrões culturais tradicionais que impedem a mulher de exercer quaisquer papéis convencionalmente não reservados a ela. Algumas delas conseguem identificar, com clareza, o privilégio masculino e clamam pela sua eliminação:

QUADRO 5.1 – Dependente não é a mesma coisa que titular

Grupo Focal de Mulheres, MT;
Grupo Focal Misto, MT

Ah, não devia ser assim não, devia ser igual, né, sempre dão mais direitos para os homens, começa lá desde o cadastro da terra, financiamento e não sei o que mais, e acha que as mulheres nunca têm capacidade de desenvolver nada.

Como dependente não é a mesma coisa que titular. Eu acho que não é, porque aí eles não fazem parte como dono, fazem parte como dependente daquela pessoa que é dono. Mas não como dono diretamente daquilo que tá sendo assumido naquele documento. Vem como dependente de quem tá assumindo. Eu digo que é diferente por isso.

Algumas mulheres manifestam a opinião de que o fato de o cadastro estar no nome do marido é considerado natural, e sugerem que as pessoas geralmente não analisam o significado simbólico de tais regras: “*Estar no nome do marido é tão natural para as pessoas, que elas nem se deram conta... O machismo é natural, é uma coisa que existe, quer dizer, a cultura trabalha para isso*”.

Em geral, o homem é considerado o “*que entende*” e, mesmo quando as mulheres são consultadas, elas preferem que tudo fique sob a responsabilidade masculina: “*Primeiro, ele perguntou prá mim, né, ‘vai ter que ficar no nome de um’. Eu falei ‘pode mexer com isso, que eu não vou mexer com isso não’. Aí ficou mesmo no nome dele. Não fiz questão*”. Como afirmam outros assentados/as, o cadastro deve estar mesmo no nome

do chefe da família, porque é quem “sustenta e ... faz”; “quem manda é o homem, que está ali em primeiro lugar”; “eu acho que fica com o marido, que é ele quem tá assumindo aquele compromisso ali com aquela terra”.

Muitas mulheres afirmam que o cadastro está “no nome dos dois” e ficam preocupadas com as responsabilidades resultantes da sua constituição como sujeitos jurídicos, com as implicações e responsabilidades de serem co-proprietárias. Por exemplo, no caso de morte do cônjuge, sendo a mulher sua dependente, todas as despesas como custeio são perdoadas. Isso não aconteceria se a mulher fosse co-titular do cadastro.

Enquanto titulares do cadastro, os homens são os responsáveis pelos financiamentos, os que se comprometem e assinam documentos. Quando são casados, a mulher torna-se co-responsável pelas dívidas. Mesmo assim, são poucos os casos nos quais são consultadas sobre as decisões relativas à produção. Como foi visto anteriormente, não são ouvidas com relação ao custeio, na medida em que isso é visto como de interesse estritamente masculino, já que “serve só para a roça”.

Uma das conseqüências dessa situação é a restrição do crédito e do controle dos financiamentos à figura masculina. De fato, como informaram técnicos do INCRA, todos os benefícios da política de reforma agrária são vinculados não à pessoa física do beneficiário mas à parcela de terra, identificada com o titular. Para efeitos legais, existe apenas a relação do INCRA com o titular da parcela. Assim, por ser dependente do cadastrado masculino, a mulher sequer assina um termo de compromisso pelo crédito empenhado pelo homem, não tendo qualquer ascendência sobre a relação creditícia.

Foi bem interessante isso que aconteceu agora, o pessoal do Banco do Brasil, porque eu tava vendo o custeio... nenhuma mulher tem direito a custeio, só se a mulher for sozinha. Então ela não pode viver com aquela despesa, se ela quer pedir algum dinheiro prás galinhas ou se ela quer pedir algum dinheiro pros porcos, se ela quer pedir algum dinheiro prá horta, isso não vai entrar no custeio porque ela não pode (Entrevista com liderança, MT).

E no caso de separação?

O discurso das assentadas mostra-se menos reticente na medida em que é focalizada a situação concreta de separação do casal. É um

problema efetivo e real, que dá origem a processos muito complicados, pelas dificuldades inerentes de dividir a terra, que na prática sempre “pertenceu” ao homem.

Geralmente, em caso de separação, a primeira reivindicação das mulheres é a permanência no lote com os filhos, porque ela também lutou pela terra. Como a grande maioria não sabe sequer se seus nomes constam – ou não – do cadastro, ficam em situação difícil: “*o meu não sai, não sai, e nem aceita divisão. Ele fala que se tiver de sair, sai eu, que de dentro de casa ele não sai não*”. Além de sair dos lotes, elas não têm possibilidade de requerer nenhum tipo de pensão, pois os maridos não possuem renda para pagar.

QUADRO 5.2 – Quem fica com a terra?

Grupo Focal de Mulheres, BA;
Grupo Focal de Mulheres, SP

Não consta isso, não, no cadastro, a separação... Eu tenho impressão que só quem fica é o titular... porque lá consta o nome da esposa e a quantidade de filhos. Agora, no caso de separação, é como eles falam, mesmo que se fosse dividido 20 hectares de terra prá cada um... no caso tem que ter a combinação dos dois. Se não deu certo, aí já entra amigavelmente. Então, se é 10 hectares um fica com cinco e outro com cinco. Mas isso é coisa entre os dois.

Porém, a hipótese de dividir a terra entre as partes em separação tem pouco respaldo na realidade. Primeiro, porque a parcela corresponde a um tamanho mínimo, especificamente definido como o módulo rural da região, sendo legalmente impossível sua divisão. Segundo, porque o módulo rural é o necessário para viabilizar a produção para o sustento de uma família, e não de duas. Terceiro, porque como os assentados não têm título de propriedade da terra, não há como tratar a parcela da maneira usualmente adotada na partilha de bens de casais em separação.

Talvez por todos esses motivos, são as mulheres que deixam a terra, apesar de assentados de ambos os sexos acharem que deveria ser o contrário, já que é mais difícil para elas, juntamente com os filhos, passarem novamente pelo processo de acampamento e luta, para obter uma parcela em outro local: “*Se houver a separação, geralmente a compa-*

nheira sai complicada, porque o cara fala: ‘eu não saio daqui.’ Se tem que conquistar outra terra, é ela quem vai se virar, pegar outro lugar por aí, se é que conquista, né?”.

A documentação

Os problemas relativos ao cadastramento feminino estão intimamente vinculados à documentação¹³ e ao exercício da cidadania. Nas sociedades contemporâneas, complexas e burocráticas, o exercício da cidadania envolve a noção básica da individualidade jurídica. Ou seja, o pertencimento dos indivíduos a um Estado-nação – com o qual se relacionam na condição de portadores de direitos e deveres definidos como norma jurídica universal – requer, no mínimo, algum tipo de identificação formal. Nesse sentido, tanto para homens como para mulheres, a documentação pessoal define e viabiliza as formas de pertencer e colocar-se diante da sociedade e do Estado-nação e de fazer valer os seus direitos.

Os assentados/as, em geral, afirmam que possuem documentação completa ou quase, e são poucas as mulheres e jovens que ainda não dispõem de todos os documentos. A sua obtenção depende também do interesse institucional, e o INCRA exerce um papel central nesse processo: *“Provavelmente todo mundo que tá assentado não falta nada, porque se não tem documento... se um filho não tiver documento, o INCRA não assenta”*. Essas informações são corroboradas pelos dados quantitativos, que indicam que são bastante elevados, em geral, os percentuais de assentados/as que contam com a documentação essencial à sua identificação civil e ao exercício de seus direitos de cidadãos.

Porém, como pode ser observado na Tabela 45, a seguir, independentemente de quais sejam os documentos e a Unidade Federativa, os percentuais de mulheres que os possuem são sistematicamente inferiores àqueles observados entre os homens. É possível destacar as variações

¹³ No Brasil, cerca de 40% das trabalhadoras do campo ainda não tem documentação formal, remuneração própria, benefícios sociais e proteção legal ao trabalho. Portanto, assume destaque o atual esforço do MST em resolver essa questão através da campanha de documentação da mulher trabalhadora rural. Documentos como carteira de identidade, CPF e Título Eleitoral significam um avanço importante em direção ao pleno exercício da cidadania e à igualdade de direitos entre os sexos.

entre os dois sexos no Ceará, quanto ao Título de Eleitor, e no Mato Grosso, quanto à Carteira de Trabalho.

Entre os documentos dos trabalhadores rurais, inclusive assentados/as, destaca-se o Bloco de Notas ou Bloco do Produtor, que caracteriza o indivíduo como trabalhador rural autônomo. É um documento essencial para o acesso aos mecanismos de proteção do trabalho: aposentadoria, pensões, licenças, benefícios etc. Para as mulheres, por exemplo, é condição para que recebam o salário-maternidade.

Esse é um dos documentos que mais falta aos assentados/as, principalmente nos estados do Nordeste (Bahia e Ceará) e no Mato Grosso. O problema atinge ambos os sexos, mas as mulheres são as que menos dispõem desses documentos tão importantes para a regularização da sua situação de trabalhadoras e para o exercício dos seus direitos previdenciários.

Os depoimentos mostram que existem reivindicações dos trabalhadores rurais para conseguir regularizar sua situação. Em alguns assenta-

TABELA 45 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO O TIPO DE DOCUMENTO QUE POSSUEM, EM 1999 (%)

Tipos de documento	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Certidão de Nascimento	98,0	94,5	98,0	96,0	93,5	88,0	98,0	94,5	99,0	96,5	91,5	89,5
Carteira de Identidade	97,5	91,0	96,0	85,5	94,5	86,0	97,5	92,0	98,5	86,0	99,5	99,0
CPF	95,0	73,0	97,0	65,0	97,0	78,0	98,5	89,0	98,5	85,5	99,5	87,5
Título de Eleitor	97,0	92,5	96,0	93,0	98,0	86,0	97,0	94,5	98,5	94,0	98,5	99,0
Carteira de Trabalho	79,5	63,0	82,0	65,0	82,0	58,0	76,0	67,0	49,5	38,0	95,5	74,0
Documentos para Aposentadoria*	22,5	15,5	34,5	22,0	47,5	29,0	78,5	76,0	93,5	78,5	91,0	80,5

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

* Bloco de Notas ou Bloco do Produtor

N (Bahia) = 495 assentados/as (256 homens e 239 mulheres); N (Ceará) = 762 assentados/as (375 homens e 387 mulheres); N (Mato Grosso) = 431 assentados/as (213 homens e 218 mulheres); N (Paraná) = 404 assentados/as (199 homens e 205 mulheres); N (Rio Grande do Sul) = 400 assentados/as (201 homens e 199 mulheres); N (São Paulo) = 388 assentados/as (198 homens e 190 mulheres).

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

mentos, os assentados/as asseguram que, no momento da aposentadoria, o INCRA “*fornece a declaração, afirmando que o agricultor é possessor, dependente, provando que o aposentado é do meio rural*”.

No entanto, nas mesmas entrevistas, revelam que não sabem exatamente quais os documentos e procedimentos necessários para adquirir o benefício da aposentadoria. A sua única segurança vem do sindicato, pois os trabalhadores freqüentemente não dispõem de carteira de trabalho. Além disso, as informações que possuem sobre o processo diferem: “*é pelo tempo de serviço*”; “*pelo sindicato*”; “*carteira assinada*”. Por fim, a obtenção dos documentos parece encontrar alguns empecilhos que prolongam os requerimentos por muito tempo, até mesmo anos.

Em princípio, ser filiado a um sindicato garantiria o direito à aposentadoria. O que se observa, contudo, é que existem poucos sindicalizados, principalmente porque não podem pagar a contribuição sindical ou estão em débito: “*Tem uma porção de gente aí que tem... acontece que o sindicato tem as pessoas em débito, né, dinheiro atrasado...*”.

Em várias entrevistas, as mulheres fazem questão de afirmar que são cuidadosas com a documentação e que possuem todos os documentos necessários para ter seus direitos garantidos. Mas quase nenhuma delas possui Bloco de Notas e não existe muita preocupação, em diversos grupos, com a aposentadoria. “*Eu não penso, sei nem se vou chegar lá*”; “*Eu não penso não, que eu não boto nada prá poder me aposentarem*”. Ademais, devido à invisibilidade do seu trabalho, a maioria das mulheres não é sindicalizada, aparecendo apenas como dependente de trabalhadores rurais sindicalizados: “*Em termos de documento, ela não tem. Você é um associado, e ela não é*”.

Ao serem indagados sobre os motivos pelos quais não providenciaram alguns documentos, os assentados/as alegaram, principalmente, que nunca precisaram deles (Tabela 46, em anexo). Vale chamar a atenção para o fato de que, com exceção de São Paulo, as mulheres indicam, mais freqüentemente que os homens, impedimentos financeiros como causa para não terem tirado os documentos.

Percepções sobre a reforma agrária

Compreender o significado da reforma agrária é importante para entender a relação dos assentados/as com a terra e as identidades coletivas que constituem, para avaliar a satisfação que têm com o presente e

suas expectativas em relação ao futuro e para melhor identificar as desigualdades de gênero nos assentamentos rurais.

Para a maioria, a reforma agrária aparece com uma conotação positiva: agrega a comunidade, proporciona trabalho, dignidade, “*emprego*” e “*apoio aos pobres*”.

QUADRO 5.3 – A reforma agrária vale a pena

Entrevista com liderança, CE

Hoje nós temos aqui casa, tem a terra em primeiro lugar. Tem muita terra, por sinal muito boa. Essas produções aqui têm sido bastante boas. Nas casa depois... já tem vaca, têm carros, tem trator. Quer dizer, a nossa técnica tá bem melhor do que quando a gente vivia individualmente. Acho que 200% melhor. Por isso que eu acho que a reforma agrária ela é muito importante. É uma forma de gerar emprego. Eu acho que talvez seja a forma melhor que tem de gerar emprego.

Entre os assentados/as, são as mulheres que mais valorizam a reforma agrária, afirmando que, no assentamento, vivem sossegadas, não há violência, trabalham e, principalmente, cada qual tem o seu lote. “*Eu acho que se não existisse a reforma agrária, se não tivesse existido essa luta, esse sonho da gente, a gente não tava aqui de novo, a gente não tinha essas casa prá morar, né?*”. Ressaltam, ainda, que “*fizeram a sua história*”, “*não tem ninguém te forçando para fazer nada, tem mais liberdade*”.

Fundamentalmente, os indivíduos passaram a ter acesso a certos direitos, deixaram de “passar dificuldades”, além de ter a liberdade de escolher o que e como plantar ou criar, o que aumenta a sua auto-estima e sentimento de dignidade.

Prá mim ficou ótimo também , porque é um sonho, mas quando eu saí prá vim prá cá , a gente tava como se afundando, sério, no sentido da vida, quando veio devagarinho sofrendo muito, na verdade só foi uma conquista, um passo, e agora a gente tá de cabeça erguida né ... (Grupo Focal de Homens, MT).

A reforma agrária é percebida como uma transformação que altera a qualidade de vida das pessoas, especialmente quanto à alimentação: “... nós cozinhamos. Se não tem arroz, tem mandioca, tem milho...” A segurança quanto à satisfação das suas necessidades básicas os liberta da preocupação com a sobrevivência imediata e permite que construam seu futuro, algo impossível antes. Segundo uma das lideranças entrevistadas, a experiência da reforma agrária é “*uma coisa incomparável*”, pois, quando chegaram ao assentamento, enfrentavam péssimas condições de vida.

A reforma agrária também é entendida como uma política social, caracterizando-se pela obtenção de uma gleba para o desenvolvimento da atividade agrícola. É via para assegurar o sustento das famílias, que passam a desfrutar de uma certa tranquilidade em oposição às dificuldades vividas pelas populações desprivilegiadas urbanas e a pobreza concentrada na periferia das cidades. Talvez por isso, os assentados/as estabelecem claras diferenças entre viver no campo e na cidade: não há favelas nem lixões e o assentamento parece um local protegido da violência, dos crimes e das drogas, o que faz com que se sintam mais seguros. Em geral, os assentados/as pensam que é mais fácil viver “*na roça*”; enquanto na cidade tudo é comprado, “*na roça tudo é ganhado, feito por nós mesmos*”.

No depoimento a seguir, a reforma agrária aparece como a forma de escapar da miséria e da fome que atingem uma grande parte da população brasileira:

...Eu acho que reforma agrária é isso, conquistar terra, nós ter nosso trabalho, nós ter pão na mesa, porque nós sabe que aí nas cidades, a situação que anda, sabe que é muito feia, ouve na rádio, vê na TV. A gente vê quanta gente passando fome, quanta gente desempregada, né.. (Grupo Focal de Homens, RS).

Além disso, com a reforma agrária, os trabalhadores sentem-se mais seguros, porque não estão submetidos a um patrão, não necessitam dividir a produção com nenhum dono e ninguém pode ser expulso da terra: “*Reforma Agrária é dividir as terra, todo mundo ganha seu pedaço de terra, pode cultivar ela e ser livre no local em que vive*”. Assim, a reforma agrária significa liberdade e segurança, possibilitando uma maior satisfação com o trabalho e o fim da exploração da mão-de-obra.

Porque nas terra dos patrão, ... a gente não tinha segurança que fosse da gente Tudo que a gente produzia tinha que pagar a renda pro patrão, né. Trabalhava com maior esforço, derramando suor, os marido da gente, os filhos, até a gente mesmo ajudava os marido, a gente trabalhava no roçado com eles também, prá fazer aquela safra, prá ter aquele milho, aquele feijão dentro de casa. E aí a gente tinha o legume colhido em casa, e a gente tinha que pegar e medir aquele tanto que o patrão exigisse.... A gente sabendo que foi a gente que produziu e ter que dar a ele prá ir comer lá com os outros. E ele nunca teve um pequeno esforço de dar uma ajuda, nem sequer um arado prá se arar, dar uma terra, nenhuma ajuda prá dá uma diária de serviço, uma semente prá plantar, né? Nem coisa nenhuma ... (Grupo Focal de Mulheres, CE).

A garantia de trabalho na terra permite a sobrevivência da família, propiciando alimento e renda: *“O emprego está garantido, tem roça prá trabalhar”*; *“eu me acho um fazendeiro”*. A terra para trabalhar é, portanto, uma segurança para os assentados/as. Embora as condições não sejam ideais, sentem-se mais a salvo frente ao desemprego: *“Exatamente. Porque a gente tem a terra prá trabalhar, né, então a gente se acha seguro por isso. Lá fora quem tem seu emprego tá a mesma coisa”*.

Os jovens dizem não ter dinheiro, mas possuem saúde e liberdade, amigos e família. Trabalhar para si mesmo é considerado sempre melhor do que ser empregado: *“Ah, melhor! A coisa mais ruim é você trabalhar pros outro. Você tendo o que é seu, desenvolver, você tem tudo, você tendo o que é seu, você tem tudo”*; *“Eu acho que eu me considero uma pessoa rica.”*

Não obstante, alguns assentados/as fazem críticas, dizendo que a reforma agrária *“nunca saiu do papel”*, já que deveria ser um processo de mudança mais global – na saúde, na educação, no lazer local – e de transformação radical da sociedade. A elevação do nível de escolaridade, por exemplo, é mencionada como uma das condições indispensáveis à reforma agrária, e para isso deveria haver escolas apropriadas dentro dos assentamentos.

Além disso, existem muitas críticas à reforma agrária como política pública: falta de investimentos, falta de acesso a recursos estratégicos e de acompanhamento dos trabalhadores: *“...não adianta ele só fazer a reforma agrária, dar a terra e deixar o cara lá abandonado. Se tiver projeto, o pessoal trabalha. A gente tá mostrando aí que com pouca coisa a gente tá conseguindo sobreviver, mais ou menos”*.

Como sustenta uma liderança entrevistada, a reforma agrária não deveria ser limitada à distribuição de terra; é preciso que o governo forneça incentivos à produção. Um grupo de coordenadores de área afirma que, além de receberem a terra, os assentados/as necessitariam de um reforço na parte técnica e de estudos de mercado para saber o quê e como produzir; além de condições para disponibilizar os produtos no mercado: *“A reforma agrária não pode ser levantar cedo, tirar o leite de meia dúzia de vaquinha magra, colocar no tambor e vender para o laticínio a R\$ 0,26 . Isso não é reforma agrária”*.

A reforma agrária é percebida, ainda, como o resultado de uma dinâmica de transformação e de reforma social no campo, e como um processo de desenvolvimento organizacional que melhora o nível de vida dos assentados/as. Aparece como um processo de luta, de ocupação das terras conquistadas. O termo se confunde com um lema do MST, fazendo com que vivam *“a reforma agrária dos sem terra”*.

Para muitos, o MST é o grande responsável pela conquista da terra, e vários chegam a associar reforma agrária com a sua ação organizada. O aprendizado de como organizar-se, mesmo entre pessoas com diferentes culturas e maneiras de pensar, é bastante valorizado porque leva a um “entrosamento” muito bem sucedido: *“Sobre o entrosamento, eu achei que a reforma agrária é uma organização prá o povo ficar mais unido”*. Outros assentados/as, porém, acham que o processo de reforma agrária não deveria se dar pela luta, conquistas com violência, senão pelo cumprimento das leis.

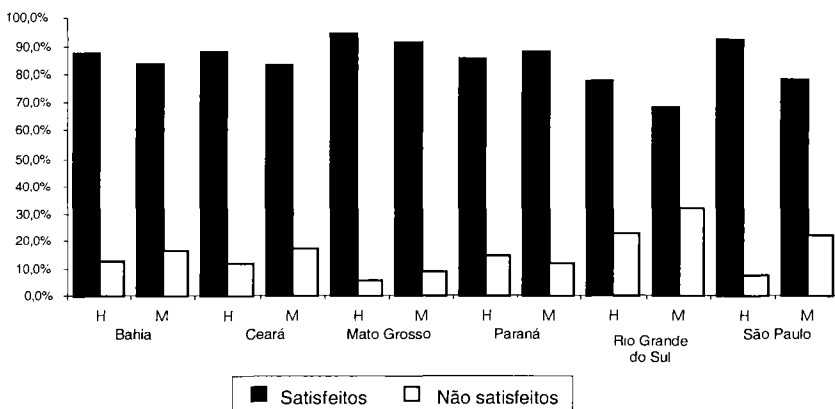
Finalmente, alguns consideram a reforma agrária um processo de afirmação dos direitos do cidadão, frente às instituições: *“incluindo a pessoa na sociedade e não excluindo”*, o que lhes propicia um sentimento de “pertencimento”, *“de poder recorrer ao INCRA, aos Bancos”*. Não obstante, alguns assentados/as criticam o processo de redistribuição de terra, acusando o governo de não ter proporcionado condições para os assentados/as desenvolverem a *“condição de ser cidadão”*. E, mesmo considerando positiva a transferência da propriedade da terra de uma só pessoa para várias, alguns alertam para o fato de que os assentados/as, na realidade, desenvolvem uma grande dívida com o Estado, passando a depender dele.

Satisfação com o presente e perspectivas de futuro

Apesar dos contrapontos anteriormente mencionados, a maior parte dos assentados/as, independentemente do sexo, está bastante satisfeita com a vida que leva nos assentamentos (Gráfico 15).

Quando a comparam com a vida que levavam antes, a maioria independentemente de sexo e idade¹⁴, afirma estar satisfeita. Na sua opinião “a vida melhorou”; “deu uma mudada”, “pois era pior anteriormente”. Pelo menos no assentamento, têm condições de pagar as contas e ainda conseguir alguns “biquinhos”. Contudo, a satisfação com o presente não é completa. Em geral, os assentados/as definem a sua posição como “médios”, ou seja, possuem um pequeno patrimônio e têm uma fonte de renda. Não são mais pobres sem rumo, mas ainda passam por muitas dificuldades.

GRÁFICO 15 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO A SATISFAÇÃO COM A VIDA NOS ASSENTAMENTOS, EM 1999 (%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

¹⁴ Para muitos jovens, sua vida hoje é melhor que a vida que seus pais tiveram na mesma idade. Isso porque seus pais tinham mais responsabilidades e preocupações, e menos oportunidades. E, finalmente, porque a vida é mais moderna, tem mais influência da televisão, tem mais liberdade. Eles podem namorar e, principalmente, estudar.

Fica claro, no seu discurso, que a insatisfação existente não se refere propriamente ao assentamento ou à condição de assentados/as, mas sim às incertezas resultantes da política agrícola ou à falta de ações dos órgãos oficiais no sentido de melhorar as condições de vida nos assentamentos: *“Nós tamos mal sobrevivendo, mudou a nossa vida? Mudou, mas nós tamos sobrevivendo um pouco melhor do que nós tava, e se nós olhar prá trás tem outros muito pior, que tão aí comendo lixo”*.

Entre os motivos de insatisfação, o crédito agrícola assume o maior destaque e é fonte de grandes preocupações. Segundo os assentados, há constantes atrasos nas liberações, fazendo com que tenham que plantar fora de época, inviabilizando a produção: *“Toda vez o recurso prá que nós possamos trabalhar aqui, ele só vem atrasado. O banco fica segurando. E quando chega aqui na nossa mão já passou da hora”*.

Os sonhos dos assentados/as

Ao serem indagados sobre seus sonhos para o futuro, os assentados/as raramente se referem a desejos pessoais, preferindo dizer que esperam principalmente ter saúde, educação e trabalho.

Chama a atenção a frequência com que as expectativas são voltadas para a próxima geração. Nesse sentido, ao lado da preocupação com as oportunidades de emprego para os filhos, destaca-se o fato de que os adultos sonham com a permanência dos jovens nos assentamentos, com a superação das forças que os obrigam a migrar. Acreditam que, no campo, os jovens têm todas as condições de trabalho e possuem tudo de que necessitam, além de poder contribuir para o “crescimento” da comunidade.

Todos, sem exceção, sonham com uma vida melhor e um futuro digno para os filhos. Por isso, alguns desejam que encontrem outro tipo de trabalho, que não o na agricultura. *“Vai poder se formar ..., ele não vai mais bater enxada em cabeça de toco como o pai tá batendo. Ele vai arranjar um emprego. Vai trabalhar e vai ter uma vida melhor que a do pai dele”*.

A Tabela 47, a seguir, apresenta os sonhos dos pais em relação aos seus filhos. Principalmente nos Estados do Nordeste, destaca-se a vontade generalizada entre os adultos de que os jovens estudem

TABELA 47 - PAIS E MÃES, POR UF, SEGUNDO O QUE DESEJAM PARA OS FILHOS, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999 (%)

O que mais desejam para os filhos?	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	P	M	P	M	P	M	P	M	P	M	P	M
Que tenham terra, vivam e trabalhem no campo	24,5	20,0	21,0	21,0	41,0	36,5	52,0	45,5	51,5	41,5	42,5	36,5
Que estudem bastante	54,5	59,5	55,0	55,0	40,5	39,0	30,0	38,0	26,0	36,0	32,0	31,5
Que tenham boa profissão	17,5	20,0	20,0	19,5	16,0	22,5	18,0	16,5	21,0	22,0	24,5	28,0
Que vivam e trabalhem na cidade	3,5	0,5	4,0	4,5	2,5	2,0	---	---	1,5	0,5	1,0	4,0
TOTAL	100,0 (212)	100,0 (220)	100,0 (339)	100,0 (357)	100,0 (151)	100,0 (199)	100,0 (174)	100,0 (189)	100,0 (148)	100,0 (186)	100,0 (165)	100,0 (183)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

bastante. Já nos Estados da região Sul, o principal sonho é o de que os filhos tenham terra, vivam e trabalhem no campo. É possível constatar uma tendência a uma clivagem de gênero nas expectativas quanto ao futuro dos filhos. Observadas as variações interestaduais, entre os homens tendem ser mais freqüentes os que desejam que os filhos trabalhem no campo. Entre as mulheres, são mais numerosas as que preferem que os filhos estudem.

Os sonhos dos adultos de ambos os sexos passam por “*não ter patrão, não ser mandado, não pagar aluguel, viver perto dessa grande família, que compõe o assentamento*”. Melhorar a qualidade de vida é uma expectativa recorrente, envolvendo o acesso à educação de boa qualidade, com bons professores, voltada para a realidade dos assentados/as, com merenda escolar e uma escola secundária dentro do assentamento.

Além disso, muitas assentadas sonham com algumas conquistas materiais e com melhores condições de vida: ter uma boa casa, poder comprar uma geladeira, ter um carro etc. Outras sonham com o acesso a infra-estrutura: estradas, energia elétrica, posto de saúde, açude, irrigação etc.

Algumas poucas mulheres manifestam sonhos de outra natureza, expressando demandas de lazer, liberdade de sair, de ir e vir, de não ter

que arcar sozinhas com as responsabilidades domésticas, de receberem tratamento igual ao dos homens: “*Sonhar é a mesma coisa que querer... ser valorizada, não ser desprezada, é um querer da gente*”. Porém, registra-se apenas um caso no qual o sonho é uma mudança da condição da vida feminina:

Acho que isso que nós queremos, não é só essa mudança do país, do sistema que tá aí, mas é essa relação entre as pessoas. Acho que o principal entre homens e mulheres é que isso realmente seja de forma igual, que não tenha aquela preocupação, não, só a mulher tem que se preocupar com a casa, com os filhos, com a comida. Mas que essa preocupação seja também, repartida de igual prá igual. Eu acho que daí sim, nós podemos dizer: ‘Oh, tamos livres, podemos fazer o que queremos.’ Só se realmente mudar essa relação, tiver essa convivência assim, mais humana, não tiver essa divisão. (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Muitos assentados/as sonham, ainda, com uma mudança social e política do país. Embora sejam os homens que mais freqüentemente relatam esse tipo de sonho, várias mulheres também o fazem. No discurso feminino, a mudança está claramente associada à melhor distribuição das oportunidades e ao exercício de direitos específicos – novamente, a saúde, a educação, o trabalho. Os sonhos passam por uma visão de mundo mais coletiva, onde exista justiça social, menos sofrimento e onde não haja fome, com uma “*reforma agrária justa, séria e verdadeira, sem corrupção*”, e “*um mundo com igualdade para todos*”.

Os jovens mencionam sonhos de natureza mais pessoal, freqüentemente relacionados com o estudo e a vida profissional: querem estudar agronomia, ser médicos, veterinários, estudar administração, ser secretários, sargentos, entender de computação; algumas jovens desejam tornar-se professoras, estudar direito ou análise de sistemas.

Muitos dos jovens afirmam que seu sonho é permanecer no assentamento, porém exercendo uma profissão valorizada, como engenheiro ou advogado. Um grupo de moças diz querer trabalhar como suas mães, porém com mais conhecimento e tecnologia. Entretanto, como profissão, almejam ser técnicas agrícolas, professoras, sociólogas, não repetindo, evidentemente, a ocupação materna, que é “*dona de casa*”.

Também manifestam desejos de riqueza, prazer e diversão. “*Primeiramente, a minha saúde, dinheiro, carro do ano, sonho, né, mulher*

bonita, cervejinha do lado. É sonho, cada um tem um sonho”; “ser alguma coisa”.

Embora haja muitos jovens desanimados e pouco esperançosos, ainda assim acreditam que os seus sonhos podem ser alcançados pela determinação pessoal e solidariedade.

Chama a atenção o fato de que são raros os casos em que o casamento aparece como o centro dos sonhos juvenis femininos, expressando uma importante mudança: as expectativas de futuro de muitas jovens não estão mais obrigatoriamente vinculadas ao casamento, e sim, a ter uma profissão, “*ser alguém*” e “*vencer na vida*”; “*poder viver às custas minha e não às custas dos meus pais*”. Para a maioria, o casamento não parece estar entre as prioridades e, sim, o estudo, a possibilidade de trabalhar, de ter sua terra e sua casa, serem independentes. Assim, o casamento deixa de ser o principal sonho e passa a ser algo “*para o futuro*, porque “*é sério*”, e um jovem deve “*pensar bem antes de casar*”, para não haver arrependimento.

Eu acho que hoje em dia o pessoal tão mais estudando, esse negócio de casamento, não tão quase se casando, a gente se junta, mas se separa, não vive a vida inteira junto. Separa e volta prá estudar de novo. Esse negócio de estudo é muito avançado. (Grupo Focal Misto de Jovens, CE)

O futuro e a migração

Um dos principais estereótipos com relação aos jovens do campo é o de que eles estão fortemente presos a um círculo vicioso, com poucas opções. Dentro dessa perspectiva, a única saída que resta à juventude rural é abandonar o campo, migrando para a cidade. Porém, Durston (1999) chama a atenção para o fato de os jovens rurais terem sempre alternativas de escolha, podendo selecionar cursos de ação estratégica para a sua vida. Por exemplo, nem todos os jovens rurais escolhem migrar. Esse ponto é importante, porque salienta menos os fatores estruturais do campo ou problemas gerais, e desloca a discussão para o âmbito dos valores, preferências e projetos pessoais.

O autor afirma que a disposição para migrar varia em função da diferença da renda obtida no campo e na cidade. Por isso, o deslocamento é menos freqüente entre os jovens, do sexo masculino, mais

escolarizados de zonas rurais mais prósperas e que adotam avançada tecnologia agrícola. Já as jovens têm na escolaridade um forte condutor à migração (Durston, 1999).

De fato, no Brasil, a migração rural hoje atinge mais os jovens de áreas onde predomina a agricultura familiar¹⁵ do que em décadas anteriores. Nessas áreas, as jovens abandonam o campo mais cedo e em maior proporção do que os rapazes (Abramovay, R. 1998). No entanto, essa diferença de gênero na migração não parece estar ligada às mudanças no mercado de trabalho, mas à crescente vontade das meninas de encontrarem uma vida menos subalterna e dependente.

Embora nos assentamentos haja mais homens que mulheres, especialmente solteiras, os dados não permitem estabelecer um padrão de migração juvenil por sexo. Os depoimentos nos grupos focais mostram que há muitos jovens que não desejam sair dos assentamentos, “*ficam por aqui mesmo, no lote dos pais, trabalhando muito, tocando e vai vivendo*”, esperando a oportunidade de um cadastramento¹⁶. Muitos filhos vivem como agregados, lutando por um pedaço de terra e querendo ali permanecer. Essa atitude se explica ou porque acompanharam a luta e a vida dos pais, que saíram e retornaram “*tomando muita cabeçada e que hoje têm um pedaço de terra*”; ou porque os assentamentos estão crescendo “*a ponto de gerar emprego aqui dentro*”.

A maioria eu acho que não, porque o pai tem lote, aí casa, alguns até se interessam por fazer aí um cadastramento, e fica esperando a hora que sai um pedaço de terra. Parece que está um pouco diferente da época nossa. A gente tinha que acampar e padecer. Hoje, faz um cadastramento e fica esperando uma seleção. Então, muitos até se interessam por

¹⁵ Os filhos de pequenos proprietários vivem um grande dilema sucessório. A agricultura familiar exige a continuidade do caráter familiar da gestão e do trabalho na terra, mas o tamanho das propriedades impede que todos os filhos possam compartilhar da mesma área de cultivo. As pequenas propriedades, como os assentamentos, não podem ser divididas, pois isso levaria à sua inviabilidade econômica. Assim, é inevitável que um ou mais filhos saiam à procura de novas terras ou em direção às áreas urbanas.

¹⁶ O assentamento é visto como um local mais promissor. “*Na cidade não cabe todo mundo*”; “*Eu pretendo continuar aqui, né, se eu for prá cidade eu não vou ter como se manter*”; “*Eu sou mais viver aqui porque na rua o desemprego tá muito grande*”. Alguns jovens aspiram militar no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e este também é um fator que motiva a permanência nos assentamentos.

isso, outros continuam no lote do pai ajudando, pega um pedacinho de terra mais o pai, toca, e vai vivendo (Grupo Focal de Mulheres, SP).

Em um dos assentamentos, as moças dizem não desejar, no futuro, trabalhar na cidade. Nas grandes cidades, as pessoas *“perdem o que tiveram no campo, a cabeça muda”*. Elas se consideram pessoas do campo e, por isso, devem permanecer junto às suas famílias, no local onde nasceram e se criaram, com uma identidade própria:

Geralmente, tendo aqui emprego e tudo, nós vamos ficar trabalhando aqui mesmo. Melhor que ir lá prá cidade. Como é que nós vamos ficar lá? Não dá certo. Então, é melhor cada macaco no seu galho. (Grupo Focal de Moças, CE).

Por outro lado, existe uma grande preocupação com o fato de que as condições de vida nos assentamentos são pouco atraentes para os jovens e afetam negativamente sua permanência, porque há dificuldades para estudar e são restritas as oportunidades de trabalho e de lazer. De fato, muitos rapazes e moças se ressentem da falta de entretenimento e diversão nas horas livres: *“Eu acho que a vida aqui não é muito boa porque a gente só trabalha e estuda, porque divertimento, essas coisa por enquanto nós não temos, é ruim”*. Em um dos assentamentos, os rapazes relatam que trabalham e estudam durante toda a semana e, nos sábados e domingos, tomam banho de rio e jogam bola. Contudo, *“querem mais”*.

Em alguns assentamentos há, no imaginário do grupo, a concepção de que a cidade oferece mais oportunidades de lazer: *“A gente já sente que a vida na cidade é uma vida com mais lazer, mas só que é perigoso”*. As jovens comparam seu cotidiano com o das que vivem na cidade e concluem que tudo é mais difícil no assentamento: estudar, trabalhar e se divertir. Consideram seus pais mais rígidos e dizem que eles não confiam nas filhas, opondo-se a que saiam para festas e bailes: *“Eles sentem medo de deixar a gente sair daqui prá ir lá prá cidade, prá um baile, alguma coisa. Daí eles prendem mais prá não deixar sair mesmo”*.

Ao falar sobre as oportunidades de migrar, os jovens dizem que *“cada um faz o seu destino”*, mas muitos consideram que as meninas têm mais facilidades, porque sempre podem trabalhar como domésticas na cidade: *“As moças saem mais. Vão trabalhar de doméstica. Se tiverem*

sorte, mais tarde pega uma vendedora de loja. Não há nenhum caso comprovado, mas de repente né?”. Contudo, nos Estados do Nordeste, os rapazes saem mais do que as moças. Isso explica-se pela educação diferenciada para meninos e meninas, e pela estrutura de poder na família, que tende a exercer um maior controle sobre as mulheres: “*Sempre a mulher é mais presa, a mulher é mais amarrada pelos pais, depois pelos maridos. ... Nós deixa que o jovem vá embora, mas a jovem não... Mulher não pode sair pelo meio do mundo*”.

Assim, não obstante os sonhos da maioria dos pais, existem jovens que vivem nos assentamentos mas não têm expectativas de lá permanecer. Esses têm consciência de que ficar será muito difícil, ou quase impossível, na medida em que “*não tem serviço no assentamento, não tem nada*”. Por outro lado, percebem todas as limitações concretas para sair do assentamento, pois, além de estudar, precisam ter sorte e absorver conhecimentos práticos que a escola não ensina. Ainda assim, em alguns depoimentos, aparece o compromisso dos jovens com o futuro do assentamento, para o qual pretendem contribuir, transmitindo o que aprenderam.

Muitos jovens dos assentamentos querem estudar prá quê? Prá ir prá o meio urbano, né: ‘Eu que tenho estudo, eu posso ir prá cidade que eu vou arrumar emprego’. E muitos jovens têm essa crença, né, que pensam que tendo estudo, e indo prá cidade, vão conseguir muita coisa. Mas na minha cabeça, eu estudei prá quê? Prá mim mudar o meio onde que eu vivo, prá mim poder ajudar as pessoas que não tiveram oportunidade de estudar, né. Não é simplesmente prá ter um estudo e conseguir um emprego melhor, mas com consciência mudar o nosso lugar. (Grupo Focal Misto de Jovens, RS).

Observe-se que, como afirma Durston (1999), a migração do campo nem sempre é definitiva. Uma parte considerável dos jovens migra apenas por um período de tempo, que pode levar meses ou até mesmo alguns anos.

De fato, muitos migram, mas acabam retornando para suas comunidades. A baixa escolaridade está muito associada a esse retorno, visto que dificulta a entrada no mercado de trabalho nas zonas urbanas, que já se encontra bastante sobrecarregado e competitivo. Isso acaba trazendo uma mudança nas estratégias desses jovens rurais, que passam a perceber a oportunidade de trabalhar dentro dos assentamentos, nas atividades agrícolas: “*Eu já arrumei emprego na cidade,... arrumei emprego bom,*

mas eu não quis ir, dava mais do que a roça, mas eu fiquei cismado de sair e depois me arrependei e ser tarde”.

Entretanto, quando eles estão no assentamento sem condições de sobreviver, devido à falta de terra, há poucas alternativas a não ser migrar. Para os jovens, ao contrário dos mais velhos, ficar, ir embora ou retornar depende, em grande parte, do “destino”. Mas, de qualquer modo, as probabilidades de êxito desses jovens nas cidades são muito pequenas.

De fato, aqueles que foram e voltaram relatam que a vida “do outro lado” não é boa. Nela impõem-se certos sacrifícios. Apesar de alguns conseguirem alcançar certos bens de consumo, que jamais poderiam obter morando no assentamento, a maior parte não “conseguiu nada”, após muitos anos fora de casa. Como pode ser observado nos relatos abaixo, a vida na cidade é também bastante dura e exige muita disciplina.

Sempre que a gente ganha, mais da metade a gente gasta só com despesa. Você paga aluguel, água, luz, né, você paga transporte. Mas você só vive gastando. Lá as coisa se torna mais difícil que aqui, aqui você ganha pouco, mas sobrevive quase do mesmo jeito que lá, porque aqui você não paga aluguel, não paga água, certo ? Agora sim, tá pagando luz só. (Grupo Focal Misto de Jovens, CE).

Muitos jovens que abandonam os assentamentos têm o seu retorno marcado, principalmente, pela falta de emprego:

... aí em uns anos aí, até uns três anos anterior aí, o pessoal tinha muito aquela curiosidade de ir para os grandes centros, aí era uma debandada de jovem prá São Paulo, prá Rio, prá trabalhar nos restaurantes. Hoje já não vão mais, aqueles que foram estão voltando, porque lá também não conseguem mais emprego. (Grupo Focal de Lideranças, RS)

Existem também aqueles que não expressam o desejo de diferenciar-se de seus pais e dizem preferir ficar no assentamento, que é tranquilo, sem violência e roubos. Para esses, o assentamento representa uma opção de trabalho para quem não quer, ou não consegue, continuar estudando. Mas essa opção nem sempre se concretiza, porque o grande motivo da migração juvenil masculina, talvez o principal deles, é o fato de não existir terra para todos dentro do assentamento. Os jovens

são praticamente obrigados a sair quando chegam a uma certa idade ou quando se casam. Falta opção de trabalho porque “*tem que ficar na cola do pai*”; “*todos sonham ir embora arrumar trabalho*”. Como consequência, muitos vão para outros Estados – “*saindo sem rumo*” – em busca de emprego ou de terra.

Devido a esse descompasso entre as diferentes necessidades intergeracionais e o estoque de terra presentemente assegurado nos assentamentos, a migração constitui uma fonte de grande preocupação para os pais, já que põe em jogo não apenas o futuro da juventude, como também o destino dos próprios assentamentos que necessitarão, cedo ou tarde, de prover a substituição de gerações.

Os dados qualitativos mostram uma grande preocupação por parte dos assentados/as com o futuro dos filhos em assentamentos onde não é possível que toda a família viva da terra que possui. Há uma forte convicção de que, sem os jovens, os assentamentos correm o risco de se tornarem lugar de pessoas idosas, “*vovozinhos*”.

Na realidade, ter terra e trabalho para que os filhos permaneçam no campo é, ao mesmo tempo, um desejo e um dilema. Isso ocorre porque existe um aspecto que afeta, especificamente, o cálculo estratégico dos jovens: a parcela de terra a ser alocada é definida mediante o critério de provimento do sustento de uma família. Ocorre que os filhos precisam ter os seus próprios meios de vida e a parcela dos pais não é suficiente para o sustento de mais de uma unidade familiar:

Ele não tem condições. Ele não vai morar em cima de quatro alqueires, porque aquilo ali não é suficiente nem pros pais. É difícil porque eu mesmo tenho os meus; se um deles casar ele vai morar aonde? Comprar um lote, comprar um terreno não tem como. Vai ter que sair daqui e vai morar na cidade, então ele vai ter que de todas as formas sair, porque ficar não vai resolver, e nós mesmo, somos só nós. Não temos um agregado, não temos nada, mas se tivesse também não teria como. (Grupo Focal de Professores, PR).

Então, restam duas alternativas para os jovens: migrar para as cidades ou juntar-se aos contingentes que ocupam outras áreas, a fim de ter sua própria parcela de terra. Por isso foi mencionado, em várias entrevistas, que muitos filhos de assentados/as estavam vivendo um processo de transição, tendo aderido a acampamentos, em busca da sua própria terra.

As mulheres têm a percepção de que, embora queiram que os filhos permaneçam no campo, não há nenhuma garantia de que fiquem. Elas relatam os dilemas enfrentados pelos jovens, na escolha entre a vida no campo e na cidade e explicam a necessidade de que sejam criadas condições de trabalho para seus filhos nos assentamentos, que hoje não oferecem muitas opções.

Por isso os adultos, em geral, demonstram grande receio quanto ao futuro dos jovens. Preocupam-se, sobretudo, com o problema das bebidas e das drogas como se observa na Tabela 48, a seguir. Temem, ainda, que os jovens passem fome ou outro tipo de dificuldade. Alguns preocupam-se também com a Aids, com o fato de os jovens não conseguirem continuar estudando, realizarem um mau casamento, ficarem sem trabalho ou sofrerem alguma violência. Vale destacar, por último, o temor

TABELA 48 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO O MOTIVO DE PREOCUPAÇÃO COM O FUTURO DOS JOVENS, EM 1999 (%)

Preocupações com o futuro dos jovens	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Envolvimento com bebidas e drogas	35,0	39,5	37,0	38,5	47,5	47,5	35,0	37,0	38,0	42,5	41,5	40,5
Passarem fome, dificuldades	11,5	10,5	9,0	10,0	13,5	4,5	10,5	6,5	9,0	12,0	12,0	14,0
Pegarem Aids	6,0	12,0	16,0	17,5	6,5	13,5	3,0	5,5	5,5	5,5	8,0	16,5
Não conseguirem estudar	12,5	7,5	7,0	8,0	7,0	9,5	5,0	9,5	4,0	3,0	4,0	5,0
Mau casamento	3,0	1,5	6,5	3,5	8,0	7,0	2,5	9,0	3,0	3,5	9,5	6,0
Ficarem sem terra	10,0	8,0	6,0	4,5	7,5	4,0	22,0	17,0	23,0	23,0	6,0	3,5
Ficarem sem trabalho	17,0	12,5	9,5	7,0	5,0	5,5	15,0	9,5	11,0	5,5	12,0	7,0
Sofrerem violência	3,0	6,5	7,5	9,0	3,5	7,0	6,0	4,0	4,0	3,5	5,5	7,5

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

N (Ceará) = 762 assentados/as (375 homens e 387 mulheres); N (São Paulo) = 388 assentados/as (198 homens e 190 mulheres); N (Rio Grande do Sul) = 400 assentados/as (201 homens e 199 mulheres)

N (Paraná) = 404 assentados/as (199 homens e 205 mulheres); N (Bahia) = 495 assentados/as (256 homens e 239 mulheres); N (Mato Grosso) = 431 assentados/as (213 homens e 218 mulheres).

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

de os jovens ficarem sem terra para trabalhar. Essa preocupação atinge, principalmente, os assentados/as do Paraná e Rio Grande do Sul.

Para os pais, a reforma agrária deveria permitir a fixação dos jovens no campo, proporcionando maiores oportunidades de estudo e de trabalho, e aumentando as oportunidades de absorver mão-de-obra especializada. A esperança é a de que os assentamentos necessitem de técnicos, e esses possam ser os filhos dos assentados/as que tiveram a oportunidade de estudar e especializar-se. Existe a expectativa de que os filhos possam estudar e trabalhar em cooperativas, pequenas empresas, agroindústrias e indústrias, com tecnologia avançada, que se formarão nos assentamentos, e em programas especiais para fixar jovens na terra.

O exame das percepções sobre a reforma agrária indica que os assentados e assentadas mostram-se majoritariamente satisfeitos. É generalizada a identificação da reforma agrária com uma vida mais digna, segura e de melhor qualidade. Não obstante, registram-se críticas à política agrícola do governo e queixas quanto à precariedade do equipamento social nos assentamentos, especialmente nas áreas de educação, cultura, saúde e lazer.

No que se refere ao futuro, os assentados/as enfatizam, ao mesmo tempo, a característica de estabilidade e permanência dos assentamentos para os adultos e os fatores de expulsão que afetam os jovens, já que as parcelas de terra não são suficientes para sustentar mais que uma família e não há alternativas de emprego para as novas gerações.

As atitudes quanto à propriedade da terra são carregadas de ambigüidade. Muitos desejam ser proprietários para nunca mais terem patrão, para terem segurança, para garantir a herança dos filhos no futuro. Ao mesmo tempo, receiam ter de enfrentar sozinhos as regras do mercado – especialmente nos financiamentos – e temem que a titulação da propriedade destrua os assentamentos por facilitar a venda dos imóveis. Aparentemente as mulheres são as que mais receiam a titulação das propriedades, pelo temor de arcar com as transações financeiras. Por outro lado, parecem ser as que mais almejam ser “donas da terra”, principalmente porque desejam legar a propriedade aos filhos.

Entretanto, são poucas as mulheres capazes de formalizar esse legado por si próprias, já que o cadastramento é uma instituição masculina por excelência. Isso se deve não a qualquer dispositivo legal, mais sim a uma conjunção de atitudes de homens e mulheres assentados e dos encarregados institucionais do cadastro. Decisiva, nesse sentido, tem sido a atuação tanto de técnicos do INCRA quanto de agentes dos movimentos sociais, cujas atitudes reforçam as assimetrias de gênero, impondo barreiras ao cadastramento das mulheres.

ANEXO III

TABELA 41 - ASSENTADOS/AS*, POR UF E SEXO, SEGUNDO OS MOTIVOS PELOS QUAIS CONSIDERAM IMPORTANTE SER DONOS DA TERRA, EM 1999 (%)

Porque é importante ser dono da terra?	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Para ter herança para deixar para os filhos	46,5	42,0	49,0	39,0	42,5	43,0	39,0	34,0	37,5	42,0	35,0	40,0
Para ter trabalho e dignidade	20,0	22,0	26,0	34,5	31,5	31,0	37,5	49,5	32,0	32,0	23,5	27,5
Para não correr o risco de perder a terra	11,0	16,5	11,5	15,0	6,5	8,5	16,0	5,5	13,0	18,0	16,0	17,5
Porque ser dono abre outras oportunidades	6,5	5,0	8,0	5,5	17,5	11,5	7,0	8,0	8,0	5,0	17,0	13,5
Para ter acesso ao crédito	11,0	8,0	3,0	2,0	1,5	3,5	0,5	3,0	8,0	3,0	5,5	1,5
Outro motivo	5,0	6,5	2,5	4,0	0,5	2,5	----	----	1,5	----	3,0	----
TOTAL	100,0 (232)	100,0 (225)	100,0 (343)	100,0 (345)	100,0 (189)	100,0 (206)	100,0 (160)	100,0 (168)	100,0 (128)	100,0 (146)	100,0 (180)	100,0 (176)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

* Apenas os que consideram importante ser donos da terra.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

TABELA 42 - ASSENTADOS/AS* POR UF E SEXO, SEGUNDO OS MOTIVOS PELOS QUAIS NÃO CONSIDERAM IMPORTANTE SER DONOS DA TERRA, EM 1999 (%)

Por que não é importante ser o dono da terra?	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Porque é mais fácil não ser dono, ser empregado	----	7,0	18,5	14,0	----	----	----	----	1,5	----	----	----
Porque a Terra é de quem trabalha, não existe dono	61,0	29,0	59,0	62,0	78,5	67,0	38,0	36,5	53,0	62,0	50,0	50,0
Porque não é necessário deixar herança	4,0	----	----	3,0	13,0	----	----	3,0	----	----	----	----
Porque a produção não depende da titulação	35,0	64,0	11,0	9,0	----	25,0	23,5	15,0	44,5	32,0	17,0	50,0
Porque recebe a emancipação	----	----	7,5	----	4,5	----	38,5	39,5	1,0	6,0	33,0	----
Porque os jovens não querem ficar no campo	----	----	4,0	12,0	4,0	8,0	----	6,0	----	----	----	----
TOTAL	100,0 (23)	100,0 (14)	100,0 (27)	100,0 (34)	100,0 (23)	100,0 (12)	100,0 (34)	100,0 (33)	100,0 (72)	100,0 (50)	100,0 (18)	100,0 (14)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

* Apenas os que não consideram importante ser donos da terra.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

TABELA 43 - ASSENTADOS/AS, POR UF E SEXO, SEGUNDO ATITUDES QUANTO À TITULAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA, EM 1999 (%)

Afirram que	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
O título é a coisa que mais deseja	38,5	46,0	42,0	40,0	31,0	34,5	25,0	32,0	19,5	25,0	46,0	51,5
O título é importante, mas é só um começo	40,5	37,0	23,0	20,0	26,0	32,0	32,0	33,5	33,0	40,0	32,0	27,5
Ninguém deve ter o título de propriedade porque a terra é de todos	14,5	13,5	29,0	32,0	21,5	16,5	14,0	10,0	23,0	25,0	10,5	10,5
O título não é importante	6,0	3,0	3,5	3,0	20,0	16,5	26,5	20,0	23,5	9,0	11,5	9,5
Não têm opinião sobre a titulação	0,5	0,5	2,5	5,0	1,5	0,5	2,5	4,5	1,0	1,0	----	1,0
TOTAL	100,0 (256)	100,0 (239)	100,0 (375)	100,0 (387)	100,0 (213)	100,0 (218)	100,0 (199)	100,0 (205)	100,0 (201)	100,0 (199)	100,0 (198)	100,0 (190)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres

TABELA 46 - ASSENTADOS/AS QUE AFIRMARAM NÃO TER DOCUMENTOS PESSOAIS, POR UF E SEXO, SEGUNDO OS MOTIVOS DE NÃO TEREM TIRADO ESSES DOCUMENTOS, EM 1999 (%)

Motivos	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nunca precisaram	68,5	65,5	47,0	38,5	29,5	28,0	40,5	38,5	71,0	48,5	21,5	46,5
Não acharam importante	10,0	11,5	3,0	7,0	8,5	8,0	15,5	9,5	5,5	5,5	2,5	10,0
Não tinham tempo	8,0	12,5	6,5	9,5	7,5	6,0	8,0	6,5	3,5	10,0	12,0	7,5
Não tinham dinheiro	8,0	18,0	8,5	17,0	7,0	15,5	6,5	16,0	6,5	15,0	16,5	10,0
Não sabiam onde ou como tirar	5,5	4,5	6,0	6,0	13,0	9,0	----	3,0	1,0	5,0	12,0	10,0
Outro motivo	12,0	14,0	25,0	22,0	26,5	29,0	22,5	16,0	3,0	2,5	31,0	19,5

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

N (Bahia) = 416 assentados/as (205 homens e 211 mulheres). 79 pessoas afirmaram possuir todos os documentos; N (Ceará) = 584 assentados/as (263 homens e 321 mulheres). 178 pessoas afirmaram possuir todos os documentos; N (Mato Grosso) = 312 assentados/as (132 homens e 180 mulheres). 119 pessoas afirmaram possuir todos os documentos; N (Paraná) = 195 assentados/as (89 homens e 106 mulheres). 209 pessoas afirmaram possuir todos os documentos; N (Rio Grande do Sul) = 254 assentados/as (107 homens e 147 mulheres). 146 pessoas afirmaram possuir todos os documentos; N (São Paulo) = 134 assentados/as (42 homens e 92 mulheres). 254 pessoas afirmaram possuir todos os documentos.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

6. Percepções de Gênero, Cidadania e Empoderamento

A cidadania pode ser caracterizada, de maneira geral, como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais e como um *status*. Segundo Barbalet (1989), os direitos são significativos porque atribuem às pessoas capacidades especiais em virtude de um *status* legal ou convencional. Ou seja, em consequência do seu *status*, os indivíduos podem ter certas capacidades e oportunidades para um determinado tipo de ação e certo poder.

De acordo com Marshall (1950: 92), a cidadania requer “um sentido direto de inclusão numa comunidade, baseado na lealdade a uma civilização que é patrimônio comum”. Assim, cidadania tem por base um princípio de *status* igual, que admite a igual participação de todos na comunidade. O ideal de cidadania universal, motor do movimento de emancipação do indivíduo na vida pública moderna implica, então, que cada um transcenda as suas particularidades e diferenças, isto é, suas experiências, perspectivas e interesses próprios. A universalidade, ao enunciar regras e leis para todos, coloca-se em oposição à particularidade. O significado de cidadania se constrói, portanto, em torno da polaridade inclusão-exclusão, universal-particular. Por isso, grande parte das lutas sociais contemporâneas tem sido pela admissão dos sujeitos sociais na esfera do exercício da cidadania, como portadores de direitos universais.

Por outro lado, como já foi mencionado, a teoria de gênero busca a compreensão das identidades de homens e mulheres e dos planos em que se relacionam socialmente, os quais demarcam diferentes modalidades do exercício da cidadania. É sob esta perspectiva que são abordadas, neste capítulo, as percepções de homens e mulheres, tanto adultos como jovens, quanto às suas relações sociais e sobre alguns atributos que são considerados essencialmente femininos, como a dependência, e masculinos, como a liberdade. Sob a mesma ótica, são examinados o processo de transmissão de modelos mediante o qual as próprias mulheres se encarregam da reprodução de idéias e valores, fazendo persistir as assimetrias de gênero ou provocando mudanças nas mesmas. Além disso, cabe entender as percepções que formam as atitudes masculinas e femininas acerca da cidadania das mulheres e de seus direitos e oportunidades.

A análise das questões relativas aos direitos e à cidadania permite verificar como relações desiguais de poder vêm sendo mantidas há séculos e se mantêm amparadas por leis, instituições, bem como pelo imaginário coletivo. É necessário entender, portanto, os mecanismos que vêm

permitindo a reprodução dessa situação. Esta discussão tem como referência o mundo privado das relações de homens e mulheres – que tem sido o mais ignorado – e suas interações com a esfera pública. A relação entre o público e o privado foi, a princípio, determinada biologicamente e, na história, “a figura mais próxima ao ‘cidadão’ contemporâneo foi o homem” (Ortega; Sánches & Valiente, 1999: 138). A percepção dos direitos e dos deveres tem um forte impacto sobre o exercício da cidadania. A transformação de simples indivíduos em cidadãos comprometidos com o exercício de direitos e deveres ocorre a partir do momento em que as pessoas percebem-se como parte ativa de um processo de conquista de autonomia, de construção da capacidade de participar das decisões em diferentes espaços, tanto privados quanto públicos.

Cidadania e direitos implicam em mecanismos de decisão conjunta, possibilitando um maior “empoderamento” tanto por parte de homens como de mulheres. O “empoderamento”, segundo León (1997: 7), “é a possibilidade de admitir que as pessoas adquiram controle de suas vidas, desenvolvam a habilidade de realizar determinadas coisas e definam suas próprias agendas”. Por isso, o “empoderamento” implica em mudança nas relações de poder, e um dos pontos importantes desse conceito é a capacidade dos indivíduos para atuar eficazmente na esfera pública e obter uma maior visibilidade na comunidade.

O poder, por sua vez, não é um atributo dado de nenhum ator específico. Emerge, antes, como um produto da ação social e da interação das pessoas. É, portanto, relacional, está presente e é comum a todos os espaços da vida coletiva. Segundo Rowlands¹, o poder é uma fonte de pressão e de emancipação. Desta forma, as relações de poder podem significar tanto dominação como, também, desafio e resistência.

Percepções do masculino e do feminino

Conhecer a opinião dos assentados/as sobre o que é ser homem e ser mulher, os atributos de gênero que aparecem através do sexo, é uma das maneiras de abordar a lógica das relações de poder que imperam na nossa sociedade.

¹ In LÉON, *op. cit.*

Segundo Bourdieu (1999), a divisão entre os sexos aparece como natural, inevitável, está na ordem das coisas, incorporada aos *habitus* dos agentes, funcionando como um sistema de percepção e ação. É a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos. É a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou mercado, reservado aos homens, à casa, reservada às mulheres. Ou, no interior da casa, contrapondo a parte masculina, que é o salão, à parte feminina, que é a cozinha.

É por este motivo que a maior parte dos indivíduos utiliza o sexo e o gênero como a principal referência cognitiva para compreender o meio, as pessoas e os objetos; enfim, as idéias e os conceitos são comumente classificados como masculinos ou femininos.

A orientação androcêntrica compartilhada por homens e mulheres é vista como neutra. A antropologia social e cultural mostra que os modelos do que é masculino e feminino foram mudando durante os séculos e a masculinidade não é “senão uma ideologia para justificar a dominação masculina” (Badinter, 1992: 48).

De fato, desde o surgimento do patriarcado², essa definição de atributos masculinos e femininos geralmente implica caracterizar o homem como um ser humano privilegiado, dotado de qualidades inacessíveis à mulher. Ele se percebe e é percebido como mais forte, mais inteligente, mais corajoso, mais responsável, mais criativo e mais racional, e, desta forma, justifica sua relação hierárquica com o outro sexo (*Idem*).

A Tabela 49 mostra um conjunto de valores muito significativos para a compreensão das percepções do masculino e do feminino. Solicitou-se aos assentados/as que escolhessem, entre diversos atributos pessoais, quais são mais característicos dos homens e quais são mais próprios das mulheres, mesmo que alguns desses fossem comuns aos dois sexos. Para efeito de compreensão, vale esclarecer que o valor 1 representa atributo masculino e o valor 2 representa feminino. Logo, quanto mais próxima de 1 estiver a média dos valores, mais aquele atributo foi imputado aos homens. E quanto mais próxima de 2 estiver a média dos valores, mais foi imputado às mulheres.

² Os termos patriarcado e cultura e ideologia patriarcal referem-se à superioridade do papel masculino na ordem social, que confere ao homem o poder de decisão em todas as instâncias da sociedade. Os termos têm sido abordados por inúmeros autores nos estudos sobre gênero. Sobre o uso do conceito de ideologia patriarcal, em relação ao trabalho feminino rural, ver LAVINAS, Lena (1987).

TABELA 49 - IMPUTAÇÃO DE ATRIBUTOS DE GÊNERO, POR UF E SEXO DO ASSENTADO/A, EM 1999(%)

Atributos	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Força	1,05	1,05	1,02	1,04	1,03	1,02	1,03	1,03	1,01	1,12	1,03	1,03
Coragem	1,10	1,18	1,07	1,16	1,14	1,18	1,18	1,26	1,15	1,40	1,12	1,29
Paciência	1,70	1,90	1,73	1,86	1,74	1,82	1,77	1,81	1,76	1,85	1,72	1,87
Dedicação	1,60	1,82	1,69	1,87	1,69	1,83	1,67	1,74	1,73	1,85	1,70	1,88
Responsabilidade	1,15	1,43	1,21	1,52	1,15	1,35	1,16	1,29	1,21	1,44	1,16	1,41
Inteligência	1,23	1,46	1,42	1,65	1,33	1,36	1,44	1,41	1,43	1,47	1,22	1,51
Medo	1,89	1,83	1,93	1,94	1,83	1,83	1,89	1,88	1,85	1,76	1,95	1,86
Experiência	1,11	1,38	1,20	1,42	1,14	1,25	1,16	1,25	1,11	1,37	1,15	1,35
Superioridade	1,11	1,21	1,11	1,10	1,06	1,15	1,11	1,13	1,09	1,16	1,13	1,18

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

N (Bahia) = 495 assentados/as (256 homens e 239 mulheres); N (Ceará) = 762 assentados/as (375 homens e 387 mulheres); N (Mato Grosso) = 431 assentados/as (213 homens e 218 mulheres); N (Paraná) = 404 assentados/as (199 homens e 205 mulheres); N (Rio Grande do Sul) = 400 assentados/as (201 homens e 199 mulheres); N (São Paulo) = 388 assentados/as (198 homens e 190 mulheres).

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

Os resultados são muito instigantes. Por um lado, os atributos de força, coragem, e superioridade são geralmente imputados aos homens. As mulheres mostram uma tendência a atribuir mais coragem aos homens do que eles próprios. A exceção está nos Estados do Sul, onde elas acreditam que são mais corajosas do que os homens imaginam. Por outro lado, os atributos de paciência, dedicação e medo são, em geral, considerados mais típicos do sexo feminino. Constata-se, que, como regra, as mulheres se consideram ainda mais pacientes e dedicadas, porém menos medrosas do que os homens as julgam.

A responsabilidade é tida pelos homens como um atributo mais masculino, enquanto as mulheres muito mais frequentemente a imputam ao seu próprio sexo. Uma distribuição semelhante ocorre com relação à experiência e à inteligência. Observa-se que este último atributo apresenta variações acentuadas entre os Estados, sendo o que mais desperta a discordância entre homens e mulheres na Bahia, Ceará e São Paulo.

Apesar de o recorte de gênero ser evidenciado, a tabela mostra também algum tipo de mudança de mentalidade dos assentados/as, pois o que consensualmente distingue os homens são a força – uma característica física – e a superioridade; cabe às mulheres o medo – uma possível consequência da sua vulnerabilidade física. No que se refere aos demais atributos, as mulheres manifestam sua discordância dos homens quanto à inferioridade da condição feminina e exibem uma surpreendente imagem do seu próprio sexo. Ser responsável, experiente e inteligente não parece prerrogativa da masculinidade, inacessível às mulheres. Este é um achado relevante, que sinaliza a possibilidade de estabelecimento de novas percepções sobre a figura feminina.

Ao mesmo tempo, as discussões nos grupos focais permitiram avançar um pouco mais e identificar um conjunto de aspectos nos quais os atributos do masculino e do feminino são percebidos como semelhantes, como diferentes para ambos os sexos, ou, muitas vezes, como contraditórios.

Como em toda a sociedade, também nos assentamentos existem normas de comportamentos que são aplicadas a todos e a cada um de seus membros. As normas sociais traduzem expectativas de papéis, ou seja, dos comportamentos esperados dos indivíduos, fazendo com que haja uma certa regularidade de ações e pensamentos, dentro de uma lógica de gênero. Seguindo essa linha de reflexão, determinadas características são consideradas essencialmente femininas e, em geral, possuem

uma conotação de virtude – tais como a meiguice, a tranqüilidade, a compreensão – e denotam fragilidade. Já o homem é visto com uma mistura de admiração e de propriedades negativas, como possuindo o “instinto” natural de macho, mais violento, irracional e possessivo, porém mais capaz de se impor:

A mulher tem o seu jeito mais... eu não vou dizer mais frágil, porque não é, mais meigo, mais tranqüilo, o homem já tem eu acho que por natureza aquele instinto de machão, que eu não vejo nada de interessante, né? Mas a natureza do homem é assim. (Grupo Focal Misto de Jovens, RS).

As próprias mulheres incorporam ao seu pensamento esta lógica: *“Eles foi feito prá roça. A mulher foi feita prá ajudar o homem, não prá ir na frente dele, primeiro o homem na frente, depois a mulher. Eu tô de acordo, o cabra tem que ir na frente”*.

A desigualdade de gênero fundamenta códigos de conduta, mediante os quais determinadas maneiras de agir são obrigatórias, outras são permitidas e outras proibidas. Nesse sentido, uma das distinções mais destacadas na percepção sobre o masculino e o feminino são as diferenças de liberdade entre homens e mulheres. *“Isso aí é em todo lugar, o machismo há, isso aí, meu pai falava assim, ‘Breque suas potranquinhas que os meus potros tão soltos por aí”*. De fato, com relação aos costumes, o homem sente-se mais livre do que as mulheres, que têm limitações do que podem ou não fazer, são mais controladas pelos pais e, depois, pelos maridos.

QUADRO 6.1 - A diferença é que tudo o homem pode, né?

Grupo Focal Misto, MT.

A mulher não pode nada nessa sociedade. E se ela começa a querer ter esse poder, ela é mal vista. Eu percebi isso na família enquanto criança, adolescente. Aí eu nem tinha nome, era ‘a negrinha doída’. Meus irmãos poderiam ir numa festa, eu não poderia porque eu era mulher, né? Casada, continua a mesma coisa, eu falei assim, ‘Eu vou casar prá eu poder me livrar desses irmãos meu, muito macho, né’. E aí foi pior, né, que aí o marido, aí que queria controlar muito mais. Então, é essas diferenças, daí o poder do homem.

Nesse código de conduta, chama a atenção a liberdade sexual masculina, cuja contrapartida é o obrigatório recato das mulheres, principalmente das jovens, que temem “*serem faladas*”, serem consideradas “*perdidas*”: “*(...) se o homem agarrar várias mulheres, pro amigo dele, ele é gavião, e se uma mulher agarrar vários homens, prá amiga dela ela é galinha. Então começa por aí*”. Assim, a sexualidade é também uma referência para permitir ou proibir comportamentos, criando um sistema de segregações de gênero.

QUADRO 6.2 - Maria Batalhão

Grupo Focal de Moças, PR

A única preocupação dos rapazes é se cuidar, e a preocupação das moças é mais (...) principalmente aqui. Tem a preocupação de ser mal falada, de uma gravidez. Aqui no sítio, até prá fazer uma amizade com um rapaz é difícil. O pessoal já sai comentando ‘Olha, aquela lá tá com um rapaz’ e tal. O pior ainda, pros homens, aqui no sítio, se ficar hoje, com ela e com ela (...) ‘Nossa, que garanhão!’. Ele só leva fama. Se uma menina chegar a ficar com todos os rapazes aqui (...) era Maria Batalhão!

A interdependência é uma característica da vida em sociedade, na medida em que indivíduos e grupos precisam uns dos outros e se inter-relacionam a partir de necessidades concretas. Quando alguns grupos dependem em maior medida de outros, muda o caráter da interdependência, que se torna mais complexa, posto que passa a incorporar relações de poder assimétricas. Como pode ser visto a seguir, as mulheres percebem-se como mais dependentes que os homens, que fazem o que querem, saem e voltam para casa na hora em que querem, enquanto elas são obrigadas a dar satisfação dos seus atos: “*O homem nem dá satisfação aonde vai e a mulher tem que dizer se vai na vizinha*”.

O exame do código de valores/atitudes que rege as prerrogativas masculinas e femininas e orienta as relações entre homens e mulheres, permite observar que (ver Tabela 50), com pequenas variações entre os Estados, três atitudes são predominantes entre os assentados, independentemente do sexo: (1ª) É obrigação do ho-

TABELA 50 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO ATITUDES SOBRE CAPACIDADES, DEVERES E RESPONSABILIDADES DE HOMENS E MULHERES, EM 1999 (%)

Acreditam que:	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Homens e mulheres são igualmente capazes de fazer todos os tipos de trabalhos	55,0	58,0	59,5	59,5	72,0	75,0	86,5	83,0	80,0	90,5	68,0	74,0
Um homem não deve fazer os serviços de casa, pois para isso existem as mulheres	46,0	34,5	50,0	45,5	27,5	20,0	28,5	21,5	10,5	17,0	30,5	27,5
A mulher não precisa ter o mesmo preparo que o homem, pois ele é que sustenta a família	48,0	39,5	60,5	53,5	39,5	29,5	36,5	26,0	22,0	18,0	42,5	34,0
As mulheres não precisam prestar obediência ao marido	16,0	23,0	26,0	33,5	29,5	39,5	33,0	37,0	26,0	41,5	26,0	41,0
É obrigação do homem corrigir a mulher quando ela abusa e insiste no erro	92,0	91,5	91,5	91,0	83,5	80,5	86,5	85,0	86,0	79,0	95,5	95,5
A mulher tem a mesma capacidade que o homem, só precisa ter as oportunidades	83,5	87,0	83,5	81,5	87,0	87,5	87,5	89,5	92,5	91,5	80,0	87,0
Mesmo que a mulher ganhe dinheiro com o trabalho, é responsabilidade do homem controlar o dinheiro da família	59,5	49,0	69,5	61,0	38,5	38,5	45,0	44,5	27,5	29,0	61,0	49,0

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

N (Bahia) = 495 assentados/as (256 homens e 239 mulheres); N (Ceará) = 762 assentados/as (375 homens e 387 mulheres); N (Mato Grosso) = 431 assentados/as (213 homens e 218 mulheres); N (Paraná) = 404 assentados/as (199 homens e 205 mulheres); N (Rio Grande do Sul) = 400 assentados/as (201 homens e 199 mulheres); N (São Paulo) = 388 assentados/as (198 homens e 190 mulheres).

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

mem corrigir a mulher quando ela abusa e insiste no erro; (2ª) A mulher tem a mesma capacidade que o homem, só precisa ter as oportunidades; (3ª) Homens e mulheres são igualmente capazes de fazer todos os tipos de trabalhos. Contudo, é baixo o percentual de assentados/as que acreditam que as mulheres não precisam prestar obediência ao marido, reforçando a percepção do papel tutorial do homem em relação à mulher, expressa na primeira atitude acima mencionada.

As proposições que provocam dissenso entre os assentados/as são: “Um homem não deve fazer os serviços de casa, pois para isso existem as mulheres”; “A mulher não precisa ter o mesmo preparo que o homem, pois ele é que sustenta a família”; “Mesmo que a mulher ganhe dinheiro com o trabalho, é responsabilidade do homem controlar o dinheiro da família”.

Significativamente, a primeira refere-se à divisão sexual do trabalho doméstico, pelo qual as mulheres são as principais responsáveis. Já as duas últimas proposições dizem respeito a recursos estratégicos: a capacitação, preparo, experiência, necessários ao sustento da família e à posição do homem como responsável pelo grupo familiar, “cabeça do casal”, que tem o encargo de controlar os ingressos, inclusive aqueles provenientes do trabalho feminino remunerado.

É compreensível, portanto, que as mulheres digam que são desvalorizadas e reclamem que em suas vidas nunca são elogiadas, que tudo o que fazem “*é ruim*”; que os homens não valorizam seu trabalho e seu esforço:

(...) eu que tocava, andava de cima prá baixo, depois comecei com negócio de compra e venda de gado também, prá cima e prá baixo (...), vendia roupa, vendia de tudo prá ajudar, e nunca fui valorizada, e nunca ouvi um elogio que ‘a mulher me ajudou’, ou qualquer coisa assim. Agora, eu trabalhando com o trator... eu vou ter que me virar e trabalhar. Esses dias mesmo a gente discutiu por causa disso, ele falando que mulher não faz nada, que serviço de mulher é só lavar, passar e cozinhar, que não sei o quê; eu falei, ‘Você não vê o que a gente faz’. (Grupo Focal de Mulheres, SP).

E se você pudesse nascer de novo?

Também é possível observar a assimetria de direitos e oportunidades entre homens e mulheres quando, nos grupos focais, os assentados/as são colocados diante da possibilidade de escolher o sexo, caso pudessem nascer de novo. Nesta situação, muitos dos homens se esquivam, não respondem; os que respondem, unanimemente escolhem nascer com o mesmo sexo, sob o argumento de que já sabem como é ser homem, estão acostumados.

Outra das razões citadas, que corrobora a construção de gênero, é que a vida do homem é mais tranqüila do que a da mulher. O homem sofre menos e tem mais oportunidades para trabalhar, tem mais capacidade para fazer as coisas, “*uma autoridade mais avançada do que a mulher*”, e tem mais resistência física: “*Eu queria ser homem mesmo porque o homem tem mais o poder dele mesmo prá trabalhar, mesmo que ele é solteiro ou tem família. E se fosse uma mulher, não fosse um homem, ela não ia saber sobreviver*”.

Contudo, na opinião de alguns homens, a mulher “*tem mais coragem, porque as mulheres fazem mil coisas*”, mas também é “*indefesa*” e “*mais fraca*”. É reconhecido também que a vida da mulher é “*mais difícil, mais sofrida*”: que as mulheres são mais frágeis para o trabalho pesado, mas também, fundamentalmente, são mais discriminadas, “*exploradas*”, num sistema visto como “*machista*”. “*Eu queria ser homem mesmo. Eu queria nascer homem porque a mulher sofre demais, sinceramente*”.

Alguns assentados afirmam que gostariam de ser homens sempre, pois reconhecem o peso do trabalho feminino e explicam que as mulheres trabalham dobrado. Entre vários deles, existe a percepção de que quando chegam do campo, podem descansar, enquanto o trabalho da mulher é constante, já que passa todo o dia “*fazendo coisa e quando chega a tarde não tem nada feito, porque o que faz é desmanchado*”. O reconhecimento do sofrimento das mulheres e da desvalorização do trabalho feminino sugere uma nova percepção das relações de gênero, deixando clara a consciência da dupla jornada de trabalho feminina e da falta de possibilidade de descanso e lazer.

Muitas das próprias mulheres prefeririam ser do outro sexo devido ao peso do trabalho doméstico e da educação dos filhos, tarefas consideradas difíceis e cansativas, que deveriam ter seu valor reconhecido:

Eu quero ser homem, não quero ser mais mulher. Porque eu queria descansar. Sempre que eu ia na roça de manhã e de tarde, eu chegava em casa, fazia almoço, lavava a louça, tinha que fazer limpeza em casa e ir na roça e o homem só dormindo. Dizia que a mulher era prá dormir só de noite, e a gente tava cansada toda vida. Então eu não quero ser mulher mais. O homem tem mais hora de descanso do que a mulher. (Grupo Focal de Mulheres, PR).

Freqüentemente, as mulheres aparecem nos depoimentos como dependentes, sem autonomia, controladas por regras e valores, imperativos e interdições, em função dos quais se estabelece a sua reputação social e a sua imagem pessoal. Os assentados/as acreditam que as mulheres têm vontade de se libertar, mas são limitadas pelo que todos acreditam ser aceitável e inaceitável. Uma mulher “*liberta*” pode ser considerada vagabunda: “*É muito difícil ser mulher. Agora, vagabunda é muito fácil...*”.

Algumas das jovens dizem que gostariam de nascer homens para terem mais vantagens, como mais liberdade, mais diversão, menos controle dos pais, poderem ir a festas ao invés de ter que permanecer dentro de casa. Já os rapazes, prefeririam novamente nascer homens porque:

Eu acho que o homem é mais liberto, desde pequeno já trabalha com os pais da gente, a gente já sai, tem a liberdade mais novo, certo? A mulher é mais difícil ser liberta mais nova. Os pais nunca deixam sair com outras companhias. O homem não, o homem já sai, o povo não fica falando, né, homem deixa prá lá. Eu acho que isso é mais liberdade, eu acho que nós tem mais que a mulher. (Grupo Focal Misto de Jovens, CE).

Além de os homens possuírem mais liberdade – “*de sair, bagunçar, ter direito de sair fora, passar uma noite fora, e voltar prá casa e a mulher ser obrigada a receber ele*” – são também vistos como superiores, mais capazes de se sustentar, de trabalhar na lavoura mais cedo: “*tem mais liberdade o homem, né, prá decidir e fazer o que quer, e a mulher, sempre é mais inferior, né. O homem que é superior à mulher*”.

A subordinação, as dificuldades e os sofrimentos enfrentados pelas mulheres em suas vidas, em algumas localidades, aparecem fortemente enraizados no imaginário popular e expressam-se, por exemplo, no momento do nascimento de uma criança: “*A mulher carrega um filho nove*

mês, aí a gente vai pegar o menino naquela carroça, aí gritam: 'É homem ou mulher?' - 'É uma sofredora, meu filho'. Ele já sabe que é uma mulher, e quando nascia homem, dizia: 'É homem'”.

Algumas afirmam desejar nascer como homens, numa outra vida, pois assim se vingariam dos papéis conjugais, fazendo os maridos passarem por tudo o que elas passaram, sendo que eles seriam “*as suas mulheres*” :

QUADRO 6.3 - A hora da vingança

Grupo Focal de Mulheres, MT;
Grupo Focal de Mulheres, PR.

'(...) Na outra encarnação tu vai ver, eu vou ser homem e vou fazer do jeito que você faz aqui, eu vou fazer também. Eu vou ser homem, nós vamos casar e você vai ver uma coisa'.

E aquele que era meu marido, se ele nascia mulher, eu queria me divertir no lombo dele como eu era... o que eu passei na minha vida ele ia passar prá pior. Era a hora da vingança. Se eu nascesse, queria ser homem.

Várias assentadas gostariam de nascer com o mesmo sexo, pois atribuem os desconfortos de sua condição feminina mais ao casamento do que à sua posição de gênero: “*Eu queria mesmo nascer mulher outra vez e não casarei nunca mais*”.

Outras prefeririam manter o mesmo sexo por recearem o excesso de responsabilidades que teriam de enfrentar se fossem homens, apesar da polêmica que surge em torno desta questão, pois a maioria das mulheres não concorda que o trabalho dos homens é mais difícil. Diversas assentadas afirmam que, se pudessem nascer novamente, gostariam de ser mulheres porque “*a vida da mulher é muito boa*” ou simplesmente pelo fato de que “*eu adoro ser mulher*” e também em função da maternidade. Muitas gostariam de renascer mulheres porque a condição feminina já é sua conhecida; ou porque ser mulher tem vantagens, como a possibilidade de poder se arrumar e usar coisas bonitas.

Desta forma, as mulheres também corroboram os fundamentos de gênero, identificando-se com os estereótipos mencionados pelos homens. Nas entrevistas, as opiniões que mais se destacaram sobre

esse tema são as dos jovens, que apresentam uma percepção tradicional dos papéis sociais, organizada em torno de uma identidade de gênero. Essa identidade pressupõe qualidades e aptidões que reproduzem, entre os membros das gerações mais novas, um modelo estereotipado do que é ser homem e do que é ser mulher.

Os rapazes, por exemplo, presumem que suas vidas são mais difíceis do que as das moças porque trabalham mais e mais arduamente e, portanto, não têm as mesmas possibilidades de se dedicar ao estudo. As meninas confirmam essa opinião dizendo que fazem “*serviço mais leve, plantar, colher. Mas enxada é prá homem*”. Somente as moças trabalham dentro de casa e acreditam que a divisão de trabalho existente na sociedade está correta: “*A mulher tem que cuidar da casa e o trabalho de fora tem que ser do homem. Se bem que eu acho que o homem é o cabeça da casa e tem que se preocupar com a família*”. O trabalho masculino é visto como mais penoso, cansativo e perigoso; o trabalho doméstico, como mais fácil e as mulheres, como aquelas que têm mais conforto que os homens:

(...) a vida da mulher é uma vida menos difícil do que a do homem. Porque a mulher... ela tem mais conforto na vida, enquanto que o homem... principalmente aqui, né, os homens têm que pescar ou trabalhar na agricultura. E as mulher, enquanto que eles tão nesse sol, a mulher tá em casa cuidando das coisa e assim eu acho uma coisa mais maneira. (Grupo Focal Misto de Jovens, CE).

Outra questão que emerge no discurso dos jovens, quando abordam a masculinidade, são os dilemas de uma nova identidade masculina, com menos privilégios e com a necessidade de adaptação a novos valores e a mudanças de comportamentos:

O que a gente vê hoje, é que sempre coloca assim... É... a mulher está sendo discriminada, a mulher sempre está sendo pisada, sendo machucada; é o que a gente ouve, né? E o homem nunca. A gente não escuta falar que o homem é pisado, da discriminação. (Grupo Focal de Rapazes, CE).

Os homens também sentem-se “*com dificuldades*” em relação ao papel que lhes é cobrado pela sociedade. Eles devem aprender a ser duros, não podem chorar, e, quando se separam e querem ficar com os filhos, devem comportar-se dentro de regras que exigem deles o exercício

de um papel estritamente racional, sem emotividade. Na realidade, o sistema patriarcal cria um tipo ideal de masculinidade, em decorrência do qual ocorrem muitos conflitos e tensões entre os comportamentos masculinos esperados e os reais. Esse confronto é visto e sentido pelos assentados: “(...) *que o homem não pode chorar, tropeçava, caía, o meu pai me dizia: ‘Tu é homem, não pode chorar’*”.

O macho, como afirma Saffiotti (1987), está associado a valores como a força, a razão e a coragem, e o homem é considerado macho quando é capaz de disfarçar, inibir, sufocar os seus sentimentos. Desta forma, ao mesmo tempo em que os homens mutilam várias dimensões da personalidade feminina, certas condutas impostas a eles limitam o seu próprio desenvolvimento.

Como afirma Bourdieu (1999), o privilégio masculino é também uma cilada, cuja contrapartida encontra-se na tensão e contenção permanente, submetidos que são às exigências de ordem simbólica, sendo obrigados a mostrar-se “verdadeiros homens”, membros legítimos do mundo da virilidade.

A transmissão de modelos

A transmissão de modelos ocorre por intermédio de um processo de “generização”, que converte pessoas em gênero, desde o seu nascimento, atravessando toda a vida, resultando na introjeção dos diferentes papéis do sexo masculino e do sexo feminino. Essa interiorização das relações de gênero é um elemento constitutivo da personalidade dos indivíduos e aparece nas suas idéias e concepções sobre o mundo natural e social. Essa “generização” manifesta-se claramente quando a análise recai sobre o processo de socialização e a forma como são educados filhos e filhas.

Em consequência das percepções sobre o masculino e o feminino e da forma como são educadas e socializadas as novas gerações, as mulheres são submetidas a um aprendizado de virtudes, de abnegação e resignação, conforme a representação dominante, fazendo-se as únicas responsáveis pela educação e cuidado dos filhos. Aos homens também é imposta uma identidade social, que dentro de uma natureza biológica, torna-se um *habitus*, uma lei social incorporada, onde não são admitidas certas maneiras de ser e agir.

Os “modelos” de homem e de mulher, assim transmitidos, correspondem a estereótipos culturalmente construídos, como fica claro nas

entrevistas com os assentados de ambos os sexos. Como já foi mencionado, no que diz respeito às restrições à liberdade, registra-se que as meninas devem ser mais controladas, “*presas*”, em função do casamento e da maternidade. Essas diferenças são reconhecidas em todos os níveis e esferas, sendo as meninas educadas de maneira diferente, aprendendo que devem “*se comportar*”, não podendo ser “*soltas*”.

Os jovens são criados com mais liberdade e exercem um papel de autoridade dentro das casas, de maneira que as jovens “*ela fica submissa, não só ao pai, mas também ao irmão*”. Embora a existência de modelos de educação diferenciados seja reconhecida como algo negativo, os pais admitem que preocupam-se mais com as filhas, que são constantemente refreadas.

Muitas das assentadas referem-se à reprodução de papéis de uma geração para a outra e registram as mudanças que vêm ocorrendo bem como a sua consciência de que devem educar meninos e meninas da mesma forma:

É diferente. Eu tenho a consciência que tem que ser igual. A minha mãe já não tem, minha avó já não tinha. Eu acho que é uma geração que a gente vem mudando... tem muito preconceito, tem muita diferença. A gente aprende no viver. (Grupo Focal de Mulheres, MT).

Algumas mulheres reconhecem a dificuldade de romper com os modelos herdados de seus pais e assumir, de fato, uma forma de educação orientada para superar as desigualdades de gênero, mesmo quando tentam educar de maneira igual: “*Então é uma coisa que vem, a gente tá com aquele propósito dentro da gente, tu não quer repetir o mesmo que veio da tua mãe e da avó. Mas, quando tu vê, automaticamente, alguma coisa tu tá repetindo*”.

Chama atenção no discurso dos assentados/as uma nova concepção de igualdade entre homens e mulheres, o que abre possibilidades para novas formas de pensar e agir. Essa nova concepção sugere que não há diferenças na forma de educar e na criação dada aos filhos e filhas, principalmente no que se refere às tarefas domésticas: “*Quando eu saio de casa, eu já deixo a tarefa pronta: ‘Você vai ajudar a sua irmã a arrumar a casa, lavar a área, varre as tábuas, vai lavar’.* Eu deixo”.

Porém, mesmo havendo uma intenção de educar meninos e meninas da mesma maneira, algumas mães revelam que os meninos de-

vem aprender os serviços domésticos porque, no futuro, podem necessitar dessas habilidades, para o caso de não terem uma mulher que os faça: “*Pode acontecer deles pegar uma época que não tem a mulher prá fazer, aí ele que vai fazer.*” Assim, ensinar aos filhos as tarefas domésticas não aparece como um sinal de mudança na concepção de educação e dos papéis masculinos e femininos. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência para o futuro dos rapazes, uma vez que o trabalho de casa continua sendo uma obrigação feminina, “*coisa da mulher*” e os filhos homens demonstram fortes resistências em transcender o espaço que lhes é inicialmente reservado:

Quando eu saio, eles falam: ‘Ah! Eu não sou mulher prá mim lavar prato e nem varrer casa.’ Mas só que do mesmo jeito que a mulher pode fazer o homem também pode. ‘Já pensou se você casar e depois não tiver ninguém prá fazer, e sua mulher adoecer e quem vai fazer? Então você tem que se acostumar fazendo agora...’. (Grupo Focal de Mulheres, BA).

Alguns rapazes também afirmam que não existe diferença entre a educação dada aos meninos e às meninas: “*a criação é a mesma*”; eles também cuidam dos irmãos menores e realizam tarefas domésticas. Quando se pergunta às jovens se elas são educadas da mesma maneira que os seus irmãos, elas respondem positivamente: “*nos tratam iguais, todos*”. Porém, as meninas não trabalham como os rapazes na lavoura. E os jovens, geralmente, não são “obrigados” a cumprir as tarefas domésticas: ajudam quando podem e querem: “*Não têm obrigação... Não sei como é que a gente fez isso, onde que a gente errou, mas nós não conseguimos mudar isso aí*”.

Portanto, o que existe de novo nos assentamentos é essa percepção de que vem ocorrendo uma ruptura com o tradicional. Muitas das assentadas referem-se às mudanças que vêm acontecendo e demonstram a consciência de que devem educar seus filhos e filhas da mesma forma, modificando, assim, os preconceitos aprendidos das gerações anteriores. Porém, as diferenças existem e aparecem em todos os âmbitos, evidenciando como homens e mulheres participam nas diferentes esferas da sociedade. Vale indagar sobre as suas formas de agir nas distintas instâncias de poder e, ainda, como tornam-se cidadãos/ãs e em que medida exercem sua cidadania. Essas questões serão tratadas na próxima seção, onde será discutida a cidadania, sob a perspectiva de gênero, e analisado o discurso dos assentados/as a respeito.

Cidadania e empoderamento

Para os fins deste trabalho, toma-se como ponto de partida a proposição de que uma condição essencial ao exercício dos direitos de cidadania é dispor de algum tipo de poder. Dessa forma, ao analisar o que os assentados/as pensam acerca dos direitos – e mais especificamente, sobre os direitos da mulher – está-se indiretamente examinando as suas percepções quanto ao poder de cada uma das categorias de gênero.

Quais direitos?

Inicialmente, a discussão acerca dos direitos da mulher desencadeia uma série de evasivas, sem sequer tangenciar as relações de poder. Por um lado, a temática dos direitos é relacionada a alguns atributos de cada sexo, como se direitos fossem diretamente dedutíveis de capacidades, as quais são componentes – mas não relações – de poder. Por outro lado, o exercício efetivo dos direitos freqüentemente se confunde com o princípio normativo da igualdade. Entretanto, pode-se perceber a emergência de diversas categorias significativas no discurso dos assentados/as.

Destaca-se, primeiramente, a percepção de que as mulheres possuem direitos “naturais”, como a maternidade; e as próprias mulheres confundem direitos e deveres, ao afirmarem que “*a mulher deve ser em primeiro lugar uma boa mãe de família*”. Vários jovens, ao discutirem direitos, os confundem com as atividades reprodutivas, como cuidar da saúde dos filhos e executar as tarefas domésticas.

Em seguida, chama a atenção a idéia de que atualmente as mulheres têm mais direitos formais do que os homens, porque sempre levam vantagem na Justiça: “*Hoje em dia quem namora três meses, tem direito a metade de tudo do cara*”. Em contrapartida, os homens desfrutam de um status mais privilegiado, principalmente na área do trabalho e da atividade política. Contraditoriamente, porém, esse status envolve a representação do feminino como inferior ao masculino, fazendo com que as mulheres permaneçam subordinadas aos homens e, com isso, não reconheçam seus direitos básicos:

O homem aqui quer pisar nas nuvens e a mulher pisar abaixo de dois palmo. Aqui, os homens querem ser machista e não quer dar esse direito, e ainda continua isso. O homem sempre quer ser mais... quer ser, não, ele é machista. (Grupo Focal de Agentes de Saúde, CE).

As relações de subordinação e dependência tornam-se mais agudas dentro do casamento. Os maridos consideram-se, muitas vezes, “*donos*” de suas mulheres e, assim, elas se mostram incapazes de solucionar qualquer problema, sobretudo aqueles relacionados ao espaço público, sem antes comunicar a seus companheiros: “*Minha criação era que o machão pode mandar na gente, que ele pode fazer o que ele quer. Se você for na casa da vizinha, tem que chegar: ‘ô fulano, vou lá na vizinha’; não pode sair sem falar...*”.

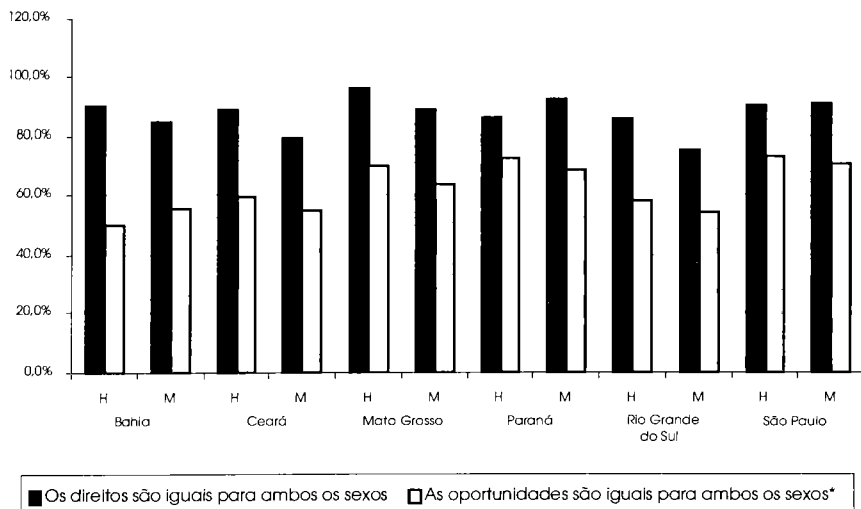
Curiosamente, é entre os jovens que a questão passa a ser tratada nas suas reais dimensões, de papéis assimétricos e da imposição de comportamentos padronizados desde a infância, a partir dos quais se delimitam os espaços de rapazes e moças. Para alguns dos assentados/as, os papéis desiguais passam pelas relações de poder, controladas pelos homens, que estão associados ao mundo público e, dessa forma, se impõem também no mundo privado:

Poder de trabalhar muito mais. Mais deveres, mais compromisso. Eu vejo e concordo que a mulher trabalha, muitas vezes aqui no nosso meio trabalha igual ao homem, até algumas muito mais, porque vai na roça e fica em casa. Mas, eu acho que o homem tem mais poder porque, geralmente, na família quem manda, quem vai no banco, quem manda no dinheiro, quem? É o homem. (Grupo Focal de Jovens, RS).

Como pode ser visto no Gráfico 16, a seguir, como regra, os assentados/as acreditam que há igualdade de direitos entre homens e mulheres, sendo que as porcentagens masculinas correspondentes são maiores do que as femininas, à exceção do Paraná e de São Paulo.

A percepção das reais desigualdades de gênero no exercício dos direitos torna-se mais evidenciada quando o foco da avaliação se transfere para um conjunto de oportunidades presentes na vida cotidiana de ambos os sexos. Foi indagado aos assentados/as se homens e mulheres teriam oportunidades equivalentes – ou não – de trabalhar, de escolher o que fazer da própria vida, de sair de casa, de estudar e de aprender coisas

GRÁFICO 16 - ASSENTADOS/AS QUE AFIRMAM QUE OS DIREITOS E AS OPORTUNIDADES* SÃO IGUAIS PARA AMBOS OS SEXOS, POR UF E SEXO, EM 1999 (%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

* Média ponderada das respostas afirmativas a cada uma das oportunidades oferecidas a homens e mulheres.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

novas. Os percentuais mostram que, ao examinar situações concretas, aqueles que afirmam que as oportunidades são iguais são em número significativamente menor do que os que sustentam que os direitos, de fato, são iguais entre os sexos.

Nos Estados pesquisados, o maior percentual de homens que acreditam que os direitos são iguais é de 96,5%, enquanto a maior proporção correspondente aos que crêem que as oportunidades são iguais é de 73,5%. Entre as mulheres, os valores são, respectivamente, 92,0% e 70,5%. No limite inferior da variação percentual tem-se, entre os homens, 85,5% e 50,0%. E entre as mulheres, 75,5% e 54,5% (ver Tabela 51 em anexo).

Isso sugere que a igualdade entre os sexos está relativamente estabelecida nas percepções dos assentados/as quanto à dimensão normativa, porém, no mundo das práticas efetivas, os homens ainda possuem mais oportunidades – de trabalhar, de tomar decisões, de estudar etc. – do que as

mulheres. Observa-se, ainda, que a consciência dessa discrepância é mais acentuada entre os assentados/as do sexo feminino que do masculino.

A Tabela 52 exibe, desagregados, os dados de avaliação das oportunidades entre os sexos. Observa-se que a grande parte dos assentados/as acredita que não há desigualdades entre os sexos quanto às oportunidades de estudar. Em menor grau, isso também aparece nas oportunidades para aprender coisas novas e para trabalhar, embora haja diferenças na opinião de homens e mulheres em quase todos os Estados. Por outro lado, a proporção dos que acreditam na igualdade de oportunidades para sair de casa, para escolher o que fazer da vida e para tomar decisões é significativamente menor, também com algumas diferenças na opinião de homens e mulheres entre os Estados.

Em alguns grupos focais, os homens afirmam ter mais oportunidades no mundo público do que as mulheres, pelas dificuldades destas em negociar, em tomar decisões e, fundamentalmente, com relação ao trabalho, na medida em que a gravidez e a maternidade prejudicam suas possibilidades de emprego:

Os dois têm os mesmos direitos. Eu acho que o homem tem um pouco mais de oportunidade. Realmente as mulheres elas... nem todas, mas também têm as que têm função de tomar decisões a qualquer hora e em qualquer tipo de luta e faz o que é preciso. A oportunidade é mais pro homem...(Grupo Focal de Homens, PR).

Por vezes tornou-se muito difícil analisar o sutil discurso dos assentados/as sobre as relações de gênero. Em um assentamento específico, a divisão sexual do trabalho, a dupla jornada, as diferenças nas possibilidades de participação, e a desigualdade de poder são apagadas pelo discurso geral igualitário – que aparece como uma lição bem aprendida – onde o coletivo é mais importante do que o individual. Esse tipo de discurso desconhece e nega a individualização que vem sofrendo a sociedade contemporânea, onde a escolha pessoal e a liberdade individual ganham cada vez mais espaço na definição do destino dos indivíduos. Nessa mesma linha de pensamento, os homens de um grupo focal negam qualquer tipo de diferenciação, conflito ou problema, seja pessoal ou comunitário, interno ou externo³.

³ Com isso, não somente os conflitos de gênero são colocados como secundários, mas também o conflito intergeracional é tido como inexistente, “*porque há diálogo com os pais*”.

TABELA 52 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO AS OPORTUNIDADES CONSIDERADAS IGUAIS ENTRE OS SEXOS, EM 1999 (%)

Oportunidades*	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Para trabalhar	69,0	76,0	58,0	58,5	72,5	65,5	75,0	76,5	58,5	70,5	65,5	73,0
Para sair de casa	42,0	47,5	43,5	43,5	61,5	58,0	65,0	64,5	48,5	44,5	62,5	61,5
Para escolher o que fazer da vida	45,5	44,5	59,5	54,5	69,5	66,0	68,5	62,0	61,5	61,0	68,0	68,5
Para estudar	90,0	88,0	86,5	87,0	79,0	80,5	82,0	76,5	86,0	79,0	89,5	89,0
Para aprender coisas novas	68,0	70,0	80,0	76,0	74,5	67,5	76,5	69,0	72,0	59,5	81,0	86,5
Para tomar decisões	54,5	61,0	63,0	66,5	68,5	62,5	65,0	61,5	58,5	55,0	67,5	76,0

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

(*) Apenas os que responderam que as oportunidades são iguais.

N (Bahia) = 495 assentados/as (256 homens e 239 mulheres); N (Ceará) = 762 assentados/as (375 homens e 387 mulheres); N (Mato Grosso) = 431 assentados/as (213 homens e 218 mulheres); N (Paraná) = 404 assentados/as (199 homens e 205 mulheres); N (Rio Grande do Sul) = 400 assentados/as (201 homens e 199 mulheres); N (São Paulo) = 388 assentados/as (198 homens e 190 mulheres).

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

Nesse assentamento, as mulheres também afirmam possuir os mesmos direitos que os homens e ter conseguido muitas mudanças desde que são assentadas, como poder estudar, poder sair, dirigir um carro, ter mais liberdade. Porém o seu próprio discurso contraria essa opinião: “*Hoje a gente fala com eles no mesmo tom de voz, eles já liberam a gente prá usar a roupa da maneira que a gente quer*”.

Embora homens e mulheres tenham os mesmos direitos, sob o ponto de vista normativo, na prática, esses não são respeitados. Na verdade, na experiência cotidiana, ocorre o oposto. Os direitos básicos mais citados pelas mulheres são o respeito e a valorização, pois elas não se sentem valorizadas e são dependentes dos maridos: “*Toda vida a mulher foi menos. A gente já foi criada nesse lado, né.(...)*”.

Ter acesso a um trabalho, com salário igual e possibilidade de comprar suas próprias coisas é visto como um direito fundamental, que tem influência sobre sua auto-estima e sobre sua percepção dos próprios direitos.

QUADRO 6.4 - Quais direitos?

Grupo Focal de Moças, PR;
Grupo Focal de Mulheres, CE.

Ser respeitada... quer dizer, muitas vezes o homem ele fica com a mulher só prá ter criança, cuidar dos filhos e cuidar da casa, mas não é bem assim, a mulher também quer trabalhar, ter o dinheiro prá ela, comprar o que ela precisa e não só o que o marido quer.

Sabe o que é você precisar de um batom e você pedir 1 real, 2... Às vezes seu marido não tem, é ruim demais !

Como já foi mencionado anteriormente, para a maioria dos assentados/as, a igualdade até hoje não foi conquistada, principalmente no que diz respeito à sexualidade e à liberdade. Falta às mulheres o direito de dispor do seu próprio corpo, como somente os homens podem fazer. As próprias mulheres colocam restrições para si mesmas. Além disso, agem como se o fato de alguém ser homem fosse suficiente para atribuir-lhe direitos que elas não possuem e, assim, resignam-se e acomodam-se a determinadas situações.

A divisão sexual do trabalho traz também conseqüências sobre a percepção dos direitos. O confinamento das mulheres no espaço doméstico e o fato de somente os homens terem acesso ao mundo público fazem com que as diferenças no exercício da cidadania sejam aceitas como naturais, até no que diz respeito ao direito da mulher de sair de casa. Enquanto alguns dos assentados/as criticam essa postura, outros pensam que a mulher reforça esses estereótipos e algumas até gostam de viver “*ao pé do fogão*”; “*nunca tomam iniciativa própria, tudo têm que pedir para os maridos*”.

Essa limitação também faz com que as mulheres sintam-se obrigadas a submeter-se às opiniões de seus maridos, sendo obrigadas a “obedecer”, para evitar maiores brigas e desavenças: “*Eu acho que não teria que obedecer... sabe? Mas a gente deve ter uma vida mais em paz, a gente acaba obedecendo. Porque senão o pau começa a quebrar*”.

Em algumas localidades, o fato de existirem grupos organizados de mulheres faz com que elas reivindiquem mais os seus direitos e tenham uma percepção crítica de que a mulher é muitas vezes desvalorizada e de que o seu lugar pode ser na cozinha, porém “*a mulher tanto conduz o bem-estar dentro de casa, como também pode produzir valores, ter uma vida digna, direito a trabalho*”. O espaço da mulher deixa de ser restrito somente ao âmbito privado, da casa e dos afazeres domésticos.

Os dados da Tabela 53 são particularmente instigantes, pois expressam os resultados da solicitação de que os assentados/as indicassem dois significados dos direitos da mulher, em apenas uma palavra cada, de livre escolha do assentado/a. O primeiro dado significativo é o de que os homens, em geral, são mais freqüentes do que as mulheres em expressar ignorância do conceito. Isso pode ser percebido pela proporção daqueles que não sabem ou não responderam à pergunta.

Em seguida, observa-se que são mencionados, mais entre os homens do que entre as mulheres, três diferentes significados. O primeiro refere-se aos atributos emocionais e de caráter – como sacrifício, sinceridade, paciência, seriedade etc. O segundo diz respeito a melhores condições de vida não material – como ter dignidade, não sofrer violência, não ser humilhada, não ser ofendida, ser valorizada. O terceiro corresponde a conceitos mais amplos e pouco específicos, como igualdade, justiça e oportunidade.

Sob uma perspectiva simbólica, as representações masculinas e femininas dos direitos indicam a diferença de gênero de ver, sentir e agir no mundo social, sendo coerentes com as percepções do que é ser ho-

TABELA 53 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO AS CATEGORIAS PERCEBIDAS COMO DIREITOS DAS MULHERES, EM 1999 (%)

Direitos da Mulher	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Não sabe, não respondeu	19,0	13,0	31,0	28,0	9,0	12,5	5,0	3,0	10,5	6,5	7,0	7,0
Atributos Domésticos	6,0	3,0	4,0	3,0	3,0	3,5	4,5	5,0	2,0	0,5	7,0	3,5
Atributos emocionais e de caráter	16,0	15,0	9,0	7,0	12,5	11,0	14,5	13,0	11,0	4,5	20,5	13,5
Direitos humanos pessoais	4,5	5,5	3,5	5,0	4,0	2,5	3,0	3,5	5,5	3,5	4,5	5,0
Melhores condições de vida não material	8,0	10,5	9,5	8,0	15,0	14,5	12,0	12,5	16,0	8,5	15,0	16,5
Direitos de natureza institucional	5,0	2,5	2,5	3,5	8,0	6,0	3,5	3,0	4,0	7,5	4,0	2,5
Educação, conhecimento e capacidade	7,5	8,5	4,5	5,0	4,5	4,0	5,5	7,5	4,5	6,5	5,0	3,5
Saúde	1,0	0,5	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	1,0	4,5	7,0	1,0	2,0
Lazer	1,5	5,0	4,0	7,0	2,5	2,0	4,0	5,5	6,5	6,5	3,0	3,0
Poder de decisão, participação e liderança	6,5	6,5	6,0	4,0	6,5	7,0	12,5	12,0	7,5	12,0	5,0	6,5
Liberdade, independência, direito de ir e vir	5,5	9,5	7,5	8,5	10,0	12,5	13,0	11,0	11,0	12,0	8,5	14,0
Igualdade, justiça, oportunidade	7,0	5,0	7,5	4,0	18,0	17,5	11,5	12,5	13,0	16,0	9,5	11,5
Direitos econômicos, inclusive ao trabalho	12,5	15,5	9,0	15,0	5,0	5,0	9,0	10,5	4,0	9,0	10,0	11,5
TOTAL	100,0 (512)	100,0 (478)	100,0 (750)	100,0 (774)	100,0 (426)	100,0 (436)	100,0 (392)	100,0 (409)	100,0 (402)	100,0 (398)	100,0 (396)	100,0 (380)

FONTE: As Relações de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

mem e ser mulher. A visão masculina confunde direitos com atributos subjetivos de gênero, seguindo-se dimensões relativas à dignidade e à integridade individual.

Já as mulheres compreendem direitos como carências e necessidades, subjetivas e objetivas. Em primeiro lugar, com percentuais idênticos, elas apontam melhores condições de vida não-material e os direitos econômicos, como ter bens, ter direitos na separação do marido, ter propriedade, trabalhar e ser remunerada pelo trabalho realizado, o que mostra que uma parcela das mulheres têm alguma consciência da falta de reconhecimento de seu trabalho produtivo. Com percentuais também elevados, as mulheres indicam como direitos a possibilidade de ter uma maior liberdade, independência, o poder de ir e vir – expresso como poder sair, ir à cidade, escolher seu destino etc. A menção aos atributos emocionais e de caráter, que obteve primazia entre os homens, vem em terceiro lugar entre as mulheres.

Explorando um pouco mais os aspectos comparativos dos dados, é possível verificar algumas tendências. Observa-se que entre as mulheres são maiores os percentuais relativos a três diferentes significados: (1) o direito ao lazer, como poder passear, divertir-se, brincar, num mundo onde o seu principal dever é o trabalho, com poucas oportunidades e opções de entretenimento; (2) os direitos econômicos, como ter bens, ter direitos na separação do marido, ser cadastrada, receber remuneração pelo trabalho, ter propriedade; e (3) a liberdade, a independência, o direito de ir e vir. Já entre os homens, são maiores, em comparação às mulheres, os percentuais dos que identificaram como direitos das mulheres os atributos domésticos – como cuidar da casa, tratar bem do marido, cuidar dos filhos, etc. – sugerindo que na visão masculina, os direitos se confundem com os “deveres”. Chama a atenção, especialmente, a recorrência com que o trabalho doméstico e reprodutivo – trabalho essencialmente feminino - é considerado um direito, com destaque para o Rio Grande do Sul, onde 80% dos homens consideram os afazeres domésticos um direito da mulher. Consistentemente, o segundo e o terceiro maiores percentuais predominantes entre os homens – diferentemente das mulheres – são os já comentados atributos emocionais e de caráter, e o conceito genérico de igualdade, justiça e oportunidade.

O ordenamento dos percentuais encontrados nas categorias de maior incidência na Tabela 53 apresenta o resultado observado no Quadro abaixo:

HOMENS	MULHERES
1) Atributos emocionais e de caráter	1) Melhores condições de vida não material e direitos econômicos
2) Melhores condições de vida não-material	2) Liberdade, independência, direito de ir e vir
3) Igualdade, justiça, oportunidade	3) Atributos emocionais e de caráter
4) Atributos domésticos	4) Direito ao lazer

Essa distribuição sugere que não existe entre os homens assentados uma percepção efetiva do que sejam os “direitos da mulher”, exceto a menção a valores éticos genéricos como “igualdade, justiça, oportunidade” – que, enquanto direitos, aplicam-se indistintamente aos seres humanos de ambos os sexos.

Entre as mulheres, embora haja numerosas referências às melhores condições de vida não material e aos atributos emocionais e de caráter, registram-se significativas indicações dos direitos econômicos, da liberdade, independência e direitos de ir e vir e do direito ao lazer.

No que se refere ao lazer, as mulheres ressentem-se de não ter a mesma autonomia que possuem os homens e de não poder sair para se divertir. Elas reivindicam o direito de passear, sair de casa um pouco: “*meu maior sonho é sair, viajar, visitar minhas amigas que ficaram para trás em outros lugares*”. Nos depoimentos, afirmam que o direito ao lazer não é igual para homens e mulheres, pois é ele quem decide se a mulher pode ou não participar das mesmas atividades de que ele participa. Elas querem, sobretudo, poder sair e ir a festas. Porém, na opinião masculina, sair com a mulher, levá-la a locais onde existem outras mulheres, não é divertido, pois eles não podem desfrutar da sua própria liberdade.

de : “*olhar para outras mulheres, nem dançar*”; “*A gente casa com a mulher, passa a vida inteira, quer sair pro forró, prá festa, às vezes vai prá se divertir. Vai levar mulher prá fazer o quê?*”.

Esses dados mostram as marcantes diferenças entre homens e mulheres quanto à liberdade de comportamento, às percepções e ao exercício dos direitos.

De fato, assentados e assentadas compartilham uma imagem feminina que agrega atributos de inferioridade, subordinação, constrangimento e medo, cabendo ao sexo masculino as características de superioridade, força, coragem e liberdade em todas as suas acepções. Essas imagens e modelos são transmitidos às novas gerações mediante padrões de socialização que diferenciam claramente meninos e meninas.

Nada disso, entretanto, permanece inquestionado. As mulheres consideram a responsabilidade, a inteligência e a experiência como atributos acessíveis ao sexo feminino, não sendo prerrogativa dos homens. E muitas delas reconhecem a diferenciação de papéis que é imposta por elas próprias aos seus filhos e lutam por superar tais desigualdades.

Esses sinais de mudança nas relações de gênero também se manifestam quando são colocadas em tela as percepções sobre os direitos da mulher. Entre os homens, predominam leituras nas quais se confundem atributos emocionais e de caráter – constitutivos das imagens femininas – com o direito a melhores condições de vida não material e valores universais como igualdade, justiça, oportunidade. Já entre as mulheres, são mencionados os direitos econômicos – inclusive ao cadastramento, à propriedade da terra e à remuneração do trabalho –, a liberdade e o direito ao lazer, todos esses representando suas maiores carências e necessidades.

Essa distribuição sugere que não existe entre os homens assentados uma percepção efetiva do que sejam os “direitos da mulher”, exceto a menção a valores éticos genéricos como “igualdade, justiça, oportunidade” – que, enquanto direitos, aplicam-se indistintamente aos seres humanos de ambos os sexos.

Entre as mulheres, embora haja numerosas referências às melhores condições de vida não material e aos atributos emocionais e de caráter, registram-se significativas indicações dos direitos econômicos, da liberdade, independência e direitos de ir e vir e do direito ao lazer.

No que se refere ao lazer, as mulheres ressentem-se de não ter a mesma autonomia que possuem os homens e de não poder sair para se divertir. Elas reivindicam o direito de passear, sair de casa um pouco:

“meu maior sonho é sair, viajar, visitar minhas amigas que ficaram para trás em outros lugares”. Nos depoimentos, afirmam que o direito ao lazer não é igual para homens e mulheres, pois é ele quem decide se a mulher pode ou não participar das mesmas atividades de que ele participa. Elas querem, sobretudo, poder sair e ir a festas. Porém, na opinião masculina, sair com a mulher, levá-la a locais onde existem outras mulheres, não é divertido, pois eles não podem desfrutar da sua própria liberdade : *“olhar para outras mulheres, nem dançar”*; *“A gente casa com a mulher, passa a vida inteira, quer sair pro forró, prá festa, às vezes vai prá se divertir. Vai levar mulher prá fazer o quê?”*.

Esses dados mostram as marcantes diferenças entre homens e mulheres quanto à liberdade de comportamento, às percepções e ao exercício dos direitos.

De fato, assentados e assentadas compartilham uma imagem feminina que agrega atributos de inferioridade, subordinação, constrangimento e medo, cabendo ao sexo masculino as características de superioridade, força, coragem e liberdade em todas as suas acepções. Essas imagens e modelos são transmitidos às novas gerações mediante padrões de socialização que diferenciam claramente meninos e meninas.

Nada disso, entretanto, permanece inquestionado. As mulheres consideram a responsabilidade, a inteligência e a experiência como atributos acessíveis ao sexo feminino, não sendo prerrogativa dos homens. E muitas delas reconhecem a diferenciação de papéis que é imposta por elas próprias aos seus filhos e lutam por superar tais desigualdades.

Esses sinais de mudança nas relações de gênero também se manifestam quando são colocadas em tela as percepções sobre os direitos da mulher. Entre os homens, predominam leituras nas quais se confundem atributos emocionais e de caráter – constitutivos das imagens femininas – com o direito a melhores condições de vida não material e valores universais como igualdade, justiça, oportunidade. Já entre as mulheres, são mencionados os direitos econômicos – inclusive ao cadastramento, à propriedade da terra e à remuneração do trabalho –, a liberdade e o direito ao lazer, todos esses representando suas maiores carências e necessidades.

ANEXO IV

TABELA 51 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO OPINIÃO SOBRE A IGUALDADE DE DIREITOS E OPORTUNIDADES ENTRE OS SEXOS, EM 1999 (%)

Igualdade de direitos e oportunidades	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Os direitos são iguais para ambos os sexos*	90,0	84,5	89,0	79,5	96,5	89,0	86,0	92,0	85,5	75,5	90,5	91,0
As oportunidades** são iguais para ambos os sexos	50,0	55,5	59,5	55,0	69,5	64,0	72,5	68,5	58,5	54,5	73,5	70,5

Fonte: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

* Esses dados correspondem às respostas afirmativas à pergunta: "Você acha que homens e mulheres têm, de fato, os mesmos direitos?"

** Esses dados representam o resultado de uma escala das oportunidades de acordo com a percepção sobre seu nível de igualdade entre os sexos. As oportunidades para estudar foram mais freqüentemente citadas como com maior nível de igualdade entre homens e mulheres e, por isso, receberam peso um. Em seguida, aparecem as oportunidades para aprender coisas novas (peso dois), as oportunidades para tomar decisões (peso três), as oportunidades para trabalhar (peso quatro), as oportunidades para escolher o que fazer da vida (peso cinco) e, por último, as oportunidades para sair de casa (peso seis). Os valores da ponderação das oportunidades foram categorizados como "as oportunidades são iguais para ambos os sexos" (valores entre 1,00 e 1,50) e "as oportunidades não são iguais para ambos os sexos" (valores entre 1,51 e 2,00).

Legenda: H = homens; M = mulheres.

7. Gênero, Participação e Poder nos Assentamentos Rurais

Como foi visto nos capítulos anteriores, existem desigualdades de gênero que se expressam entre os assentados/as como assimetrias no exercício dos direitos. Isso, possivelmente, afeta a participação cidadã das mulheres no que se refere à posse e uso da terra e ao envolvimento no processo de tomada de decisão nos espaços de representação dos assentados/as.

Em parte devido a essas desigualdades – mas também por outros motivos -, a participação das mulheres, nos assentamentos, é considerada uma questão privada, individual ou familiar, não sendo objeto de discussão nas assembléias e reuniões. Cabe indagar quais as percepções e atitudes dos assentados/as sobre a participação feminina e masculina, e como essas orientam as diversas modalidades pelas quais indivíduos, de ambos os sexos, participam nas instâncias de poder dos assentamentos e das organizações de trabalhadores rurais. O objetivo é verificar como operam os mecanismos de participação frente às desigualdades de gênero e conhecer os padrões atitudinais e os mecanismos internos que permitem e/ou sustentam as assimetrias existentes.

Os arranjos organizacionais nos assentamentos rurais

Sob a perspectiva de gênero, participar expressa a busca de autonomia e pode envolver tanto posições de enfrentamento, como de colaboração e composição de interesses. Ou seja, a participação é, sempre, de natureza política. Mas o envolvimento com os processos coletivos nos assentamentos pode ser afetado por vários outros fatores, não somente políticos, mas também atitudinais, além de incorporar interesses, oportunidades e disponibilidades, e as diversas configurações organizacionais assumidas pelo ambiente onde a participação se realiza.

Os assentamentos apresentam diferentes formas de organização, dependendo da sua história, localização geográfica, orientação político-ideológica, de seus vínculos institucionais e de sua composição. Em geral, possuem associações – às vezes denominadas “diretorias” – compostas por núcleos específicos de produção, saúde, educação, pecuária, transporte etc. – que formam coordenações gerais.

Segundo o relato de uma assentada, em um dos assentamentos do Rio Grande do Sul o arranjo organizacional assume o seguinte formato:

Todos os assentamentos são organizados em grupos de famílias, seis, sete, ou oito famílias. Aí, então as decisões são definidas ali. Eu acho que tem as discussões entre grupo, tem a regional, que é onde esses coordenadores de grupo vêm pra essa reunião, onde são tomadas as decisões, as definições. Depois é levada para os grupos, e daí depois tem sempre assembléia também do assentamento, que é onde se reúne todo mundo pra definir, tanto questões da comunidade, como da regional . (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Em grande número de assentamentos a assembléia é o órgão máximo de decisão, sendo convocada pelos coordenadores de núcleos/grupos, ou pelos associados da cooperativa, ou reunindo-se, ordinariamente, uma vez por mês.

Em vários assentamentos – alternativamente às associações, ou não – existem cooperativas organizadas para proporcionar infra-estrutura e equipamentos de uso comum, facilitar o acesso a créditos e encaminhar demandas por serviços como, por exemplo, eletrificação rural.

Os núcleos – também chamados de grupos – costumam ser a base da estrutura organizacional, seja ela de cooperativas ou de associações. Eles podem formar-se segundo critérios de vizinhança, por laços sociais estabelecidos durante o período de acampamento, por contigüidade das áreas e também por interesses políticos. Nos assentamentos maiores, os núcleos podem ter até 50 pessoas.

Há assentamentos que, devido a clivagens políticas e ideológicas ou desavenças internas, possuem mais de uma associação, sendo algumas ligadas às federações sindicais, outras ao MST, algumas a outros movimentos de trabalhadores rurais e ainda outras, independentes. Frequentemente, essas divisões internas estão associadas a disputas por liderança. Observadas as especificidades interestaduais e interorganizacionais, as relações entre diferentes níveis de liderança e entre esses e a base assumem a seguinte dinâmica:

Tem as lideranças, tem os líder de grupo, tem o líder do assentamento, e daí se discute, fazem as reuniões para os líderes dos assentamentos e depois, de grupo, né, e depois vai pra base, leva a pauta que foi discutida, aprova o que foi

discutido, se discute se tem alguma coisa que não foi discutida, volta e discute de novo.(Grupo Focal de Mulheres, RS).

Seja qual for o arranjo organizacional, a participação feminina deixa a desejar: *“As mulheres participam, nem todas. É, faz reunião, normalmente assim, os homens dá noventa, cem por cento, mas as mulheres dá em torno de trinta, quarenta por cento”*.

Do acampamento ao assentamento – uma história de luta e participação

Vale indagar, se os índices de participação feminina nas instâncias decisórias dos assentamentos é própria desses ambientes ou se, nesses, apenas são replicados comportamentos femininos típicos, independentemente do contexto. Para esse fim, a análise terá como ponto de partida o exame da participação feminina nos acampamentos¹.

Freqüentemente os assentamentos se originam de acampamentos. Nesses casos, acampar corresponde à seleção de uma estratégia de ocupação coletiva e organizada, visando a conquista da terra. Os acampados se dispõem a deixar seus domicílios, enfrentar a resistência dos proprietários da terra ocupada, a montar barracos, a levar suas famílias para um período de vida precária, a enfrentar a polícia, a serem despejados, a tentar produzir em condições inadequadas etc. Cabe indagar se os acampamentos – ao contribuírem para a formação de identidades coletivas e de laços horizontais de solidariedade –favorecem a superação das desigualdades de gênero nos assentamentos.

A dinâmica dos acampamentos implica que todos exerçam alguma função. Cabem, às mulheres, além do trabalho reprodutivo, as tarefas “mais femininas”, ligadas à saúde, educação e infra-estrutura: coordenadoras da merenda, da Pastoral, de higiene, da escola etc. Em alguns relatos aparecem mulheres em cargos de “direção” dos acampamentos:

¹ Os dados quantitativos desta pesquisa foram coletados em assentamentos originados de processos diversos, mas os dados qualitativos referem-se, estritamente, aos que tiveram sua gênese em processos de luta.

Então, a participação nossa, tanto nos enfrentamentos, como, principalmente, na questão das mulheres se organizar pra discutir a questão da saúde, e pra juntas assim, começar algum trabalho concreto, fazer acolchoado, aquecer roupa, essas coisas. Durante o acampamento dá até pra se dizer que teve a participação das mulheres na direção, né, não era direção naquela época, era Comissão Central, né, que se chamava, e nós tínhamos duas mulheres, na Comissão Central. (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Além desses encargos, elas colaboram com o sustento da unidade familiar:

Desde quando nós chegamos lá que nós fomos logo inventando alguma hortinha pra nós, uma criaçõzinha de galinha, nós não fiquemos só aqui no cantinho, não. Nós se organizamos, plantamo a bananeira, plantamo o pezinho de tudo. Lá na hortinha que nós fizemos, nós se organizamo lá. Foi maravilhoso, nós não ficava à toa, quietinha, só num canto... (Grupo Focal de Mulheres, CE).

No entanto, os relatos mostram que durante a fase do acampamento, as mulheres exerceram diferentes papéis:

Só o que nós sabia, é que nós ia acampar. Aí chegamos de madrugada, fomos fazendo os barracos, fomos se encontrando com as outras mulheres dos outros municípios, e fomos formando os barracos. Aí, no outro dia, a primeira coisa que veio, foi a polícia. E daí, a participação das mulheres sempre junto com os maridos, e as crianças também, foi bastante difícil. (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Em muitos casos, percebe-se uma presença feminina ativa nas mobilizações, havendo registro da participação das mulheres em confrontos armados: “... mulheres participam na luta, de igual pra igual... aconteceu de mulher grávida, de sete meses levar um tiro na barriga, né, então, tem coisa muito violenta assim que aconteceu”.

Elas aparecem lutando de forma igualitária: estão presentes nos saques, nas mobilizações, sofrem a repressão policial tanto quanto os homens e, ainda, servem como um importante elemento estratégico na ocupação:

Porque vai o homem sozinho lá e eles não tinham muita força. Eu pensei no homem sozinho e a gente ia junto... Eu penso assim, eu casada com meu marido, a gente vivia sempre junto, agora ele lá e eu ficar onde, sozinha? Fazendo o quê? Então a gente tem sofrer do lado. Não vai ficar um prum canto e outro pra outro. Se ele vai lá sozinho, amanhã ou depois, ele ia requisitar uma terra, ele dizia: 'você não me ajudou e não te quero mais agora!' Tem tudo isso... (Grupo Focal de Mulheres, PR).

A mulher... É ela que garante. Hoje, já se tem claro isso, se a mulher não vai junto, o homem não fica. Agora, se a mulher vai junto, o homem é capaz de desistir, mas a mulher permanece lá. No acampamento principalmente, é a mulher que fica resistindo mesmo, até o último momento, por causa do quê, porque é em cima dela que tá essa responsabilidade dos filhos e aí...Ela não se joga ali, em qualquer aventura, então ela fica lutando e fazendo com que o homem tenha forças de continuar firme ali, no lote com ela. (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Em Estados como Paraná e Rio Grande do Sul, os próprios movimentos sociais estabelecem o imperativo da ida das famílias – inclusive mães e filhas – para os acampamentos, o que força maior participação das mulheres na luta pela terra. Por isso, na maioria das vezes, as mulheres estavam presentes nos acampamentos com todos os filhos fora de idade escolar. Alguns depoimentos ressaltam a importância da presença feminina na luta: “*se nós não tivesse juntos naquela luta, talvez nós não tinha orientação, nós tinha perdido até nosso pedaço de terra que nós tem hoje*”. Alguns assentados/as relatam que o MST tem como política que toda a família participe, já que a presença dela faz com que a ocupação tenha mais legitimidade e não pareça “*coisa de arruaça*”.

A participação feminina também é crucial para a estratégia de aumentar o custo da repressão e assim evitar a violência: “*Nós, as mulheres e as crianças. Que iam pra frente dos policiais*”. O discurso dos assentados/as registra situações em que as mulheres e as crianças enfrentaram a repressão policial e as milícias privadas:

la pro mato aqueles que eram mais procurados. Então, eles chegavam assim: 'Eu quero o cabeça, eu quero fulano, fulano...'. Eles mesmo falavam com a gente. E aí nós ia pra frente deles pedir que eles não fizessem isso, que nós não tava lá pra matar ninguém, não tava pra roubar, nós tava lá atrás do direito que era da gente, do pedaço de terra que era um direito nosso. O INCRA tinha colocado lá na placa que nós tinha direito em tanto e ele não deu aquele total. (Grupo Focal de Mulheres, BA).

As mulheres aparecem nos discursos como figuras proeminentes, que ajudam na mobilização e incentivam a luta:

Então, eu acho que o papel da mulher na organização é muito importante. Uma que incentiva, incentiva muito a pessoa, porque você tá vendo, você tá participando ali com a pessoa, você tá vendo uma mulher ali, que talvez fala assim, não é nada, né. Mas você vai ver ela é mais forte do que o próprio homem. A mulher quando vai prá uma mobilização, ela grita mais, ela levanta mais foice do que os homens, os homens sempre mais se acomodam, chega na hora "H", tá uns debaixo das árvores, outros estão por lá, as mulheres a gente vê que faz mais à frente do que os homens. (Grupo Focal Misto, MT).

Em alguns locais, foram as próprias mulheres que tomaram a iniciativa de se organizar na luta pela terra, enfrentando a resistência dos maridos, suas críticas e ameaças de separação: *"No meu caso, eu comecei minha luta escondida do meu esposo, porque falar em 'sem terra', grupo de reforma agrária nem pensar.."*

Entretanto, existem relatos segundo os quais a mulher assume um papel secundário no que tange à luta e, quando presente no acampamento, restringe-se aos trabalhos domésticos, servindo somente como um suporte aos homens.

Além disso, em algumas entrevistas, apesar de ser reconhecida a importância do papel da mulher, aparecem dificuldades para indicar as funções que elas desempenhavam nos acampamentos. Sua participação é vista, nesses casos, como uma contribuição às atividades dos homens. É *"estar ao lado do companheiro"*; *"pedir a Deus para dar força"*.

Contudo, há outros relatos nos quais menciona-se que as mulheres não chegaram nem a ir ao acampamento, limitando-se a ficar em casa de

parentes ou na antiga residência da família durante o período em que o marido estava envolvido na luta pela terra. De fato, em certos locais, as mulheres confirmam que não participaram do acampamento e só se mudaram depois que os esposos conseguiram a terra.

Alguns assentados/as sustentam que o fato de haver mais homens do que mulheres acampados se explica, principalmente, pelo perigo que isso representa para elas e pela necessidade de guarda dos filhos. Nesses casos, as mulheres permaneciam nas terras que os maridos cultivavam anteriormente, trabalhando por eles, cozinhando e cuidando das crianças e dos demais afazeres.

Uma outra situação recorrente é a das mulheres que ficavam empregadas nas cidades ou no campo e sustentavam seus filhos e o marido enquanto ele estivesse acampado: *“Eu tinha de manter ele aqui, eu trabalhava no açougue prá manter ele aqui...”*. Segundo as assentadas, essa foi uma época muito difícil, pois tinham que arcar com o sustento do marido no acampamento e da família em outro local, além de cobrir outros compromissos financeiros: *“Aí, eu não vim pra lona no acampamento, nós ficamos lá limpando soja, e trabalhando pra pagar o banco, que nós tava endividado no banco, daí veio só o meu marido”*.

Por vezes, ocorria o contrário: o homem trabalhava e sustentava a casa e a mulher ia acampar em seu lugar: *“Como tinha as mulheres que trabalhavam na cidade, tinham algumas mulheres que ficavam aqui no acampamento, acampavam para o homem poder trabalhar lá fora...”*.

Acampamento versus Assentamento: padrões diferenciados de participação feminina

Um aspecto que merece especial atenção é a diferença entre os papéis exercidos pelas mulheres na etapa de acampamento e na fase posterior, quando se constitui o assentamento. Independentemente do Estado onde foi realizada a pesquisa, registram-se padrões de participação feminina diferenciados conforme o contexto – acampamento ou assentamento:

A participação das mulheres no acampamento, a gente pode avaliar de uma forma, depois no assentamento se avalia de outra forma. No acampamento, pela pressão da polícia, né, por toda essa questão, os próprios homens admitiam que mais de 50% da conquista da terra se devia à participação das mulheres. (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Aqui mudou porque cada um tá no seu, não tá todos igual mais. Lá [no acampamento] coordenava aquele grupo todo, cada um tinha a sua função ali dentro, né. Agora muitos têm ainda a sua função de coordenador, tem coordenador de grupo, a gente participa das reuniões com as coordenadoras, tem operador... mas mudou. (Grupo Focal de Mulheres, MT).

São diversas as hipóteses levantadas pelos assentados/as na tentativa de explicar essas diferenças. Uma delas atribui a mudança dos padrões de participação feminina a uma transformação da natureza dos objetivos pessoais após a conquista da terra: *“Então, se o objetivo dela era só terra, né, aí acaba ficando somente com a terra”*.

Ao se referir à importância da participação das mulheres no acampamento, em comparação com o assentamento, os assentados afirmam que as mulheres se dispersaram, *“se acomodaram”*, porque atingiram seus objetivos: *“E depois que vai para o assentamento a coisa muda, que daí, cada um tem o seu lote, daí a mulher começa a ter as coisinhas, ou é dona da casa, os filhos, e vai ficando por aí, não participa muito mais nas lutas, clara”*.

Em alguns relatos, essa acomodação exhibe traços de comportamento fortemente individualista: *“E muitas mulheres não se importam muito, né? É que às vezes umas são bem acomodadas e diz: - ‘Agora, eu tenho a terra, o que eu vou querer com reunião? Agora, eu tenho a terra, que se lasquem os outros, né?’ ”*.

Porém, o exame do cotidiano feminino deixa claro que as mulheres – especialmente as que são casadas e mães – têm mais dificuldades de participar devido às responsabilidades e ao peso da sua rotina de trabalho doméstico e extradoméstico: *“As mulher, uma parte ficava tomando conta, tinha as criança pequena, e outras foi trabalhar junto com os homens. Hoje as mulheres participam menos. É serviço demais, né?”*.

Além disso, o relato das assentadas deixa claro que a participação feminina é limitada por constrangimentos fundados nos papéis de gênero, que as impedem de livremente se ausentar do assentamento.

Uma outra hipótese sustenta que o desempenho de papéis de gênero estabelece referenciais diferenciados entre os sexos, afetando o cálculo de custo/benefício a partir do qual decidem participar, ou não. O primeiro elemento desse cálculo é a noção de obrigação, assumida pela mulher, mas não mencionada quanto ao homem: *“Se ela é obrigada a ir, exigida, a mulher vai. Então, muitas mulheres, elas se sentem no dever de participar, se sentem assim: - ‘Ah! Tem reunião do grupo e eu tenho que ir’ ”*.

QUADRO 7.1 - E se a mulher é casada?

Grupo Focal Misto, MT

Sempre, lá no acampamento, é uma coisa. Quando chega no assentamento, começa aquela coisa que só os homens participam. Se vai prá uma liderança, se a mulher é casada não pode ir, se vai sozinha, é muitos poucos caras que têm essa consciência de uma mulher assumir o cargo sozinha. Talvez no mesmo tempo que tá no assentamento tem que sair, talvez fica aí quinze, vinte dias prá fora. E eu acho que isso, na mente dos homens, prá eles, não é bom, né. Então, têm que ser os homens que têm que colocar isso de dentro prá fora, não as mulheres. Então, eu acho que não é por causa delas, é por causa dos próprios maridos.

O segundo componente da lógica de participação feminina é o imperativo de planejar e selecionar estratégias para minimizar as alterações que o seu afastamento para participar pode introduzir nas rotinas pelas quais ela é responsável:

Se for de forma bem organizada, tu consegue levar um grande grupo de mulheres...Então, as mulheres precisam ter muito mais claro, quando sai pra participar de alguma mobilização, alguma luta. Ela tem que saber que dia, o mês, ou como é que vai ser a coisa. Se ela sabe isso, aí ela vai, ela se sacrifica, ajeita lá com a vizinha pra cuidar os filhos, a vaquinha, e vai, participa. Porque ela tem essa outra preocupação que o homem, infelizmente, não tem, a preocupação de casa e filho é da mulher. (Grupo Focal de Mulheres, RS).

O último elemento seria uma incapacidade feminina de aquilatar a relevância da participação, o que interferiria não apenas na decisão da mulher quanto à sua própria participação, mas também na sua reação frente à participação masculina, que expressa maior autonomia:

Porque acontece muito disso aí, às vezes elas toma até toma conta do marido porque ele participa das reuniões, né. Mas o homem vai lá e decide e pronto, ponto final. A não ser, de repente, se ele decidir que achou importante alguma coisa, e decidir que tem que fazer, talvez, leva até um xingão da mu-

lher... Mas ela não sabe a importância do ir, isso que eu quero dizer, porque às vezes, o marido não explica também, bem explicadinho, então ela não participa. (Grupo Focal de Mulheres, RS).

No discurso dos assentados/as aparece claramente a diferença da dinâmica existente entre o acampamento e o assentamento: “*No acampamento isso é mais espontâneo, parece que a mulher tá mais ativa, mais dinâmica, tem que ir agitar até a polícia, ou cutucar, vai indo, vai levando as criança pra pressionar*”.

Aparentemente, as mulheres se mobilizam e participam em momentos decisivos, mas não sustentam o seu envolvimento na rotina da ação coletiva:

Mulher tem que cuidar da casa, a distância...É longe, né, vem a pé, outros vem de bicicleta, e pra mulher é difícil. Homem tem que ir pra mobilização, então os coordenadores não ficam muito aqui dentro, mas existe algumas mulheres que ainda encaram trabalhar como coordenadora. (Grupo Focal de Professores, MT).

Finalmente, a última hipótese descarta a existência de motivos diferenciados e até mesmo de padrões de participação distintos entre homens e mulheres. Nesse caso, o declínio da participação atingiria tanto homens quanto mulheres devido à rotinização do cotidiano nos assentamentos, que esvaziaria o caráter de mobilização presente aos acampamentos. Os relatos mostram que o esvaziamento da atividade associativa parece não se limitar aos membros do sexo feminino: “*Quando era acampamento, toda reunião que fazia já resolvia tudo, era solucionado problema. Hoje em dia, é assentamento e só faz reunião prá nada, não se resolve nada, não sei por quê*”.

Chama a atenção, porém, que na fala dos assentados/as são raras as menções à baixa participação dos homens, nem é percebido que o retraimento da participação, nas diferentes fases de acampamento e assentamento, abrange os indivíduos de ambos os sexos. Os dados da tabela que se segue mostram claramente que, diante da intensa mobilização dos acampamentos, após serem assentados/as, tanto os homens quanto as mulheres exibem baixos índices de participação. Vale notar, contudo, que, de fato, elas participam ainda menos que eles.

Como mostra a Tabela 54, esse é um comportamento generalizado, embora haja variações entre os Estados. Quando se trata da faixa de participação alta, torna-se mais evidente a diferença entre homens e mulheres: as proporções delas se reduzem à metade dos percentuais masculinos, ou menos, à exceção do Mato Grosso.

TABELA 54 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO O GRAU DE PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO ASSENTAMENTO, EM 1999 (%)

Grau de Participação	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nenhuma/ Baixa	44,0	80,0	39,0	74,0	48,0	64,0	75,0	81,0	32,0	58,5	61,0	79,0
Média	36,0	17,0	35,5	18,0	27,0	18,0	14,0	11,0	36,0	24,5	23,0	15,0
Alta	20,0	3,0	25,5	8,0	25,0	18,0	11,0	8,0	32,0	17,0	16,0	6,0
TOTAL	100,0 (256)	100,0 (239)	100,0 (375)	100,0 (387)	100,0 (212)	100,0 (217)	100,0 (197)	100,0 (204)	100,0 (201)	100,0 (198)	100,0 (198)	100,0 (190)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

* Os dados da tabela acima foram obtidos por meio de ponderação e categorização das respostas aos seguintes tipos de participação: assistindo às discussões, falando, dando opinião, votando ou organizando.

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

Na Tabela 55, são apresentados os dados do Rio Grande do Sul sobre participação a fim de exemplificar como operam os mecanismos de participação em todos os Estados pesquisados. Nesta Tabela estão cruzadas, por sexo, a participação na luta pela terra – portanto, na fase do acampamento – e nas assembleias do assentamento. As duas variáveis estão diretamente correlacionadas, ou seja, quanto mais freqüente é a participação na luta pela terra, maior é o comparecimento às assembleias nos assentamentos. Entretanto, essa correlação é afetada pelo sexo dos assentados/as. Ou seja, entre os homens a experiência de lutar pela terra tem maior impacto sobre a participação nas assembleias do que entre as mulheres.

Do discurso de algumas assentadas que exercem liderança em um dos assentamentos visitados extrai-se uma hipótese acerca de diferentes atitudes femininas quanto à participação: o envolvimento na luta pela

TABELA 55 - ASSENTADOS/AS POR SEXO E PARTICIPAÇÃO NA LUTA PELA TERRA, SEGUNDO PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLÉIAS DO ASSENTAMENTO, EM 1999. (RIO GRANDE DO SUL) (%)

Participação nas Assembléias	Homens		Mulheres	
	Luta pela terra		Luta pela terra	
	Participou	Não Participou	Participou	Não Participou
Participa	96,8	75,0	81,8	51,9
Não Participa	3,2	25,0	18,2	48,1
TOTAL	100,0 (187)	100,0 (12)	100,0 (170)	100,0 (27)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

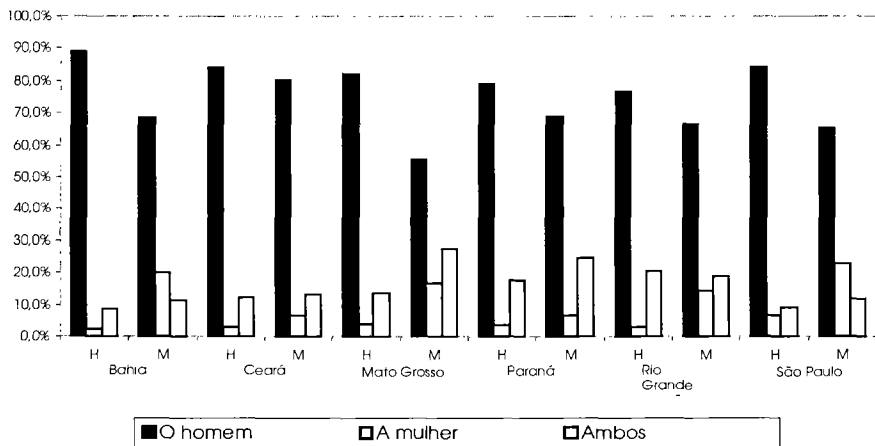
terra contribuiria para a formação de comportamentos, senão mais participativos, pelos menos mais conseqüentes entre as mulheres assentadas, e permitiria discriminar dois grupos:

Eu vejo no próprio trabalho das mulher, no nosso assentamento, as que foram para o acampamento têm uma visão, e as que só vieram para o assentamento têm outra. As mulher que participa, por mais que não entenda muito, vem aqui hoje, só pra escutar, sabe. E aquela que não participa, ela só vem pra uma discussão quando é pra dar o contra, quando vai lutar com poder por uma coisa, aí ela tá lá gritando. Agora, pra uma participação, a mulher não comparece, e é isso aí que aconteceu. Aquela que enfrentou a luta, que enfrentou o acampamento, ela sabe entender, sabe compreender e sabe lutar pelo que quer... (Grupo Focal de Mulheres, RS).

A atividade participativa nos assentamentos

No exame dos padrões de participação, um importante indicador é o comparecimento às reuniões e assembléias do assentamento. Indagou-se aos assentados/as: “Em geral, quem da sua família vai às reuniões do assentamento?”. Como pode ser visto no Gráfico 17, segundo os assentados de ambos os sexos, o comparecimento masculino é maior que o feminino, sendo muito baixo o percentual de mulheres que freqüentam as reuniões.

GRÁFICO 17 - COMPARECIMENTO ÀS REUNIÕES DO ASSENTAMENTO, POR UF E SEXO, SEGUNDO O SEXO DOS QUE COMPARECERAM, EM 1999(%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = Homem; M = Mulher.

Entretanto, vale chamar a atenção para as discrepâncias entre os percentuais quando são comparadas as respostas controlando o sexo do informante: ou as mulheres superestimam o seu próprio comparecimento ou os homens subestimam o comparecimento feminino.

Na Tabela 56, é possível examinar mais detalhadamente a participação feminina nas assembléias dos assentamentos. As mulheres afirmam que assistem às reuniões em uma proporção equivalente à dos homens. Observa-se que, embora tanto a participação de homens quanto a de mulheres sejam significativamente mais baixas nas atividades de organização e coordenação das assembléias, as diferenças de percentuais entre os dois sexos são muito ilustrativas das assimetrias de gênero.

No que se refere ao exercício de cargos de liderança no sistema organizacional dos assentamentos, cabem às mulheres (Gráfico 18), além dos cargos tradicionalmente reservados ao sexo feminino – pro-

TABELA 56 - ASSENTADOS/AS QUE PARTICIPAM* DAS ASSEMBLÉIAS DO ASSENTAMENTO, POR UF E SEXO, SEGUNDO A FORMA DE PARTICIPAÇÃO, EM 1999 (%)

Tipo de Participação	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Assiste às discussões	81,0	85,5	93,5	90,0	67,0	79,5	65,5	71,5	83,0	81,0	80,0	75,5
Fala, dá opinião	68,0	35,0	64,0	48,5	67,5	56,5	49,5	43,5	79,0	58,5	53,0	44,5
Vota	70,5	40,0	89,0	64,0	59,5	47,0	29,0	25,5	83,5	67,0	54,0	45,5
Organiza	19,0	4,5	26,5	16,5	29,0	21,0	15,0	11,5	33,0	24,5	21,0	11,5
Coordena	13,0	3,5	16,0	7,0	24,5	14,5	10,5	5,5	23,5	14,5	12,5	6,0

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.
* Apenas respostas afirmativas a cada uma das formas de participação.

N (Bahia) = 438 assentados/as (250 homens e 238 mulheres); N (Ceará) = 594 assentados/as (367 homens e 227 mulheres); N (Mato Grosso) = 399 assentados/as (205 homens e 194 mulheres); N (Paraná) = 389 assentados/as (192 homens e 197 mulheres); N (Rio Grande do Sul) = 346 assentados/as (192 homens e 154 mulheres); N (São Paulo) = 321 assentados/as (182 homens e 139 mulheres).

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

fessora, agente de saúde – posições menores, subalternas e auxiliares na estrutura de liderança, basicamente voltadas para as rotinas administrativas: secretária, tesoureira, membro do conselho fiscal.

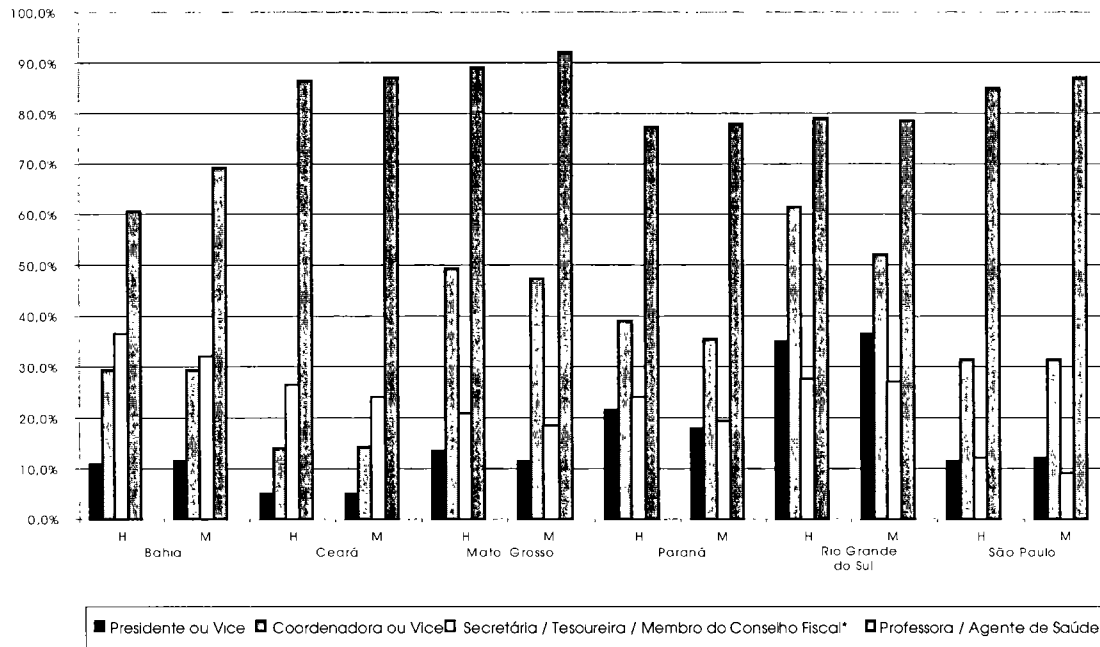
Esses resultados são corroborados nas entrevistas abertas com os assentados/as. Quando se pergunta sobre a participação na organização dos assentamentos e, especificamente, quais os setores coordenados por mulheres, uma das entrevistadas responde:

QUADRO 7.2 - Coordenadoras de painéis

Grupo Focal de Mulheres, PR.

Acho que não tem mulher coordenadora de grupo. Acho que é só homens. Que eu saiba não. As mulheres é coordenadora das painéis.

GRÁFICO 18 - ASSENTADOS/AS, POR UF E SEXO, SEGUNDO CONHECIMENTO DE MULHERES QUE EXERCEM CARGOS DE LIDERANÇA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999 (%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = Homem; M = Mulher.

A baixa participação das mulheres nas instâncias de poder dos assentamentos se deve, de acordo com os assentados/as, a várias razões. Algumas são imputadas às suas próprias limitações, tais como: dificuldade de falar em público, dificuldade de ser ouvida, horários excludentes, medo e discriminação.

As barreiras à participação podem assumir uma aparência extremamente trivial. O horário das atividades e reuniões, por exemplo, pode ser um poderoso fator restritivo à participação feminina. Várias reuniões são realizadas pela manhã ou ao final da tarde, o que, claramente, impede as mulheres de participarem, pois é quando estão mais ocupadas com seus trabalhos domésticos:

O pessoal coloca: - 'Não, mas as mulheres não vão nas reuniões de núcleo.' Eu digo: - 'Mas, que horas vocês tão marcando essas reuniões?' Que pra eles de manhã, não tem problema, só que as mulheres já não vão se é de manhã. Quando os homens tão lá, eles não tão preocupados se tem quem faz comida, ou tem vaca pra tirar leite de tarde. Mas as mulheres vão na reunião, mesmo se é de tarde, ela vai das duas às quatro; depois, começa a se mexer na cadeira pra cá e pra lá, porque pensa: - 'A vaquinha tá lá me esperando pra tirar leite, se eu não chegar, eu tenho que ir de noite lá no escuro'. Então, os homens não têm essa preocupação, a preocupação tá na mulher, isso nós não conseguimos mudar. (Grupo Focal de Mulheres, RS).

Um outro obstáculo, aparentemente sem maior importância – porque atribuído a limitações pessoais – é a dificuldade de se manifestar em público. De fato, as mulheres afirmam que, quando comparecem: “*estão lá, sentam caladinhas*”. Apesar de que “*não que é proibido falar, né; realmente ali todo mundo pode falar alguma coisa*”, existe uma restrição tácita a que as mulheres se manifestem em público, um constrangimento não-dito, não-explicitado, que é incorporado e obedecido, seja por timidez ou por insegurança:

Eu tiro que não devo falar, né? ... Não, é porque às vezes... : 'Não. O caminhão não é pra ir em tal canto!'. E eu acho que aquele caminhão pode ir naquele lugar ... Às vezes o pessoal fica ali e não fala alguma coisa, entendeu? Aí eu

fico quieta. Mas quando eu chego em casa, eu falo: 'Essa passagem aí eu achava que não devia ter.' (Grupo Focal de Mulheres, BA).

Esse sentimento é reforçado pelo fato de que, como explica uma professora, parece não ser bem visto que uma mulher participe. Às vezes, o próprio marido reclama da participação da esposa: *“Eu sou diferente ... eu vou em todas as assembléias e quase todas as reuniões. Meu próprio marido manda me calar, porque os outros não gostam, com raiva, né”*.

A discriminação e o constrangimento são apontados pelas próprias mulheres como elementos desmotivadores. Muitas vezes sequer são convidadas, porque *“são meia discriminada, parece que não são bem vista como uma diretoria, como uma liderança”*. Além disso, como sabem que suas opiniões não serão consideradas, acreditam que não vale a pena freqüentar esses espaços. Outras vezes, mesmo presentes, não se expressam porque *“o medo é mais forte”*.

Apesar de que elas achariam que a gente tinha o direito de falar, só que às vezes tem medo dos homens, né, tem medo de repressão que vem do lado dos homens. Eles não aceitam, né. Muitas nem vem pra reunião, pra não dar opinião. Nem vou, já que eu não posso dar opinião, não quero nem ver aquilo lá! (Grupo Focal de Mulheres, CE).

Alguns assentados, inclusive os mais jovens, insistem que não existe discriminação e que as mulheres não participam *“porque não querem”*, não reconhecem as limitações de gênero e apresentam tudo como uma escolha pessoal. O medo de enfrentar novas tarefas, assumir novas responsabilidades, sentirem-se incapazes – *“mulher tem uma mania de dizer que quem resolve coisas em banco é homem”*, é apontado como a causa para que elas não queiram assumir o mundo considerado público, refugiando-se no doméstico, mais próximo de seus valores, *“são muito apegadas a casa, aos filhos”*.

Porém algumas mulheres, especialmente algumas professoras asseguram que o homem tem sempre mais espaço do que a mulher nas reuniões da diretoria e nas assembléias gerais. Os participantes não gostam que elas falem, cortam-lhes a palavra durante as reuniões ou não escutam o que estão dizendo. Pensam que esse não é o papel feminino, pois as mulheres servem para ficar em casa e cuidar dos filhos:

Eu tenho vontade de vir, assim, numa reunião, mas eu tenho medo. A mulher se levantava prá poder falar alguma coisa, que tava errado, e eles mandavam se sentar. ‘Pode parar aí’ . Eles achavam que ela não tinha opinião própria prá falar alguma coisa, a mulher é pro pé do fogão. E é isso que eles pensam. Mas não é assim. (Grupo Focal de Mulheres, CE).

Há claras assimetrias de poder entre homem e mulher que impedem a participação. Frequentemente, os maridos ficam enciumados, não gostam que as mulheres participem: *“Ele sentiu-se um pouco ameaçado, disse que tava ficando perdido pra trás, e ele é uma pessoa bem disposta.”*

Há situações mais sutis, nas quais os homens não se queixam nem proibem: somente dificultam que as mulheres saiam de casa, não colaborando com as atividades domésticas, e assim impossibilitam seu comparecimento às reuniões:

Tem muitos maridos que não gosta não. Às vezes a mulher tem vontade de ir, mas eles não aceita... É porque tem duas coisas diferentes. Tem uma que é assim, o marido que proíbe ou briga mesmo. Tem outra que o marido não proíbe, não briga mas também não ajuda em nada. Se a mulher quiser ir, ela vai, mas tem que carregar a menina, deixar a comida pronta. O que menos tem é o homem querer que a mulher vá e ela não querer ir. (Grupo Focal de Mulheres, MT).

E há ocasiões em que as assentadas mencionam claramente o conflito pelo poder entre os sexos como um motivo para sua exclusão das associações: *“Aí eles ficam sendo os mais poderosos que as mulheres e as mulheres não têm voz nenhuma”*.

Alguns assentados asseguram que, desde o princípio do assentamento, as mulheres tiveram o direito de assumir as mesmas tarefas que os homens, desde que: *“cabíveis prá as mulheres assumirem”*. Em um dos assentamentos, onde a presidente da associação é uma mulher, persistiu a visão de poder predominante: *“Quando nós criamos o estatuto, nós pegamos um modelo de um já pronto, né, de outras associações... A gente tá querendo ver a possibilidade de fazer também essa mudança no estatuto...”*

QUADRO 7.3 – Só não tem é direito de falar

Entrevista com professora, BA;
Grupo Focal de Mulheres, CE

Eles dizem: ‘Ah! Lugar de mulher é em casa! Mulher devia era ficar em casa!’ Muitos dizem. Muitas vezes a gente tá falando a realidade e eles acham que é bobagem, né, que nós deveria ficar calada, se omitir de dar nosso parecer, a nossa palavra, deixar que só eles homens resolva.

Mulher não vem pra reunião. Eles não proibem de ir pra reunião não. Agora só não tem direito é de falar.. Eu não sou mais sócia. Eu era sócia, aí meu menino ficou no meu lugar. Então nas vezes que eu quiser vir, eu venho. No dia que eu achar que eu tenho direito de falar, eu peço licença e falo.

Diante disso, algumas mulheres manifestam a convicção de que não existe necessidade de os dois se associarem; elas sentem-se virtualmente representadas e “indiretamente participam”, não assumindo a sua particularidade e individualidade.

Em alguns assentamentos, as mulheres afirmam ter tomado parte tanto do processo de criação da associação quanto de sua consolidação. Mesmo nesse caso, elas falam como se tivesse sido uma concessão dos esposos: “Fiscal! Assim sabe? Eles davam chance né? Os maridos davam chance que as mulheres e que os jovens fizessem parte da associação. Tomasse frente da luta.”.

No mesmo sentido da subordinação feminina e da tutela masculina, alguns homens afirmam que não há barreiras à participação, pois a cooperativa é aberta e algumas mulheres trabalham dentro da cooperativa e “é como se tivesse trabalhando para o próprio esposo e tal. É um trabalho conjunto, só que a gente não trabalha para filiar mulheres até porque estão dispostas a qualquer momento, e o que é do marido é da mulher”.

Finalmente, uma poderosa barreira à participação reside no fato de que o trabalho feminino não é considerado produtivo. Por isso as mulheres são classificadas como “dependentes”, não participando das associa-

ções como sócias-titulares. Isso desestimula a participação feminina, pois somente titulares têm direito a voto. As várias dimensões da discriminação se superpõem, apresentando-se de diversas maneiras e, mesmo quando o marido está impossibilitado de se associar – por motivos de doença, por exemplo – ou quando a mulher é viúva, um dos seus filhos homens assume a representação da família junto à associação.

A principal justificativa apresentada para a exclusão das mulheres, em uma das associações, foi a de que o critério para ser sócio da associação é trabalhar “*no pesado*”, “*na enxada*”, o que remete ao problema, já examinado, da invisibilidade do trabalho feminino e da conseqüente assimetria de poder entre homens e mulheres:

Elas não são porque não quer, porque pra ser tem que trabalhar no pesado, o pesado é arrancar toco, brocar, capinar, fazer todo serviço pesado que só quem faz é homem aqui. No Ceará eu nunca ouvi falar que mulher trabalhasse igual ao homem. Se tem alguma mulher trabalhadeira, mas não chega nem aos pé do homem, porque mulher não vai pegar um xaveco, vai arrancar toco lá por acolá, não faz, né, homem aqui faz isso. (Grupo Focal de Lideranças, CE).

As poucas mulheres que são titulares da terra são automaticamente filiadas à associação do assentamento e participam assiduamente das reuniões. Entre as outras, cujos maridos são os titulares, a participação é mínima: “*De um a dez as que não são [titulares], frequentada as reuniões*”; “*nós somos os cadastrados*”. Porém, há a preocupação de lideranças em mudar essa regra². No grupo de liderança masculina, aparece a idéia de que, quando o governo assenta, está assentando uma família e não somente o homem e, portanto, as mulheres deveriam ter o direito a voto nas associações e toda a família deveria estar associada:

² Em um dos assentamentos, uma assentada faz referência a uma norma da associação que permite apenas aos maridos serem sócios. Essa norma é informal, não está no estatuto: “*Há, bom, várias leis que não têm no estatuto... eles forma aqui dentro*”. O motivo para essa norma é apontado como “*orientação do INCRA*”. Mas isso é contestado por outro participante, que diz ter a norma sido feita porque as mulheres perderam espaço na produção agrícola, com a introdução de outro trabalho, a tecelagem de redes de pesca.

A mudança que a gente quer fazer é que só o titular tem direito à voz e voto nas reuniões e eu acho de suma importância que a família participe. A gente sabe que isso aqui será de nossos filhos, principalmente os que já estão atuando que já acompanham comigo, né, então eles não têm direito a isso hoje. Então, eu acho de suma importância que o estatuto leve que a esposa e filhos de acima de 16 anos tenham direito à voz e voto... (Entrevista com Liderança, BA).

Assim, a participação das mulheres é muito restrita, sendo as diretorias dos assentamentos formadas quase exclusivamente por homens. Como a escolha é feita por votação, há uma compreensão de que as mulheres podem ser diretoras, caso queiram se candidatar. Entretanto, freqüentemente, nem há candidatas. A causa disso é vista de duas maneiras distintas pelas próprias mulheres. Algumas acham que é decorrência de uma distribuição desigual de poder nas relações de gênero; outras acreditam que é uma limitação das próprias mulheres, que não se sentem motivadas ou capazes – “*não dão conta*”, “*não querem*”, “*não gostam*”, ou têm “*preguiça*” – de assumir tarefas de direção ou mesmo de participar das decisões da entidade de organização do assentamento.

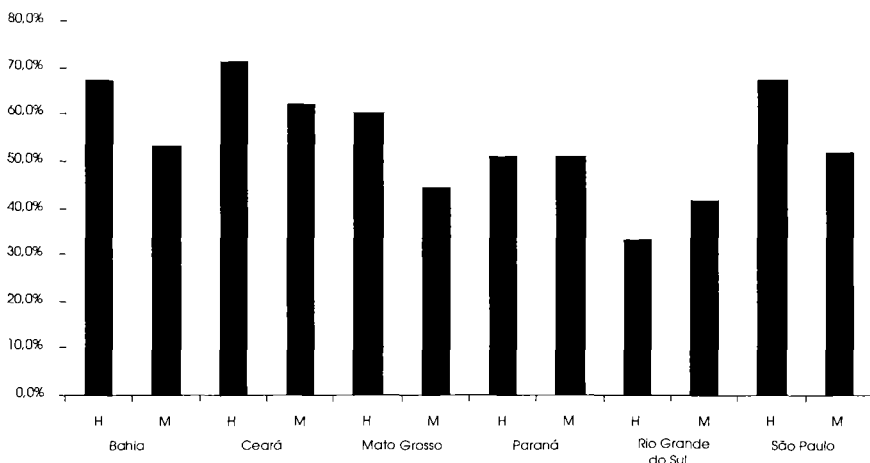
Paralelamente à constatação de que as mulheres não participam da organização política dos assentamentos, o discurso expressa a concordância de que elas deveriam ter a mesma participação na associação que os homens: “*Eu acho que deveria ter mulher*”.

Eu acho que é um tipo de preconceito da associação as pessoas mais velhas mesmo ter tomado essa atitude de as mulheres não ter o mesmo direito que o homem... Eu não faço parte de diretoria, sou só um sócio, se eu falar, não vai ser ouvido, mas eu acho que mulher ela tem que ganhar um espaço maior. (Grupo Focal de Rapazes, CE).

Porém, há exemplos de assentamentos que apresentam uma situação de forte rejeição ao papel político das mulheres. Num local a comunidade chegou a se mobilizar para que o *status quo* não se modificasse: no momento de formar uma cooperativa e escolher a direção, uma mulher saiu em primeiro lugar e os assentados/as fizeram “*um segundo turno e apresentou outro nome e fez campanha pra derrubar. Por quê? Prá dirigir a direção tem que ser um homem*”.

Essas formas de discriminação ocorrem também entre as mulheres: em um dos grupos organizados de um assentamento, não há representante do sexo feminino porque “*nós (os homens) que fomos escolhidos*”. Os assentados explicam que, na reunião de escolha da liderança, apesar de haver uma candidata, mais de 30 mulheres “*votaram em nós (homens)*”, porque as próprias mulheres acham que os homens têm mais possibilidades: “*mais jeito de falar, de viajar*”.

GRÁFICO 19 - ASSENTADOS/AS QUE CONSIDERAM SER HOMEM CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA O EXERCÍCIO DA LIDERANÇA NO ASSENTAMENTO, POR UF E SEXO, EM 1999 (%)



FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

LEGENDA: H = Homem; M = Mulher.

O evento acima relatado não é um fenômeno isolado. Como mostra o Gráfico 19 - com exceção das mulheres do Mato Grosso e dos homens e mulheres do Rio Grande do Sul - independentemente do sexo, a maioria dos assentados/as nos Estados pesquisados afirmou acreditar que ser homem é um requisito necessário para o exercício de cargos de liderança nos assentamentos.

Participar requer tempo, local para deixar os filhos, possibilidade de viajar e de fazer cursos e ter recursos financeiros para pagar uma mensalidade à associação. Um dos assentados comenta que as condições para as mulheres participarem vêm melhorando, porém elas continuam

sofrendo as restrições decorrentes das dificuldades para viajar e das suas obrigações para com o trabalho reprodutivo: "*Coordenadores tem mais homens, até porque fica difícil a mulher trabalhar*". Uma liderança feminina comenta dificuldades de ser líder e mulher, porém afirma que os homens acostumam-se a ver as lideranças de maneira neutra, dependendo da qualidade dos trabalhos que realizam: "*Agora eles vê a gente como liderança e não como mulher. Mas no princípio quando a gente começou a fazer o trabalho, parecia que o homem que tivesse lá resolvia*".

Apesar de haver localidades onde os homens insistem em que as mulheres participem, em geral elas são vistas como dispensáveis à associação. O líder de uma associação, chegou a afirmar que o seu único interesse em ter mulheres na diretoria é a possibilidade de atribuir a elas a execução de trabalhos "organizativos", ou seja, a manutenção da sede da associação, economizando o pagamento de uma doméstica para tais serviços e negando seu papel de agente político na comunidade:

QUADRO 7.4 - Não gastar dinheiro com empregada

Grupo Focal de Liderança, CE.

É, nessa parte aí se elas tivessem ficado pra zelar as casa [a Associação] tinha sido melhor ... Aí elas saíram e nós foi obrigado a arranjar uma [empregada doméstica] pra ficar trabalhando aqui. Ela tá ganhando o dela, né. Se tivesse essa mulher pra cuidar, já pra não gastar o dinheiro com empregada, já ficava com outra coisa para a necessidade da associação.

Essas atitudes se sustentam, possivelmente, a partir de um forte embasamento em um código de valores que organiza as relações entre os indivíduos de ambos os sexos e inclui, entre seus componentes, a subordinação feminina e a circunscrição da mulher às responsabilidades reprodutivas, como pode ser constatado na Tabela 57, a seguir. Observa-se que - com exceção dos homens no Rio Grande do Sul - a maioria dos assentados de ambos os sexos acredita que a mulher precisaria de autorização do marido para ser liderança no assentamento. Porcentagens superiores a 4/5 dos assentados e assentadas sustentam que para exercer a liderança, a mulher precisaria ter mais tempo e ter um lugar onde seus filhos fossem

TABELA 57 - ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO A ATITUDE COM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO DA LIDERANÇA DO ASSENTAMENTO POR MULHER, EM 1999 (%)

Acreditam que:	Bahia		Ceará		Mato Grosso		Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Para a mulher ser liderança no assentamento ela precisaria ter autorização do marido	91,5	86,0	87,5	82,5	71,0	69,0	77,0	71,0	49,5	54,5	88,0	81,0
Para a mulher ser liderança no assentamento ela precisaria de mais tempo	86,0	84,5	88,5	87,5	83,5	83,0	87,5	87,0	80,5	84,5	86,5	87,0
Para a mulher ser liderança no assentamento ela precisaria ter um lugar onde seus filhos fossem cuidados ou alguém para cuidar deles	86,0	86,5	90,5	91,0	86,0	89,0	91,0	88,5	85,5	86,0	87,5	91,5
É mal visto uma mulher deixar a casa e filhos para ser líder	38,5	30,0	34,5	29,5	33,0	31,0	23,5	27,0	17,5	20,5	34,5	28,0
Liderança de assentamentos é coisa para homem	31,5	21,0	40,5	31,0	24,5	18,0	15,5	19,0	18,0	20,0	41,0	23,5

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

N (Bahia) = 495 assentados/as (256 homens e 239 mulheres); N (Ceará) = 762 assentados/as (375 homens e 387 mulheres) ; N (Mato Grosso) = 431 assentados/as (213 homens e 218 mulheres); N (Paraná) = 404 assentados/as (199 homens e 205 mulheres); N (Rio Grande do Sul) = assentados/as (201 homens e 199 mulheres); N (São Paulo) = 388 assentados/as (198 homens e 190 mulheres).

LEGENDA: H = homens; M = mulheres.

cuidados ou alguém para cuidar deles. Uma porcentagem média superior a ¼ dos homens e mulheres nos seis Estados corresponde aos que acreditam que é mal visto uma mulher deixar a casa e os filhos para ser líder e aos que entendem que liderança de assentamentos é coisa para homem.

Os dados analisados neste capítulo indicam que existem substantivas diferenças de participação quando se comparam os assentamentos com os acampamentos. Nestes, a atividade participativa de homens e mulheres parecia marcada pelo ímpeto de conquista da terra e pela excepcionalidade do contexto de conflito e luta. Já nos assentamentos, uma vez conquistada a terra, parece ocorrer a rotinização da ação coletiva, com impacto sobre a participação de ambos o sexos. Ainda assim, as mulheres participam menos que os homens e isto se explica, claramente, pelos seguintes fatores: (1) as convicções de assentados e assentadas quanto aos papéis e às limitações de homens e mulheres no exercício das atividades associativas, inclusive de liderança; (2) as assimetrias das relações de poder entre homens e mulheres, que impõem constrangimentos diversos à participação feminina; (3) as barreiras formais – regimentais ou estatutárias – existentes e informais nos assentamentos, que limitam os direitos de participação às mulheres cadastradas, ou sócias das cooperativas, excluindo as demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos achados mais relevantes deste trabalho refere-se ao fato de que os assentamentos rurais representam um espaço privilegiado para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero.

Apesar da sua heterogeneidade, os assentamentos rurais se destacam do mundo rural como um todo por alguns atributos. Em primeiro lugar, possuem uma certa "territorialidade", ou seja, contam com limites espaciais definidos. Em segundo lugar, ao contrário de outras formações rurais, o seu cotidiano não se transcorre no isolamento, senão mediante regulamentos, divisão de trabalho e hierarquia que caracterizam organização. Em terceiro, devido à sua experiência de luta e da discriminação de que, muitas vezes, são alvo, os seus membros compartilham uma identidade social de "assentados". Finalmente, em virtude da conjunção desses atributos e da sua característica de permanência, os assentamentos rurais agregam significativo capital social.

Neles, a educação e, mais especificamente, a escolaridade são muito valorizadas, tanto pelos homens quanto pelas mulheres, que as vêem como vias de superação das barreiras sociais existentes. Embora sejam enfatizados seus aspectos instrumentais, especialmente como meios de ascensão social e de aumento da empregabilidade, os assentados também destacam o acesso aos bens culturais, à conscientização do mundo e à capacidade de transformar a sociedade pelo conhecimento dos próprios direitos e desenvolvimento da cidadania.

Para eles, a escola assume uma significativa dimensão como espaço de lazer e sociabilidade em um ambiente carente de alternativas, e é vista pelos pais como uma proteção contra as drogas e a delinquência juvenil. No entanto, as condições do equipamento escolar e a qualidade do ensino nos assentamentos deixam a desejar. A qualificação dos professores é considerada inadequada e insuficiente e constitui um obstáculo ao aprendizado. Além disso, sua rotatividade impede a continuidade dos cursos, atrasa o conteúdo programado e dificulta a construção de uma rede mais estreita entre os pais, os alunos e próprios docentes. As escolas são deficientes quanto a instalações, biblioteca e material didático. O acesso é difícil para os alunos, com longas distâncias a vencer e transporte precário.

Além disso, só oferecem as primeiras séries do ensino fundamental e raramente há escolas de nível médio, o que, freqüentemente, leva à interrupção dos estudos. Contudo a necessidade de trabalhar muito cedo é, ainda, o principal obstáculo ao progresso escolar dos jovens, levando, todos os anos, um grande contingente de alunos a abandonar os estudos.

Um dos achados mais instigantes deste trabalho refere-se ao fato de que – ao contrário do que ocorre no meio rural como um todo – nos assentamentos, as mulheres são mais escolarizadas que os homens. Trata-se de uma regularidade: as mães estudaram mais que os pais, e as filhas estudaram ou estão estudando mais que os filhos. Mais ainda: as filhas são mais escolarizadas que as mães, ou seja, nos assentamentos rurais vem ocorrendo uma grande transformação educacional intergeracional segundo as clivagens de gênero.

Entretanto, a análise indica que a escolaridade feminina não é uma condição suficiente para a superação das desigualdades entre homens e mulheres, nem para a reestruturação dos papéis desempenhados por eles. Nos assentamentos, a educação formal não se mostrou suficiente para modificar e superar os antigos papéis reservados às mulheres.

Por um lado, a transformação das relações de gênero é, em grande medida, resultado de progressiva, porém profunda mudança cultural, não decorrendo simplesmente do aumento da escolaridade. Por outro lado, possivelmente, as mudanças na escolarização feminina somente produzirão impactos substantivos sobre as relações de gênero a médio e longo prazos. Não obstante, as jovens mais escolarizadas podem tornar-se, progressivamente, importantes agentes na superação das assimetrias de gênero e, dessa maneira, melhorar a qualidade de vida e as oportunidades femininas no futuro.

Finalmente, a despeito do pleno reconhecimento da educação como um recurso chave para aumentar a competitividade econômica e a qualidade de vida dos indivíduos, e do seu papel crucial no desenvolvimento de uma comunidade cívica, há aspectos relativos ao sistema educacional que merecem especial atenção no presente estudo. Um deles tem a ver com o fato de que a escola e toda a estrutura do sistema educacional são parte da ordem social e cultural prevalecente e, nessa medida, exprimem e reforçam os códigos de comportamento e de valores nos quais se baseiam as assimetrias de gênero.

Estas manifestam-se, igualmente, na esfera da sexualidade, a qual obedece a uma hierarquia, que se expressa nas relações sociais e nas práticas sexuais dos indivíduos. Ser mulher e ser homem têm códigos e valores diferenciados. Isto se traduz também nas atitudes e práticas de ambos os sexos quanto às doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a Aids, e afeta o grau de vulnerabilidade de cada um dos sexos a essas doenças.

Neste sentido, a vulnerabilidade feminina é fortemente definida por um tipo de relação que a mulher mantém com sua sexualidade e com a do homem, cuja marca tem sido a subordinação ao desejo deste. As concepções acerca da virgindade, do aborto, dos comportamentos sexuais feminino e masculino indicam que as normas de gênero impõem à sexualidade da mulher uma acentuada característica de submissão e inferioridade.

São muitos os fatores de vulnerabilidade à Aids, sobretudo entre as mulheres, que confiam e dizem praticar a fidelidade sexual em maior proporção que os homens e se vêem incapazes de exigir deles fidelidade ou sexo seguro. Há casos e não poucos em que a mulher gostaria que o seu parceiro usasse o preservativo, mas não consegue ser ouvida. Tanto no que se refere à saúde em sentido amplo quanto à saúde sexual e reprodutiva, ambos os sexos carecem de informação suficiente para assegurar comportamentos responsáveis e seguros.

Além disso, mudanças de atitudes nas dimensões relativas à saúde e à sexualidade requerem transformações do código de valores e dos padrões de representação dos indivíduos. Especial cuidado merece a convicção dos assentados/as de que os assentamentos representam sistemas fechados, com demarcações supostamente rígidas entre o "dentro" – significando protegido e seguro, e portanto, invulnerável – e o "fora" – sujeito a todos os perigos. Na realidade esses sistemas não são fechados, já que os assentados/as têm uma longa história como migrantes, muitos dos seus familiares trabalham nas cidades vizinhas e seus filhos/as adolescentes e jovens estudam nas imediações.

Contudo, mais uma vez, a cultura e a ideologia, em torno da Aids e das DST, não se sustentam somente por um imaginário conservador. Deficiências e falta de serviços e de informações colaboram para tal situação. Em vários assentamentos, não há preservativos disponíveis, a não ser nos postos de saúde das cidades mais próximas. Além disso, os próprios agentes de saúde assumem atitudes dúbias sobre o assunto.

Em relação ao corpo, o poder de negociação das mulheres tem mais eficácia na administração do nível de fecundidade, encontrando colaboração dos companheiros nesse controle, por "razões econômicas" ou por "dificuldades". Mas o comum é que a mulher assuma sozinha esta responsabilidade. O corpo feminino é também disciplinado, via a exigência de virgindade entre as mulheres – dimensão em que muito se destaca o meio rural, pela persistência desse valor.

Este, todavia, convive com casos de gravidez na adolescência – o que é uma preocupação entre os mais velhos, mas em alguma medida não abertamente assumida como um problema. Por outro lado, o impacto da gravidez de jovens solteiras pode ser atenuado pela extensão da prática de casamentos em idades bem jovens (com quinze e dezesseis anos) o que também, indiretamente se associa às escassas alternativas de lazer e de trabalho para os jovens.

Outro disciplinamento do corpo feminino revela-se pela quase unanimidade de falas contra o aborto, justificando-se inclusive tal posição por fundamentações religiosas.

Também o alcoolismo tem marcas de gênero, sendo o consumo do álcool socialmente admitido e muito mais freqüente e abusivo entre os homens. Os adultos de ambos os sexos preocupam com o risco de exposição dos jovens ao álcool e às drogas. Em vários assentamentos o problema é presente e não raro se associa a casos de violência, inclusive de violência doméstica.

Da mesma maneira como ocorre com a sexualidade, o trabalho feminino mostra-se carregado de clivagens e assimetrias de gênero. Apesar da ascensão do movimento de mulheres, nas últimas décadas, questionando os velhos estereótipos sobre papéis atribuídos ao feminino, o trabalho doméstico ainda é realizado predominantemente por mulheres e define a reprodução do tradicional lugar e o status inferior da mulher na sociedade. Essa discriminação remete ao tema da invisibilidade do trabalho feminino, e ao desconhecimento do papel produtivo da mulher.

A pesquisa realizada confirma que as mulheres atuam em todas as atividades do campo. Porém os discursos, tanto masculino como o feminino, permanecem caracterizando o trabalho delas "*como uma ajuda*", porque as responsabilidades pelas atividades econômicas são sempre deles, tanto na decisão do que plantar, como na comercialização. A falácia da "naturalidade" da divisão sexual do trabalho fica evidenciada nesta pesquisa, constatando-se um grande nú-

mero de mulheres que se declaram trabalhadoras sem remuneração em atividades produtivas, e que estão também em atividades ditas não produtivas, no mundo doméstico, ou seja, não divididas, mas acumulando diversos tipos de tarefas e compromissos. O trabalho feminino na agropecuária é majoritariamente não remunerado e nos poucos casos em que as mulheres auferem rendas monetárias, estas ainda são bem inferiores às percebidas pelos homens.

O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa que se superpõe a outras atividades – principalmente na horta e no quintal. A divisão do trabalho explicitada nesta pesquisa é uma amostra da persistência da imersão da sociedade rural em uma cultura patriarcal. Mas o novo já aparece: fica claro que as mulheres objetivamente geram renda que se incorpora ao orçamento familiar. É possível mesmo levantar a hipótese de que nos assentamentos esteja sendo gestado o embrião de um novo papel feminino rural.

Não obstante, o ocultamento do trabalho feminino refletir-se-ia, no mundo rural, numa diluição desse na cooperação familiar e no desconhecimento, por parte das mulheres, dos seus direitos sociais mais elementares, como o acesso à terra. Mesmo sem haver restrições legais ao cadastramento das mulheres, e ainda que elas tenham passado pelo processo de acampamento, o cadastro é feito em nome do seu marido, que também é o titular de crédito e agente de comercialização da produção gestada por ambos, homem e mulher.

São fatores de natureza cultural e organizacional que mantêm as assimetrias de gênero no acesso à terra. Esses fatores também se expressam claramente na menor disponibilidade, entre as mulheres, da documentação necessária ao exercício dos direitos de cidadania. Este é o outro grande desafio da reforma agrária: é o de superar as desigualdades de gênero no tocante à propriedade. As mulheres precisam assumir amplamente os seus direitos, obter toda a sua documentação pessoal, ocupar o seu espaço produtivo e ser cadastradas como beneficiárias dos projetos de assentamentos rurais em termos de igualdade com os homens.

Apesar disso tudo, os resultados da pesquisa mostram que a vida nos assentamentos oferece perspectivas muito melhores do que a anterior situação de pobreza ou miséria vivida pelos assentados/as, não só porque possibilitou uma condição mínima de sobrevivência material, mas também porque trouxe dignidade a essas pessoas, que

agora passam a ter uma parcela de terra, residência fixa e trabalho que assegura o seu sustento.

A maior parte dos beneficiados por parcelas nos assentamentos acha importante ser donos da terra, especialmente porque se sentem muito inseguros quanto ao futuro. Temem, principalmente, que as terras possam ser retiradas das suas mãos, e que seus filhos não consigam herdá-las. Por isso, valorizam o título de propriedade.

Finalmente, examinou-se o problema da migração dos jovens assentados. Verificou-se que muitos rapazes e moças estão saindo em direção às cidades, principalmente, em busca de emprego e de melhores oportunidades de vida, inclusive de estudo e lazer. Contudo, a imagem "gloriosa" da cidade, repleta de chances e entretenimento, é rapidamente desfeita. Os jovens passam por muitas dificuldades, porque não conseguem encontrar trabalho e não se adaptam à vida urbana, muito movimentada e violenta. Por conseqüência, acabam retornando aos assentamentos, o que impõe à migração um caráter provisório.

Uma outra constatação deste estudo é a de que, ao expressar suas representações sobre o masculino e o feminino, os assentados/as imputam às mulheres atributos de fragilidade e submissão e, aos homens, de força e de superioridade. Por diversas razões, independentemente do sexo, a maioria afirma que, se pudesse nascer novamente, seria homem, pois a mulher sofre mais e não é valorizada nem como pessoa nem como trabalhadora.

É mantida a visão de mundo em que homens e mulheres aparecem em uma estrutura de dominação/subordinação, reproduzida pela transmissão dos modelos de gênero ao longo das gerações, tendo as mulheres um papel fundamental na sua perpetuação.

No entanto, os depoimentos indicam que começa a surgir a consciência de que é preciso interromper esse processo, possivelmente mediante uma educação, para meninos e meninas, tendo como princípio a igualdade entre os sexos. Mas ainda que tentem educar filhos e filhas da mesma maneira, as mulheres acabam por lhes transmitir preconceitos e assimetrias, herdados de suas mães e avós e interiorizados ao longo dos diferentes processos de socialização. Porém, o fato de emergir a consciência de que os modelos de gênero – nos quais os homens aparecem como naturalmente superiores às mulheres – devem ser rompidos, sugere a possibilidade de mudanças no futuro.

Diretamente relacionadas à questão das diferenças entre homens e mulheres, estão a cidadania e as percepções dos direitos in-

dividuais – civis, políticos e sociais. Todavia, os assentados/as demonstram certa falta de conhecimento do conceito de direito. Em especial os homens, tendem a confundir direitos com deveres e com capacidades. A maioria dos homens e mulheres acredita que os direitos são iguais. Mas, quando indagados a respeito das oportunidades oferecidas a homens e mulheres – para trabalhar, para tomar decisões –, admitem que não há igualdade entre os sexos. Isso insinua que o ideal de igualdade já foi, de certa forma, interiorizado pelos assentados/as, mas que não bastam as mudanças no âmbito normativo. Essas devem refletir-se na realidade para fazer com que as mulheres possam reivindicar e exercer plenamente a sua cidadania.

Essa tensão entre o antigo e o novo repete-se em outras dimensões. Constatou-se por exemplo, que apesar dos elementos de solidariedade e cooperação forjados no compartilhamento da luta pela terra, a participação organizacional e política nos assentamentos reproduz as clivagens de gênero.

Durante a etapa de acampamento, o papel exercido pelas mulheres tem sido fundamental. Além do trabalho reprodutivo, de sustento e apoio à mobilização, constata-se que são elas que, muitas vezes, tomam a frente da luta, seja como parte da estratégia de enfrentamento aos seus opositores, seja em defesa e proteção dos seus companheiros. Contudo, embora sejam companheiras de luta, as mulheres permanecem num segundo plano nos processos de negociação política, cabendo predominantemente aos homens o papel de tomadores de decisão.

Mais ainda, verifica-se que a relativa equidade entre os sexos, observada no ambiente dos acampamentos, se esgarça e perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita. Os dados sugerem que a baixa participação das mulheres é própria do ambiente dos assentamentos, não representando um comportamento naturalmente feminino. Ou seja, nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas. Se isso ocorre, deve-se às barreiras à participação erguidas a partir das relações sociais e de gênero e do código de valores que as sustenta – compartilhados por homens e mulheres – que emergem e se tornam predominantes com a normalidade do cotidiano dos assentamentos.

De fato, quando são analisados o grau de comparecimento feminino às reuniões, qual membro da família participa da organização

do assentamento, ou a forma como as mulheres participam das assembléias, tem-se que o confinamento das mulheres ao espaço doméstico é perpetuado. Fica claro que a atuação feminina se concentra no âmbito doméstico, e, ao homem, cabe o papel de tomar decisões e de agir no âmbito público. As mulheres, em geral, não vão às reuniões e assembléias e, quando o fazem, têm somente o papel de espectadoras: na maioria, não emitem opiniões, não votam e tampouco organizam ou coordenam.

A explicação dada por alguns assentados, no que diz respeito à diferença entre o papel das mulheres nos acampamentos e nos assentamentos, é a de que, ao alcançarem o seu objetivo – que é a posse legal da terra – as mulheres tornam-se individualistas e perdem o interesse em participar da vida pública.

Essa, porém, mostra-se uma leitura parcial e superficial da realidade. Por um lado, as mulheres se envolvem menos que os homens em virtude de impedimentos – tanto informais quanto regimentais ou estatutários, – existentes nos assentamentos, à sua participação. Por outro lado, observa-se que, apesar do recente passado de mobilização e da presença de organizações e movimentos sociais nos assentamentos a participação política de ambos os sexos parece generalizadamente reduzida. Vale chamar a atenção para o fato de que é natural que índices de participação nos assentamentos – comparados aos acampamentos – sejam baixos, uma vez que expressam um momento distinto, de rotinização da mobilização social. O grande desafio das entidades associativas que atuam nos assentamentos será, exatamente, recuperar os ganhos de capital social – cooperação, ação solidária, envolvimento cívico – no ambiente de desmobilização que caracteriza a fase pós-conquista da terra.

APÊNDICE METODOLÓGICO

A fim de atingir os objetivos pretendidos, adotou-se uma metodologia baseada na articulação de técnicas quantitativas e qualitativas. Este desenho de pesquisa tem por finalidade superar os problemas e limitações das duas abordagens: em uma, a mística da magnitude; na outra, a mística da profundidade.

Nesse sentido, cabe um pequeno comentário acerca da generalização dos achados deste trabalho, especialmente considerando que todas as conclusões aqui apresentadas referem-se aos assentados dos Estados onde foi realizada a pesquisa – e não apenas aos informantes. Usualmente, grande parte do público aceita sem dificuldades as generalizações de dados quantitativos. O mesmo não ocorre quando se trata de dados qualitativos. Morse (1999), porém, argumenta que, assim como a pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa é generalizável, apesar de os critérios de generalizabilidade diferirem entre uma e outra.

Na primeira, a generalizabilidade está ligada às características demográficas, que garantem a comparabilidade entre uma amostra e a população estudada. Se as características demográficas de uma amostra aleatoriamente selecionada forem similares àquelas da população, presume-se que os achados na amostra sejam similares e, portanto, generalizáveis para toda a população.

Já na pesquisa qualitativa, cada membro de uma amostra relativamente pequena é selecionado propositadamente, de acordo com a contribuição que pode prestar à produção do conhecimento e ao teste de teorias. É essa seleção que assegura que a teoria é compreensiva e contempla as exceções. Assim, o conhecimento adquirido engloba todos os cenários que possam ser identificados na população. A teoria é aplicável além do grupo imediato, a todas as situações similares, questões e problemas, sem considerar a comparabilidade da composição demográfica dos grupos.

A análise aqui empreendida baseia-se em dados secundários e primários. Os dados secundários referem-se a estatísticas do IBGE, especialmente das tabulações da PNAD; dados do SIPRA; documentos institucionais do INCRA, MST, CONTAG.

Os dados primários foram obtidos mediante um *survey*, entrevistas individuais abertas e grupos focais. Os instrumentos – questionários fechados e roteiros de entrevistas individuais e em grupo – foram testados em pesquisa-piloto realizada em assentamentos rurais no Paraná, no Ceará e em Minas Gerais.

O *survey* compreendeu a aplicação de um questionário com perguntas fechadas a uma amostra aleatória composta por 2880 mulheres e homens em 102 assentamentos de reforma agrária. A amostra corresponde a aproximadamente 20% dos assentamentos federais de seis Estados, criados no período de 1994 a 1998, beneficiados pelo Projeto Lumiar. Nos assentamentos selecionados segundo esses critérios foram sorteadas famílias de assentados. Estatisticamente, o tamanho de cada amostra estadual apresenta uma margem de erro de um pouco menos de 4,0%, com um coeficiente de confiança de 95,5%. Vale esclarecer que a unidade amostral foram as famílias beneficiárias de parcelas, embora os informantes fossem homens e mulheres.

Na medida em que a variável independente deste estudo é sexo, foi estabelecido um desenho amostral segundo o qual, em cada uma das famílias selecionadas, o informante fosse, alternadamente, o homem ou a mulher adulto/a responsável pela unidade familiar. Isto significa que a amostra deveria assegurar uma distribuição equitativa de respondentes de ambos os sexos, evitando que as assimetrias de gênero se expressassem na seleção dos respondentes. Por outro lado, embora traga ganhos significativos de equalização dos quantitativos, esta estratégia possivelmente introduz um viés, na medida em que é razoável supor que a distribuição da população por sexo nos assentamentos não seja rigorosamente simétrica.

A Tabela abaixo apresenta a distribuição por sexo dos respondentes em cada um dos Estados onde foi realizada a pesquisa, mostrando ter sido alcançado o equilíbrio necessário ao estudo proposto.

Para realização da pesquisa foram selecionados seis Estados, distribuídos pelas quatro regiões – Sudeste, Sul, Nordeste e Centro Oeste. A sua escolha obedeceu aos seguintes critérios:

TABELA 58- AMOSTRA POPULACIONAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR UF, SEGUNDO O SEXO DOS RESPONDENTES, EM 1999 (%)

Sexo dos respondentes	Bahia	Ceará	Mato Grosso	Paraná	Rio Grande do Sul	São Paulo
Homens	51,5	49,0	49,5	49,5	50,0	51,0
Mulheres	48,5	51,0	50,5	50,5	50,0	49,0
TOTAL	100,0 (495)	100,0 (762)	100,0 (431)	100,0 (404)	100,0 (400)	100,0 (388)

FONTE: Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, UNESCO, 2000.

- 1) os aspectos contrastantes que apresentam em relação a: tipos de assentamentos, dependência administrativa (estadual ou federal) dos assentamentos, níveis de pobreza das famílias, potencialidades de desenvolvimento, diferenciação da influência dos movimentos sociais;
- 2) o número de assentamentos com assistência técnica do Projeto Lumiar, condição essencial para viabilizar o acesso aos assentados e a realização da coleta de dados primários.

A razão entre a amostra quantitativa e a população de famílias assentadas está descrita na Tabela abaixo.

TABELA 59 - POPULAÇÃO ASSENTADA E AMOSTRA POPULACIONAL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Estados	Famílias Assentadas, 1995-98	Assentamentos Incluídos na Amostra	Famílias da Amostra	% Famílias da Amostra/ Famílias Assentadas
BAHIA	16.862	15	495	3,0
CEARÁ	14.622	33	762	5,2
MATO GROSSO	34.971	8	431	1,2
PARANÁ	7.171	12	404	5,6
RIO GRANDE DO SUL	3.591	15	400	11,0
SÃO PAULO	3.840	17	388	10,0

FONTE: INCRA/SIPRA e UNESCO, Pesquisa Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais, 2000.

As especificidades do meio rural e as dificuldades de acesso fizeram com que fosse adotada a estratégia de trabalhar com a participação dos movimentos sociais. Assim, observados os critérios acima, os Estados foram selecionados mediante discussão com os movimentos sociais e o INCRA – e não com base no número de assentados, embora esta variável fosse ponderada durante as decisões.

A despeito da intenção inicial de trabalhar com todos os movimentos sociais, em todos os Estados, em alguns deles nem todas as parcerias essenciais ao trabalho de campo se mostraram viáveis. É por este motivo, e pelas deficiências de assistência técnica, que a amostra do Mato Grosso contemplou o menor número de assentamentos e teve que se limitar a pouco mais que 1% do total de famílias assentadas no período de 1994 a 1998. Pelo mesmo motivo, tornou-se impossível realizar a pesquisa na Região Norte.

A estratégia participativa, adotada na pesquisa, exigiu o desenvolvimento de um trabalho de capacitação dos agentes dos movimentos sociais que assumiram a responsabilidade pela aplicação dos questionários nos assentamentos. Em cada um dos Estados pesquisados, foi oferecida uma capacitação com duração de dois dias, abrangendo a oferta de noções de metodologia de pesquisa, orientações precisas sobre a realização das entrevistas, bem como a discussão do projeto de pesquisa, da amostra e dos instrumentos de coleta de dados. Para a aplicação dos questionários foram capacitadas, no total, cerca de 150 pessoas.

As técnicas qualitativas compreendem, principalmente, entrevistas individuais em profundidade e entrevistas em grupos focais, com os assentados e demais atores envolvidos com as questões de gênero nos assentamentos rurais. A finalidade é trabalhar o sentido e o conteúdo das manifestações da vida social próprias à atividade dos sujeitos investigados, tanto de seus saberes quanto de suas práticas.

O Grupo Focal é uma técnica qualitativa de pesquisa social, que vem sendo cada vez mais empregada na América Latina por envolver procedimentos orais e de grupo, que são propícios aos hábitos culturais da população pesquisada. É uma abordagem que permite recolher, de forma aprofundada, os “como e os porquês” de certos comportamentos sociais.

O Grupo Focal foi utilizado como uma estratégia para possibilitar aos assentados referirem-se ao seu mundo e a suas vidas, como os conhecedores de sua história, recolhendo a palavra de homens e mulheres com uma total liberdade de expressão. A técnica foi utilizada para que homens e mulheres adultos e jovens tivessem as mesmas oportunidades para descrever como se dão as relações sociais e de gênero nos assentamentos. Nesse sentido, foi possível fazer emergir a palavra de todos, como sujeitos da pesquisa e, fundamentalmente, ouvir um segmento pouco escutado na sociedade: os assentados e assentadas, jovens e adultos.

Os assentamentos nos quais se realizaram os grupos focais foram selecionados em acordo com os movimentos sociais e tiveram como critério serem constituídos a partir de ocupações e/ou acampamentos. Esse critério foi adotado para que fosse possível analisar dois diferentes momentos de participação política dos assentados: os acampamentos e os assentamentos. Foram realizados grupos focais com mulheres, homens, jovens e lideranças em seis assentamentos

do Ceará, dois da Bahia, dois do Rio Grande do Sul, três do Paraná, três de São Paulo e dois do Mato Grosso. Ao todo foram ouvidas 819 pessoas em dezoito assentamentos.

Além desses grupos focais, foram realizadas entrevistas com professores, agentes de saúde, dirigentes das Federações Estaduais de Trabalhadores, do MLT e do MST. E ainda entrevistas com lideranças nacionais do MST, da CONTAG, do MLT e autoridades federais ligadas à reforma agrária, totalizando aproximadamente 60 pessoas.

O total abrangeu cerca de 880 pessoas. Dados adicionais foram obtidos por meio de observação *in loco* em catorze assentamentos, cujo relatório-síntese é apresentado no Anexo 5 deste trabalho.

Especial cuidado foi dispensado aos princípios que regem a ética na pesquisa, tanto no momento de coleta quanto de análise dos dados. No presente texto, a fim de resguardar a privacidade dos informantes, foram tomadas as seguintes providências:

- não foram identificados os assentamentos de onde foram extraídos os depoimentos, sendo mencionados apenas os Estados onde esses se situam;
- não foram indicadas as afiliações institucionais dos autores de depoimentos específicos;
- não foram apresentadas as falas das lideranças e autoridades nacionais, sendo utilizadas apenas para que as autoras pudessem ter uma compreensão adequada dos processos, procedimentos, princípios e opiniões, capazes de afetar a interpretação dos dados.

Os dados quantitativos são apresentados agregados por Estados, advertindo-se que as inferências estatísticas devem se limitar ao âmbito de cada um dos Estados pesquisados, ou seja: não são feitas generalizações para o Brasil como um todo. Por esse motivo, as Tabelas não apresentam totais correspondentes à soma dos Estados.

Para facilitar o fluxo da leitura, a maior parte das Tabelas encontra-se inserida no próprio texto. Porém, a fim de proporcionar ao leitor uma maior quantidade de informações, alguns dados complementares são apresentados na forma de Tabelas em anexo ao final de alguns capítulos.

ANEXO V

A Política de Reforma Agrária nos Estados Pesquisados

Bahia¹

Na Bahia, até 1985, o INCRA era o grande provedor de recursos, tecnologia e de todas as ações na área de colonização. A partir de 1986, os trabalhadores rurais sem terra passaram a conviver com o acirramento dos processos de luta pela terra. Durante o governo Waldir Pires (1986-1990), foram desapropriadas inúmeras áreas, dando origem a novos projetos, distintos daqueles desenvolvidos nas áreas de colonização que se caracterizavam, principalmente, por forte intervenção do governo federal.

A partir de 1994, ocorrem diversas outras mudanças. Primeiro, uma alteração do quadro de funcionários do INCRA, com a inserção de técnicos que ingressaram por meio de concurso público. Segundo, a pressão dos movimentos sociais sobre o governo federal, reivindicando a inclusão da reforma agrária como prioridade na agenda política nacional. Terceiro, a conjuntura também favorável às mudanças, com o progressivo interesse da classe média, impulsionado, em parte, pela mídia.

Com isso, aumentou o número de assentamentos e de famílias assentadas requerendo investimentos, para garantia dos créditos, e recursos humanos, para dar assessoria e acompanhamento. Considerando os últimos três anos, as informações coletadas no INCRA revelam que, na Bahia, é necessário destacar duas situações específicas: os projetos originados de desapropriações anteriores a 1995, e os projetos criados após 1996, que tiveram acesso muito mais rapidamente aos créditos de instalação e de produção.

¹ O trecho apresentado nesse item foi redigido com base no texto elaborado, por solicitação da UNESCO, por Acácia Batista Dias e Lilian Marinho. São utilizados dados sobre os projetos de assentamentos fornecidos pelo Instituto Nacional

Ceará²

Devido às condições climáticas de uma significativa parcela do seu território, situada no Polígono das Secas, desde o regime militar o Ceará tem sido cenário de programas diversos envolvendo a propriedade da terra. Entre 1972 e 1983 ocorreram várias desapropriações. Concomitantemente, a partir do ano de 1973, iniciou-se a execução do Subprograma de Redistribuição de Terras do PROTERRA/FUNTERRA³. Mais tarde, no período de 1980-85, foi celebrado um convênio entre o INCRA e o governo do Estado, para compra e venda de terras – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE e, depois, Projeto Ceará.

A partir de 1985, a política econômica do Estado passou por um redirecionamento, com a intensificação das atividades industriais, em detrimento da agricultura⁴. Essa falta de incentivos teve consequências. Segundo o IBGE, houve uma retração da área cultivada no período de 1985/95, causando uma forte redução do pessoal ocupado na agricultura. Outra resultante foi o aumento do número de minifúndios, que cresceram 53,7% entre 1985 e 1995.

Com o advento da nova Lei Agrária (1993), no governo Itamar Franco, ocorreu a regulamentação dos dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária, propiciando a retomada do processo reformista no Estado do Ceará. O governo do Estado passou a realizar, diretamente, diversas ações fundiárias como a discriminação, arrecadação, regularização e distribuição de terras devolutas estaduais. Em 1997, foi adotada a política de redistribuição de terra pelo instrumento de compra e venda – intervindo, até mesmo, na classe de imóveis

² O trecho apresentado nesse item foi redigido com base no texto elaborado, por solicitação da UNESCO, pelo CIPAT – Cooperativa Interdisciplinar de Pesquisa e Assessoria Técnica Ltda.

³ Esse programa foi criado em 1971, atuando em 32 municípios do Estado, nas microrregiões de Sertões de Quixeramobim, Sertões de Senador Pompeu, Sertões dos Inhamuns, Iguatú, Serrana do Caririáçu e Chapada do Araripe. Até 1985, quando foi extinto, o PROTERRA conseguiu redistribuir 227.986 hectares, beneficiando 2.051 famílias de trabalhadores rurais.

⁴ Conforme mostrado pelo IPLANCE – 1999, o PIB da agropecuária passou de 14,69% (do PIB total), em 1985, para 4,09%, em 1998. Analisando os dados do IBGE no período 85/95, identifica-se a diminuição no crédito agropecuário, nesse mesmo período, de 10,25% a 2,0%, respectivamente.

onde o INCRA normalmente atua via desapropriação – conhecida como modelo de “Reforma Agrária Solidária”.

Mato Grosso⁵

Dois fatores foram determinantes no processo de concentração fundiária e, conseqüentemente, na expulsão dos posseiros e outras categorias sociais do campo no Mato Grosso: (I) os incentivos fiscais concedidos, por intermédio de políticas de créditos subsidiados, a determinados setores sociais da fronteira em expansão⁶, (II) o processo de incorporação de “novas terras” ao domínio privado, desencadeado tanto pelos mecanismos de créditos subsidiados quanto pelo modelo agrícola. Esses fatores têm como conseqüência uma grande concentração de recursos naturais, por meio das concessões de terras públicas ao domínio privado.

Após 1965, o governo militar criou uma série de políticas para a “integração” da Amazônia à economia brasileira, as quais se mostraram decisivas para a consolidação econômica do Estado do Mato Grosso. A origem das famílias assentadas em projetos de reforma agrária no Mato Grosso está relacionada com os processos migratórios estimulados pelos programas de colonização dos governos militares. São famílias que deixaram seu Estado de origem em busca de terras nas regiões de fronteiras e não conseguiram se enquadrar nos programas oficiais ou privados de colonização, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980⁷, ficando à margem deles; como

⁵ O trecho apresentado nesse item foi redigido com base no texto elaborado, por solicitação da UNESCO, por Antônio João Castrillon Fernández.

⁶ A Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966, associada às políticas de colonização oficial e particular, estimulou a instalação de grandes empresas agropecuárias no Estado.

⁷ A pesquisa realizada pelo GERA (1993) e, posteriormente trabalhada por Fernández (1997), procurou reconstituir as trajetórias das migrações das famílias assentadas pelo I PRRA/MT. Foram identificadas quatro grandes correntes migratórias. A primeira, caracterizada pelo deslocamento populacional de famílias oriundas do Nordeste, passando por Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e, finalmente, Mato Grosso. A segunda teve início no Nordeste, passando por Minas, Goiás e Mato Grosso. A terceira foi formada por famílias de Minas Gerais que migraram para São Paulo e, posteriormente, para Mato Grosso. A quarta corrente, menos numerosa, é composta de famílias que migraram diretamente dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para o Mato Grosso.

também as que abandonaram esses programas, devido ao insucesso como colonos, e continuaram a lutar pelo direito de acesso à terra (posseiros recentes); e famílias que ocupavam antigas áreas e foram persuadidas, por fazendeiros e grileiros, a abandonar suas posses (posseiros antigos)⁸.

Considerando o período de 1986 a 1999, observa-se que durante o governo Sarney foram criados 39 assentamentos, beneficiando 6.297 famílias. De 1988 a 1994, o ritmo de desapropriação foi muito lento, criando apenas 17 áreas de assentamento, quando foram beneficiadas 5.524 famílias.

A partir de 1995, com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao Estado, a composição das lutas sociais no campo passará por importantes alterações. A posse como mecanismo de resistência e luta passa a dividir espaço com os acampamentos, impulsionados pelos STR's e pelo MST.

Paraná⁹

No Paraná, a política de reforma agrária pode ser compreendida a partir da interface entre: (a) a luta pela terra, conduzida pelos movimentos de trabalhadores rurais; (b) a política de desenvolvimento econômico do governo federal, envolvendo a exploração dos recursos hídricos da região, e a ocupação da fronteira oeste mediante a expansão da fronteira agrícola; e (c) as alianças políticas entre o go-

⁸ No ano de 1979, o governo estadual realizou um diagnóstico da situação fundiária do Estado de Mato Grosso, a partir do qual foram identificados 115 focos de tensão social, com maior concentração na microrregião norte-mato-grossense e Alto Paraguai. O objetivo do estudo, segundo Fernández (1997), era demonstrar que a “conturbação social” decorrente de tais conflitos impunha limites ao avanço do desenvolvimento capitalista, reduzindo investimentos, produção e empregos. Como solução, o diagnóstico propunha a regularização das áreas ocupadas irregularmente, remanejamento populacional e controle da migração. Para o autor, essa é uma forma de deslocar o problema da distribuição dos recursos naturais e financeiros - portanto problemas de ordem política e econômica - para problemas de ordem demográfica, podendo ser solucionados por medidas jurídicas e administrativas. Tem-se, portanto, uma leitura tecnocrata dos conflitos sociais.

⁹ O trecho apresentado neste item foi redigido com base no texto elaborado, por solicitação da UNESCO, por Cimone Rozendo de Souza e Angela Duarte Damasceno Ferreira.

verno estadual, os interesses de trabalhadores, e de grandes proprietários rurais. Os conflitos pela terra se desencadearam a partir de três eixos, que posteriormente serviram como elementos catalisadores das condições para a luta organizada (Ferreira, 1987, e Torrens, 1992):

- (I) A luta pela justa indenização das terras inundadas pela construção das barragens de Salto Santiago, Foz do Areia e, principalmente, Itaipu;
- (II) Os conflitos localizados, ligados à posse da terra, com destaque para as regiões Oeste, Sudoeste e Norte do Paraná;
- (III) Os conflitos gerados pela política agrícola federal, representados pelas demandas por condições de produção e comercialização, tendo como consequência as manifestações contra as Notas Promissórias Rurais (NPR) e contra as exigências para liberação do PROAGRO.

Embora todos esses focos de conflito tenham sido importantes, aqueles relacionados à instalação da Hidrelétrica de Itaipu, em 1972, foram os que suscitaram as mais significativas manifestações de agricultores e outros atores sociais, já que as águas do reservatório inundaram tanto áreas rurais como urbanas, habitadas por mais de 42.000 pessoas. Para dar consistência à organização dos agricultores atingidos pela barragem de Itaipu, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, fez a mediação política entre as reivindicações dos trabalhadores e o governo federal¹⁰.

Mais tarde (1978 a 1979), tanto os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) da região quanto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP) começaram a apoiar mais

¹⁰ A Igreja aparece, assim, num primeiro momento, como um importante e único espaço para a articulação política dos agricultores e agricultoras num contexto onde toda a estrutura sindical de trabalhadores rurais se mostrava inoperante diante das limitações impostas pelo regime militar. A primeira iniciativa da CPT foi a organização, em março de 1978, de um projeto denominado “Arca de Noé”. Consistia, inicialmente, em criar grupos de agricultores e agricultoras em que se buscava debater, à luz do Evangelho, a realidade à qual estavam submetidos (Ferreira, 1987). De março a setembro, a CPT organizou mais vinte grupos de base nos municípios de São Miguel do Iguçu, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena. Nas reuniões, os agricultores discutiam questões como: estratégias para obtenção de um preço melhor por suas terras, formas de conquistar o reassentamento, bem como a organização que deveriam construir para enfrentar seus oponentes e defender seus interesses imediatos. Por esse projeto, a CPT mobilizou os atingidos, transformando desde logo a expropriação numa questão de natureza eminentemente política (Torrens, 1992).

organicamente o movimento dos agricultores¹¹. Ao findar do movimento de Itaipu, em 1981, constatou-se que cerca de 500 famílias de agricultores não-proprietários ficaram sem terra ou sem trabalho.

O movimento de Itaipu trouxe à tona, de forma organizada, a questão do direito à terra, constituindo-se em condição relevante para o surgimento dos movimentos de luta pela terra, especialmente o MST.

Porém, somente após o fim do regime militar é que a reforma agrária entrou efetivamente na agenda governamental. Com o propósito de pressionar os governos para que cumprissem as metas estabelecidas pelos PRRA e PNRA, foram organizados acampamentos de beira de estrada, ocupações de áreas consideradas improdutivas, culminando, na maioria das vezes, na desapropriação e no início de projetos de desenvolvimento para as áreas já conquistadas.

Entre 1985 e 1995, a política de reforma agrária no Estado do Paraná expressa as marchas e contramarchas nas relações entre os movimentos de luta pela terra e as alianças estratégicas dos governos estaduais, ora com trabalhadores, ora com latifundiários. Após o massacre de Eldorado de Carajás e a criação do Ministério Extraordinário da Reforma Fundiária, em 1996, algumas mudanças aconteceram, principalmente, no que se refere à criação de novos projetos de assentamentos. Porém, continuam ocorrendo muitos episódios de luta pela terra, tendo o governo dificuldades em mediá-los ou encaminhar proposta para sua redução.

Rio Grande do Sul¹²

Até meados do século XIX a economia gaúcha se caracterizava pela lógica da ocupação militar do território, dada a sua situação de fronteira, tendo os imigrantes alemães e italianos ocupado as áreas de mata do Centro-nordeste do Estado. O rápido esgotamento do solo, associado ao contínuo fracionamento da terra, fazia com que os descendentes dos primeiros imigrantes-colonos se dirigissem às terras

¹¹ Segundo Germani, citada por Torrens (1992, p. 40), a CONTAG teria exercido uma pressão para que a FETAEP e os STR's não ficassem de fora desse processo.

¹² Este item foi redigido com base no texto elaborado, por solicitação da UNESCO, por Renata Menasche.

cobertas do Norte do Estado, ocupando, assim, numa segunda etapa de colonização, a região do Alto Uruguai e o Vale do Rio Ijuí, “colônias novas”, cuja implantação se estendeu até a década de 1940.

Ao longo dos anos, essa agricultura colonial integrou-se crescentemente ao mercado. Ao mesmo tempo as novas gerações eram expulsas para regiões de fronteira agrícola. Ao final dos anos 1960, especialmente a partir da expansão da cultura da soja, essa agricultura passa por um profundo processo modernizador¹³.

No final dos anos 1970, a elevação do preço das terras e das taxas de juros do crédito rural, bem como a queda dos preços dos produtos agrícolas, prenunciam a crise dessa agricultura familiar, que se efetivou ao longo dos anos 1980. O quadro de descapitalização e empobrecimento é completado pela redução de perspectivas trazida, por um lado, pela menor atratividade do mercado de trabalho urbano nos anos 1980, decorrente da queda de crescimento da economia, e, por outro, pelo crescente descrédito nos projetos de colonização das regiões de fronteira agrícola¹⁴. No Rio Grande do Sul, como em todo o país, na década de 1970, aprofundara-se a concentração da propriedade da terra.

Em conseqüência, já no final dos anos 1970 e início dos 1980 ocorriam, no Estado, inúmeras mobilizações e manifestações de protesto dos pequenos agricultores. Em 1979, após terem sido expulsas pelos índios Kaingang da reserva indígena de Nonoai, 340 famílias ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Cerca de dois anos mais tarde, agregando dezenas de outras famílias de agricultores que haviam perdido a terra, formou-se o acampamento de Encruzilhada Natalino, o primeiro criado no país pelo que viria, em 1984, a se constituir no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. É nesse contexto que é possível

¹³ Como afirma Coradini (1981), não é “nos estabelecimentos maiores quanto à área que se desenvolveu a moderna produção de trigo e soja integrada às esferas de capital industrial e às políticas estatais”.

¹⁴ Tavares dos Santos (1993) mostra como, através das redes familiares e de vizinhança mantidas entre as regiões de origem e de destino dos projetos de colonização implantados nos anos 1970 e do grande número de “colonos retornados”, a desilusão sobre a “terra prometida” e o sentimento de abandono consolidado entre os colonos nas regiões de fronteira agrícola construíram uma rejeição aos novos projetos de colonização. Essa recusa tornar-se-ia, segundo o autor, elemento constitutivo da luta pela terra no Sul.

entender os processos recentes da luta pela terra no Rio Grande do Sul e, assim, melhor compreender a constituição dos assentamentos rurais no Estado.

Tomando a periodização de Navarro e outros (1999, p. 32), que leva em conta três aspectos centrais – (I) os diferentes tipos de intervenção estatal; (II) as distintas formas de organização e pressão pela reforma agrária e as suas repercussões nos aparatos governamentais; (III) os assentamentos formados e suas especificidades – pode-se dividir a formação dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul em três fases: a primeira, de 1979 a 1984; a segunda, de 1985 a 1988; e a terceira, de 1989 a 1997.

Durante a primeira fase ocorreram, na região Norte do Estado, as primeiras ações organizadas. O segundo período (1985-1988) caracteriza-se como um momento em que as demandas dos agricultores sem terra atingiram ampla ressonância na esfera federal. A terceira fase (1989-1997) é descrita como um período de ausência de ação do governo federal e, por outro lado, até 1994 (mais especificamente entre 1991 e 1994)¹⁵, pela resposta do governo estadual da época às demandas dos agricultores sem terra, mediante a cessão de terras públicas e a utilização, para a compra de terras, de recursos do Fundo de Terras do Rio Grande do Sul – FUNTERRA.

São Paulo¹⁶

A política de terras, no Estado de São Paulo, expressa, com maior ou menor evidência, as diferentes nuances das interações das políticas estadual e federal, no cenário evolutivo da questão agrária no território estadual. É muito nítida a relação entre o acirramento/apaziguamento dos conflitos e a constituição de assentamentos em momentos de definição política favorável à democratização do acesso à terra, e o perfil dos governantes estaduais e federais em exercício.

¹⁵ A partir de 1995, com o governador Antônio Brito, o governo estadual assume uma atitude totalmente refratária às demandas por terra. As iniciativas retornam, a partir de então, ao governo federal, como se pode observar no quadro já mencionado.

¹⁶ Este item foi redigido a partir do texto elaborado, por solicitação da UNESCO, pelo ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

Desde a década de 1970, com a modernização agrícola, o Estado de São Paulo viu aumentar o número de agricultores sem terra. Eram antigos colonos despejados das fazendas tradicionais que se modernizavam; pequenos proprietários cujas terras foram perdidas por endividamento; moradores, posseiros e pequenos proprietários expulsos em virtude do alagamento de suas terras para a construção de usinas hidrelétricas; migrantes de outros Estados, especialmente retirantes nordestinos afetados pela seca e não absorvidos pelo mercado de trabalho urbano, etc. E é, principalmente, na rica região Oeste do Estado que ocorrem as primeiras pesquisas caracterizando o bóia-fria, manifestação máxima do trabalhador sem terra e sem direitos sociais. E é, na mesma região, que primeiro ocorrem manifestações de revolta rural, inclusive por parte desses próprios bóias-frias, com a ameaça de queima dos canaviais. Os conflitos fazem parte da história recente da ocupação do Pontal do Paranapanema, onde foi realizada a pesquisa.

Ainda no regime militar, a eleição de Franco Montoro como governador do Estado, aliada ao agravamento da crise de desemprego e ao fortalecimento dos movimentos populares e sindicais, abriu a perspectiva da constituição de uma alternativa estadual para implementação de uma política de assentamentos rurais. Em março de 1984, o governo do Estado promove a primeira (e única) desapropriação por utilidade pública – de uma área de 13.310 hectares – para implantação de projeto de assentamento, no Pontal do Paranapanema (Assentamento Gleba XV de Novembro). Em fins de 1985, são promulgadas as leis estaduais 4925 e 4957, que instrumentalizam o governo estadual a realizar ações discriminatórias, de legitimação de posse e reivindicatórias, e de aproveitamento de terras públicas mal utilizadas ou subaproveitadas para implementação de projetos de assentamento de trabalhadores rurais com pouca ou sem terra.

A partir de 1986, prevalece a implantação de assentamentos promovidos pelo INCRA – governo federal – com destaque para o Assentamento Reunidas, em Promissão, com 17 mil hectares, ainda hoje, o maior do Estado.

No período subsequente, 1990-1994, tanto o governo estadual quanto o federal parecem se conformar em consolidar o que havia sido iniciado no período anterior. O destaque do período foi a criação do ITESP, por decreto estadual, e sua vinculação à também recém-criada Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Nesse período, começa a ganhar corpo o movimento de trabalhadores sem terra no Pontal do Paranapanema. Num primeiro esboço de atuação estadual na região, são realizados acordos com fazendeiros ocupantes de áreas julgadas devolutas e inaugurados os poucos assentamentos registrados pelo governo estadual no período (Santa Rosa e Tucano). Em 1994, a explosão de conflitos fundiários na região ocupa o noticiário nacional e, a partir do ano seguinte, inicia-se uma nova etapa na história da reforma agrária de São Paulo. Os conflitos pela posse da terra no Pontal do Paranapanema acirram-se e forçam o novo governo do Estado a definir uma estratégia para a resolução do quadro de tensão e violência. O Plano de Ação de Governo para o Pontal do Paranapanema é concebido, mediante recursos jurídicos, articulações políticas e negociações públicas, tanto com fazendeiros quanto com movimentos sociais. No período de quatro anos, são implantados assentamentos em número equivalente ao total até então existente no Estado de São Paulo.

Os assentamentos visitados: caracterização espacial e aspectos socioeconômicos

Bahia

Foram visitados dois assentamentos na Bahia – Nossa Senhora do Rosário e Buíque – ambos localizados em terras de antigas fazendas cacauceiras no sul do Estado.

Os assentamentos apresentam grandes diferenças, possivelmente em função de suas características geográficas, tempo e processo histórico de sua criação. O primeiro está localizado em área turística, com muitas pousadas e pequenos hotéis, perto do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, a poucos minutos de distância de área urbana. O segundo, em plena Mata Atlântica baiana, se encontra a 30 km de distância de centro urbano, estando a estrada de ligação em péssimas condições. Ambos foram criados após 1994.

Quanto à população dos assentamentos, a de Nossa Senhora do Rosário compreende 44 famílias assentadas e alguns dos seus filhos, além de outros familiares, totalizando 400 pessoas. Cada parcela familiar tem 10 hectares, porém em cada lote moram, pelo

menos, duas famílias – e em alguns vivem até três delas. Em Buíque, registram-se 33 famílias.

No que se refere às condições de infra-estrutura e moradia, os dois assentamentos apresentam grande diferença. Em Nossa Senhora do Rosário, quase todos os lotes têm luz elétrica e água proveniente de poço artesiano, e há um telefone na sede da cooperativa. As casas são, em geral, de alvenaria, têm geladeira, fogão a gás e algumas têm antenas parabólicas. No centro do assentamento há uma igreja católica, um centro comunitário, um bar onde se joga sinuca e um campo de futebol. Quanto a Buíque, a iluminação é por lampião a gás, pois não há eletricidade. A água não é tratada, embora pareça limpa. As casas são pobres, de madeira, papelão e plástico. As casas são dispersas, mas está sendo construída uma agrovila – com casas de alvenaria, tendo quartos, cozinha, banheiro e pisos de cerâmica. O assentamento tem um centro de reuniões, na antiga sede da fazenda. Há uma barragem onde os jovens se divertem nos finais de semana.

Em ambos os assentamentos, há escolas, com classes até a 5ª série.

No assentamento de Nossa Senhora do Rosário, as famílias vivem em seus lotes onde plantam frutas, café, mandioca, feijão etc. Existe uma área coletiva, para agricultura e pecuária, a que os assentados dedicam dois dias de trabalho por semana. Há uma cooperativa com uma “farinheira” produzindo farinha de mandioca para os assentados. A cooperativa fica com 4 kg de cada 20 produzidos; o restante é vendido pelos assentados.

Em Buíque, a orientação é mais comunitária: as famílias têm direito a somente dois hectares para produção individual para consumo. A produção comercial de cacau, de que todos participam, é coletiva. O cacau é comprado por cooperativas.

Os assentamentos visitados na Bahia são liderados ou pelo MST ou pelo MLT¹⁷.

¹⁷ O Movimento de Luta pela Terra (MLT). No Estado, o MLT lidera 60 assentamentos, correspondendo a cerca de sete mil famílias assentadas. Possui oito equipes de assistência técnica formadas por agrônomos, técnicos agrícolas e assistente social que acompanham as áreas assistidas, em convênio com o Banco do Nordeste e o INCRA.

Ceará

No Ceará foram selecionados para a pesquisa qualitativa os seguintes assentamentos: Palmares e Grossos/Santana, situados na região semi-árida; e Guriú, na região do litoral Oeste do Estado. Guriú é um assentamento antigo criado em 1986; Palmares data de 1995 e Grossos/Santana, de 1996.

Palmares fica a 40 minutos da sede do município de Crateús e o acesso é feito por estrada não pavimentada, levando um pouco mais de uma hora para entrar e sair do assentamento. Vivem no local quase 70 famílias. O assentamento de Grossos/Santana é ligado à sede do município, da qual dista 40 km, por uma estrada que, no momento da pesquisa, se encontrava quase intransitável. Nesse assentamento vivem 45 famílias, todas ligadas por relações de parentesco. Guriú é composto por três comunidades independentes: Guriú, Córrego do Braço e Mangue Seco, com, respectivamente, 182, 37 e 156 famílias assentadas. A comunidade de Guriú fica perto de Jericoacoara, pequeno balneário onde vem crescendo a atividade turística.

Quanto à organização do espaço físico, somente em Palmares e na comunidade de Guriú existem agrovilas. Nelas, as casas são de alvenaria. Em Palmares, as casas têm apenas dois cômodos, não têm banheiro nem água encanada, sendo utilizada a água do rio que passa pela agrovila. Existe eletricidade na agrovila e os moradores possuem geladeira, TV, rádio e fogão. Em Grossos/Santana, as casas têm bastante espaço, com vários cômodos e banheiro e, como o assentamento é servido por luz elétrica, as famílias possuem geladeira e TV, além de fogão a gás. A água vem da cacimba, porém existe um rio; e há um pequeno açude que ainda não dera água quando da época da pesquisa. As três comunidades que compõem o assentamento de Guriú são providas de água encanada. Na comunidade do Guriú, a vida social se concentra em torno de uma igreja e existe um grande movimento na praça, dia e noite.

Em Palmares existe uma escola, que atende crianças a partir dos cinco anos, onde funciona também uma associação de moradores e uma casa de hóspedes. Existe outra escola onde é oferecido um curso de educação para jovens e adultos. Em Grossos/Santana, a escola oferece até a 5ª série do ensino fundamental. As três comunidades que compõem o assentamento de Guriú têm escolas de ensino fundamental e posto de saúde. Em Mangue Seco, há um pré-escolar e

um grande centro comunitário que alberga os professores que ali lecionam. Para continuar os estudos os jovens dos três assentamentos têm que se deslocar para os municípios mais próximos. No caso de Grossos/Santana, a prefeitura do município paga a gasolina de um caminhão que leva os jovens.

A exploração da terra, em Palmares, é coletiva, não se admitindo parcelas individuais. Quanto ao assentamento de Guriú, nas comunidades de Guriú e Mangue Seco, localizadas junto ao mar, a pesca é a principal atividade econômica, sendo o pescado vendido na praia. As três comunidades desenvolvem atividades agrícolas relacionadas ao côco, caju, milho, feijão e mandioca. Tanto em Guriú como no Córrego do Braço existe uma associação que administra o trabalho coletivo dos sócios.

O MST exerce a liderança do assentamento de Palmares. Grossos/Santana, por sua vez, está mais vinculado aos sindicatos de trabalhadores rurais. O assentamento de Guriú não está ligado a nenhuma entidade associativa de trabalhadores rurais.

Mato Grosso

No Estado do Mato Grosso os assentamentos em que foi realizada a pesquisa qualitativa – Margarida Alves e Antônio Conselheiro – diferem entre si sob vários aspectos.

Margarida Alves, criado em 1997, situa-se a uma hora de viagem de Cáceres, um importante pólo urbano regional. É relativamente pequeno, cobre uma área de 3.900 hectares e abriga 144 famílias – entre 400 e 500 pessoas. Cada família recebe, em média, um salário mínimo por mês.

Já o assentamento de Antônio Conselheiro, também criado em 1997, situa-se a uma hora de viagem da sede do município de Tangará da Serra. É um dos maiores do Brasil, com 930 famílias distribuídas por quase 38.000 hectares de terras em três diferentes municípios. A população assentada é muito jovem, havendo muitos menores de 21 anos, emancipados para poderem ser cadastrados. O assentamento se situa em região de matas, com áreas onde existem muitos animais selvagens e fica na rota do tráfico de drogas. Não existem estradas internas, nem mesmo para o acesso aos lotes. Por essa razão, na época da pesquisa muitos lotes ainda não tinham sido ocupados.

Quanto à infra-estrutura, existe luz elétrica na maior parte de Margarida Alves, mas a água é obtida por meio de poços artesianos, com muita dificuldade. A assistência técnica é prestada por uma agrônoma, ligada ao Projeto Lumiar¹⁸, que reside no assentamento. Em Antônio Conselheiro, parte do assentamento tem luz elétrica e a água utilizada vem de cisternas. Algumas famílias têm água encanada, retirada do rio.

Em Margarida Alves, os assentados moram em seus lotes, com exceção de um grupo de doze famílias ligadas ao MST, que vivem em uma agrovila, em casas com três cômodos, banheiro e cozinha. Em Antônio Conselheiro, estão planejadas 48 agrovilas com casas, escola e comércio, das quais 23 estão implantadas. Sua sede já tem casas, área de lazer, campo de futebol. Os assentados se divertem jogando bola e passeando até o rio, que fica próximo da sede do assentamento. As casas são geralmente de pau-a-pique, com chão de terra batida e cobertura de palha de babaçu. Quase sempre têm uma varanda, que é onde as pessoas comem, conversam e passam a maior parte do dia, já que a temperatura local chega a 45° Celsius à sombra. Além dessa varanda, as casas têm um ou dois cômodos de dormir, cozinha, também aberta, e uma latrina do lado de fora. Nas áreas onde há luz elétrica, os eletrodomésticos disponíveis são TV, geladeira, máquina de lavar e ferro elétrico. Observam-se muitas antenas parabólicas. Cerca de 30% dos assentados têm carros, geralmente populares ou modelos velhos.

No centro do assentamento de Margarida Alves funciona uma escola de ensino fundamental, com sete salas de aula, feitas de madeira, com carteiras e quadro negro. Os alunos que moram mais longe chegam à escola por meio de uma condução cedida pela prefeitura. Em Antônio Conselheiro existem três escolas funcionando: uma na agrovila 23, uma na área social e uma na sede. Uma das escolas oferece de 1ª a 8ª série, as duas outras só 1ª a 4ª série. Uma escola

¹⁸ Lumiar é um projeto do Governo Federal, realizado pelo INCRA, destinado a prestar serviço de orientação às famílias de agricultores assentados, nos assuntos relativos à implantação e desenvolvimento de culturas e pastagens, armazenamento e comercialização de produtos, criação de animais, introdução de novas tecnologias, bem como ações que estimulem a organização dos assentados. Participam do projeto os agricultores assentados, por meio de suas organizações (associações, cooperativas, CONTAG, MST etc.).

visitada é construída em madeira, com piso de cimento, e tem água encanada vinda de uma cisterna. Também tem luz e banheiro de alvenaria com fossa séptica.

Antônio Conselheiro muito se ressentia da falta de um posto de saúde. O atendimento é feito nas cidades vizinhas e por dois médicos que dão plantão no assentamento.

Outra grande dificuldade em Antônio Conselheiro é chegar às escolas. Os alunos têm de caminhar longas distâncias a pé (até 15 km), para depois pegar o único ônibus que faz um percurso padrão, levando até 140 alunos de cada vez. Os professores são todos moradores locais. Para cursar o ensino médio, os jovens têm de se deslocar para Tangará da Serra de ônibus.

Em Margarida Alves, as atividades produtivas organizam-se com base no trabalho individual, em sua maioria. Somente a maquinaria – trator e máquina de limpar o arroz – é coletiva. Cada família tem mais ou menos sete ou oito cabeças de gado, o que possibilita a venda do leite. Um grupo de 12 famílias ligadas ao MST, desenvolve trabalho coletivo, compartilhando o gado e as tarefas agrícolas. Uma agrônoma ligada ao Projeto Lumiar, que reside no assentamento, presta assistência técnica aos assentados. Em Antônio Conselheiro, cultivam-se arroz e milho e criam-se porcos, galinhas e gado leiteiro. Está sendo formada uma cooperativa de produtores de laticínios. Os assentados complementam sua alimentação com a caça e a pesca. Esse assentamento também recebe assistência técnica do Projeto Lumiar, contanto com cinco técnicos em agronomia e um veterinário.

O MST lidera ambos os assentamentos, mas nos dois há divergências. Em Margarida Alves é clara a divisão entre os que são a favor e os que são contra o MST. Segundo os entrevistados, as famílias não ligadas ao movimento estão passando por uma grande crise e muitas vezes as próprias pessoas do assentamento ajudam com comida, dinheiro etc. Os assentados afiliados ao movimento estão organizados em duas associações mistas, mas as distâncias dificultam as pessoas se encontrarem para reuniões.

Em Antônio Conselheiro existem duas associações que não são ligadas ao movimento. Há uma cisão entre a maioria, que é ligada ao MST, e um grupo de dissidentes. Os primeiros referem-se aos demais como “o que restou dos que foram expulsos”. Alguns disseram que os expulsos eram os envolvidos com drogas e narcotráfico.

Paraná

No Paraná foram visitados os assentamentos Ireno Alves dos Santos e Fazenda Vitória, ambos localizados no Sudoeste do Estado, na bacia do Rio Iguaçu, próximos ao Parque Nacional do Iguaçu. O primeiro se situa no município de Rio Bonito do Iguaçu e o segundo, no município de Lindoeste.

O assentamento Ireno Alves dos Santos, localizado nas imediações da Represa de Salto Santiago, no Rio Iguaçu, foi criado em 1997, ocupa 17.000 hectares e abriga 900 famílias. É vizinho de um outro assentamento, o recém-criado Marcos Freire, onde estão instaladas 600 famílias, reunindo, os dois, aproximadamente 9.000 habitantes. Ireno Alves dos Santos fica distante cerca de 20 km da sede do município, à qual é ligado por excelentes estradas. As estradas que percorrem o assentamento não são pavimentadas, em sua maior parte. Os dois assentamentos estão situados em terras da antiga Fazenda Giacometi.

O assentamento Fazenda Vitória, que abriga 160 famílias, foi criado em 1986. Fica a 10 km da sede do município, à qual está ligada por estrada asfaltada, e a cerca de 60 km de Cascavel. As estradas internas do assentamento são do tipo “encascalhado”.

Alguns meses após a criação do assentamento Ireno Alves dos Santos, técnicos do INCRA descobriram uma cidade abandonada, coberta pela mata, que havia sido construída pela Eletrosul para abrigar uma massa de 15.000 pessoas, encarregam da construção da represa. A cidade, batizada como Rurópolis, está sendo reconstruída aos poucos, para abrigar parte dos assentados. Além dessa, o assentamento tem mais duas agrovilas e duas comunidades.

A região é ricamente servida por fontes de água existindo cinco hidrelétricas nas imediações. A população do assentamento usa água das fontes, mas não existe eletricidade, a não ser na agrovila Sede Velha da Fazenda. Alguns assentados fazem gambiarras para usar equipamentos elétricos. Não há telefone público disponível, mas existe uma emissora de rádio local. Em Fazenda Vitória, as famílias se distribuem por cinco comunidades, cada uma com sua sede, e não existem agrovilas. Há luz elétrica e as parcelas são servidas por água de fonte e um poço artesiano. Há, ainda, um posto telefônico, com um funcionário.

Em Ireno Alves dos Santos existem alguns poucos barracos, casas de madeira, e de alvenaria. Estas, recém-construídas, com crédito habitacional, têm projeto padrão do INCRA, com 42m², quatro cômodos, banheiro, fossa séptica e água encanada. As casas têm fogão a lenha e a gás e rádio portátil. São poucos os eletrodomésticos porque não há luz elétrica, mas foram observadas máquinas de lavar roupa alimentadas por gambiarras. As casas de Fazenda Vitória são todas de madeira, pois o assentamento jamais recebeu crédito para moradia. Contam com dois ou três quartos, sala e cozinha. Cerca de 70% das casas têm banheiro de alvenaria com fossa séptica e, o restante, latrina externa. As casas têm fogão a lenha e a gás, geladeira, televisão, rádio, máquina de lavar roupa. Nos dois assentamentos verifica-se a existência de carros, modelos antigos ou populares. Em Fazenda Vitória, há antenas parabólicas por toda parte.

Nenhum dos dois assentamentos tem posto de saúde, sendo o atendimento médico feito nas sedes de seus respectivos municípios. Distribuídas pelas agrovilas e comunidades de Ireno Alves dos Santos, há sete escolas de 1^a a 4^a série, quatro escolas de 5^a a 8^a série e uma escola de ensino médio. Em Fazenda Vitória, existe uma escola que oferece o ensino fundamental completo e várias classes espalhadas pelas comunidades. Nos dois assentamentos, ônibus da prefeitura levam e buscam os alunos, atendendo, também, aos que fazem cursos nas sedes dos respectivos municípios.

Os dois assentamentos recebem assistência técnica do Lumiar. Em Ireno Alves dos Santos, é prestada por onze técnicos agrícolas, dois agrônomos e uma veterinária, havendo, ainda, uma economista doméstica, que está formando comissões de mulheres. Em Fazenda Vitória, há uma cooperativa de assentados e a EMATER oferece um programa de capacitação.

No que se refere à população, existe acentuada diferença entre os assentamentos. Em Ireno Alves dos Santos há grande heterogeneidade: brasiguaios, ex-favelados urbanos, sem terra e sem teto provenientes de outros Estados. Esse assentamento exhibe elevadíssimo grau de violência, conflitos por limites das parcelas e grande número de lotes “trocados” e vendidos. Em geral, os homens andam com armas de fogo. As razões da violência, segundo os assentados, são a sua localização na rota do contrabando e do tráfico de armas e drogas, no limite com o Paraguai, e também o fato de o INCRA não ter ainda demarcado os lotes. Em Fazenda Vitória, a

população é homogênea, mas quase não há jovens. A explicação para esse fato seria o reduzido tamanho das parcelas, que não permitiria a permanência de filhos adultos, que, ao formar nova família, teriam que sair para ocupar novo local ou ir para a cidade. Em Fazenda Vitória as pessoas se reúnem para conversar, jogar bocha, baralho e dominó, ou para festas nas sedes das comunidades.

O MST tem a liderança nos dois assentamentos. Há, no entanto, dissidências e rupturas, não sendo todos os assentados vinculados ao MST. Em Ireno Alves dos Santos existem duas cooperativas ligadas ao MST e também associações independentes de produtores. Em Fazenda Vitória não existe uma diretoria central do assentamento, mas há uma cooperativa, a COOARA, cuja diretoria é ligada ao MST.

Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul foram visitados dois assentamentos: Lagoa do Junco e Encruzilhada Natalino.

Lagoa do Junco, criado em 1995, localiza-se no município de Tapes, a 17 km da sede, e fica a uma hora e meia de Porto Alegre, contando com uma excelente estrada de acesso até o local. O assentamento fica na região litorânea do Estado, com um “turismo decadente”, e a sua proximidade com a sede do município proporciona um contato intenso com a região. Grande parte das famílias é de origem polonesa.

Encruzilhada Natalino, criado em 1986, é um grande assentamento, estendendo-se por vários municípios no Noroeste do Estado. É composto do que os assentados denominam quatro “fases”, que correspondem a diferentes etapas de ocupação e imissão de posse. Inclui nove comunidades, todas com água encanada de poço artesiano e luz elétrica.

Em Lagoa do Junco o espaço físico é organizado nos moldes de uma agrovila, contando com eletricidade, água encanada e telefone público. As casas são muito limpas e arrumadas. Possuem fogão a gás e a lenha. Devido ao clima muito frio no inverno, a cozinha é bastante espaçosa, e é a área social mais importante de todas as casas, onde as pessoas reúnem-se sempre ao redor do fogão seja para conversar, ver televisão etc. A comida é rica e abundante, com refei-

ções de ótima qualidade, com verduras que vêm da horta e frangos do local.

Há, no assentamento, uma cozinha comunitária, onde as mulheres responsáveis preparam o almoço diariamente. O local é um grande galpão, ponto de encontro da comunidade. A refeição não é obrigatoriamente realizada aí, e cada família tem a liberdade de buscar a comida e comer em suas casas. As mulheres são também responsáveis pelo pão, queijo, pela horta e cuidado de pequenos animais, principalmente, das galinhas.

O MST exerce a liderança de ambos os assentamentos. Em Lagoa do Junco existe uma cooperativa de produtores. O principal produto da cooperativa é o arroz, porém os cooperados possuem uma horta, criam galinhas e frangos, produzem pão, queijo etc. Todos os moradores são sócios da cooperativa e a hora de trabalho é paga igualmente para homens e mulheres. A cooperativa faz o “rancho” – compras mensais – para as famílias, que depois é descontado das horas de trabalho. Cada família tem uma ficha, e após a colheita recebem o que trabalharam. Existem mais dois grupos no assentamento; o primeiro, de moradores antigos que não quiseram juntar-se ao sistema coletivo de trabalho; e o segundo grupo, que teve desavenças internas com a direção da cooperativa.

Em Encruzilhada Natalino foi visitada a comunidade conhecida como Holandesa, que fica no município de Sarandi, a cerca de 20 minutos da sede, à qual se tem acesso por estrada de macadame. Internamente ao assentamento, há várias estradas ligando as comunidades, todas com esse tipo de pavimentação. Em termos de organização física, registra-se a existência de três agrovilas. As casas são construídas em alvenaria, geralmente em regime de mutirão dos assentados, que fazem o planejamento para a construção de diversas casas durante as entressafras e compram o material em grandes quantidades, de uma só vez, nos municípios próximos.

As casas possuem sala, quartos em número variável, cozinha ampla com fogão a gás e a lenha e banheiro. As entradas são embelezadas com plantas. A maioria possui televisão, com antenas parabólicas. Contam com geladeira, rádio e mobiliário simples.

Existem seis escolas de ensino fundamental, sendo que cinco delas oferecem classes até a 6ª série. Os jovens que desejam prosseguir os estudos são transportados por caminhão até as cidades dos

municípios vizinhos. Há três postos de saúde, sendo que dois deles contam com médico e dentista, duas vezes por semana, além de uma enfermeira diariamente.

O local visitado possui um centro de atividades com um dormitório no andar superior e uma cozinha coletiva. A comida é farta e de boa qualidade, totalmente proveniente da produção local.

Dentro do assentamento existe posto de gasolina, dois supermercados, cooperativa de produção e cooperativa de crédito. As atividades produtivas contam com assistência técnica da própria cooperativa de produção, que dispõe dos serviços de um agrônomo, dois veterinários e dois técnicos agrícolas. O assentamento baseia-se em parcelas individuais definidas pelo INCRA, mas alguns assentados organizam trabalho coletivo conforme a sua conveniência.

Os assentados praticam agricultura bastante mecanizada. Há máquinas de propriedade individual e há também grupos que formaram parceria ou sociedade para a aquisição delas. Foi possível observar vários caminhões transitando pelo local. Diversos assentados possuem carro próprio, geralmente modelos populares ou veículos antigos.

Encruzilhada Natalino representa um local histórico em termos da organização dos trabalhadores sem terra e do movimento pela reforma agrária no Brasil. Foi nessa área que, em 1979, originou-se o MST, e permanece exercendo forte liderança no local.

São Paulo

A região do Pontal do Paranapanema, fica no Sudoeste do Estado, na confluência dos rios Paraná e Paranapanema, divisa com os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. A pesquisa qualitativa foi realizada nessa região, em dois assentamentos: São Bento e Gleba XV de Novembro.

São Bento, criado em 1998, ocupa uma área de 5.200 hectares e é formado por parcelas de 22 hectares, distribuídas a 182 famílias. É vizinho de dois outros assentamentos: Santa Clara, com 32 famílias, e Estrela D'Alva, com 46 famílias. Localiza-se no município de Mirante do Paranapanema, a 25 km da sede e a mais ou menos uma hora da cidade de Teodoro Sampaio. As estradas até a entrada do assentamento são boas, mas, dentro dele, existem vias intransitáveis.

Há uma sede que foi da antiga Fazenda São Bento. Na entrada do assentamento existe uma pequena agrovila, onde foram construídas casas nas quais vivem alguns sócios da cooperativa e militantes do MST. A maioria das casas é de madeira, com chão de pedra vermelha, mas há algumas casas de alvenaria. Diversos moradores possuem TV, geladeira e fogão.

Há um telefone público perto da escola. Esta fica a mais ou menos 10 km da sede do assentamento. O assentamento tem luz elétrica e água, mas há alguns locais com dificuldade de receber água. Esta é proveniente de dois poços, porém não funcionam bem, e há um setor mais prejudicado aonde praticamente a água não chega porque falta um terceiro poço, o que dificulta, especialmente, a criação de gado.

A população do assentamento veio, principalmente, do Norte do Paraná – que foi uma região cafeeira muito rica – e do Nordeste. A maioria dos que vieram do Paraná são pequenos agricultores, expulsos do campo. Os nordestinos migraram primeiro para São Paulo e depois para o Pontal, para trabalhar na ferrovia e depois nas barragens. Mas o trabalho da barragem terminou e ficaram desempregados, trabalharam de bóias-frias e depois foram assentados.

Os moradores exploram a terra individualmente, produzindo para consumo e para comercializar produtos como o algodão e a mandioca. Próximo ao assentamento, há uma farinheira que compra a produção. Há uma cooperativa, mas nem todos os assentados são afiliados. Várias famílias não pertencem à cooperativa e se dizem ser do “Estado”, ou seja, percebem-se como sendo assistidos pelo ITESP.

O segundo assentamento visitado intitula-se Gleba XV de Novembro, e foi criado em 1983, sem influência do MST. Gleba XV é um dos maiores assentamentos de São Paulo, com 500 famílias, procedentes do Mato Grosso, Paraná, Nordeste e da própria região do assentamento. Fica perto de Primavera, cidade de cerca de 14.000 habitantes, construída pela CESP, em função da usina hidroelétrica de Porto Primavera. Os outros dois municípios próximos, Rosana e Euclides da Cunha Paulista, são considerados mais pobres que Primavera.

A área total do assentamento é de 13.319 hectares, divididos em seis setores, cada um tem um centro, com uma escola de ensino fundamental, igreja, bares e em alguns há um local onde realizam festas e reuniões. Há uma agrovila em cada setor, onde os filhos ou parentes próximos dos assentados residem. Os agregados trabalham como diaristas, ou em Primavera, na barragem.

O assentamento tem luz elétrica, água de cisterna e telefone, em algumas localidades. As casas são geralmente de alvenaria, e possuem TV, geladeira e fogão.

Somente um dos setores tem uma escola de ensino médio e a prefeitura de Primavera provê o transporte para levar os jovens à escola. Em alguns setores há médico, enfermeiras e dentista; os outros são servidos por uma unidade móvel, com um médico e uma enfermeira.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- AIDS – *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
- CCA – Cooperativa Central de Assentados
- CCIC – *Canadian Council for International Cooperation* (Conselho Canadense para a Cooperação Internacional)
- CEB – Comunidade Eclesiais de Base
- CIPAT – Cooperativa Interdisciplinar de Pesquisa e Assessoria Técnica Ltda.
- COCEARGS – Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CNA – Confederação Nacional da Agricultura
- CPF – Cadastro de Pessoa Física
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
- CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
- CUT – Central Única de Trabalhadores
- DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
- DESER – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
- DST – Doença Sexualmente Transmissível
- FAO – *Food and Agriculture Organization* (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)
- FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
- FETAG – Federação Estadual de Trabalhadores na Agricultura
- FETRAECE – Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará
- FUNTERRA – Fundo de Terra
- GED – Gênero no Desenvolvimento
- GERA – Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado¹

¹ A sigla GERA, inicialmente se referia ao Grupo de Estudos Rurais da Amazônia. Entretanto, esse sofreu uma reformulação institucional, a partir da qual alterou-se também sua denominação, que passou a ser Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado. Apesar da mudança, a sigla permaneceu sendo utilizada, mas agora referindo-se ao novo centro.

HIV – *Human Immunodeficiency Virus* (Vírus da Imunodeficiência Humana)
IAF – Instituto de Assuntos Fundiários
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
IECLB – Evangélica de Confissão Luterana
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPLANCE – Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará
ITESP – Instituto de Terras de São Paulo
ITR – Imposto Territorial Rural
MIRAD – Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
MLT – Movimento de Luta pela Terra
MP – Medida Provisória
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
NPR – Notas Promissórias Rurais
ONU – Organização das Nações Unidas
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PCT – Projeto Cédula da Terra
PIB – Produto Interno Bruto
PNRA – I Plano Nacional de Reforma Agrária
PO – População Ocupada
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária
RG – Registro Geral
SEAF – Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários
SIC – Subprojeto de Investimento Comunitário
SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SOF – Sempreviva Organização Feminista
SRB – Sociedade Rural Brasileira

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUPRA – Superintendência de Política Agrária
TFP – Tradição, Família e Propriedade
UDR – União Democrática Ruralista
UnB – Universidade de Brasília
UNAIDS – *Joint United Nations Program on HIV/AIDS* (Programa Conjunto das Nações Unidas para o Combate à AIDS)
UNIFEM – *United Nations Development Fund for Women* (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher)
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 1 – OS ASSENTAMENTOS RURAIS: FORMAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

TABELA 1 – NÚMERO DE PESSOAS QUE VIVEM NO DOMICÍLIO, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999 (%)

TABELA 2 – DOMICÍLIOS DOS ASSENTADOS/AS POR UF E FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO NÚMERO DE MORADORES, EM 1999 (%)

TABELA 3 – MEMBROS DA FAMÍLIA, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR UF E POR SEXO, SEGUNDO LOCAL DE NASCIMENTO, EM 1999 (%)

TABELA 4 – MEMBROS DA FAMÍLIA, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR UF, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS, EM 1999 (%)

TABELA 5 – MEMBROS DA FAMÍLIA, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR UF E SEGUNDO A ESCOLARIDADE, EM 1999 (%)

TABELA 6 – MEMBROS DA FAMÍLIA, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR E POR SEXO, SEGUNDO A OCUPAÇÃO, EM 1999 (%)

TABELA 7 – MEMBROS DA FAMÍLIA, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR UF, SEGUNDO O LOCAL DE TRABALHO EM 1999 (%)

TABELA 8 – ASSENTADOS/AS, POR UF E POR SEXO, SEGUNDO A RELIGIÃO, EM 1999 (%)

TABELA 9 – ASSENTADOS/AS, POR UF E POR SEXO, SEGUNDO AS ATIVIDADES DE LAZER REALIZADAS, EM 1999 (%)

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO, GÊNERO E MUDANÇA SOCIAL

TABELA 10 – PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA NO BRASIL, POR SEXO, SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO, 1993-98 (%)

TABELA 11 – MULHERES ASSENTADAS, MAIORES DE 14 ANOS, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEGUNDO ATIVIDADE OCUPACIONAL NAS UF, EM 1999 (%).

TABELA 12 – HOMENS ASSENTADOS, MAIORES DE 14 ANOS, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEGUNDO ATIVIDADE OCUPACIONAL NAS UF, EM 1999 (%)

CAPÍTULO 3 – GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA

TABELA 13 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO AVALIAÇÃO DA FACILIDADE DE ACESSO AO SERVIÇO DE SAÚDE, EM 1999 (%)

TABELA 14 – MULHERES ASSENTADAS QUE NÃO FAZEM EXAME PREVENTIVO DE CÂNCER, POR UF E SEGUNDO OS MOTIVOS DE NÃO FAZEREM, EM 1999 (%)

TABELA 15 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO O NÍVEL DE CONHECIMENTO DECLARADO SOBRE DST, EM 1999 (%)

TABELA 16 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO OS MECANISMOS CONSIDERADOS TRANSMISSORES DA AIDS, EM 1999 (%)

TABELA 17 – ASSENTADOS/AS, POR UF E SEXO, SEGUNDO CONCORDÂNCIA COM AFIRMAÇÕES SOBRE AIDS, EM 1999 (%)

TABELA 18 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO A FORMA DE PROTEÇÃO CONTRA AIDS UTILIZADA, EM 1999 (%)

TABELA 19 – ASSENTADOS/AS POR UF E ESTADO CIVIL SEGUNDO FREQUÊNCIA DO USO DA CAMISINHA, EM 1999 (%)

TABELA 20 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO OS MOTIVOS PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DE CAMISINHA EM TODAS AS RELAÇÕES SEXUAIS, EM 1999 (%)

CAPÍTULO 4 – O TRABALHO FEMININO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

TABELA 21 – PARTICIPAÇÃO DA OCUPAÇÃO NÃO REMUNERADA NA OCUPAÇÃO TOTAL, BRASIL – 1993-98 (%)

TABELA 22 – PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA SEGUNDO CRITÉRIOS RESTRITO E AMPLO, BRASIL – 1993-98

TABELA 23 – PARTICIPAÇÃO DAS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO AGROPECUÁRIA SEGUNDO A JORNADA SEMANAL DE TRABALHO. BRASIL – 1993-98 (%)

TABELA 24 – PESSOAL OCUPADO POR JORNADA DE TRABALHO SEGUNDO O SEXO, BRASIL – AGROPECUÁRIA – 1993-98 (%)

TABELA 25 – MEMBROS DA FAMÍLIA, POR UF, SEGUNDO A OCUPAÇÃO, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999 (%)

TABELA 26 – PESSOAL OCUPADO POR ATIVIDADE SEGUNDO O SEXO. BRASIL – AGROPECUÁRIA – 1998 (%)

TABELA 27 – MÉDIA DE HORAS DE TRABALHO SEMANAL DO PESSOAL OCUPADO, POR SEXO, SEGUNDO AS ATIVIDADES, EM 1998

TABELA 28 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO A ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES POR ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS, EM 1999 (%)

TABELA 29 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO PERCEPÇÃO DA MODALIDADE DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999 (%)

TABELA 30 – RENDA MÉDIA MENSAL POR ATIVIDADE DO PESSOAL OCUPADO, SEGUNDO O SEXO, EM 1998. (VALORES EM REAIS)

TABELA 31 – ASSENTADOS/AS POR UF E VALOR MONETÁRIO ATRIBUÍDO AO TRABALHO MASCULINO E AO TRABALHO FEMININO – PRODUTIVO E REPRODUTIVO –, SEGUNDO FAIXAS DE VALOR, EM 1999 (%).

TABELA 32 – MÉDIA DOS VALORES ATRIBUÍDOS PELOS ASSENTADOS/AS ÀS ATIVIDADES REALIZADAS POR HOMENS E POR MULHERES, SEGUNDO A ATIVIDADE, EM 1999 (VALORES EM REAIS)

TABELA 33 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO DEFINIÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE DO DINHEIRO, EM 1999 (%)

TABELA 34 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO DESIGNAÇÃO DO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELAS ATIVIDADES DA RUA E DA CASA, EM 1999 (%)

TABELA 35 – ASSENTADOS/AS POR TIPO DE TAREFA, UF E SEXO, SEGUNDO O SEXO DO DESIGNADO COMO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELAS TAREFAS, EM 1999 (%)

TABELA 36 – ASSENTADOS/AS POR TIPO DE TAREFA, UF E SEXO, SEGUNDO O SEXO DO DESIGNADO COMO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELAS TAREFAS, EM 1999 (%)

TABELA 37 – ASSENTADOS/AS POR TIPO DE TAREFA, UF E SEXO, SEGUNDO O SEXO DO DESIGNADO COMO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELAS TAREFAS, EM 1999 (%)

TABELA 38 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO TIPO DE ATIVIDADE PRODUTIVA E TIPO DE PARTICIPAÇÃO NAS RESPECTIVAS DECISÕES, EM 1999 (%)

TABELA 39 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO TIPO DE ATIVIDADE REPRODUTIVA E TIPO DE PARTICIPAÇÃO NAS RESPECTIVAS DECISÕES, EM 1999 (%)

TABELA 40 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E TIPO DE PARTICIPAÇÃO NAS RESPECTIVAS DECISÕES, EM 1999 (%)

CAPÍTULO 5 – CADASTRO E TITULAÇÃO DA TERRA, AVALIAÇÕES DO PRESENTE E EXPECTATIVAS DE FUTURO

TABELA 41 – ASSENTADOS/AS, POR UF E SEXO, SEGUNDO OS MOTIVOS PELOS QUAIS CONSIDERAM IMPORTANTE SER DONO DA TERRA, EM 1999 (%)

TABELA 42 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO SEGUNDO OS MOTIVOS PELOS QUAIS NÃO CONSIDERAM IMPORTANTE SER DONOS DA TERRA, EM 1999 (%)

TABELA 43 – ASSENTADOS/AS, POR UF SEXO, SEGUNDO ATITUDES QUANTO À TITULAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA, EM 1999 (%)

TABELA 44 – TITULAR DO CADASTRO DE POSSE DA TERRA, POR UF E SEXO, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999 (%)

TABELA 45 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO O TIPO DE DOCUMENTO QUE POSSUEM, EM 1999 (%)

TABELA 46 – ASSENTADOS/AS QUE AFIRMARAM NÃO TER DOCUMENTOS PESSOAIS, POR UF E SEXO, SEGUNDO OS MOTIVOS DE NÃO TEREM TIRADO ESSES DOCUMENTOS, EM 1999 (%)

TABELA 47 – PAIS E MÃES, POR UF, SEGUNDO O QUE DESEJAM PARA OS FILHOS, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999 (%)

TABELA 48 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO O TIPO DE PREOCUPAÇÃO COM O FUTURO DOS JOVENS, EM 1999 (%)

CAPÍTULO 6 – PERCEPÇÕES DE GÊNERO, CIDADANIA E EMPODERAMENTO

TABELA 49 – IMPUTAÇÃO DE ATRIBUTOS DE GÊNERO, POR UF E SEXO DOS ASSENTADOS/AS, EM 1999 (%)

TABELA 50 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO ATITUDES SOBRE CAPACIDADES, DEVERES E RESPONSABILIDADES DE HOMENS E MULHERES, EM 1999 (%)

TABELA 51 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO OPINIÃO SOBRE A IGUALDADE DE DIREITOS E OPORTUNIDADES ENTRE OS SEXOS, EM 1999 (%)

TABELA 52 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO AS OPORTUNIDADES CONSIDERADAS IGUAIS ENTRE OS SEXOS, EM 1999 (%)

TABELA 53 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO AS CATEGORIAS PERCEBIDAS COMO DIREITOS DAS MULHERES, EM 1999 (%)

CAPÍTULO 7 – GÊNERO, PARTICIPAÇÃO E PODER NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

TABELA 54 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO O GRAU DE PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO ASSENTAMENTO, EM 1999 (%)

TABELA 55 – ASSENTADOS/AS POR SEXO E PARTICIPAÇÃO NA LUTA PELA TERRA, SEGUNDO PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLÉIAS DO ASSENTAMENTO, EM 1999. (RIO GRANDE DO SUL) (%)

TABELA 56 – ASSENTADOS/AS QUE PARTICIPAM DAS ASSEMBLÉIAS DO ASSENTAMENTO, POR UF E SEXO, SEGUNDO A FORMA DE PARTICIPAÇÃO, EM 1999 (%)

TABELA 57 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO A ATITUDE COM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO DA LIDERANÇA DO ASSENTAMENTO POR MULHER, EM 1999 (%)

APÊNDICE METODOLÓGICO

TABELA 58 – AMOSTRA POPULACIONAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS POR UF E SEGUNDO O SEXO, EM 1999 (%)

TABELA 59 – POPULAÇÃO ASSENTADA E AMOSTRA POPULACIONAL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO

LISTA DE GRÁFICOS

CAPÍTULO 1 – OS ASSENTAMENTOS RURAIS: FORMAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

GRÁFICO 1 – MEMBROS DOS DOMICÍLIOS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL E NO CEARÁ, SEGUNDO O SEXO, EM 1999 (%)

GRÁFICO 2 – ASSENTADOS/AS, POR SEXO, NAS UF PESQUISADAS SEGUNDO ESTADO CIVIL, EM 1999 (%)

GRÁFICO 3 – FREQUÊNCIA DOS MOMENTOS DE LAZER DOS ASSENTADOS/AS, POR ESTADO E POR SEXO.

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO, GÊNERO E MUDANÇA SOCIAL

GRÁFICO 4 – PESSOAL OCUPADO COM 5 ANOS OU MAIS DE ESTUDO, POR SETOR ECONÔMICO, SEGUNDO O SEXO, EM 1998.

GRÁFICO 5 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, POR UF, EM 1999.

CAPÍTULO 3 – GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA

GRÁFICO 6 – ASSENTADOS/AS SEM INFORMAÇÃO SOBRE CÂNCER FEMININO, POR SEXO E SEGUNDO UF, EM 1999 (%)

GRÁFICO 7 – MULHERES ASSENTADAS, POR UF E POR TEREM OU NÃO REALIZADO EXAME PREVENTIVO DE CÂNCER, EM 1999 (%)

GRÁFICO 8 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO O NÍVEL DE CONHECIMENTO DECLARADO SOBRE AIDS, EM 1999 (%).

GRÁFICO 9 – ÍNDICES MÉDIOS DE CORREÇÃO NA IDENTIFICAÇÃO DOS MECANISMOS DE TRANSMISSÃO DA AIDS, POR UF E SEXO, NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999 (%)

GRÁFICO 10 – ASSENTADOS/AS QUE ACREDITAM NÃO CORRER RISCO DE PEGAR AIDS, POR SEXO E UF 1999 (%)

GRÁFICO 11 – ASSENTADOS/AS POR ESTADO CIVIL, SEGUNDO FREQUÊNCIA DO USO DE CAMISINHA, NOS ASSENTAMENTOS, EM 1999 (BAHIA) (%)

GRÁFICO 12 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO A FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE PRESERVATIVO, EM 1999 (%)

CAPÍTULO 4 – O TRABALHO FEMININO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

GRÁFICO 13 – ASSENTADOS/AS POR UF, SEXO E VALOR ATRIBUÍDO AO TRABALHO MASCULINO E AO TRABALHO FEMININO – PRODUTIVO E REPRODUTIVO –, EM 1999 (%)

CAPÍTULO 5 – CADASTRO E TITULAÇÃO DA TERRA, AVALIAÇÕES DO PRESENTE E EXPECTATIVAS DE FUTURO

GRÁFICO 14 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO A IMPORTÂNCIA DE SER PROPRIETÁRIO DA TERRA, EM 1999 (%)

GRÁFICO 15 – ASSENTADOS/AS POR UF E SEXO, SEGUNDO A SATISFAÇÃO COM A VIDA NO ASSENTAMENTO, EM 1999 (%)

CAPÍTULO 6 – PERCEPÇÕES DE GÊNERO, CIDADANIA E EMPODERAMENTO

GRÁFICO 16 – ASSENTADOS/AS QUE AFIRMAM QUE OS DIREITOS E AS OPORTUNIDADES SÃO IGUAIS PARA AMBOS OS SEXOS, POR UF E SEXO, EM 1999 (%)

CAPÍTULO 7 – GÊNERO, PARTICIPAÇÃO E PODER NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

GRÁFICO 17 – COMPARECIMENTO ÀS REUNIÕES DO ASSENTAMENTO, POR UF E SEXO, SEGUNDO O SEXO DOS QUE COMPARECERAM, EM 1999 (%)

GRAFICO 18 – ASSENTADOS, POR UF E SEXO, SEGUNDO CONHECIMENTO DE MULHERES QUE EXERCEM CARGOS DE LIDERANÇA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS, EM 1999 (%)

GRÁFICO 19 – ASSENTADOS/AS QUE CONSIDERAM SER HO-
MEM CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA O EXER-
CÍCIO DA LIDERANÇA NO ASSENTAMENTO,
POR UF E SEXO, EM 1999 (%)

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 2.1 – Só até assinar o nome
- QUADRO 2.2 – Trabalho ou estudo?
- QUADRO 2.3 – A escola como espaço de sociabilidade
- QUADRO 3.1 – Aids não é coisa do campo
- QUADRO 3.2 – O perigo do contágio
- QUADRO 3.3 – Entrar na prostituição
- QUADRO 3.4 – É um biscate
- QUADRO 3.5 – Não é mais virgem? Devolve.
- QUADRO 5.1 – Dependente não é a mesma coisa que titular
- QUADRO 5.2 – Quem fica com a terra?
- QUADRO 5.3 – A reforma agrária vale a pena
- QUADRO 6.1 – A diferença é que tudo o homem pode, né?
- QUADRO 6.2 – Maria Batalhão
- QUADRO 6.3 – A hora da vingança
- QUADRO 6.4 – Quais direitos?
- QUADRO 7.1 – E se a mulher é casada?
- QUADRO 7.2 – Coordenadoras de panelas
- QUADRO 7.3 – Eles não proibem de ir à reunião
- QUADRO 7.4 – Não gastar dinheiro com empregada

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M. *Género y medio ambiente*. San José: UICN, 1992.

_____. Género en el desarrollo sostenible. In: *Memoria del curso regional sobre género en el desarrollo sostenible*. San José: Programa Social de la Conservación, UICN, 1993.

_____, (coord.). *Género en el manejo de recursos naturales*. San José: UICN, 1994.

_____ & CASTRO, M. G. *Gênero e meio ambiente*. São Paulo/Brasília: UNESCO, Cortez, UNICEF, 1997.

_____ & CASTRO, M. G. *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Brasília: UNESCO, 1998.

_____ & SILVA, R. As relações de gênero na Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: *Seminário Trabalho e Gênero: mudanças permanência e desafios*. Campinas, UNICAMP, NEPO, mimeo abril, 1998.

ABRAMOVAY, R. (coord.). *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: *Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*, Fortaleza, 1998.

_____. Capital social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, vol. 4, n.º 2, abril/junho, 2000.

AGUIAR, N. *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

- ALENTEJANO, P. R. R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n.º 166, novembro/dezembro, 1996.
- AYRES, J. R. C. M. *HIV/AIDS, DST e abuso de drogas entre adolescentes: vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas*. São Paulo: Casa de Edição, 1996.
- AZEVEDO, F. A. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BADINTER, E. *XY de l'identité masculine*. Paris: Odile Jacob, 1992.
- _____. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BALAREZO, P. S. *Desarrollo forestal y genero en las comunidades rurales andinas: guía metodológica para incorporar la dimensión de género en el ciclo de proyectos forestales participativos*. Quito: FAO, 1994.
- BARBALET, J. M. *A cidadania*. Lisboa: Estampa, 1989.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. São Pulo: DIFEL, 1949.
- BEMFAM. *DST/AIDS e a pesquisa nacional sobre a demografia e saúde: uma análise do nível de conhecimento e comportamentos de vulnerabilização*. [Brasil], 1997.
- BENERIA, L. *Women and development*. New York: Praeger, 1981.
- BENETTI, C. & CARTELIER, J. *Marchands, salariat et capitalistes*. Paris: Maspero, 1981.
- BENHABIB, S. & CORNELL, D. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988.

- BESSA, K. A. M. (org.) *Trajetórias do gênero, masculinidades. Cadernos Pagu*, n.º 11, 1998.
- BITTENCOURT, G. A. et alii. *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília, Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, abril, 1999.
- BONIN, A. et. alii. A luta pela terra no Paraná recente. In: PAZ, F. (org.). *Cenários de economia e política*. Curitiba: Prephácio, 1991.
- BOSERUP, E. *Women's role in economic development*. New York: Saint Martin's Press, 1970.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOZON, M. Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n.º 1, 1995.
- BRUM, A. J. *Modernização da agricultura ? trigo e soja*. Ijuí: FIDENE/VOZES, 1988.
- BRUNO, R. & MEDEIROS, L. S. *Razões da evasão nos assentamentos rurais*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, dezembro, 1998.
- BURDGE, R. J. *A conceptual approach to social impact assessment*. Middleton: Social Ecology Press, 1994.
- CALDART, S. R. *Educação em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CAMARGO, A. *A reforma agrária: crise de poder e reforma de base, 1930 – 1964*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 1979.

- CAMPILLO, F. & FAUNÉ, M. A. *Genero, mujer y desarrollo: marco para la acción del IICA en América Latina y el Caribe*. San José: Serie Publicaciones Miscelaneas, IICA, 1993.
- CASTRO, M. G. Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos: gênero, raça, classe e geração entre líderes do serviço doméstico organizado em Salvador. *Revista Estudos Feministas*, v. 0, Rio de Janeiro: UFRJ/CIEC, 1992.
- _____, M. G. *Engendrando poderes em tempos neoliberais: feminismos e feminismos*. São Paulo: Ed. Anita, 1997.
- _____, M. G. Feminização da pobreza, gênero e participação política em cenário neoliberal, Brasil 2000: em questão a perspectiva por ações afirmativas e quotas. In: *I Conferência Estadual da Mulher*. Porto Alegre, 2000.
- _____. & LAVINAS, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992.
- CCIC et alii. *Dos mitades forman una unidad: el equilibrio en las relaciones de género en los procesos de desarrollo*. San José: IICA, 1994.
- COLEMAN, J. *Foundations of social theory*. Massachusetts: Harvard University Press, 1994.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo – Brasil 1995*. Goiânia: PT, 1996.
- CONSEIL SCIENTIFIQUE DE L'ÉVALUATION. *L'évaluation en développement 1995: rapport annuel sur l'évaluation des politiques publiques*. Paris: La Documentation Française, 1996.

- CONTAG. *30 anos de luta pela terra*. Brasília: CONTAG, novembro, 1993.
- CORADINI, O. L. *Classes sociais e formas de incorporação/exclusão política na integração da agricultura*. Porto Alegre: APIPSA, 1981.
- CORRÊA, S. & FREITAS, A. Atualizando os dados sobre a interrupção voluntária da gravidez no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 5, n.º 2, Rio de Janeiro, 1997.
- COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- CUT. *Mulheres trabalhadoras rurais – participação e luta sindical*. São Paulo: CUT, 1991.
- DA MATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DEERE, C. D. & LEON, M. *Gender and agrarian reform in Brazil*, mimeo, 1998.
- _____. *La mujer y la política agraria em América Latina*. Bogotá: Editorial Presencia, 1986.
- DELORS, J. *Educação um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, UNESCO, MEC, 1999.
- D'INCAO E MELO, M. C. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DURSTON, J. *Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual*. Santiago: CEPAL, ONU, 1998.
- _____. *A juventude rural no Brasil e no México: reduzindo a invisibilidade*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

- _____. *Qué es el capital social comunitario?* Santiago: CEPAL, 2000.
- FAO. *Mujeres campesinas en América Latina: desarrollo rural, acceso a la tierra, migraciones e legislación.* Santiago: Editorial Jurídica Ediar-ConoSur, 1987.
- _____. *Les femmes dans le développement agricole.* Plan d'Action de la FAO. Roma: FAO, 1991.
- _____. & INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.* Brasília, agosto, 1996.
- FERNANDES, B. *MST: formação e territorialização.* São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: *Seminário Reforma Agrária e Democracia: a perspectiva das sociedades civis*, 1998.
- _____. *A formação do MST no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNÁNDEZ, A. J. C. *Violência, luta pela terra e assentamentos: a construção social dos assentados em Mato Grosso.* Dissertação de Mestrado em Sociologia, Porto Alegre, UFRGS, 1997.
- FERREIRA, A. Movimentos sociais no meio rural paranaense. In: BONIN, A. et alii. *Movimentos Sociais no Campo.* Curitiba: Criar, 1987.
- FREI BETO. A questão do aborto em defesa da vida. In: *Interrupção da gravidez: o que há de novo? Uma contradição em debate.* Rio de Janeiro: REDEH, 1993.
- FRIEDAN, B. *A mística feminina.* Petrópolis: Vozes, 1971.
- FUNDACIÓN ARIAS PARA LA PAZ Y EL PROGRESO HUMANO. *El acceso de la mujer a la tierra en El Salvador, Costa Rica, Nicaragua.* San José, 1992.

- FURSTENAU, V. *O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha: 1965?84*. Porto Alegre: F.E.E., 1988.
- GALVÃO, J. *AIDS no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- GASQUES, J. & CONCEIÇÃO, J. C. *Crescimento e produtividade da agricultura brasileira*. IPEA, 1998.
- GERA/UFMT. *Reforma agrária em Mato Grosso: avaliação dos projetos de assentamento*. Cuiabá, UFMT, mimeo, 1993.
- GERMANI, G. *Os expropriados de Itaipu*. Porto Alegre: UFRGS, 1981.
- GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne: les relations en public*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973.
- GOMÁRIZ, E. *La planificación con perspectiva de género: manual de trabajo*. San José: Centro Nacional para el Desarrollo de la Mujer y la Familia, UNICEF, 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, J. F. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 7, n.º 1, maio, 1997.
- HAMMOND, J. Law and disorder: the brazilian landless farmworkers movement. In: *Latin American Studies Association Congress*. Guadalajara, México, 1997.
- HARTMANN, B. *Reproductive rights and wrongs: the global politics of population control and contraceptive choice*. Boston: South End Press, 1995.
- HELLER, A. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977.
- HENDERSON, A.& BERLA, N. *A new generation of evidence: the family is critical to student achievement*. Washington: National Comitee for Citizens in Education, 1994.

- HOFFMANN, R. Distribuição da renda e pobreza na agricultura brasileira. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G. & VILLA VERDE, C. M. (org.). *Agricultura e política pública*. Brasília: IPEA, 1990.
- INCRA. *Balanço da reforma agrária e da agricultura familiar*. Brasília: Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, 2000a.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ – IDACE. *Alguns aspectos da questão agrária no Ceará*. dezembro, 1995. (Versão Preliminar).
- _____. *Estudo prospectivo da demanda por terra: cenários possíveis para a reforma agrária*. Brasília: Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, 2000b.
- IZQUIERDO, M. J. *Las, los, les (lis, lus): el sistema de sexo/género y la mujer como sujeto de transformación social*. Barcelona: Lasal, 1983.
- JAGUARIBE, H. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- JELIN, E. *Pan y afectos: la transformación de las familias*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- KAGEYAMA, A. & GRAZIANO DA SILVA, J. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 13, n.º 3, setembro/ dezembro, 1987.
- KIT/SAFAIDS. *Facing the challenges of HIV/AIDS/STDs: a gender-based response*. Amsterdam: KIT, SAFAIDS, UNAIDS, 1998.
- KRAMER, S. et alii. (orgs.). *Infância e educação infantil*. Campinas: Papyrus, 1999.
- LAGARDE, M. *Poder y liderazgo entre mujeres*. Managua, 1991.

- _____. *Metodología de trabajo com mujeres*. Managua, abril, 1992.
- _____. *Identidad de género*. Managua, abril, 1992.
- _____. *Identidad y subjetividad femenina*. Managua, abril, 1992.
- _____. *Juventud y feminidad: un plan para vivir*. Managua, outubro, 1992.
- _____. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.
- LAVINAS, L. (coord.). *Mulher Rural: identidades na pesquisa e na luta política*. Apresentação e Levantamento Bibliográfico, Anais. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. dezembro, 1987.
- LEÓN, M. *Mujer y capitalismo agrario: estudio de cuatro regiones colombianas*. Bogotá: Asociación Colombiana para el Estudio de la Población, 1980.
- _____. *Debate sobre la mujer em America Latina y el Caribe*. Bogotá: III Sociedad Subordinacion y Feminismo, 1982.
- _____, (comp.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo, 1997.
- _____ & DEERE, C. (eds.). *La mujer y la política agrária en América Latina*. Colombia: ACEP/ Siglo XXI, 1986.
- LICEA, J. A. I. (ed.). *AIDS in Latin America and Caribbean: a multidisciplinary view*. México: FUNSALUD, 1999.
- LIMA, S. C. *Reforma Agrária e o desenvolvimento sustentável no Ceará: a construção e um plano de desenvolvimento local. O caso do Assentamento Galante*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 1998.

- MAHAR, D. J. *Government policies and deforestation in Brazil's amazon region*. Washington: Banco Mundial, 1989.
- MANN, J. et alii. (orgs.). *AIDS no mundo*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1993.
- MARQUÉS, J. V. *Varón e patriarcado in masculinidades: poder y crisis*. Santiago, Chile: ISIS, 1997.
- MARSCHALL, T. H. *Citizenship and social class and another issues*. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.
- MARTINE, G. *Fases e faces da modernização agrícola brasileira*. Brasília: IPEA, 1990.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. México: Grijalbo, 1977.
- MEDEIROS, L.S. & LEITE, S. (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da Universidade -UFRGS, 1999.
- MELO, H. P. & DI SABBATO, A. *O feminino no mundo rural: um olhar pela PNDA/ IBGE*. Rio de Janeiro: mimeo, s/d.
- MELO, H. P. & SERRANO, F. A mulher como objeto da teoria econômica. In: *IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos sobre o Trabalho*. São Paulo, 1995.
- MELO, H. P. *A perspectiva feminista: um olhar nas ciências sociais – considerações preliminares*. Rio de Janeiro: mimeo, s/d.
- _____. A mulher como objeto da teoria econômica. In: AGUIAR, N. *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

- MEILLASSOUX, C. *Femmes, greniers et capitaux*. Paris: Maspéro, 1979.
- MICHEL, A. *Les femmes dans la société marchande*. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.
- MICHELLE, R. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, L. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MOORE JR., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2000.
- MORSE, J. Qualitative generalizability. *Qualitative Health Research*, vol. 9, issue 1, january, 1999.
- MOSER, C. La planificación de género en el Tercer Mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género. In: GUZMAN, V. *Una nueva lectura: género en el desarrollo*. Santo Domingo: Ediciones Populares Feministas, 1992.
- MST. *Construindo o caminho*. São Paulo, 1986.
- NAVARRO, M. & STIMPSON, C. R. *Qué son los estudios de mujeres?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- _____. et alii. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. & LEITE, S. (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil – processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1999.

- NAVARRO, Z. (org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1996.
- NEVES, M. da G. R. & COSTA, D. M., (orgs.). *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBAM, UNICEF, 1991.
- NICHOLSON, L. Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIB, S. & CORNELL, D. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988.
- NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OAKLEY, A. *Woman's work, the housewife, past and present*. New York: Vintage Books, 1974
- ORTEGA, M.; SÁNCHEZ, C. & VALIENTE, C. (ed.). *Género y ciudadanía: revisiones desde el ámbito privado*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999.
- ORTNER, S. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, L. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PICCOLI, D. & MATO, A. Conflitos no campo 96: balanços e perspectivas. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n.º 172, novembro/dezembro, 1997.
- POPULATION REFERENCE BUREAU. *Inquietudes femeninas: las mujeres escriben sobre la participación de los hombres en la familia*. Washington: PRB, 1995.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Reforma agrária: compromisso de todos*. Brasília: 1997.

PUTNAM, R. The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*, n.º 13, spring, 1993.

_____. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *Bowling alone: the collapse and revival of american community*. New York: Simon & Schuster, 1999.

REIS, F. W. *Política e Racionalidade: problema de teoria e método de uma sociologia crítica da política*. Belo Horizonte: UFMG/ Proed/RBEP, 1984.

REYDON, B. *Política agrária brasileira: o recente esforço de democratização do acesso à terra rural*. Campinas: UNESCO, mimeo, 2000.

_____. & PLATA, L. *Democratização do acesso à terra rural no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1995.

ROITMAN, A. (org.). *O desafio ético*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

ROSALDO, M. Z. & LAMPHERE, L. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSEMBERG, F. et alii. *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

ROSEMBERG, F. & PIZA, E. *Analfabetismo, gênero e raça no Brasil*. Alfabetização: passado, presente e futuro. São Paulo: FDE, Caderno Idéias, n.º 19, 1994.

RUA, M. G. A UDR e a representação de interesses dos proprietários rurais: a nova elite agrária no processo de transição política no Brasil. *Ciências Sociais Hoje*. 1990.

_____. *Políticos e burocratas no processo de policy-making: a política de terras no Brasil, 1945-1984*. Tese de Doutorado, IUPERJ, 1992.

_____. Exclución social y acción colectiva en el medio rural: el movimiento de los sin tierra de Brasil. *Nueva Sociedad*, n.º 156, julio – agosto, 1998.

RUBIN, G. The Traffic in Women. In: REITER, R. *Towards an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. *Gênero e Patriarcado*, mimeo, 2000.

SANTOS, V. & BERCKER, G. *Conflitos sociais agrários: relatório final*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1998.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987.

SARTI, C. A. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, M. R. *Gênero sem Fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Editora de Mulheres, 1997.

SCHMIDT, B.; MARINHO, D. & ROSA, S. (orgs.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1998.

SCOTT, J. W. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988.

SEN (1983)

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRAVALLE, R. *Levantamento da legislação em vigor: enfoque agrário e de gênero*. UNESCO, mimeo, 2000.

SILVESTRO, M. L. *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense*. Dissertação apresentada ao CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 1995.

SOUZA, C. R. & FERREIRA, A. *A reforma agrária no Paraná: uma história em construção*. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 1999.

TAHAHITE, F. H. *Pour une problematique du procès de travail domestique en le sexe du travail*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1984.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Matuchos: exclusão e luta do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

TORRENS, J. C. *Alianças e conflitos na mediação da luta pela terra no Paraná*. Dissertação apresentada ao CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 1992.

UNAIDS. *Gender and HIV/AIDS: UNAIDS technical update*. Genebra: UNAIDS, september, 1998.

_____. *Gender and HIV/AIDS: taking stock of research and programmes*. Genebra: UNAIDS, march, 1999.

UNESCO. *Hacia una cultura de la igualdad entre el hombre y la mujer mediante la educación: manifiesto*. Nova York: UNESCO, 1995.

UNESCO. SIEMPRO. *Gestión integral de programas sociales orientada a resultados: manual metodológico para la planificación y evaluación de programas sociales*. [Paris]: UNESCO, SIEMPRO, 1999.

VALDÉS, T. & OLAVARRÍA, J. *Masculinidades: poder y crisis*. Santiago: Isis Internacional, 1997.

YOUNG, M. I. *Policy and group difference: a critique of the ideal of universal citizenship*. London: Ethnics, 1999.

AS AUTORAS

Maria das Graças Rua é professora da Universidade de Brasília e consultora da UNESCO. Formada em Ciências Sociais, possui os títulos de Mestre em Ciência Política e Doutora em Ciências Humanas pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Foi coordenadora do GT Políticas Públicas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Produziu diversos trabalhos sobre o meio rural, destacando-se sua tese de doutorado, intitulada "A Política de Terras no Brasil, 1945-1984: Políticos e Burocratas no Processo de Policy-Making". Conduziu diversas pesquisas, especialmente sobre a UDR e o MST, e orientou teses e dissertações, inclusive sobre relações de gênero.

Miriam Abramovay é socióloga, consultora em pesquisa e avaliação nos temas gênero e juventude. Viveu muitos anos em diferentes países da América Latina e foi coordenadora do Programa Social de Conservação na UICN para a América Central e México. Nos Estados Unidos, trabalhou como consultora para o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Econômico e participou junto à UNIFEM da Publicação "Gender and Sustainable Development". Foi consultora do UNICEF para a pesquisa sobre gênero nos assentamentos rurais e publicou recentemente duas pesquisas sobre o tema: "Gênero e Meio Ambiente" e "Engendrando um Novo Feminismo – Mulheres Líderes de Base". Atualmente, é consultora do Banco Mundial e do UNDCP.



Impressão e acabamento:
Prática Gráfica e Editora Ltda.
Tel. (061) 344-1819 - Fax: (061) 344-1844
Brasília - DF